

SÁVIO TÚLIO OSELIERI RAEDER

JOGOS & CIDADES:

ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Ordenamento Territorial Urbano e Ambiental

Orientador: Prof. Dr. JORGE LUIZ BARBOSA

Niterói

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SÁVIO TÚLIO OSELIERI RAEDER

JOGOS & CIDADES:

ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Ordenamento Territorial Urbano e Ambiental

Aprovada em dezembro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. JORGE BARBOSA – Orientador

UFF

Prof. Dr. IVALDO LIMA

UFF

Prof. Dr. GILMAR MASCARENHAS

UERJ

Niterói

2007

R134 Raeder, Sávio Túlio Oselieri
Jogos & cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos / Sávio Túlio Oselieri Raeder. -- Niterói : [s.n.], 2007.
179 f.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2007.

1.Planejamento urbano. 2.Ordenamento territorial.
3.Marketing público. 4.Desenvolvimento local. I.Título.

CDD 307.12

Este trabalho é dedicado àqueles se empenham
na redução das desigualdades socioespaciais

EPÍGRAFE

“A realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente.”

Guy Debord (tese 8 da Sociedade do Espetáculo)

SUMÁRIO

RESUMO	9
RÉSUMÉ	10
INTRODUÇÃO	11
1. ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO	14
1.1. EMPREENDEDORISMO URBANO	18
1.2. ESPETACULARIZAÇÃO DA CIDADE	30
1.3. GRANDES PROJETOS URBANOS	38
1.4. ESCALAS E DESIGUALDADES ESPACIAIS	44
2. JOGOS E CIDADES: IMPACTOS E CONFLITOS	60
2.1. JOGOS OLÍMPICOS E PAN-AMERICANOS	72
2.2. IMPACTOS URBANOS	81
2.2.1. DAS VILAS DOS ATLETAS	85
2.2.2. DAS ESTRUTURAS DE TRANSPORTE	97
2.2.3. DOS REASSENTAMENTOS DE FAMÍLIAS	105
2.2.4. DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS	115
2.3. CONFLITOS	130
CONCLUSÃO	150
BIBLIOGRAFIA	158
ANEXOS	166

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Elementos constitutivos do empreendedorismo urbano p. 44
- Figura 2 – Indicadores socioeconômicos das favelas cariocas p. 58
- Figura 3 – Círculos concêntricos dos recursos olímpicos p. 65
- Cartograma 1 - Instalações do Pan 2007 na Cidade do Rio de Janeiro p. 80
- Foto 1 – Vila dos atletas do Pan-americano de Santo Domingo em 2003 (I) p. 87
- Foto 2 – Vila dos atletas do Pan-americano de Santo Domingo em 2003 (II) p. 88
- Foto 3 – Vista aérea da Vila Pan-americana do Rio 2007 p. 90
- Cartograma 2 - Índice de Desenvolvimento Humano por Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro – 2000 p. 93
- Cartograma 3 – Linhas de transporte na Região Metropolitana Fluminense p. 103
- Cartograma 4 – Parque Olímpico dos Jogos de Sydney em 2000 p. 119
- Cartograma 5 – Custos dos equipamentos esportivos do Pan 2007 p. 120
- Figura 4 – Projeto e impacto do Complexo Turístico da Marina da Glória p. 123
- Figura 5 – Página de entrada do sítio da Internet do RSF em 9 ago 2007 p. 138
- Cartograma 6 – Variação de índices de violência no Pan 2007 p. 143
- Cartograma 7 – Representação gráfica de estereótipos de criminalização das favelas cariocas p. 144
- Cartograma 8 – Áreas controladas por traficantes e milicianos na Cidade do Rio de Janeiro p. 146
- Foto 4 – Protesto contra o Pan 2007 e a política de segurança carioca (I) p. 147
- Foto 5 – Protesto contra o Pan 2007 e a política de segurança carioca (II) p. 147

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1 – Categorização temporal dos Jogos Olímpicos (1896-2002) p. 71

Quadro 1 – Tipologia da vila dos atletas p. 95

Quadro 1.1 – Vila do Pan 2007 p. 97

Quadro 2 – Tipologia das estruturas de transporte p. 104

Quadro 2.1 – Transporte no Pan 2007 p. 105

Quadro 3 – Tipologia do reassentamento de famílias p. 113

Quadro 3.1 – Reassentamento de famílias no Pan 2007 p. 114

Quadro 4 – Tipologia dos equipamentos esportivos p. 125

Quadro 4.1 – Equipamentos esportivos no Pan 2007 p. 127

ANEXOS

- I. Quadro – Conceitos de ordenamento territorial
- II. Tabela – Evolução temporal dos indicadores de desigualdade de renda – Brasil
- III. Tabela - Investimentos do Governo Federal no Pan 2007
- IV. Quadro – Investimentos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no Pan 2007
- V. Tabela – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por ordem de IDH, segundo os bairros ou grupos de bairros da Cidade do Rio de Janeiro - 2000
- VI. Tabela - Caracterização dos equipamentos esportivos utilizados nos Jogos Pan-americanos de 2007
- VII. Texto do Decreto Municipal da Agenda Social Rio

RESUMO

Grandes eventos esportivos (GEEs) têm sido empreendidos por diversas cidades do mundo, muitas vezes sob um discurso no qual se apresentam como oportunidades para impulsionar o desenvolvimento urbano. Tais GEEs se configuram como verdadeiros Grandes Projetos Urbanos (GPUs), dada a escala de intervenção que assumem nas cidades cujos gestores estão dispostos a se aventurar como candidatos numa acirrada competição para sediar estes eventos. Estes GEEs assumem proporções monumentais a ponto de as próprias cidades serem tomadas como espetáculo a ser desfrutado por consumidores e capitais ávidos por novos territórios de lazer e acumulação. O ordenamento territorial urbano empreendido neste contexto, considerando os impactos conformados, as estratégias dos atores hegemônicos e os conflitos decorrentes, é o foco deste estudo que analisa primordialmente os Jogos Olímpicos e os Jogos Pan-americanos; tal ordenamento é abordado com um enfoque especial para a ação do Estado na sua conformação. Este esforço analítico conta ainda com uma proposta de tipologia que orienta a compreensão do fenômeno numa perspectiva socioespacial; para tanto, foram definidas quatro categorias chave que podem ser tomadas como indicadores de avaliação dos impactos urbanos promovidos pelos GEEs: as vilas de atletas, as estruturas de transportes, os reassentamentos de famílias e os equipamentos esportivos.

O trabalho se divide em dois segmentos. No primeiro, se discute o ordenamento territorial urbano à luz dos elementos constitutivos do chamado empreendedorismo urbano, que se apresenta como um conjunto de práticas urbanas consoantes com a modernização capitalista vigente. Enfoque especial é dado ao processo de espetacularização das cidades e aos GPUs, além de considerações acerca das temáticas da escala e da desigualdade espaciais. No segundo segmento são tecidas algumas considerações, orientadas pela tipologia supracitada, acerca dos impactos urbanos produzidos em alguns GEEs. Destaque é dado ao que se tomou como principal objeto empírico do estudo: os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro realizados em 2007. Precede a conclusão do trabalho uma discussão em torno dos conflitos urbanos observados em GEEs. São tomados como principais referências autorais nesta dissertação: David Harvey, Guy Debord, Antonio Gramsci e autores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

RÉSUMÉ

Des Grands Événements Sportifs (“GEEs”) sont entrepris par des plusieurs villes du monde, souvent sous un discours où se présentent comme opportunités de stimuler le développement urbain. Tels “GEEs” se présentent comme des vrais Gros Projets Urbains “GPUs”, donnés à l’échelle d’intervention qu’ils assument dans des villes dont des administrateurs sont disposés à s’aventurer comme des candidates dans une compétition disputée pour abriter ces événements-là. Ces “GPUs” assument des proportions monumentales au point d’être les villes prises comme spectacle à être apprécié par des consommateurs et des capitaux avides par de nouveaux territoires de loisir et accumulation. L’aménagement territorial urbain entrepris dans ce contexte-là, en considérant les impacts conformés, les stratégies des acteurs hegemoniques et les conflits advenus, c’est le thème principal de cet étude qui analyse surtout les Jeux Olympiques et les Jeux Pan-Américains, tel aménagement est vue avec une projection particulière pour l’action de l’Etat dans sa conformation. Cet effort analytique compte encore sur une proposition de typologie que oriente la compréhension du phénomène dans une perspective de la société et de l’espace; pour autant, ont été définies quatre catégories clés qui peuvent être prises comme des indicateurs d’évaluation des impacts urbains promus par “GEEs”: les villages de athlètes, les structures de transports, les remplacements de familles et les équipements sportifs.

Le travail se partage en deux segments. Dans le premier ont met en question la disposition territoriale urbaine à lumière des éléments constitutifs du nommé engagement urbain, qui se présente comme un ensemble de pratiques urbaines consonant avec la modernisation capitaliste en vigueur. Le but principal est donné au processus de création du spectacle des villes et aux “GPUs” au delà les considérations sur les thématiques de l’échelle et de l’inégalité de l’espace. Dans le deuxième segment sont ourdies quelques considérations guidées par la typologie supercitées, au tour des impacts urbains produits dans quelques “GEEs”. Importance est donnée à ce qui s’est rendu comme principal objet empirique de l’étude: les Jeux Pan-Américains du Rio de Janeiro réalisés en 2007. Précède à la conclusion du travail un débat au tour des conflits urbains observés dans les “GEEs”. Dans cette dissertation sont prises comme principales références: David Harvey, Guy Debord, Antonio Gramsci et les auteurs du “Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense”.

INTRODUÇÃO

O espetáculo como recurso do ordenamento territorial urbano é um dos temas centrais deste trabalho que, neste sentido, se serve dos grandes eventos esportivos (GEEs) como elemento de análise para a compreensão sobre como as cidades têm sido produzidas numa lógica espetacular. Definir esses eventos como o meio para discutir a cidade, tem relação direta com o ordenamento urbano carioca que nos últimos anos vem sendo pautado por uma agenda de megaeventos esportivos, com destaque para os Jogos Pan-americanos de 2007. Se a motivação inicial para a realização deste trabalho foi compreender a produção espacial carioca, o avanço da pesquisa revelou que há um conjunto de práticas urbanas, presentes em diversas cidades do mundo, que estão inseridas num contexto de modernização capitalista. Tais práticas foram reconhecidas como integrantes do chamado empreendedorismo urbano, cujos principais elementos constituintes são: os grandes projetos urbanos, as parcerias público-privadas, o marketing urbano (City marketing), a flexibilização de normas, a competitividade interurbana por capitais e a orientação estratégica das políticas urbanas. Dentre estes elementos, um enfoque especial é dado ao tema dos grandes projetos urbanos (GPUs), uma vez que grande parte dos megaeventos esportivos se materializa nas cidades a partir de tais projetos. É sobre a ação do Estado, a partir de seu aparato institucional, na conformação do ordenamento territorial para a implantação de grandes eventos esportivos que serão realizadas as principais reflexões analíticas neste trabalho.

Percorre um caminho sinuoso este trabalho, considerando que há um movimento dialético em que as totalidades são vistas a partir de suas particularidades concretas e estas depois retornam à totalidade para a apreensão do todo numa perspectiva espacial. Neste sentido, será discutido como são materializados os elementos constitutivos do empreendedorismo urbano no processo de espetacularização das cidades, no âmbito dos megaeventos esportivos. Totalidades são assim fragmentadas em particularidades, que revelam suas especificidades nos processos de conformação do espaço urbano. Este movimento se dá ao longo de todo o trabalho que está fortemente calcado em estudos empreendidos, e conceitos formulados, por David Harvey, dentre os quais se destacam as abordagens a respeito do empreendedorismo urbano, dos ajustes espaciais, do desenvolvimento geográfico desigual, da renda monopolista e da acumulação por espoliação. Permeia o texto também, o pensamento gramsciano a partir de suas contribuições acerca da hegemonia, dos intelectuais, da sociedade civil, do bloco histórico e das guerras de posição e de movimento. No que tange ao espetáculo, Guy Debord é referência primordial com seu

escrito a Sociedade do Espetáculo. Além disso, diversos autores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF (PPGG/UFF) são tomados como referência na discussão em torno do ordenamento territorial urbano.

Algumas linhas devem ser traçadas sobre a minha trajetória de pesquisa, que contou com um período de estudos no curso de políticas urbanas promovido pelo Programa para América Latina do Lincoln Institute of Land Policy (LILP), na Cidade do Panamá, entre fevereiro e maio de 2007. Neste período, parte das reflexões apresentadas na dissertação tomou corpo no trabalho de conclusão de curso. Já tinham sido delineados no Panamá os parâmetros para a formulação da tipologia dos impactos urbanos dos GEEs, bem como boa parte dos apontamentos sobre os GPUs. Nesta oportunidade também havia sido formulada uma hipótese inicial de trabalho, que era a de que grandes eventos esportivos, dependendo do modo como são organizados, podem gerar bens públicos. No intervalo deste curso, realizei uma visita à República Dominicana com o fito de investigar os impactos e legados urbanos provocados pelos Jogos Pan-americanos de 2003, em Santo Domingo. Esta curta visita ajudou a reconhecer alguns dos elementos que conformam o que tem sido identificado na literatura como urbanismo olímpico. Vale destacar também os aportes obtidos a partir das experiências no Observatório de Favelas que, além de ter sido o berço de onde nasceu a motivação para empreender este estudo, ofertou contribuições significativas na temática dos estigmas espaciais e do ordenamento territorial urbano desigual decorrente dessas perspectivas.

Perpassa grande parte da discussão o tema dos direitos, sendo eles tomados como basilares no apontamento da inextricável relação entre as transformações urbanas e a vida dos cidadãos. Essa questão foi mais evidenciada na última seção do trabalho que trata dos conflitos ocorridos em megaeventos esportivos, que não somente podem gerar embates por um ordenamento distinto daquele intencionado pelos grupos hegemônicos, como também podem intensificar as disputas que já vicejavam nos territórios. Nos dois casos, é na sociedade civil que os conflitos se concretizam a partir das ações dos movimentos sociais que ocupam a esfera pública para pleitear mudanças no ordenamento vigente. É dado destaque, ainda nesta seção, aos embates relacionados à política de segurança pública carioca, marcada por violação de direitos e estigmas espaciais que são amplificados por conta dos Jogos Pan-americanos.

Precede essa discussão, aquela relativa aos impactos urbanos dos Jogos como elemento para a compreensão das particularidades do ordenamento territorial urbano. Neste tópico, a abordagem é acompanhada por uma tipologia de análise aproximativa destes impactos numa perspectiva socioespacial, tal tipologia ainda tem um caráter incipiente,

apresentando-se até este ponto de seu desenvolvimento como um adequado recurso metodológico para a compreensão do urbanismo olímpico. Seu enfoque é revelar em que medida os investimentos públicos realizados em função dos Jogos contribui para a redução das desigualdades espaciais, o que remete à hipótese central deste trabalho que é a de que o ordenamento territorial vigente em cidades que abrigam grandes eventos esportivos, pode contribuir para a redução das desigualdades sócio-espaciais dependendo da forma como estes eventos são implementados. Foram tomadas quatro categorias chave para a abordagem destes impactos: as vilas dos atletas, as estruturas de transporte, os reassentamentos de famílias e os equipamentos esportivos. Em cada um deles foi realizada uma análise que considerou tanto as estratégias dos organizadores dos eventos que denotam o ordenamento territorial adotado, como as construções materiais que conotam as transformações urbanas concretas no espaço. Como principal objeto de estudo, os Jogos Pan-americanos de 2007 se apresentaram como um rico campo para as avaliações realizadas, sendo a Cidade do Rio de Janeiro o território privilegiado nestas análises. Estes foram os temas trabalhados no segundo capítulo do texto, que contou ainda com apontamentos mais gerais acerca dos dois GEEs priorizados no estudo: os Jogos Olímpicos e os Jogos Pan-americanos.

Anterior a estes apontamentos, considerações em torno das desigualdades espaciais e das escalas geográficas foram esboçadas à guisa de apresentar algumas discussões sobre as temáticas que permeiam a dissertação. Primando-se pela dimensão espacial destes temas, a escala é abordada a partir da sua importância para a compreensão de fenômenos urbanos que apresentam, com frequência cada vez maior, um caráter multiescalar nas suas conformações. Já a desigualdade é vista em diferentes perspectivas relacionais que auxiliam no entendimento da reprodução ampliada das disparidades em diversos territórios. Na terceira seção, deste primeiro capítulo, são traçadas algumas reflexões sobre os grandes projetos urbanos baseadas mormente nos trabalhos publicados pelos autores do LILP. Este tópico sintetiza, num quadro esquemático, considerações realizadas acerca dos elementos do empreendedorismo urbano. Posteriores à seção inicial deste escrito, são debatidas questões referentes aos processos de espetacularização das cidades, nos quais se destaca o marketing urbano como meio de veiculação de uma determinada *imago urbis* voltada para o consumo de cidades que se credenciam no mercado competitivo de atração de capitais. Este processo será abordado a partir da adoção de estratégias que visam a obtenção de rendas monopolistas por meio da produção e apropriação de capitais simbólicos coletivos. O empreendedorismo urbano é apresentado no início do texto com discussões acerca de sua origem e principais elementos

constitutivos. Breves linhas são ainda traçadas sobre alguns pontos a respeito do conceito de ordenamento territorial urbano.

1. O ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO

Interessa especialmente neste trabalho o reconhecimento e a análise de elementos do ordenamento territorial urbano praticado nas cidades que realizam grandes eventos esportivos. Neste sentido, cabe introduzir este capítulo com algumas considerações acerca do debate sobre o ordenamento territorial urbano, isto é, o que se entende por ordenamento territorial e em que medida a produção espacial da cidade é realizada a partir de tal ordenamento. Não é o objetivo aqui propor alguma definição para o que é ordenamento territorial urbano, mas sim apresentar as principais questões que permeiam a definição, especialmente entre os geógrafos.

Claude Raffestin (1993[1980]:143) estabelece uma distinção fundamental entre espaço e território¹, afirmando que o primeiro é anterior ao segundo e que, sendo assim, a conformação do território ocorre a partir do espaço. Dessa forma, o território pode ser encarado como um recorte espacial, sendo ainda cada recorte um plano de domínio na acepção formulada por Ruy Moreira (2002:53); o autor também afirma que o território “é o espaço de poder de um corpo, e o ponto de referência da regulação e da hegemonia no plano global do arranjo”. Há nesta formulação, uma explícita contribuição de Gramsci no que tange à incorporação do conceito de hegemonia, contribuição que também pode ser encontrada quando Moreira (2002:58) afirma que “o espaço é produto do bloco histórico”. O ordenamento territorial nesta abordagem se dá a partir das tensões entre diferentes atores pela hegemonia no processo de produção espacial. Poderes da sociedade civil e do Estado se mobilizam para materializar suas intencionalidade no espaço; é neste embate de forças que os territórios são conformados e delimitados, num incessante movimento de construção de materialidades e imaterialidades que se definem pelo controle de mecanismos econômicos, políticos e culturais. São estes mecanismos então que, em grande medida, vão definir a produção espacial, podendo a hegemonia ser considerada como o arranjo de forças que detém o domínio destes mecanismos e o controle do uso do território, como faz lembrar Milton Santos com a formulação do conceito de território usado. Neste conceito, Santos ainda afirma o caráter conflitivo do território ao assinalar que para alguns atores hegemônicos o território

¹ Tal distinção, segundo Lima (2004:104), pode ser encontrada ainda em outros trabalhos: (1) RAFFESTIN, C. Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité in *Espaces et Sociétés* 41. Paris: Anthropos, 1982; (2) SANTOS, M.; SILVEIRA, M. O Brasil, território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001; (3) Marcelo Souza (1995).

usado é um recurso para realização de seus interesses, enquanto que para aqueles hegemônicos, o território seria um abrigo onde são construídas as estratégias de sobrevivência (Haesbaert, 2004:58-9).

Marcelo Souza (1995:78), buscando referências em Arendt, afirma que o território é um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. É nesta linha que Haesbaert (2004:93) pensa o território: enquanto mediação espacial de poder resultante da “interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política”. Há um forte caráter relacional na definição proposta pelo autor, além de uma ênfase especial no caráter simbólico e político que o território apresenta sobretudo quando observado a partir dos fenômenos sócio-espaciais da atualidade. Em escrito anterior, Haesbaert (2002:26) ressaltou que o território deve ser considerado de maneira relacional tanto no que tange o conjunto de relações sociais, como no que envolve a relação entre processos sociais e espaço material. Além do caráter simbólico e político que o território apresenta, o conceito pode ser visto ainda a partir de uma perspectiva processual. É nessa linha que Ivaldo Lima (2004:104) defende que se pode falar do “território em processo, i.e., vislumbrado a partir de movimentos e ações que lhe sejam intrínsecos, indissociáveis dos objetos e coisas constitutivos do território mesmo”, a partir da discussão realizada por Santos (2004[1996]), dentro de uma perspectiva sistêmica. Além deste aspecto processual, é relevante considerar que o território é para os atores hegemônicos tanto meio como finalidade das estratégias de concretização de suas aspirações. Raffestin (1993:158) defende este posicionamento ao afirmar que o território é não só produto mas também meio de produção. Estas diversas características assinaladas a respeito do território, servem como base para a discussão do seu ordenamento considerando as dimensões simbólica, política, processual, sistêmica e, sobretudo, o seu caráter integrador.

Ordenamento territorial é um termo polissêmico, como se pode observar nas diversas acepções levantadas por Massiris (2002) com enfoque predominante para os países de fala hispânica (ver quadro no anexo I). Há ainda uma dificuldade que permeia este debate que é a própria distinção entre ordenamento e ordenação do território como se pode observar a partir do título de um dos documentos mais usados como referência para esta discussão: a Carta Europea de la ordenación del território. A falta de precisão destes termos também perpassa a Constituição Brasileira que ao tratar das competências da União, afirma (art. 20, inciso IX) que cabe a este ente: “elaborar e executar planos nacionais e regionais de *ordenação do*

território e de desenvolvimento econômico e social”. Já no art. 30, inciso VIII, pode-se encontrar a assertiva de que compete aos Municípios: “promover, no que couber, adequado *ordenamento territorial*, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. Não se pode afirmar também que o ordenamento é atribuição municipal e a ordenação do território federal, ou estadual, considerando que o Estatuto da Cidade² privilegia o uso do termo ordenação na definição das atribuições dos entes locais.

Não tendo sido encontrada uma clara distinção entre os dois termos, adota-se aqui a nomenclatura utilizada pelo Programa de Pós-Graduação no qual este trabalho é realizado: ordenamento territorial. É este também o termo empregado por Haesbaert (2004:76) que defende que as políticas de ordenamento territorial devem contemplar duas características básicas do território:

...em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões.

Tanto o caráter político como o integrador do território, devem então ser contemplados não só na implementação das políticas de ordenamento territorial, como também nas análises destas. Quanto ao aspecto político, é preciso considerar as instituições que operam de maneira hegemônica na produção do espaço, bem como os marcos legais que definem os limites dessa ação - conformando tais marcos o próprio ordenamento jurídico que estabelece as principais regras do jogo. Este caráter político, que remete às relações de poder, deve ser observado em diferentes escalas com o fito de apreender os fenômenos não só a partir das lutas institucionalizadas, como também a partir das disputas que ocorrem em esferas não institucionais, nas quais as práticas espaciais podem ser menos visíveis mas apresentarem elementos essenciais para a conformação dos territórios. Quanto ao aspecto integrador, é preciso perceber as diversas formas de atuação tanto da sociedade civil como da sociedade política, que promovem ajustes espaciais que alteram representações e materialidades que têm repercussões com diferentes intensidades nos recortes espaciais observados. É bastante pertinente nestas perspectivas ter em conta que a dimensão simbólica pode ter grande relevo

² Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana brasileira.

dependendo do fenômeno em evidência, sendo portanto necessário realizar uma sintonia fina para modular a abordagem analítica, considerando as concretudes espaciais e os aspectos intangíveis que as permeiam. Em relação a estas concretudes espaciais, busca-se aqui superar uma perspectiva abstrata dos sujeitos que modelam o espaço com suas ações, primando-se pelo reconhecimento das motivações concretas destes sujeitos, seja na superação dos limites que o território como recurso impõe, seja no aproveitamento das oportunidades que o território como abrigo proporciona.

Alguns outros recortes precisam ser esclarecidos para a compreensão do ordenamento territorial que será abordado neste trabalho. O primeiro deles refere-se ao caráter urbano dos fenômenos investigados, o que remete então ao fato de que é preciso considerar as especificidades dos ordenamentos praticados nas cidades, especialmente naquelas que tomam a promoção dos GEEs como estratégias significativas na produção espacial. É neste sentido que este primeiro capítulo apresenta pontos relevantes para o entendimento da construção do espaço urbano que nas últimas décadas tem ocorrido a partir de um conjunto de práticas públicas que se convencionou chamar de empreendedorismo urbano. Se por um lado seus agentes encontram-se majoritariamente na sociedade política, por outro é preciso considerar que as decisões tomadas por estes atores têm suas raízes na sociedade civil, o que torna possível afirmar que o Estado tem um papel central no ordenamento territorial urbano, mas que tal ordenamento não é implementado de maneira descolada nem da sociedade civil, nem das estratégias empresariais. Sem embargo, vale destacar que o foco deste estudo é a ação do Estado na promoção do ordenamento territorial em GEEs considerando que, mormente, tal ordenamento se dá a partir da mobilização de esforços de entidades governamentais. É nesse sentido que este primeiro capítulo é iniciado com a discussão dos principais elementos que conformam o empreendedorismo urbano; alguns destes elementos serão detalhados nas seções seguintes, com destaque para o debate acerca da centralidade que a dimensão simbólica das cidades assume na perspectiva do espetáculo. Posterior a essa discussão, disserta-se sobre alguns aspectos que envolvem os GPUs que se apresentam como elemento basilar para o entendimento das políticas que envolvem a realização de megaeventos nas cidades. Encerra-se o capítulo com algumas ponderações sobre a análise escalar, tema importante para uma compreensão mais integral dos fenômenos urbanos. São ainda realizados nesta mesma seção alguns apontamentos sobre a desigualdade, assunto relevante quando considerados os efeitos das políticas de ordenamento territorial que serão analisadas.

Barcelona está presente em muitos dos apontamentos realizados. Isso se deve ao fato de que a cidade espanhola é um grande destaque nas políticas urbanas que guardam estreita relação com a realização de megaeventos esportivos. Já a Cidade do Rio de Janeiro é abordada em diversos momentos por ser tomada como principal objeto empírico deste trabalho, que é ordenamento territorial promovido em função dos Jogos Pan-americanos de 2007. Alerta deve ser feito ainda para o modo como alguns temas foram tecidos: ora remetendo aos debates mais analíticos acerca das temáticas em evidência, ora apresentando um caráter mais pragmático com proposições sobre o que se tomou como sendo adequados ordenamentos territoriais. Isto se deve às idiossincrasias do autor, que se serve destes recursos com o fito de potencializar a contribuição deste escrito para as posteriores discussões acerca da produção espacial em função de GEEs.

1.1. EMPREENDEDORISMO URBANO

Antes de entrar propriamente no tema do empreendedorismo urbano, alguns pontos que permeiam a discussão sobre a gestão e o planejamento urbanos serão abordados a partir, principalmente, da abordagem de Marcelo Souza (2006a[2001]). Trata-se de um debate pautado pela distinção destes conceitos em relação ao próprio empreendedorismo urbano, apontando para a necessidade de se ter instrumentos adequados para o ordenamento territorial. A discussão serve ainda para reconhecer alguns pontos que contextualizam o surgimento do empreendedorismo urbano, tema central deste tópico.

Gestão é um conjunto de práticas tomado atualmente por diversos especialistas como substituto daquele relacionado ao planejamento, com o argumento de que este estaria associado a condutas pouco participativas de ordenamento territorial. As práticas de planejamento estariam então, para estes especialistas, associadas a posturas autoritárias pautadas por decisões tomadas em gabinetes distantes da população. Tal crítica resultou não somente no esvaziamento do uso do termo planejamento como também na própria prática de planejar. Desta forma, em diversos campos, no lugar do planejamento entraria a gestão enquanto prática organizacional. Planejamento é uma ferramenta administrativa que possibilita perceber a realidade a fim de avaliar os caminhos e construir um referencial futuro, estruturando o trâmite adequado para reavaliar todo o processo a que uma determinada organização se destina. Trata-se então de um processo de deliberação abstrato e explícito que escolhe e organiza ações, antecipando os resultados esperados a fim de alcançar alguns objetivos pré-definidos. Há uma preocupação com o futuro no planejar, que ocorre a partir da

definição de planos relacionados com o cumprimento de objetivos postos para além do tempo em que tais objetivos foram traçados.

Em oposição ao planeamento, a gestão está mais relacionada ao presente do que ao futuro. Sua origem etimológica remete ao latim *gestione* que significa ação de dirigir, enquanto que planejar, que tem origem igualmente latina, tem sua raiz etimológica na palavra *planu* (liso, sem desigualdades). Souza (2006a:46) alerta para as diferenças entre os termos e os toma não como excludentes, mas sim como distintos e complementares. Desta forma não seria possível abdicar nem da gestão nem do planeamento, uma vez que não se pode deixar de promover medidas que considerem as necessidades mais imediatas e tampouco deixar de realizar as antecipações necessárias para a resolução de desafios futuros. É justamente neste sentido que Ermínia Maricato (2000:169) afirma que: “A construção da nova matriz urbanística passa pela eliminação da distância entre planeamento urbano e gestão”.

Capel (2006:5) destaca uma dicotomia entre plano e projeto que é relevante apontar aqui. Nos anos 1980 muitos foram os urbanistas que defenderam a eficácia do projeto em detrimento do plano, surgindo inclusive movimentos “contra o plano”. Já a partir dos anos 1990, muitos foram os urbanistas que chamaram a atenção para a necessidade de formulação de planos, com a definição de objetivos gerais que possam guiar as intervenções concretas que se realizam na cidade. O movimento dos anos 80 estaria então inserido num contexto de valorização da arquitetura frente ao urbanismo. As raízes para essas transformações, no continente europeu, são apontadas por Capel (2007:9) na passagem a seguir:

La crisis de 1973 había afectado al crecimiento urbano en toda Europa y los planes generales que se había aprobado, y que trataban de ordenar una situación de rápido crecimiento, quedaron de pronto desmesurados al paralizarse el mismo. Hubo que enfrentarse a situaciones nuevas como la crisis industrial y la urgencia de la reestructuración del tejido productivo, o la ya citada necesidad de poner énfasis en la rehabilitación del parque inmobiliario existente, especialmente en los cascos antiguos. En esa situación los urbanistas consideraron que era preciso actuar ‘contra el plan’, o al margen del mismo, y poner el acento en la gestión y en la negociación.³

Harvey (2002[1989]:69) afirma que os modernistas pensavam o planeamento e o desenvolvimento urbano a partir da implementação de “*planos* urbanos de larga escala, de

³ Tradução do autor: “A crise de 1973 havia afetado o crescimento urbano em toda Europa e os planos gerais que se havia aprovado, e que tratavam de ordenar uma situação de rápido crescimento, de repente tornaram-se excessivos quando o crescimento foi interrompido. Foi preciso enfrentar novas situações como a crise industrial e a urgência da reestruturação do tecido produtivo, ou a já citada necessidade de enfatizar a reabilitação do parque industrial existente, especialmente nos sítios antigos. Nessa situação os urbanistas consideraram que era preciso atuar ‘contra o plano’, ou a margem dele, e direcionar esforços para a gestão e a negociação.”

alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada”. Harvey defende que há uma ruptura neste campo entre modernistas e pós-modernistas, uma vez que estes se mostrariam mais preocupados com um “conceito de tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um ‘palimpsesto’ de formas passadas superpostas umas às outras e uma ‘colagem’ de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros”. Importa então para os pós-modernistas mais o projetar do que o planejar, importa a geração de formas arquitetônicas especializadas e até altamente sob medida.

No desafio de pensar o futuro, Souza (2006a:48) ressalta a importância da construção de cenários que na acepção do autor significa “simular desdobramentos, sem a preocupação de quantificar probabilidades e sem se restringir a identificar um único desdobramento esperado, tido com a tendência mais plausível”. Neste esforço de formulação de cenários, Souza (2006a:50), inspirado em Carlos Matus⁴, destaca três condições importantes (denominadas pelo autor chileno como “trincheiras”):

- a. capacidade de prognóstico, i.e., de construir cenários alternativos;
- b. capacidade de reação veloz ante a surpresa;
- c. capacidade de extrair lições do passado.

A elaboração de diferentes cenários é fundamental considerando a multiplicidade de fatores que concorrem na conformação dos fenômenos. Significativa é, na temática em tela, a preparação de respostas rápidas nos eventos inesperados, principalmente em casos de desastres. O aprendizado a partir da investigação de eventos passados é também crucial na formulação de cenários, sendo estes poderosas ferramentas na formulação das políticas urbanas, em especial aquelas que promovem impactos significativos como a dos GPUs. É relevante destacar ainda, que o termo gestão no Brasil não tem o mesmo sentido que aquele encontrado na língua inglesa como *city management* ou *urban management*. Trata-se, estes últimos, de experiências estadunidenses e inglesas associadas a um caráter empresarialista, como aponta Harvey (2005[1989]) ao afirmar a submissão acrítica dos agentes decisores aos interesses de mercado e à competição interurbana frenética na obtenção de investimento. A sedução por esse caráter empresarialista já envolve alguns gestores brasileiros que buscam a substituição do planejamento pelo imediatismo de mercado pautado por uma lógica gerencial privada para o espaço urbano (Souza, 2006a:55).

⁴ MATUS, Carlos. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA, 2 v., 2. ed. 1996.

Harvey (2005[1989]) em sua análise sobre o empreendedorismo urbano, ressalta o caráter competitivo que algumas cidades assumiram como resposta aos desafios a estas mudanças estruturais no desenvolvimento geográfico global. A competitividade entre cidades, teria relação com a própria divisão internacional do trabalho e com a busca de maiores vantagens na produção de bens e serviços. Além disso, ela seria marcada pela atração de atividades de controle e comando referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento (incluindo a mídia). Outro aspecto que se pode identificar é a competição que as cidades travam por maiores transferências dos seus governos centrais, fonte importante de investimentos que podem promover mudanças territoriais significativas. Harvey ressalta ainda que este cenário competitivo também tem relação com a divisão espacial do consumo que se orienta pela obtenção de maiores recursos financeiros, muitas vezes, por meio de mecanismos que envolvem a construção de uma determinada imagem de cidade a partir do espetáculo (Harvey, 2005[1989]:174-178). Vale ressaltar ainda, que a competição interurbana não é propriamente uma novidade, sendo a Liga Hanseática e as cidades-estado italianas exemplos que denotam o quão antigo é este fenômeno na geografia do sistema capitalista. No período atual, estamos diante da radicalização da competitividade com o estabelecimento da produtividade mercantil com a formação de oligopólios, e em alguns casos monopólios, fundada em capitais abstratos (dinheiro em estado puro), tecnologias de informação e territorialidades lisas - havendo ainda uma indistinção entre público e privado. Daí o fenômeno do empreendedorismo associado a flexibilização de leis, contratos e normas para garantir a lucratividade de capitais privados.

No empreendedorismo urbano destacam-se ainda as parcerias entre os setores público e privado, "...em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego" (Harvey, 2005[1989]:172). Tal parceria é tomada pelo autor como empreendedora por seu caráter especulativo, que estaria sujeito aos riscos e obstáculos do desenvolvimento especulativo, em contraponto ao desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado. Harvey (2005[1989]:183) reconhece ainda que o empreendedorismo urbano "...estimula o desenvolvimento das atividades e dos esforços que possuem maior capacidade localizada de aumento dos valores das propriedades, da base tributária, da circulação local de receitas e do emprego". Além disso, o autor afirma que é possível reconhecer algumas potencialidades de transformações progressistas a partir da construção de alianças entre cidades, que podem desafiar a hegemonia de uma acumulação

capitalista reprodutora de grandes desigualdades sócio-espaciais (Harvey, 2005[1989]:188-190).

Em trabalho posterior Harvey (2005[2001]:233), inspirado em Bourdieu, afirma que há uma busca pelos gestores urbanos da elevação do capital simbólico e de construção de marcos distintivos como meio de auferir rendas monopolistas decorrentes das singularidades dos lugares. Neste sentido, rendas monopolistas podem ser obtidas não somente a partir da renda fundiária dos empreendimentos imobiliários, ou de outras iniciativas econômicas, como também pela própria produção simbólica da cidade, que é apontada como um meio de atração de fluxos de capital. O autor contextualiza essa estratégia num cenário de perda de outros poderes monopolistas decorrentes do avanço nos sistemas de transporte e de comunicação, bem como a redução de outras barreiras comerciais. Em certa medida, Harvey já tinha destacado este ponto no supracitado escrito original de 1989 quando tratou da construção da imagem na cidade, o que ele incorpora à sua análise é o conceito de renda monopolista, que será perseguida nas práticas do empreendedorismo urbano. Ainda neste trabalho, Harvey (2005[2001]:230) concebe o empreendedorismo urbano como:

...o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc) e interesses privados (empresariais e individuais) formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro.

A definição proposta por Harvey remete à diversidade de atores que opera no ordenamento territorial a partir de alianças formadas para a promoção do desenvolvimento urbano. Esta conduta foi exaltada por alguns autores numa perspectiva de supervalorização do plano local nos processos de globalização. Ao procederem suas análises e discursos neste caminho, esses autores olvidaram a complexidade de escalas envolvidas no desenvolvimento geográfico desigual que é conformado a partir de dinâmicas que podem sim passar pelo local e alcançar o global, mas que não se limitam a esse movimento. Movimentos acionados por diferentes atores operam na conformação do território, o que ocorre justamente em virtude do imbricado inter-relacionamento de múltiplas escalas de atuação. Rose Compans (2004) vai tecer considerações críticas a respeito das estratégias discursivas utilizadas para a legitimação de práticas espaciais pautadas pela afirmação do protagonismo dos governos locais no

desenvolvimento capitalista. É nesse sentido que a autora vai afirmar (p. 20) a ocorrência de um novo

...papel dirigente para os governos locais na promoção do desenvolvimento econômico – seja na inversão direta de recursos na modernização da infraestrutura urbana, seja na elisão de constrangimentos de natureza legal ou burocrática à valorização dos capitais privados -, à participação crescente do setor privado na gestão de serviços e equipamento públicos, à busca de construção de consenso social em torno de prioridades ‘estratégicas’ de investimentos e à introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos.

Ainda segundo Compans (2004:20), essa nova maneira de relacionamento entre poder público e setor privado que prima pelo aumento da competitividade do sistema urbano estaria se disseminando por cidades de todo o mundo. Tal relacionamento seria composto por um conjunto de atributos que conformaria um modelo de gestão urbana que obteve diversas denominações, segundo diferentes autores (Compans, 2004:20-21): empresariamento urbano (Harvey, 2005[1989]); gerenciamento público urbano (Ascher, 1995); governança urbana (Le Galès, 1995); mercantilismo local (Parkinson, 1992; Fainstein & Fainstein, 1994); empreendedorismo competitivo (Moura, 1997)⁵. Cada um desses autores teria um enfoque especial em determinados atributos desta gestão urbana, destacando-se entre estes:

- ⇒ o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado;
- ⇒ a criação de ambientes favoráveis aos negócios privados;
- ⇒ a adoção de posturas negociadoras e flexíveis pelo poder público;
- ⇒ a incorporação de uma racionalidade empresarial na administração urbana;
- ⇒ a venda de projetos públicos a investidores privados;
- ⇒ a competitividade interurbana.

Paradigma para a América Latina deste modelo de gestão é a Cidade de Barcelona, particularmente conhecida pela experiência com a preparação e execução dos Jogos Olímpicos de 1992. Tal experiência é tomada como referência central por muitos gestores

⁵ Bibliografia citada por Compans (2004): (a) ASCHER, F. *Métapolis, ou L’Avenir dès Villes*. Paris: Odie Jacob, 1995.; (b) FAINSTEIN, N.; FAINSTEIN, S. *Le partenariat public-privé dans le développement économique aus Etats-Unis*. In: HEINZ, W. (org.) *Partenariats public-privé dans l’aménagement urbain*. Paris: L’Harmattan, 1994. p. 33-69.; (c) LE GALÉS, P. *Du gouvernement des Villes à la gouvernance urbaine*. *Revue Française de Science Politique*, v.45, n.1, p. 57-95, fev. 1995.; (d) MOURA, M. *Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas: tendências à renovação na gestão local*. Salvador, 1997. Tese (Doutoramento) – NPA/UFBA.; (e) PARKINSON, M. *Política nacional britânica para las ciudades: la experiencia de la década de 1980*. *Revista Estudios Territoriales*, n.39, p.197-220, jan/abr. 1992.

latino-americanos que passaram a vislumbrar a cidade catalã, com seu símbolo de sucesso calcado na produção do megaevento, como um exemplo a ser seguido. De fato, Barcelona se destacou significativamente ao lograr realizar uma combinação entre competitividade e cooperação interurbanas. Tal sucesso não pode ser de forma alguma dissociado da forte energia aportada por atores em outras escalas que não a local, como por exemplo os recursos alocados pela União Européia na Espanha. Trata-se de reconhecer o poder que as verticalidades assumem no ordenamento territorial a partir da criação de interdependências, adotando aqui os conceitos de Santos (2004:285-6) para dar conta da realidade em tela. Para o autor, geralmente as cidades podem ser tomadas como o ponto de interseção entre verticalidades e horizontalidades, sobre as quais ele afirma que:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

O desenvolvimento urbano que seja pautado pelo ordenamento adequado de forças centrípetas e centrífugas que atravessam o território poderá ter sucesso na produção de maiores benefícios sociais. Considerando-se que as forças centrípetas levam a um processo de horizontalização, enquanto que as forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização, o devido equacionamento destas forças se apresenta como fator imprescindível a ser observado pelos modeladores do espaço urbano. Forças centrífugas agem sobre forças centrípetas; aquelas se dão em diversas escalas o que significa que a explicação para o que ocorre num dado recorte espacial deve obrigatoriamente incluir as escalas superiores. Deve-se ainda atentar para o fato de que as solidariedades estabelecidas num dado espaço, fruto da ação de forças centrípetas, são constantemente perturbadas por forças centrífugas, o que exige um esforço de recriação incessante destes laços de solidariedade (Santos, 2004:287).

O caso de Barcelona ilustra o poder das forças centrífugas na conformação do espaço urbano, é isso o que Capel (2006:6-7) indica quando se refere à dissolução de solidariedades em sua Cidade:

Los problemas que plantea la creciente competencia internacional y las amenazas de traslado de plantas industriales preocupan seriamente al Ayuntamiento, como es lógico. Ante ello el modelo económico por el que se ha optado parece claro, y ha sido reiterado hace unos días por el primer teniente de alcalde del Ayuntamiento de Barcelona y presidente de la

Comisión de Urbanismo: ‘hay muchos proyectos en marcha que permitirán llevar a cabo la transformación de Barcelona en una sociedad de servicios en la que se prestará especial atención a la alta tecnología’. Al parecer se duda de si el modelo han de ser los países escandinavos, como algunos pretenden, o California e Irlanda, como parece desear, entre otros, el presidente de la Cámara de Comercio Norteamericana en España. En ningún caso nadie parece pensar en un modelo propio, español o catalán. Un modelo en el que las propias tradiciones, y en primer lugar la propia historia industrial y la flexibilidad que implica la existencia de pequeñas y medianas empresas con capacidad de innovación, podría ser una buena base para la transformación. Frente a ello, la destrucción del tejido social y económico de pequeños talleres e industrias en el municipio de Barcelona está obligando a una deslocalización metropolitana que implica, en muchos casos, la desaparición de esas pequeñas empresas.⁶

A adoção pelos agentes hegemônicos de paradigmas de desenvolvimento estrangeiros, no caso acima o da “alta tecnologia”, fortalecem as verticalidades e suas forças centrífugas que debilitam o tecido social e econômico com a expulsão, e em alguns casos extinção, de empresas para fora da área metropolitana. Quando gestores urbanos agem desta forma, sua conduta está pautada primordialmente para a conformação de territórios como recurso para a acumulação capitalista. Nega-se mesmo a condição de sujeito histórico de grupos sociais que trabalharam para a materialização dos territórios que lhes serve de abrigo, que lhes proporciona a experiência espaço-temporal que atribui significados às suas vidas. É nesse momento que as forças do Estado operam de maneira perversa: privilegiando interesses de e alianças com setores que se servem dos atributos espaciais como recurso para a extração de rendas, a despeito dos modos de vida historicamente conformados pelos cidadãos. Esta racionalidade que impõe transformações espaciais desconsiderando suas especificidades sociais e econômicas, é hoje um desafio para os catalães que, nos últimos quinze anos, têm disseminado o empreendedorismo urbano por diversas cidades dentro e fora do continente europeu. Capel (2007:8) aponta ainda algumas críticas, até mesmo entre o empresariado, em relação aos caminhos tomados pelo “modelo” de urbanismo barcelonês:

⁶ Tradução do autor: “Os problemas colocados pela crescente competição internacional e as ameaças de mudança de plantas industriais preocupam seriamente o governo local, como é lógico. Ante isso o modelo econômico pelo qual se optou parece claro, e tem sido reiterado há alguns dias pelo assessor do prefeito da Municipalidade de Barcelona e presidente da Comissão de Urbanismo: ‘há muitos projetos em curso que permitirão levar a cabo a transformação de Barcelona em uma sociedade de serviços na qual se prestará especial atenção à alta tecnologia’. Parece haver dúvidas sobre se o modelo será o dos países escandinavos, como alguns pretendem, ou Califórnia e Irlanda, como parece desejar, entre outros, o presidente da Câmara de Comércio Norteamericana na Espanha. Em nenhum caso ninguém parece pensar em um modelo próprio, espanhol ou catalão. Um modelo em que as próprias tradições, e em primeiro lugar a própria história industrial e a flexibilidade que implica a existência de pequenas e médias empresas com capacidade de inovação, poderia ser uma boa base para a transformação. Frente a isso, a destruição do tecido social e econômico de pequenas oficinas e indústrias no município de Barcelona está obrigando a uma deslocalização metropolitana que implica, em muitos casos, no desaparecimento dessas pequenas indústrias.”

A partir de la mitad de los noventa el modelo sería cuestionado desde diferentes perspectivas, del empresariado a los movimientos ciudadanos críticos. Desde el empresariado se considera ahora excesivo el énfasis que se ha puesto en el turismo, los grandes eventos, los servicios y la promoción inmobiliaria. Desde la izquierda aparecen valoraciones que cuestionan la conversión de la ciudad en ‘un parque temático donde se trata a los ciudadanos como turistas de los que solo se espera que admiren, consuman y callen’; también se critican las inversiones excesivas en algunos grandes eventos, mientras se mantienen grandes carencias sociales y urbanísticas.⁷

A passagem acima ilustra como os gestores governamentais podem ser “mais realistas do que o rei” ao adotar uma gestão urbana majoritariamente voltada para o consumo, para a produção espacial que se expande como meio para a geração de lucros em detrimento da oferta de bens públicos. Essa difusão do que Fernanda Sánchez (2003) denomina “modelo Barcelona”, coloca a cidade catalã entre as mais promovidas cidades européias. Tal “modelo” foi acolhido com maior entusiasmo por gestores mediterrâneos e latino-americanos, tendo como estandarte o discurso de valorização do poder local. Políticos barceloneses, inclusive, lideraram movimentos para a unificação, em nível mundial, de instituições de representação de administrações locais com o fito de aumentar o poder de barganha destas junto a organismos internacionais, especialmente a ONU. Trata-se de uma combinação entre a aposta na construção de uma rede de cidades e a cooperação internacional, que no caso da cidade catalã esteve aliada ainda a uma estratégia de marketing institucional. Corrobora com esta assertiva ainda, a forte atuação do governo barcelonês na formação da rede Eurocidades (nascida em Barcelona em 1989), no fortalecimento do Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CMRE), na criação do Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (Cideu) e na fundação da Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. (Tubsa); estas são instituições de cooperação técnica, sendo as duas últimas também utilizadas como instrumentos de disseminação do planejamento estratégico catalão.

O cerne da estratégia catalã é o aumento da visibilidade pública da cidade e de sua administração como meio para incrementar os fluxos de recursos financeiros, turísticos e de comunicação. Essa estratégia passa pela afirmação discursiva da condição européia de Barcelona, afirmando-se inclusive como a mais européia das cidades ibero-americanas e

⁷ Tradução do autor: “A partir da metade dos 1990 o modelo passou a ser questionado desde diferentes perspectivas, do empresariado aos movimentos cidadãos críticos. Desde o empresariado se considera agora excessivo a ênfase que se colocou no turismo, nos grandes eventos, nos serviços e na promoção imobiliária. Desde a esquerda aparecem avaliações que questionam a conversão da cidade em ‘um parque temático onde se trata os cidadãos como turistas dos quais somente se espera que admirem, consumam e calem’; também se criticam os investimentos excessivos em alguns grandes eventos, enquanto se mantêm grandes carências sociais e urbanísticas.”

posicionando-se ao lado de outras grandes cidades do continente (Sánchez, 2003:313). A agenda promovida pelos consultores catalães é implementada, mormente, por meio da celebração de convênios tanto de cooperação técnica voltada para a modernização da gestão, como de assessoria para a organização política e executiva. Sánchez (2003:319) reconhece como principais pontos desta agenda:

- ⇒ incremento da competitividade econômica;
- ⇒ busca da coesão social por meio da identidade com um “projeto de cidade”;
- ⇒ melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente;
- ⇒ modernização da gestão pública;
- ⇒ melhoria da mobilidade e do trânsito;
- ⇒ realização de projetos e operações urbanísticas de reestruturação urbana;
- ⇒ expansão do turismo.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro foi uma das maiores adeptas das propostas catalães. Antes mesmo do período de administrações do Prefeito César Maia⁸, foi promovido pelo governo local o Encontro “Rio-Barcelona” (em 1992). Já no mandato de Maia, os catalães tiveram um papel protagonista na formulação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro⁹, que foi iniciado em 1993 e concluído em 1995 sob a consultoria da Tubsa. Tal consultoria foi formalizada por um convênio entre a empresa catalã e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) em aliança com a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Vainer (2000b:119) critica o processo decisório que foi estruturado para a montagem do plano estratégico carioca, afirmando que os conflitos foram sufocados por mecanismos falaciosos de construção de consenso. Tal falácia se deve à substituição do processo conflituoso do planejamento pela adoção de metodologias que forjam consensos em detrimento da legitimidade democrática do dissenso e do conflito. Trata-se mesmo de uma estratégia que tem por fito a produção de discursos em defesa de uma suposta representatividade social que poderia conferir legitimidade a um Plano Estratégico que, de fato, é elaborado por um seletor de grupo de cidadãos.

⁸ Maia venceu a primeira eleição para o executivo municipal carioca em 1992, exercendo então seu primeiro mandato entre 1993 e 1996; conseguiu eleger seu sucessor, Conde, em 1996 com mandato entre 1997 e 2000; já em 2000, César volta a ser eleito Prefeito e em 2004 é reeleito, estando no governo desde 2001 e com o terceiro mandato expirando em 2008.

⁹ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO *et al.* Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade, 1996.

Para Compans (2004:23) o planejamento estratégico define parâmetro para a inserção competitiva da cidade com a montagem de uma agenda de intervenções urbanas tangíveis e intangíveis orientadas por tendências mercadológicas. A autora considera ainda que o planejamento estratégico favorece a estruturação de parcerias entre os setores público e privado, bem como o *marketing* político. É a partir deste planejamento estratégico que gestores obtêm a legitimidade para a implementação dos programas e projetos delineados, sendo alguns deles geridos pelo próprio setor privado - especialmente os de maior rentabilidade. Neste sentido, o planejamento estratégico apresenta-se como meio hábil para a adoção do próprio empreendedorismo competitivo na gestão das cidades.

A difusão internacional das soluções de empreendedorismo urbano deve ser contextualizada com a construção de discursos de tecnificação da gestão pública, boa parte destes forjados por consultores e agências multilaterais. Estes discursos de tecnicidade esvaziam as fundamentais mediações políticas na tomada de decisão, mediações que envolvem a ampliação do debate sobre a alocação de recursos e que são o coração de um regime democrático de fato. A tecnicidade é revestida por um outro discurso que é o da eficácia, que é fundamental nas políticas, mas não pode ser deificada a ponto de dispensar a participação de atores mais diretamente relacionados com a intervenção. Neste sentido, Compans (2004:25) afirma que é justamente “a suposta ineficácia do planejamento urbano moderno, racionalista e normativo, o principal argumento utilizado pelos consultores internacionais para anunciar sua crise e justificar sua substituição pelo planejamento estratégico aplicado ao setor público”.

O pacote catalão de estratégias urbanas teria suas raízes, segundo Peter Hall (2005[1988]:407), num contexto no qual o planejamento urbano teria deixado de controlar o crescimento urbano para estimulá-lo. É justamente na década dos 1970, que coincide com o enfraquecimento do consenso keynesiano, que a cidade passou a ser tomada como uma máquina de produzir riquezas cujo papel do planejamento era azeitar esta máquina. Os mais liberais passaram a criticar o planejamento urbano no âmbito das políticas keynesianas, responsabilizando-o pelos entraves em se alcançar localizações empresariais ótimas, fator que terminaria por promover a degradação das áreas urbanas centrais. Neste ponto surge então uma receita estadunidense para tal degradação: a “revitalização” urbana. Esta revitalização deveria ser empreendida com a adoção das parcerias entre esferas públicas e privadas que seriam capazes de “alavancar” investimentos privados com fundo públicos (Arantes, 2000:20-2). Desta forma, as raízes do empreendedorismo urbano podem ser encontradas no

ordenamento territorial promovido nas cidades estadunidenses nos anos 1970, chegando na década seguinte ao continente europeu e nos anos 90 à América Latina.

Compans (2004) tem como hipótese central em seu livro a contestação de que o empreendedorismo competitivo possa ser tomado apenas como um instrumento técnico, para a autora trata-se acima de tudo de uma estratégia político-argumentativa utilizada para viabilizar um projeto de modernização capitalista. Tal projeto consistiria, segundo a autora (p. 27), em:

- a. adaptação da configuração espacial às demandas do setor de serviços avançados;
- b. redução de riscos sociais e políticos para os investimentos privados;
- c. remoção de barreiras legais e burocráticas para a valorização do capital;
- d. renovação da base social produtiva.

O planejamento e a gestão de cunho empresarialista são também criticados por Souza (2006a:136-9; 2006b:128-131), que identifica um forte componente “mercadófilo” nestas práticas. O autor também destaca o papel das parcerias entre os setores público e privado neste enfoque, que é marcado ainda pela “tentativa de transposição do *corporate strategic planning*, surgido no meio empresarial, para o planejamento urbano e regional no setor público”. Tais práticas seriam capitaneadas por setores caracterizados por um conservadorismo empresarialista, que teriam no planejamento estratégico uma de suas principais ferramentas de intervenção urbana. Ressalta-se a diferença entre o planejamento estratégico supracitado e aquele desenvolvido por Matus (1996), que serviu de inspiração tanto para o ideário de reforma urbana como para as administrações petistas em Porto Alegre. Por outro lado, estes dois planejamentos estratégicos têm em comum o fato de explicitarem a dimensão política do planejamento com a identificação dos atores envolvidos no processo e a realização de análises de conjuntura com o objetivo de estabelecer alianças e/ou reconhecer melhor as ameaças. No entanto, o planejamento mais conservador se serve destas informações em defesa não de uma maior participação que, de fato, geraria um amplo consenso, mas sim para beneficiar a competição interurbana e os interesses empresariais na produção do espaço urbano.

Como contraponto às críticas realizadas ao planejamento estratégico carioca, pode ser citado o trabalho de Acioly (2004) que identifica nos anos 1990 um certo desenvolvimento institucional da burocracia municipal da Cidade a partir da adoção de mecanismos organizacionais e administrativos que teriam tornado as políticas locais mais eficientes. Sem

embargo, para Márcio Oliveira (2002:130) o Projeto Rio Cidade (que pode ser enquadrado como um GPU) pode ser tomado como expressão de uma perspectiva de empresariamento urbano que define que o espaço da cidade deve ser moldado à imagem e semelhança “dos *Shopping Centers*, isto é, como vitrines arrumadas de forma sedutora a exibir produtos para aqueles que possam comprar e usufruir dos seus bens, equipamentos e serviços”. Nesta abordagem, a cidade estaria sendo moldada a partir da lógica não do cidadão, mas sim do consumidor com capacidade de pagar pelos serviços que a cidade, privatizada, oferece; trata-se então do que o autor chama de cidadania de mercado. O espaço urbano, ordenado mais para ser visto do que habitado, tem sua expressão mais clara no processo de espetacularização da cidade, como será abordado na seção a seguir.

Como foi ressaltado acima, as estratégias que conformam o empreendedorismo urbano estão fortemente associadas à produção e consumo de espetáculos, como os megaeventos esportivos. Pode-se afirmar que o empreendedorismo urbano que tem na competitividade interurbana, nas parcerias entre as esferas públicas e privadas, na flexibilização de normas e nos planos estratégicos os seus pilares, se apresenta como uma forma de aprofundar o desenvolvimento geográfico desigual a partir do projeto de modernização capitalista. Vale destacar ainda que o sucesso do empreendedorismo urbano está estreitamente associado a uma perspectiva que desconsidera a condição de sujeitos concretos de parcelas significativas de cidadãos. Procede-se, desta forma, um ordenamento territorial que considera os sujeitos como entes abstratos tomados como consumidores que, com frequência cada vez maior, devem buscar bens públicos em mercados cada vez mais amparados por gestores empreendedores. Neste sentido, o espaço urbano tem sido, no contexto da modernização capitalista, conformado mais como um recurso para aqueles que coordenam os processos de acumulação do que como um abrigo para os que nele desenvolvem suas culturas e constroem suas identidades.

1.2. ESPETACULARIZAÇÃO DAS CIDADES

Panem et circensis é uma fórmula que já foi adotada em outros períodos da história humana como meio para pacificar os descontentes da massa, i.e., como meio de controle social. Sem embargo, o espetáculo não serve apenas como mecanismo de controle, ele pode ser também um recurso hábil para o movimento revolucionário ou mesmo para manifestar a insatisfação popular; “o espetáculo sempre foi uma potente arma política” (Harvey, 2002[1989]:88). Pode-se reconhecer estas práticas nas manifestações pela ampliação e

garantia de direitos civis, nas manifestações contra as guerras e ainda nos eventos contraculturais, em especial os concertos de música, que já foram realizados para angariar fundos e sensibilizar pessoas para a pobreza e a fome na África (Live Aid). Vale destacar neste contexto o evento realizado na simbólica data de 07/07/07: o Live Earth¹⁰. Tal evento teve como lema “The concerts for a climate in crisis” e foi realizado simultaneamente em 8 cidades distribuídas por todos os continentes. Esse evento, que teve por fim fazer um alerta sobre os efeitos causados pelo aquecimento global, é um exemplo de como o espetáculo pode ser hoje organizado numa escala planetária como forma de manifestação; obviamente que com contornos e apropriações bem distintos daqueles eventos dos anos 1960 a que Harvey faz menção.

Por outro lado, é preciso reconhecer que o espetáculo tem hoje outros contornos que obriga uma análise muito cuidadosa sobre o papel assumido por ele na construção do mundo urbano. Harvey (2002:89) identifica aproximadamente o ano de 1972 como o marco para a captura mais recente do espetáculo por agentes interessados em utilizá-lo como meio de controle social. Antes disso, Guy Debord já em 1967 (edição de 1997, utilizada aqui) publicava a “Sociedade do Espetáculo”, livro no qual o autor analisa o modo pelo qual a sociedade se modelava a partir da espetacularização de suas relações. Debord, neste trabalho que já completa 40 anos, disserta em teses que narram a centralidade do espetáculo em diferentes dimensões da vida; sua tese 6 é especialmente reveladora desta centralidade que o tema assume nas práticas sociais:

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento do mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ela é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário – o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna.

A tese acima deixa claro que para Guy Debord o espetáculo não se resume à definição que pode ser encontrada no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: “Representação teatral,

¹⁰ O Live Earth ocorreu nas seguintes cidades: New York, London, Shanghai, Rio de Janeiro, Johannesburg, Sydney, Tokyo e Hamburg. Os organizadores divulgaram que os materiais usados nos shows eram os que causavam menor dano ambiental e que créditos de carbono seriam comprados para compensar a poluição gerada. A mensagem do Live Earth era: “Todos juntos, homens, mulheres, crianças e adolescentes podemos através de pequenas atitudes entregar um futuro pleno, sem os efeitos devastadores do aquecimento global. Seja consciente, economize energia, ande menos de carro, não desperdice água e respeite a natureza”.

exibição de cinema, televisão, etc, ou qualquer demonstração pública de canto, dança, interpretação musical etc”. Debord assevera que o espetáculo é a afirmação da aparência e a negação visível da vida (tese 10); a mensagem do espetáculo é: “o que aparece é bom, o que é bom aparece”, o que exige uma aceitação passiva fundada no fato do espetáculo deter o monopólio da aparência (tese 12) e ser ainda o contrário do diálogo (tese 18). Em suas teses sobre o ordenamento territorial, Debord escreve que o capitalismo se serve do urbanismo para refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário (tese 169); e numa crítica ao ordenamento territorial vigente em sua época, ele assevera que o urbanismo é a própria técnica da separação que prepara o solo para o desenvolvimento capitalista (tese 170). Ainda entre essas teses, destaque especial deve ser dado àquela de número 174 (na qual a assertiva de 40 anos atrás se revela atual) que afirma que o momento presente é o momento do autofagismo urbano, orientado pelos imperativos da organização técnica do consumo que conduz a cidade a consumir-se a si própria. Trata-se de uma tese que aponta diferentes leituras, sendo uma delas a da necessidade que o capitalismo tem de produzir novos espaços (ajustes espaciais) que atendam os ordenamentos definidos numa lógica de consumo que privilegia o ciclo de valorização e acumulação do capital.

Retomemos a análise de Harvey sobre os usos que os espetáculos passaram a ter a partir dos anos 1970. O autor faz referência a uma reunião ocorrida em Baltimore de um pequeno grupo de políticos, profissionais e líderes de negócios influentes que buscavam soluções para reunir a cidade que tinha a vitalidade de seu centro ameaçada por distúrbios. A solução encontrada foi a organização de uma feira de espetáculos (*Baltimore City Fair*) com pretensões de “celebrar a vizinhança e a diversidade étnica da cidade” (Harvey, 2002:89-90). É nesse contexto que Harvey (2002:91-92) reconhece a emergência de uma arquitetura do espetáculo, “...com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade...” em diversas cidades americanas e mesmo em Londres. Harvey continua sua explanação afirmando que estas cidades “...são apenas aspectos físicos de espetáculos organizados que incluem eventos mais transitórios como os Jogos Olímpicos de Los Angeles...”. A conjuntura dos anos 1970 de desindustrialização e de reestruturação levaria boa parte das grandes cidades do mundo capitalista avançado à competição entre si como centros financeiros, de consumo e de entretenimento; nas palavras de Harvey (2002:92): “Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas num período (iniciado em 1973) de competição interurbana e de empreendedimentismo (sic) urbano intensificados”. Observa-se aqui o espetáculo como o próprio embrião do empreendedorismo urbano, tratado na seção anterior,

que soaria como o canto da sereia para grande parte dos planejadores urbanos das grandes cidades do mundo capitalista.

Sánchez (2003) dedica um capítulo inteiro de seu trabalho ao que denominou de “a cidade tornada espetáculo”. Nele a autora assevera que a noção de cidade-espetáculo deve ser compreendida a partir dos “elos entre as práticas contemporâneas de modernização urbanística, os interesses políticos em cena e a relação dos governos com a mídia” (p. 488). Essencial na formação desta cidade é a construção de uma determinada imagem urbana que se apresente como linguagem sintética que seja capaz de transmitir aos potenciais consumidores a mensagem de um lugar aprazível. Sánchez destaca alguns pontos que caracterizam esta cidade-espetáculo:

- ⇒ a construção mítica da imagem dos líderes urbanos;
- ⇒ o encontro entre cultura e economia;
- ⇒ a instrumentalização da arquitetura e do urbanismo nas práticas espaciais;
- ⇒ a gentrificação como parte da agenda urbana;
- ⇒ a captura do multiculturalismo como tema domesticado;
- ⇒ a utilização dos grandes eventos na competição interurbana.

Cabe aqui um olhar mais atento para o último ponto trabalhado pela autora. Grandes eventos têm se configurado em oportunidades para os gestores das cidades realizarem operações de reestruturação urbana e para o fortalecimento de identidades. Tais eventos proporcionam tanto a legitimidade para a realização das intervenções urbanas que promovam os ajustes espaciais demandados pelos grupos hegemônicos, como potencializam o chamado “patriotismo de cidade”. O fato de grandes eventos poderem atrair a atenção de amplos setores da mídia faz com que governos empenhem esforços hercúleos para promovê-los. Trata-se de uma estratégia calcada na construção de uma determinada imagem de cidade que é capaz de oferecer vantagens para aqueles que têm a capacidade de pago que irá movimentar a economia local. Atualmente os eventos de maior repercussão internacional são os esportivos, que transmitem uma imagem de jovialidade que é muito valorizada na venda de mercadorias. Entre esses eventos esportivos cobiçados pelos gestores urbanos, destacam-se os Jogos Olímpicos e as versões regionais destes como os Jogos Asiáticos e os Jogos Pan-americanos, figurando ainda a Copa do Mundo de Futebol Masculino entre tais eventos - sendo esta cobiçada principalmente por governos nacionais.

A perspectiva de Sánchez (2003:528) sobre estes Jogos é a da metáfora da cidade tentando vencer, a autora refere-se em seu trabalho à Cidade de Barcelona como um grande exemplo deste enfoque. Nuria Benach (1993:485) se serviu de outra metáfora para tratar dos Jogos Olímpicos sediados em Barcelona em 1992, a de “la película de Barcelona 92” que remete à promoção da imagem de cidade de forma a torná-la mais atrativa e competitiva a partir dos recursos do City marketing. Sánchez (2003) trata, neste contexto, da transformação do espaço em mercadoria. A produção do espaço é definida então pelo valor de troca, pelo posicionamento deste diante do mercado; este movimento ocorre em detrimento do valor de uso que os espaços oferecem. Surge então o espaço-mercadoria que incorpora novas representações e que se caracteriza pela competitividade entre as cidades. A transformação do espaço em mercadoria leva, por conseguinte, ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e venda das cidades que correspondem ao chamado “city marketing”, que na definição de Ashworth e Voogd¹¹ (1991:11):

City marketing is defined as an awareness of the advantages of obtaining private investment and the shaping of partnership structures to achieve this. City marketing will be treated here as a process whereby urban activities are as closely as possible related to the demand of targeted customers so as to maximize the efficient social and economic functioning of the area concerned in accordance with whatever goals have been established.¹²

O “city marketing”, ou marketing urbano, é tratado por Souza (2006a:302-4) como um dos instrumentos informativos que são utilizados no planejamento urbano. Para o autor nem sempre o marketing urbano é um problema como costuma ser visto nos “círculos politicamente não-conservadores”; ele é admissível quando não se apresenta de forma enganosa, escondendo deliberadamente as mazelas urbanas: “...o *marketing* pode fazer referência às vantagens locais sem incorrer em fetichismo espacial algum, ou em xenofobia ou ufanismo exagerado”. O autor lembra que o *marketing* urbano ascende com o declínio do planejamento urbano clássico e defende que seu uso adequado pode ser orientado para o desenvolvimento socioespacial. Deffner e Liouris (2005) igualmente reconhecem pontos positivos no “city marketing”, especialmente no que tange o planejamento turístico das

¹¹ ASHWORTH, G; VOOGD, H. *Selling the City: marketing approaches in public sector urban planning*. London and New York: Belhaven Press, 1991. (*apud* Sánchez, 2003:55)

¹² Tradução de Sánchez (2003:55): “*city marketing* é definido como a percepção das vantagens de obtenção de investimentos privados e a preparação de estruturas de parceria para alcançá-los. O *City marketing* será tratado aqui como processo mediante o qual as atividades urbanas estão o mais proximamente possível relacionadas com a demanda de clientes-alvo de forma a maximizar a eficiência social e o funcionamento econômico da área envolvida de acordo com todos os objetivos que tenham sido estabelecidos.”

idades, com a ressalva de que o fazem numa perspectiva pouco crítica a respeito dos efeitos colaterais causados pela competitividade interurbana.

O fascínio que o *marketing* urbano provocou em muitos prefeitos levou Vainer (2000a:78) a afirmar que estes mais pareciam vendedores ambulantes que dirigentes políticos; o autor coloca a pertinente questão de qual é exatamente o significado de se vender uma cidade, i.e., o que se está negociando quando se anuncia a venda de uma cidade? Segundo Vainer (2000a:79) alguns autores defendem que a venda depende da demanda do consumidor, outros que o que se vende são insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, escritórios de informação e assessoramento a investidores, segurança. Neste cenário, o melhor “comprador de cidade” é o investidor internacional que seja solvente e que possa injetar recursos na economia local; a mercadoria-cidade tem um consumidor muito específico que é qualificado segundo a capacidade de pago. É nesse sentido que Ana Ribeiro (2005:266) afirma que a atual modernização capitalista, descompromissada com as desigualdades sócio-espaciais, se pauta pela “competição entre localidades por investimentos externos e, a oferta do território e da cultura como moedas de troca na atração do olhar estrangeiro. Neste contexto, a única estratégia efetivamente veiculada é a estratégia dos negócios e, especialmente, de venda”.

É importante frisar que a competição entre cidades é, em certa medida, a própria competição entre empresas por localizações mais vantajosas. Destaque ainda deve ser dado ao fato de que a transposição do modelo estratégico empresarial para o planejamento urbano tem vários desdobramentos, entre eles: a autorização da venda das cidades e o emprego do marketing urbano. As estratégias discursivas que revestem esse quadro dificultam o questionamento da transformação da cidade em mercadoria pois ele se dilui no momento que a cidade aparece como empresa; em seguida, a crítica a esta analogia perde sentido quando é a cidade-pátria que emerge, oferecendo a paz e a estabilidade (Vainer, 2000a:99-100).

Pode-se encontrar ainda outra variante para o termo espetacularização aplicado à produção do espaço urbano, como destaca Francesc Muñoz (2005:8) a respeito da formulação do autor italiano Marco Venturi:

Venturi introdujo en 1994¹³ el concepto de festivalización para referirse al desarrollo de políticas urbanas concebidas a partir de la necesidad de un gran evento como la máquina principal para la transformación de la ciudad y la solución de sus problemas. Venturi se interrogaba así sobre el carácter cíclico de unas políticas que habían acompañado a la ciudad desde la época

¹³ VENTURI, Marco. Grandi eventi. La festivalizzazione della politica urbana. Il Cardo. Venezia. 1994. (apud Muñoz, 2005:8)

de las grandes ferias de la industria o las exposiciones universales que todavía continúan celebrándose.¹⁴

A partir das considerações de Venturi, é possível afirmar que cidades estão se servindo ciclicamente dos grandes eventos na promoção de políticas urbanas. Sem embargo, Muñoz ressalta que os grandes eventos realizados no século XIX, e em boa parte do século XX, não tinham o enfoque na produção de uma imagem urbana que nas últimas décadas está no centro das preocupações de agentes modeladores do espaço urbano. Se por um lado a produção de uma imagem esteve em alguma medida sempre presente nos grandes eventos urbanos, por outro a construção desta imagem nas últimas décadas deve, para os empreendedores urbanos, anteceder à própria conformação da forma urbana na qual ela estará apoiada. A arquitetura espetacularizada destas cidades é então reduzida à produção e reprodução de imagens, a realidade passa a ser produzida pelo espetáculo e o espetáculo conforma-se então com a própria realidade, como diria Guy Debord. Neste contexto, as cidades são tratadas não mais como lugares para se habitar e sim lugares para se olhar, como afirma Jorge Barbosa (1999:62).

Barbosa (1999) alerta para as representações banalizadas da cidade desordenada, caótica, que mascaram as desigualdades sócio-espaciais urbanas. Neste escrito, Barbosa (1999) revela o fenômeno da construção de uma imagem urbana caótica que orienta o ordenamento territorial e paisagístico das cidades. O autor defende que vicejam representações de uma cidade permanentemente em crise; é a cidade como império da desordem, com espaços violentos e perigosos que devem ser isolados a fim de se assegurar a paz entre os cidadãos. Como resposta à imagem caótica, estratégias de embelezamento são adotadas na montagem do mobiliário urbano de modo a conferir uma aparente ordem e estabilidade às cidades, proporcionadas também pela expansão de equipamentos e serviços privados de segurança. Barbosa (1999:65) assevera ainda que: “O caos é tomado como um ‘modelo explicativo’ da cidade contemporânea e, ao mesmo tempo, um sentido inerente ao próprio conteúdo do urbano”. A supremacia do caos na vida urbana é tão grande para o autor que há mesmo uma inversão: não ter sentido, passa a fazer sentido para as cidades. Em escrito posterior, Barbosa (2002:91) reafirma a estratégia de se construir cenários de embelezamento contra os discursos de desordem urbana. Prédios imensos, *shopping centers* sofisticados,

¹⁴ Tradução do autor: “Venturi introduziu em 1994 o conceito de festivalização para referir-se ao desenvolvimento de políticas urbanas concebidas a partir da necessidade de um grande evento como a máquina principal para a transformação da cidade e a solução de seus problemas. Venturi se interrogava assim sobre o caráter cíclico de umas políticas que haviam acompanhado a cidade desde a época das grandes feiras da indústria ou as exposições universais que ainda continuam sendo celebradas.”

obras decorativas nos bairros e a própria realização de megaeventos culturais e esportivos se inscrevem nesta linha de ação abraçada por inúmeros gestores urbanos. Trata-se da construção da imagem de lugares não mais para se habitar e sim para se exibir, para servir à realização de um consumo visual de uma paisagem que se apresenta como um novo valor de troca.

Francesc Muñoz (2005) assevera que há um processo em curso de replicação de territórios, uma multiplicação de paisagens comuns orientadas não ao consumo do lugar, mas sim ao consumo de sua imagem. O autor afirma então a emergência de uma categoria de paisagem temática que se define por sua “aterritorialidade”; são paisagens que não traduzem as características do território, nem o resultado de seus conteúdos físicos, sociais ou culturais. A paisagem acaba por ser reduzida à informação mais imediata e superficial: a imagem; “...estos son los paisajes de la urbanización, espacios temáticos donde la única forma de representación pasa por el gadget o el souvenir; entornos que forman parte de una cadena de imágenes sin lugar, reproducidas en régimen de take-away”¹⁵ (Muñoz, 2005:2).

Urbanização é o termo que Muñoz emprega para se referir às políticas urbanas adotadas nas últimas décadas com o fito de promover a regeneração de diversos centros históricos e áreas centrais, especialmente na Europa. Esta urbanização é caracterizada por: “...la especialización económica y funcional, la segregación morfológica de los ambientes urbanos y la tematización del paisaje”¹⁶. O autor defende ainda neste trabalho (p. 10) a utilização do conceito de *tematização* da cidade para dar conta dessa produção espacial voltada para o ócio e o consumo, tal conceito é definido como: “...la exportación al territorio urbano de espacialidades y temporalidades características de los contenedores de ocio y consumo especializado, tales como centros comerciales, multicines o parques temáticos”¹⁷.

Neste processo denominado urbanização, Muñoz (p. 15) aponta quatro novos requerimentos urbanos que vão caracterizar a produção de paisagens banais:

- ⇒ a imagem como primeiro fator da produção de cidade;
- ⇒ a necessidade de condições suficientes de seguridade urbana;
- ⇒ o consumo do espaço urbano em tempo parcial a partir do qual se produz o predomínio de comportamentos urbanos vinculados ao consumo e à experiência de visitante entre lugares mais do que habitante de um lugar;

¹⁵ Tradução do autor: “...estas são paisagens da urbanização, espaços temáticos onde a única forma de representação passa pelo gadget ou pelo souvenir; ambientes que formam parte de uma cadeia de imagens sem lugar, reproduzidas em regime de take-away.”

¹⁶ Tradução do autor: “...a especialização econômica e funcional, a segregação morfológica dos ambientes urbanos e a tematização da paisagem”.

¹⁷ Tradução do autor: “...a exportação ao território urbano de espacialidades e temporalidades características dos continentes do ócio e do consumo especializado, tais como centros comerciais, multicines ou parques temáticos.”

⇒ a utilização de alguns elementos morfológicos da cidade como o espaço público em termos de praias de ócio.

Ao formular o conceito de urbanização, Muñoz contribui para desvelar algumas contradições que permeiam as estratégias empreendedoras urbanas. A primeira delas é aquela que se refere à competitividade entre as cidades, que no afã de se distinguir de outras cidades para atrair mais investidores e consumidores, em escala até mesmo global, acaba por se tornar a mais comum e banal das cidades. Outra contradição é a estruturação de espaços seguros que permitam a prática do consumo sem riscos de violência, mesmo que seja por meio da imposição de um controle social austero. Não importa que em grande medida o ciclo de valorização do capital que estimula a farra do consumo seja gerador de desigualdades responsáveis pela violência urbana. Importa sim que as cidades possam criar ilhas de seguridade que sejam capazes sobretudo de transmitir a imagem de espaços livres de perigos e propícios às compras. Muitas das vezes o exercício da violência pelo Estado é tomado como único recurso para criar estes espaços, ainda que isto ocorra com a violação de direitos de parte da população.

1.3. GRANDES PROJETOS URBANOS

Como foi assinalado anteriormente, é cada vez mais freqüente a realização de grandes intervenções urbanas com diferentes dimensões e impactos sobre os territórios. Trata-se de um fenômeno que guarda relação com novos ordenamentos associados à globalização e à redefinição de posicionamentos dos gestores urbanos. Ajustes espaciais estão sendo realizados numa velocidade cada vez mais acelerada e com transformações territoriais que promovem novos significados para governos, empresas e cidadãos, especialmente nos países centrais. Novas territorialidades são conformadas a partir do movimento de atores que detêm a hegemonia dos processos decisórios voltados para os investimentos em projetos urbanos. No âmbito da discussão realizada nesta dissertação, os grandes eventos esportivos (GEEs) são abordados enquanto grandes projetos urbanos (GPUs)¹⁸ que orientam o ordenamento territorial das cidades.

É necessário realizar aqui um reconhecimento do que são os GPUs, a partir de abordagens encontradas na literatura. Para Mario Lungo (2004:17) os GPUs não se limitam

¹⁸ O termo grandes projetos urbanos (GPUs) pode também ser encontrado na literatura com a denominação de grandes projetos de desenvolvimento urbano (GPDUs), não sendo verificadas, a princípio, distinções entre as duas expressões.

apenas às grandes obras emblemáticas, são também grandes operações urbanas que muitas vezes se apresentam na forma de programas de intervenção por meio de um conjunto de ações urbanas de nível intermediário que por sua integração promovem um profundo impacto no desenvolvimento de uma cidade. Contextualizando os GPUs da América Latina, Lungo ressalta a importância dos estudos deste tema tanto por conta dos efeitos do processo de globalização, como pela escassez de pesquisas sobre a temática em tela. O autor em foco exemplifica algumas intervenções urbanas que podem ser tomadas como GPUs: a recuperação de centros históricos; a construção de sistemas de transporte público massivo; a reutilização de antigas zonas industriais, militares, ferroviárias, portuárias; a reabilitação de grandes áreas degradadas de habitação; a construção de novas zonas turísticas ou recreativas.

Lungo (2004:21) afirma ainda que os GPUs se constituem em elemento essencial para se entender o urbanismo europeu no final do século XX. Tais projetos passam a ser pensados como mediadores entre as exigências espaciais de investimentos econômicos nas grandes metrópoles e sua própria transformação urbana. Ezquiaga (2001 *apud* Lungo, 2004) propõe uma classificação para os GPUs em 3 gerações, caracterizadas por:

Primeira Geração;

- ⇒ construção de infra-estruturas ou serviços urbanos, nos quais se recupera e amplia o conceito de obra pública;
- ⇒ protagonismo público com intervenção direta do governo central ou municipal;
- ⇒ motores de transformação urbana e recuperação do meio ambiente;
- ⇒ atenção prioritária ao espaço público;

Segunda Geração;

- ⇒ objetos de intervenção diversificados (criação de novas centralidades, melhoramento de áreas pobre etc);
- ⇒ extrapola limites territoriais das intervenções urbanísticas tradicionais chegando inclusive à periferia;
- ⇒ critérios de rentabilidade econômica por meio da incorporação do setor privado na gestão;

Terceira Geração;

- ⇒ concebidos como motores de desenvolvimento do espaço metropolitano;

⇒ promoção da recuperação integral dos centros históricos e não só do patrimônio histórico;

⇒ contribui na transformação da periferia interna e cria novas centralidades.

Uma grande intervenção urbana não se caracteriza apenas por uma única operação. Ela pode se dar a partir de pequenas ou médias ações concatenadas que são orientadas para a transformação de um determinado recorte espacial urbano. Em certa medida, todo GPU é conformado por diversos eventos de natureza distinta que uma vez ordenados, espacialmente e temporalmente, dão origem a materialidades e representações em uma significativa escala urbana. Lungo e Martim Smolka (2005) abordam a relação entre o valor do solo urbano e os GPUs com ênfase em duas perspectivas:

⇒ a de que os GPUs podem estimular transformações urbanas imediatas que são capazes de afetar o valor do solo, e por conseguinte seus usos, em grandes escalas urbanas;

⇒ com uma dimensão voltada mais para a regulação, com especial atenção na valorização do preço do solo gerada pela implementação e operação destes projetos, bem como os potenciais recursos para a sustentabilidade e a viabilidade econômica dos mesmos.

O primeiro está mais focado no desenho urbano, ou urbanismo, e suas dimensões físicas, estéticas e simbólicas relacionadas aos projetos urbanos. Já a segunda tem uma preocupação mais centrada na relação entre GPUs e novas funções que algumas áreas da cidade podem vir a ter. Os autores ressaltam que os GPUs não são uma novidade na América Latina considerando que desde o início do século XX foram implantados alguns GPUs nesta região. Com outros significados, os GPUs atuais reorientam os processos urbanos, criam novas identidades num nível simbólico e geram novas áreas econômicas, tudo isso orientado por um modelo de desenvolvimento geográfico desigual pautado pela competição entre cidades. Smolka e Mullahy (2007:49-50) destacam que a maioria das grandes cidades latino-americanas, e mesmo algumas médias, utilizam enquanto recurso de estratégia competitiva a implementação de GPUs que teriam a capacidade de impulsionar a economia urbana. Estes autores alertam ainda para o fato de que a implantação destes grandes projetos pode: “...concentrarse más en sus valores simbólicos y estéticos que en un análisis riguroso y

exhaustivo de su eficacia en función de los costos, y mucho menos en una evaluación de sus costos sociales, económicos o ambientales”¹⁹.

O contexto apontado por Lungo e Smolka (2005) perpassa as transformações da globalização, as reformas econômicas, a desregulação e a introdução de novos focos na gestão urbana. Há uma grande complexidade na implantação dos GPUs que pode dar origem a novos movimentos sociais, redefinir oportunidades econômicas, alterar papéis de atores urbanos, conter as finanças locais e ampliar a arena política. Além disso, algumas dificuldades podem ser destacadas nos GPUs: o seu longo tempo de duração que muitas vezes excede o próprio tempo de mandato do chefe do Poder Executivo local e os próprios limites territoriais da autoridade que está à frente do processo de implantação do projeto.

Por outro lado, pode-se encontrar no trabalho conjunto de Biderman, Sandroni e Smolka (2006), que trata da Operação Faria Lima em São Paulo, alguns aspectos complementares de um GPU. Os autores brasileiros consideram que os GPUs impactam boa parte da cidade, podendo envolver ainda novos instrumentos regulatórios ou fiscais, bem como uma vasta rede de agentes e instituições. Nestes projetos, são ainda esperadas alterações nos preços do solo, requalificação ou produção de novas infra-estruturas ou mesmo a atração de novas construções. Alerta é feito pelos autores no sentido de que o debate sobre a implantação de GPUs na América Latina tem sido controverso. Para estes autores, carecem de evidência empírica os argumentos que apontam fragilidades dos GPUs; são exemplos de tais argumentos os fatos de: promoverem gentrificação, serem incapazes de estimular a produção de novas atividades e envolverem grande volume de recursos públicos que poderiam ter outros destinos para a cidade. Sem embargo, Lungo (2004: 294-5), em texto anterior ao dos autores brasileiros, se posicionou de maneira mais crítica em relação a vários GPUs que apresentam uma faceta elitista que estimula a substituição de populações com baixos salários por estratos mais abastados da sociedade. As críticas de Lungo são dirigidas, por exemplo, às intervenções de Puerto Madero (Buenos Aires), no qual após mais de uma década de implementado o projeto, não logrou surtir um grande efeito no sentido de impulsionar outros grandes projetos urbanísticos.

Ainda no contexto latino-americano, Eduardo Reese (2007:262-3) ressalta que um grande número de GPUs em implantação na região tem sido orientado pela busca de maior

¹⁹ Tradução do autor: “...concentrar-se mais em seus valores simbólicos e estéticos que em uma análise rigorosa e exaustiva da sua eficácia em função dos custos, e muito menos em uma avaliação de seus custos sociais, econômicos e ambientais”.

rentabilidade pelos capitais imobiliários que perseguem áreas urbanas que se apresentem como oportunidade de investimento. Isso ocorre em detrimento de objetivos de renovação urbana e que podem ainda conformar áreas exclusivas, às quais apenas as classes mais abastadas têm acesso; aprofundando desta forma uma segregação espacial perversa que assola grande parte das grandes cidades latino-americanas. Smolka e Mullahy (2007:50) ao se referirem aos processos de renovação urbana desenvolvidos a partir da implantação de GPUs, se posicionam de maneira crítica em relação à aceitação de resultados que geram gentrificação nos territórios onde pretende realizar renovações a partir de GPUs: “Acceptar la elitización (gentrification) resultante como un resultado inevitable, si no intencional, va de la mano con hacer una evaluación superficial de los verdaderos costos sociales e individuales asociados con esas renovaciones.”²⁰

Lungo (2002:294) destaca algumas destas críticas aos GPUs tomando como exemplo a própria organização dos Jogos Olímpicos de Barcelona, os quais foram usados como parâmetro de desenvolvimento urbano por muitas cidades latino-americanas como já foi assinalado anteriormente. À guisa de contextualização da discussão sobre os GPUs, vale ressaltar que os autores abordados acima fazem parte do Programa para América Latina e Caribe do Lincoln Institute of Land Policy (LILP)²¹, que vem realizando diversas pesquisas e projetos sobre políticas urbanas de uso do solo. Há dentro deste programa posicionamentos distintos em relação aos impactos produzidos pelos GPUs, como se pôde observar acima. Independentemente destes posicionamentos, o LILP tem se destacado na América Latina pela produção de conhecimentos acerca da temática em tela.

Para além das experiências latino-americanas, Swyngedouw *et al.* (2002:547-8) ao analisar alguns GPUs europeus chegaram a conclusões bastante críticas em relação aos impactos destes projetos. Os autores questionam: (1) o caráter pouco democrático do processo decisório envolvido na implementação dos GPUs europeus, assim como (2) a baixa articulação destes com a cidade como um todo. Ressaltam ainda tendências elitistas nestes projetos que terminam por acentuar as disparidades sócio-econômicas com efeitos perversos para os mais pobres. Pode-se encontrar também no trabalho de Otilia Arantes (2000) algumas críticas em relação a GPUs realizados em diversas cidades européias (Paris, Barcelona, Bilbao, Berlim, Lisboa) no contexto do empresariamento das cidades; a perspectiva da autora

²⁰ Tradução do autor: “Aceitar a elitização (gentrification) resultante como um resultado inevitável, se não intencional, está coadunado com fazer uma avaliação superficial dos verdadeiros custos sociais e individuais associados a essas renovações.”

²¹ Sítio do LILP disponível em: <http://www.lincolninst.edu/>. Acesso em: 13 jul 2006.

inclusive aponta algumas relações entre a produção espacial das cidades, os GPUs e os grandes eventos esportivos, tema que aqui é tratado de maneira central.

Grandes eventos, especialmente os esportivos, podem servir como um marco de transformação urbana à medida que se conformam como GPUs, como exemplifica Capel (2007:7) ao discutir as mudanças ocorridas em Barcelona por conta dos Jogos Olímpicos:

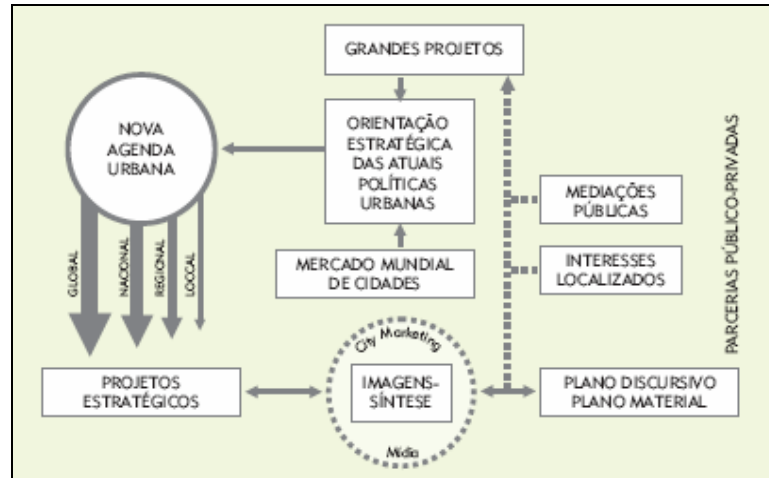
La concesión de los Juegos Olímpicos a Barcelona en 1986 sirvió para poner en marcha grandes proyectos urbanos que se extendieron al conjunto de la ciudad, con el diseño de operaciones de gran alcance. La oportunidad de los Juegos permitía aprovechar ese acontecimiento para realizar un esfuerzo inversor que condujera a una modernización profunda de las infraestructuras; se trata, por otra parte, de una tradición que Barcelona había utilizado ya con las Exposiciones Universal de 1888 e Internacional de 1922.²²

O autor assinala os efeitos multiplicadores promovidos por GPUs conformados por megaeventos, efeitos com impactos diversos sobre o ordenamento territorial urbano definido pelos atores hegemônicos.

Sánchez *et al.* (2004:41) asseveram que os GPUs têm sido tratados numa perspectiva “estratégica”, seja como um tipo de resposta dos gestores urbanos à crise fiscal e aos aumentos das desigualdades espaciais, seja como um elemento importante da história recente das formas de gestão e produção do espaço urbano sujeitas aos circuitos do capitalismo globalizado. Os autores (p. 52) tomam os GPUs como “verdadeiras sínteses configuradoras de um enfoque específico de fazer e refazer as cidades no mundo contemporâneo”; tal enfoque específico é conformado por um conjunto de elementos que os autores consolidaram no quadro abaixo, e que já foram tratados nesta dissertação.

²² Tradução do autor: “A concessão dos Jogos Olímpicos a Barcelona em 1986 serviu para colocar em marcha grandes projetos urbanos que se estenderam ao conjunto da cidade, com o desenho e operações de grande alcance. A oportunidade dos Jogos permitia aproveitar esse acontecimento para realizar um esforço investidor que conduziria a uma modernização profunda das infra-estruturas; se trata, por outra parte, de uma tradição que Barcelona já havia utilizado com as Exposições Universal de 1888 e Internacional de 1922.”

Figura 1 – Elementos constitutivos do empreendedorismo urbano



Fonte: Sánchez *et al.* (2004:52)

A figura acima se apresenta como um recurso para a representação sistematizada dos principais pontos que permeiam o empreendedorismo urbano. A leitura deste quadro propõe que a orientação estratégica do ordenamento territorial urbano, num cenário de competitividade entre as cidades, tem sua agenda atual definida por atores em múltiplas escalas, sendo tal agenda consolidada nos projetos estratégicos que se pautam pelo “city marketing”. Mediados pelos atores hegemônicos que se servem principalmente das parcerias público privadas, a implementação dos grandes projetos urbanos se configuram na maior expressão, materializada no espaço, do ordenamento territorial vigente. Os megaeventos esportivos neste cenário se apresentam como um meio para se verificar empiricamente os impactos promovidos pelo ordenamento territorial caracterizado pelos elementos acima. A fim de aprofundar a discussão sobre a importância da análise escalar neste ordenamento, bem como realçar alguns pontos do caráter desigual do desenvolvimento urbano atual, serão realizadas algumas considerações sobre estes temas na próxima seção.

1.4. ESCALAS E DESIGUALDADES ESPACIAIS

Um problema central que se apresenta na delimitação desta abordagem dos GPUs é a questão da escala. Lungo (2002:293) assevera que os GPUs se caracterizam primordialmente pela sua grande magnitude e escala. Sendo assim, é importante interrogar: como definir a fronteira que separa um GPU de outros projetos urbanos com impactos mais reduzidos? Uma resposta a esta questão é dada por Lungo (2004:67-68) ao apresentar alguns projetos latino-

americanos como exemplos de GPUs. Tratando do tema da magnitude e escala dos GPUs, Lungo (2002:294) defende que magnitude tem um caráter eminentemente quantitativo, enquanto que a escala “...sugiere interrelaciones complejas que conllevan a efectos socioeconômicos y políticos”²³. A escala abarcaria então processos de produção do espaço que devem ser analisados a partir das relações entre os diferentes elementos que conformam a complexidade do evento. Tal consideração remete ao caráter relacional, e não absoluto, do conceito de escala que para a sua devida compreensão exige que a dimensão temporal também seja avaliada.

Castro (1995:119) assevera que escala é um termo polissêmico que, na Geografia, tanto diz respeito ao recorte de uma superfície representada, como também pode ser tomada como um indicador do tamanho do espaço considerado, uma classificação das ordens de grandeza. A autora, que discute em seu trabalho o problema da escala com um enfoque especial na epistemologia da Geografia, propõe que a escala inclua tanto a relação como a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno (p.130). Desta forma, a análise escalar deve considerar que os fenômenos observados mudam conforme a escala que se toma para estudo; a definição de uma escala é a definição de uma representação específica do espaço. Neste sentido é preciso considerar cautelosamente que, como afirma Castro (1995:136), as escalas “...definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas”.

É importante delimitar adequadamente o conceito de escala, dado inclusive que os GPUs produzem efeitos em diferentes escalas espaciais. Além disso, dependendo da escala de análise que o pesquisador adota para interpretar o fenômeno, este possivelmente será compreendido segundo as relações entre os eventos mais significativos observáveis no respectivo nível de análise. Diferentes escalas podem revelar diferentes eventos por considerar elementos distintos em sua observação. Entre multifárias escalas há diferenças qualitativas e quantitativas, o que faz com que um fenômeno tenha seu significado alterado segundo a escala adotada (Lacoste, 1988:74). Sendo assim, é primordial avaliar não somente a relação entre fenômenos de uma mesma escala, como também investigar as articulações entre as diferentes escalas considerando que os eventos ocorrem, com frequência cada vez maior, em nível multiescalar.

Segundo Souza (2006a) o conceito de escala usualmente tem sido tratado de maneira relativamente limitada no quarteto: local, regional, nacional e internacional. A fim de romper

²³ Tradução do autor: “...sugere inter-relações complexas que promovem efeitos socioeconômicos e políticos”.

com esses parâmetros e avançar na construção de uma tipologia mais adequada para o conceito de escala, Souza (2006a:103-113) propõe uma abordagem alternativa, mais diretamente associada ao planejamento e gestão urbanos, composta por seis escalas geográficas principais apresentadas a seguir:

- 1) Escala local – é a escala por excelência do planejamento e gestão das cidades; também é o nível onde se encontra a administração pública mais próxima do cidadão e que, por conta disso, tem o maior potencial de participação política; apresenta 3 variantes:
 - a. Escala microlocal – são recortes espaciais diversos (setor censitário, sub-bairro, quarteirão, bairro) caracterizados pela possibilidade de se ter experiências mais intensas destes espaços pelo indivíduo; significativos na avaliação de políticas como a habitacional na qual as preferências individuais devem ser compatibilizadas com as necessidades coletivas; neste nível a participação popular mais direta é empreendida e o controle sobre o ordenamento territorial é mais intenso; no âmbito do mercado de terras, trata-se da escala na qual se pode constatar a maior parte das alterações dos preços a partir de uma intervenção urbana;
 - b. Escala mesolocal – é o nível local stricto sensu, a própria unidade territorial da administração pública (Município) que estabelece as normas de planejamento e gestão do território, além de um grande poder de intervenção na dinâmica de preços da terra; configurada como um espaço de referência para mobilização, reivindicação e prática política; é ainda a unidade associada ao sentimento de lugar desenvolvido pelas pessoas, assim como o da construção da imagem de cidade, interna e externamente;
 - c. Escala macrolocal – corresponde às regiões metropolitanas das cidades conurbadas que mantêm fluxos de integração (trabalho, estudo, lazer etc); unidade territorial fundamental para o desenvolvimento de soluções compartilhadas entre diferentes administrações municipais;
- 2) Escala regional – nível que tem como característica principal ser um espaço vívido, um lugar; pode coincidir em muitas situações com administrações públicas (estado, província etc) que podem ser responsáveis por alguns instrumentos ou instituições promotoras do ordenamento territorial das cidades; tem grandes densidades cultural, imagética,

simbólica, histórica etc; pode ser subdividido em microrregional, mesorregional e macrorregional, segundo a complexidade territorial observada;

- 3) Escala nacional – é a escala do país, do Estado soberano que, na maior parte das vezes, tem a maior capacidade de realizar investimentos produtores de impactos sócio-espaciais mais significativos; grandes marcos jurídicos e econômicos que regulam a ordem socioespacial são definidos nesta escala; nível de consolidação de processos históricos e territoriais complexos que sustentam valores culturais fundamentais para a sociedade; nesta escala é possível ainda constatar variações nos preços da terra urbana que acompanham os ciclos macroeconômicos;
- 4) Escala internacional – subdividida em duas:
 - a. Escala de grupo de países – blocos políticos (OTAN), econômicos (Mercosul) ou os dois (União Européia); pode ser a conformação de grupo de países com certa identidade histórico-cultural (América Latina); potencial reduzido de intervenção urbana, com exceção para a Carta Européia de Ordenamento Espacial (1983) e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tem financiado muitas intervenções urbanas na América; escala de atuação da Organização Desportiva Pan-americana (ODEPA);
 - b. Escala global – abrange todo o mundo e, em geral, diz respeito aos fenômenos econômicos próprios da dinâmica capitalista; a Organização das Nações Unidas (ONU) opera neste nível com certa influência sobre políticas urbanas (as conferências mundiais Habitat), assim como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a FIFA.

É fundamental considerar, como afirma Harvey (2004a:75), que certas ações podem ter muito sentido numa dada escala que em outra podem não ter o mesmo significado. Isso adverte para que as políticas, especialmente as urbanas, considerem no seu planejamento e implantação os impactos em diferentes níveis espaciais. Mais do que isso, que tais políticas sejam capazes de se antecipar às contradições existentes entre a microescala e a macroescala, fato recorrente em sistemas espaciais hierárquicos que na ordem capitalista podem ser fortes reprodutores de desigualdades. A produção de escalas espaciais é medida necessária para a organização da sociedade em suas diferentes dimensões culturais, políticas, econômicas. O desenvolvimento geográfico desigual contemporâneo tem estruturado escalas de relação entre sociedade e natureza cada vez mais complexos; nesta relação, as transformações ambientais

são promovidas a partir da combinação de elementos de origem e força muito distintos. Neste sentido, o ordenamento territorial urbano empreendido por atores os mais diversos (representantes de empresas, governos, sociedade civil) tem potenciais de intervenção cada vez mais multiescalar. Fortemente associado a este fenômeno estão as mudanças oriundas da radicalização dos processos de globalização. Seguindo ainda as considerações de Harvey (2004a:110), é possível afirmar então que o exame de qualquer escala particular revela uma séria de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos usos dos recursos, nas relações com ambiente, na vida política e social dos cidadãos. Esta diversidade conforma um mosaico geográfico de ambientes e formas de vida, compostos por diferentes camadas constituídas em eventos com temporalidades diversas, que gravam no espaço as formas próprias da estrutura da organização destes eventos.

É neste sentido que Lefebvre (2001:47) afirma que: “A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”. Mais do que a produção de objetos, de fixos urbanos, a cidade é uma produção e reprodução de seres humanos, de suas relações que conformam mais uma obra de arte do que a materialidade em si de seus produtos. Do mesmo modo, quando se trata de GPUs, há uma inegável produção de novos modos de vida a partir da relação dialética entre conteúdos e formas urbanas em diferentes escalas geográficas. Maria Sposito (2006:144) lembra a importância de se considerar a dimensão temporal dos fenômenos urbanos. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada à definição das escalas temporais, considerando as articulações entre passado, presente e futuro no objeto de pesquisa. Maurício Abreu (2005:97) ressalta ainda o fascínio que o tempo do evento, do acontecimento, provoca no pesquisador; para o autor é fundamental que se incorpore os tempos braudelianos nas análises - os tempos da conjuntura e da longa duração. Tais assertivas são relevantes aqui tendo em vista que este trabalho estabelece recortes temporais para análise dos grandes eventos esportivos, além de contextualizar estes eventos a partir de escalas temporais que guardam significativa relação com os fenômenos abordados.

Harvey (2004a:109-112) afirma que o desenvolvimento geográfico desigual se dá a partir da fusão de dois elementos: a mudança de escala e a produção de diferenças geográficas. Tal fator leva, por conseguinte, a pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares. Escalas espaciais são redefinidas constantemente, elas são tanto resultado da luta de classes como de outras formas de luta política e social que reconstróem as escalas onde são travadas estas batalhas. Há uma luta incessante pela

valorização de escalas espaciais específicas pelas classes em luta; exemplo disso é a predileção da escala transnacional por parte do capital (OMC, NAFTA, EU) enquanto que a autonomia local é afirmada pelos zapatistas, por exemplo, a fim de se proteger modos de vida específicos. É possível então se falar em produção de escalas como um meio político bastante relevante.

Diferenças espaciais são bem mais do que mosaicos geográficos de ambientes e modos de vida conformados por legados históricos. Elas são incessantemente produzidas e reproduzidas a partir de processos político-econômicos desencadeados por atores com objetivos específicos de intervenção no espaço. A velocidade atual das transformações pode, à primeira vista, aparentar um movimento anárquico, no entanto ela é própria do atual estágio de produção sistêmica do desenvolvimento geográfico desigual. A concepção de desenvolvimento geográfico desigual desconsidera qualquer perspectiva que se atenha a uma só escala – como é comum nas análises da globalização. Para Harvey “...os desenvolvimentos geográficos desiguais produzem todo tipo de resultados não pretendidos tanto para o projeto capitalista como para o socialista”. Exemplo desta assertiva é a própria globalização que promove a destruição, o solapamento e a desvalorização em diferentes escalas e lugares, sua dinâmica concentradora de riqueza e poder desagrega tecidos sociais, dissolve culturas e esfacela modos de vida nas mais diferentes escalas aprofundando desigualdades a partir da primazia da valorização do capital. Por outro lado, é possível imaginar o surgimento de uma comunidade internacional na luta de classe com o fito de dirimir a opressão desta globalização (Harvey, 2004a:111-115).

Escalas geográficas são fundamentais para se identificar adequadamente a segregação residencial como afirmam Sabatini e Sierralta (2006) que, na contracorrente a muitas abordagens encontradas em multifárias ciências sociais, alertam para o fato de que não é possível estabelecer uma relação direta, mecânica, entre desigualdade e segregação. A segregação residencial é tomada pelos autores como uma categoria relacional, que se define pela separação ou proximidade territorial entre as pessoas ou famílias pertencentes a um mesmo grupo social. Deve ser ressaltado ainda o fato dos autores considerarem a segregação residencial como a segregação social do espaço urbano, que independe da renda ou do nível de pobreza; neste sentido, são apontadas três dimensões da segregação:

- (a) a tendência de certos grupos sociais de se concentrar em algumas áreas da cidade;
- (b) a conformação de áreas com alto grau de homogeneidade social;

- (c) a percepção subjetiva que se forma sobre a segregação objetiva tanto daqueles que pertencem ao bairro ou grupos segregados como daqueles que são externos a eles.

A primeira dimensão trata do grau de concentração ou dispersão de cada grupo na cidade, enquanto que a segunda trata da homogeneidade ou heterogeneidade social. Já a terceira enfatiza o caráter subjetivo da segregação, as representações que conformam identidades e que atribuem capital simbólico aos lugares. A inclusão desta terceira dimensão é significativa para o instrumental analítico da segregação quando considerada a importância que as representações espaciais assumem na valorização ou desvalorização dos lugares. As duas primeiras dimensões da segregação, a concentração espacial dos grupos e a homogeneidade social das áreas, apresentam intensidades distintas conforme a escala geográfica. Os autores se servem destas escalas para realizar críticas às metodologias usualmente empregadas na medição da segregação, destacando entre elas os índices de dissimilaridade e de exposição (que medem respectivamente a concentração espacial e a homogeneidade social dos grupos). Segundo Sabatini e Sierralta os índices convencionais foram considerados incapazes de identificar as relações espaciais de vizinhança e contigüidade que também compõem o complexo fenômeno da segregação. Os autores chilenos concluem seu trabalho (p. 20) apontando aspectos positivos e negativos da segregação residencial:

Las consecuencias positivas de la segregación son fáciles de reconocer cuando los que se encuentran segregados son grupos étnicos minoritarios que dan lugar a barrios distintivos que enriquecen la vida cultural y social de la ciudad. Pero también puede ser el caso de grupos pobres que, por su aglomeración espacial, ganan en capacidad organizativa y fuerza política, mejorando su posición de negociación frente al Estado y otros polos de poder en la sociedad.

Por otra parte, la dimensión subjetiva de la segregación, la que da lugar a los estigmas territoriales, especie de versión agravada de los estigmas sociales, ocupa un lugar clave en la traducción de un determinado patrón de segregación en problemas de desintegración social y su culminación en la formación de ghettos urbanos.²⁴

Essa dimensão subjetiva da segregação pode levar à criação de estereótipos que contribuem para a reprodução das desigualdades, podendo chegar ao ponto de legitimar ações opressivas

²⁴ Tradução do autor: “As conseqüências positivas da segregação são fáceis de reconhecer quando os que se encontram segregados são grupos étnicos minoritários que dão lugar a bairros distintivos que enriquecem a vida cultural e social da cidade. Porém também pode ser o caso de grupos pobres que, por sua aglomeração espacial, ganham em capacidade organizativa e força política, melhorando sua posição de negociação frente ao Estado e outros pólos de poder na sociedade.

Por outro lado, a dimensão subjetiva da segregação, a que dá lugar aos estigmas territoriais, espécie de versão agravada dos estigmas sociais, ocupa um lugar chave na tradução de um determinado padrão de segregação em problemas de desintegração social e sua culminação na formação de guetos urbanos.”

contra os setores menos abastados da sociedade. De fato, tal opressão é uma das principais causas das extremas desigualdades percebidas em diferentes escalas espaciais, à guisa de compreender melhor alguns elementos que envolvem a reprodução destas desigualdades, serão realizados a seguir alguns apontamentos sobre a temática. A discussão que se segue sobre o tema é iniciada com a abordagem de Jessé Souza (2004) acerca da especificidade da desigualdade brasileira. O autor discute com originalidade a naturalização da desigualdade no país numa perspectiva crítica em relação às abordagens personalistas e patrimonialistas, que têm grande repercussão nos trabalhos acadêmicos que tratam do assunto. Os principais interlocutores de Souza, que propõe uma nova abordagem sobre a permanência da desigualdade no país, neste trabalho são: Karl Marx, Charles Taylor e Pierre Bourdieu. Posteriormente, serão tecidas algumas considerações sobre a temática do espaço público no âmbito da desigualdade socioespacial.

A sociedade brasileira tem sido analisada a partir das noções de personalismo, familismo e patrimonialismo, a fim de se fundamentar a idéia de uma sociedade pré-moderna. A partir deste paradigma que marca uma primazia do passado sobre o presente teríamos então o predomínio de relações sociais verticalizadas que aprofundariam as desigualdades entre as classes e grupos sociais. Souza (2004:79) defende uma abordagem alternativa para entender a desigualdade brasileira: não é o personalismo pré-moderno que explica a naturalização da desigualdade no Brasil e sim a própria eficácia da impessoalidade das instituições modernas que obnubila a desigualdade. Não é então a herança pré-moderna o foco de sua análise e sim o vigoroso processo de modernização brasileiro. Rompe-se, com esta nova perspectiva, com qualquer idéia de que o crescimento econômico levaria por si só à superação das desigualdades brasileiras. (Falácia comprovada pelo fato de o Brasil ter apresentado altas taxas de crescimento econômico no período de 1930 a 1980 sem que tenha havido redução significativa das desigualdades.) Este discurso vigora até hoje entre aqueles que enxergam as disparidades regionais com base na clivagem entre partes tradicionais e modernas, relegando os conflitos de classes próprios destas regiões a um segundo plano político e teórico.

Souza (2004:81) recupera Marx a partir do que este chamou de “ideologia espontânea do capitalismo”, o autor então usa o termo “ideologia” no sentido de que Estado e mercado são “perpassados por hierarquias valorativas implícitas e opacas à consciência cotidiana, cuja naturalização, que a transveste de ‘neutra’ e ‘meritocrática’, é responsável pela legitimação da ordem social que essas instituições atualizam”. Nesta abordagem alternativa, Souza defende a necessidade de se proceder a articulação entre as hierarquias valorativas (presentes no

pensamento marxiano) e as configurações institucionais exportadas do centro para a periferia como “artefatos prontos” (identificadas por Weber como sendo o mercado capitalista com seu arcabouço técnico e o Estado racional centralizado com seu monopólio da violência e poder disciplinador).

Há uma revolução que redefine a hierarquia social na modernidade com o advento da centralidade da vida cotidiana, das esferas práticas do trabalho e da família, que substitui a vida contemplativa exaltada por Aristóteles. Esta é a constatação de Charles Taylor que identifica nesta revolução a emergência de um novo sujeito moral (o “self pontual”), contingente, caracterizado “pela noção de cálculo, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo como fundamentos implícitos tanto da auto-estima como do reconhecimento social dos indivíduos”. Neste contexto, a “honra” pré-moderna, que pressupõe distinção e privilégio, dá lugar ao reconhecimento universal entre iguais (com a noção de cidadania) e o vínculo social passa a ser de tipo contratual - tendo, por extensão, a democracia liberal constitucional como tipo de governo (Souza, 2004:82-3).

Surge então na modernidade a burguesia (primeira classe dirigente que trabalha), que rompe por um lado com a moral calcada na “honra”, e por outro constrói uma homogeneização a partir da generalização do domínio da razão sobre as emoções, do cálculo prospectivo, da auto-responsabilidade etc. Esse processo histórico homogeneizador, transclassista, ocorre em todas as sociedades centrais e é amplificado pelas conquistas sociais e políticas da própria classe trabalhadora. Tal processo expande inclusive as concepções do ideal de igualdade para as esferas civis, políticas e sociais (como revela Marshall em sua análise da constituição da moderna cidadania). Souza ressalta ainda que: “Para que haja eficácia legal da regra da igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada”. Para que isto se concretize, é necessário um efetivo consenso valorativo transclassista; este consenso proporcionou conquistas históricas nas sociedades centrais, mas nunca ocorreu nas periféricas (Souza, 2004:86-7).

Na atualidade uma das formas de se mascarar o caráter injusto e violento da desigualdade é a partir da difusão de uma “ideologia do desempenho”, que legitima o caráter diferencial entre os homens, com um pano de fundo consensual, que desvia a atenção da concentração da propriedade econômica – esta sim, a forma mais significativa de desigualdade. A categoria central desta ideologia do desempenho é o trabalho, estando tal categoria calcada numa tríade meritocrática: qualificação, posição e salário. Apenas a combinação desta tríade confere a “cidadania plena” ao indivíduo que passa, a partir do

trabalho, a conformar sua identidade, auto-estima e legitimação social; a condição de cidadão se confunde com a de produtor. A transformação social da homogeneização transclassista, pressuposto da eficácia social da cidadania, foi realizada com um esforço enorme pelos países centrais nas esferas da política, da moral e da religião. A comprovação, e mesmo a eficácia, desta transformação pode ser exemplificada com o cotejamento de uma situação hipotética de um atropelamento de um alemão de classe baixa por outro de classe média. É provável que este seja punido de acordo com a lei, enquanto que tal observância da lei no Brasil seria pouco provável numa situação semelhante. Apresenta-se então como uma importante questão a própria compreensão da sobreposição da regra social da desigualdade em relação à regra legal da igualdade, à luz das categorias supramencionadas (Souza, 2004:88-91).

A partir da noção de habitus de Bourdieu pode-se compreender como o valor diferencial entre os seres humanos se concretiza nas práticas institucionais e sociais a despeito do ordenamento jurídico, como no exemplo do atropelamento no Brasil. Habitus deve ser entendido enquanto esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, embora opacos e inconscientes, que guiam as ações e comportamentos dos indivíduos no mundo. “É apenas esse tipo de consenso, como que corporal, pré-reflexivo e naturalizado, que pode permitir, para além da eficácia jurídica, uma espécie de acordo implícito, em que alguns estão acima da lei” (Souza, 2004:92). Diferentemente do Brasil, é possível reconhecer nos países centrais um acordo intersubjetivo e transclassista, o qual define que independentemente da pertença a uma determinada classe social todos sejam cidadãos. Existe desigualdade nos países centrais, mas não da forma, naturalizada, como ela se manifesta no Brasil: como um fenômeno de massa, e enquanto conflito específico da periferia do capitalismo.

As formulações de Jessé Souza são valiosas para a compreensão da naturalização da desigualdade e sua reprodução em diferentes esferas públicas e privadas do país. Alinhadas com as considerações realizadas aqui acerca das prioridades definidas no planejamento e gestão realizados pelos empreendedores urbanos, as formulações de Jessé Souza auxiliam fortemente no entendimento de posturas despreocupadas com a redução da desigualdade socioespacial. As ponderações de Souza servem ainda como alerta para discursos que defendem a modernização como solução para a redução das desigualdades, sendo ela mesma uma das principais responsáveis pela manutenção, e mesmo acirramento das diferenças nas condições de vida entre ricos e pobres. A persistência dos indicadores de desigualdade brasileiros foi constatada por Barros *et al.* (2000) em trabalho que consolida diversos números sobre as disparidades entre classes sociais no país (no anexo II encontra-se uma das tabelas

organizadas pelos autores, apontando a estabilidade dos indicadores de desigualdade de renda no Brasil). Os autores concluem o trabalho (p. 53) afirmando que o Brasil não é um país pobre, como de certa forma demonstram os investimentos dos Jogos Pan-americanos de 2007 ou a lucratividade dos bancos brasileiros, mas extremamente desigual e injusto, com muitos pobres.

Sônia Fleury (2004) aponta alguns traços da desigualdade que assola a sociedade brasileira, além de alguns caminhos para a pesquisa da construção, na esfera pública, de uma sociedade mais igualitária. É nesta linha que Tarso Genro (2004) pensa uma esfera pública não estatal como um importante canal por meio do qual diferentes setores da sociedade civil levam suas demandas à burocracia. Por outro lado, Sérgio Costa (2002:33) alerta para o fato de que tal esfera defendida por Genro, uma vez que garantida e financiada pelo Estado, corre o risco de cooptação dos atores sociais, o que comprometeria as potencialidades que a esfera pública apresenta no aprimoramento da democracia e fortalecimento da sociedade civil. Em relação ainda à esfera pública, Arendt (2001) identifica pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado, a existência separada das esferas da vida privada (família) e da vida pública (política). No entanto, a autora reconhece que provavelmente o próprio surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido às expensas da esfera privada, o que indica uma das raízes da própria desigualdade. Sem embargo, Axel Honneth (2001:83) afirma que a esfera política não é – como em Arendt e um pouco menos em Habermas – o lugar de exercício comunicativo da liberdade, mas o meio cognitivo que ajuda a sociedade a tentar, experimentalmente, explorar, processar e resolver seus problemas de coordenação da ação social. Quanto mais ativamente os públicos reagem a problemas sociais, mais racional o processo experimental por meio do qual o Estado pode alcançar soluções de problemas universalmente aceitos. Vale ressaltar que Honneth realiza estas ponderações com base no pensamento de John Dewey, que é tomado como o pensador de uma democracia radical original, distinguindo-se de vertentes identificadas por Honneth como republicanismo e procedimentalismo.

Uma proposta de estudo das desigualdades a partir de categorias geográficas pode ser encontrada em Castro (2004) quando ela estabelece uma distinção entre o espaço público político e o espaço público não político. Castro (2004:152) pondera que ambos constituem arenas do cotidiano social, mas há uma distinção fundamental: “O espaço público da publicidade – do ver e ser visto, dos livres e iguais – e o espaço público da política, das regras necessárias ao convívio dos livres e diferentes, fundadoras da polis”. Tal distinção Castro

toma de Arendt quando esta analisa a própria essência da esfera pública. A polis era a dimensão não somente da liberdade como também dos iguais, nela não havia domínio nem submissão de um cidadão sobre outro. Esta igualdade se apresentava então como a própria essência da liberdade, haja vista que a maior parte da população não havia ingressado na polis e mantinha sua vida na esfera da necessidade dominada pela família, que era justamente o centro da mais severa desigualdade. Ser igual portanto significava estar livre da desigualdade e viver numa dimensão onde não havia governos nem governados. Havia um abismo entre a esfera pública e a esfera privada; hoje estas esferas estão cada vez mais próximas (Arendt, 2001:41-42). A partir dessa distinção levantada por Castro (2004:152), o espaço público pode ser classificado como forte ou fraco. Espaço público forte é o do enfrentamento das diferenças que necessariamente devem ser mediadas pela política na busca do equilíbrio entre a competição e a cooperação sociais. Já o espaço público fraco, é o da visibilidade e da coexistência dos livres e iguais, não se constituindo num espaço político nem social já que sequer admite as diferenças. Essa discussão é oportuna considerando as implicações que a privatização dos equipamentos esportivos nos GEEs pode ter em relação ao enfraquecimento destes espaços públicos.

Quando inexistentes ou mesmo enfraquecidos, os espaços públicos perdem seu potencial na superação das desigualdades sociais. Este fenômeno somente é encarado como um desafio para a sociedade quando há uma interação entre distintos grupos sociais que ao se encontrarem no espaço público, trocam experiências humanizadoras que possibilitam o reconhecimento das realidades de vida em suas limitações e potencialidades. Isoladas, estas realidades podem até mesmo ser estereotipadas e estigmatizadas pela ausência dos encontros humanizadores entre os diferentes. Em muitos casos tais estereótipos promovem uma espiral de insulamentos que afastam progressivamente os diferentes, privilegiando-se apenas a convivência entre aqueles que se assemelham em seus modos de vida ou padrões de consumo.

Um dos mecanismos para se romper com esse possível quadro de desencontros, é a instalação de qualificados equipamentos urbanos em áreas onde grupos com diferentes vivências, e disponibilidade de recursos, possam trocar impressões e experiências que permitam o rompimento de estereótipos e a conformação de laços de solidariedade. Neste sentido, a construção de espaços públicos qualificados em áreas cujo acesso é restringido seja pelo pagamento de taxas de acesso, seja pelas dificuldades que o deslocamento até eles limita, não contribui para a construção de cidades onde a mescla entre cidadãos diferentes é privilegiada. Pode-se ainda encontrar casos em que há uma concentração de bens públicos

numa determinada área da cidade, fato que pode mesmo promover o acirramento das desigualdades quando se observa que os investimentos que produziram tais bens foram realizados em detrimento de áreas que apresentam demandas mais urgentes por estes.

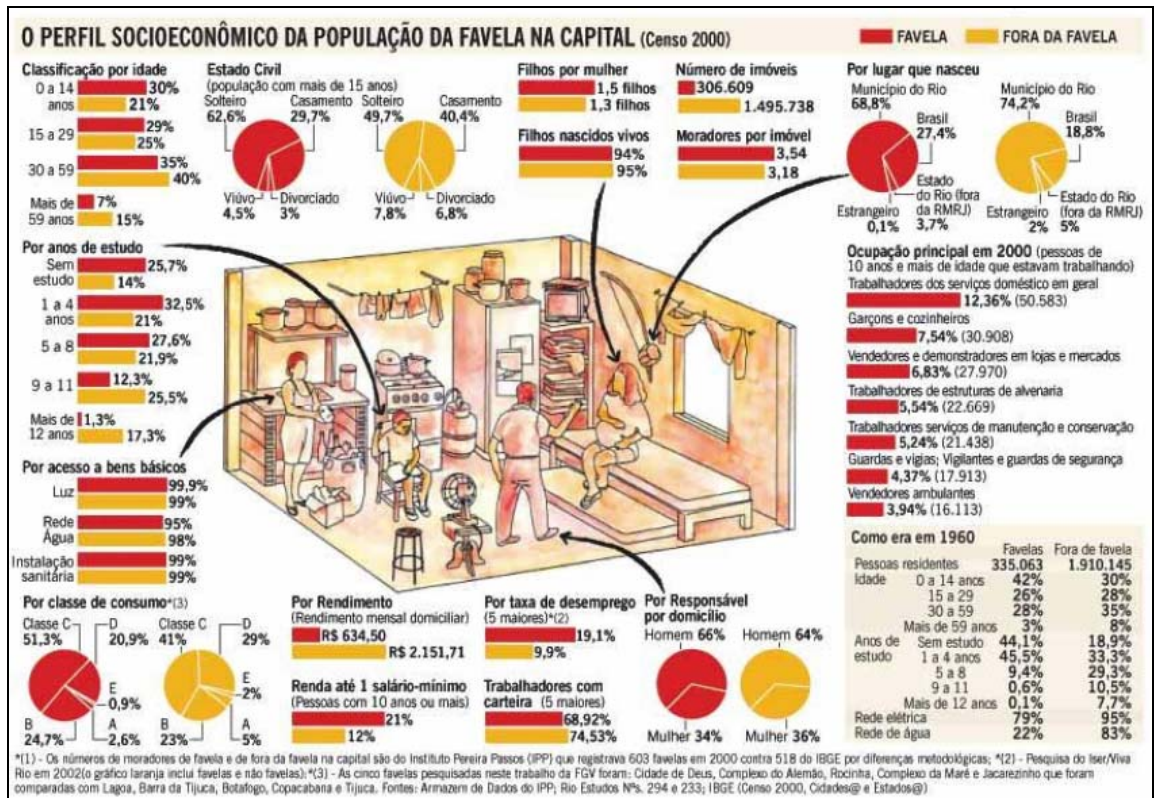
Silva e Barbosa (2005:65) apontam um contraste nos investimentos públicos na Cidade do Rio de Janeiro utilizando como exemplo a área privilegiada pelos organizadores do Pan: a Barra da Tijuca. Segundo os autores, em 2004 enquanto se construía na Favela da Maré uma Lona Cultural com custo estimado em R\$ 300 mil, na Barra da Tijuca estava em construção a Cidade da Música com custo aproximado de R\$ 150 milhões. Esta reiterada prática de aportes de maiores investimentos públicos em áreas já valorizadas aumenta ainda mais a desigualdade intra-urbana. Segundo estimativas da ONU apontadas por Davis (2006:34), em 2005 havia cerca de um bilhão de pessoas morando em favelas em todo o mundo. Nos países centrais os favelados representariam uma parcela de apenas 6% da população enquanto que nos países periféricos esta parcela atingiria cerca de 78% da população. Em termos globais isto significa que um terço da população urbana global reside em favelas, sendo tais números uma expressão inequívoca das desigualdades sócio-espaciais vigentes em diferentes escalas - em grande parte explicadas pelo exercício de perversas relações de dominação e subordinação. É a partir deste quadro que Barbosa (2004:159) defende que a desigualdade deve ser entendida como "...a expressão de relações de dominação e subordinação de determinados atores sociais sobre outros".

A análise das desigualdades urbanas deve ser realizada considerando tanto indicadores socioeconômicos (ver figura a seguir), como as representações que são forjadas a respeito da pobreza, e de seus espaços populares, nas cidades. Lícia Valladares (1991) identifica em seu escrito alguns discursos a respeito da pobreza urbana na história brasileira desde a virada do século XX. A autora toma a Cidade do Rio de Janeiro em boa parte do seu trabalho para demonstrar como a estruturação de estratégias discursivas pode levar a intervenções urbanas que prejudicam os mais pobres. Predominaram no final do século XIX e início do século passado, discursos higienistas que tiveram os cortiços como alvo ao serem estes tomados como espaços "insalubres e propícios à propagação de doenças". A favela também foi alvo de discursos voltados para ordem urbana, sendo encaradas como "o berço do vício e do crime" habitados, portanto, pelas "classes perigosas" (Valladares, 1991:86). Tais discursos legitimaram a destruição de muitos cortiços cariocas, obrigando os pobres urbanos a se deslocarem tanto para o subúrbio como para as embrionárias favelas da Cidade (Abreu, 1997:66). Posteriormente as favelas seriam tomadas como espaços não civilizados e que,

portanto, deveriam ser removidos a fim de se por fim “à criminalidade e à miséria”. Estes estereótipos, que perseguem as favelas até hoje, foram ampliados para os espaços populares periféricos, o que acaba provocando um efeito perverso na formulação e implantação das políticas urbanas direcionadas aos pobres urbanos (Silva e Barbosa, 2005). Tal assertiva será corroborada em alguns apontamentos realizados no capítulo seguinte acerca dos Jogos Pan-americanos de 2007.

Alguns indicadores da desigualdade entre as favelas cariocas e o restante da Cidade podem ser observados na figura a seguir. Destacam-se os números referentes à renda e à escolaridade como os que apresentam as maiores disparidades, bem como a taxa de desemprego. O rendimento médio domiciliar fora das favelas é mais do que o triplo daquele que se tem dentro delas; apenas 1,3% dos favelados tem 12 anos ou mais de estudo, enquanto que esse percentual chega a 17,3% entre os que não moram nas favelas; a taxa de desemprego encontrada nas favelas é quase o dobro do restante da Cidade. Por outro lado, o acesso a serviços públicos básicos não apresenta distinção significativa entre os dois recortes espaciais, apesar de que é preciso ter um olhar cauteloso sobre estes dados uma vez que não se remetem à regularidade da prestação destes serviços, i.e., pode haver uma falta de regularidade no fornecimento de água, de luz ou coleta de lixo, que em geral não são reconhecidos pelas pesquisas dos órgãos oficiais. Estes são alguns indicadores de que a desigualdade entre as favelas e o restante da Cidade apresenta algumas especificidades que devem focadas pelas políticas públicas nestes espaços.

Figura 2 – Indicadores socioeconômicos das favelas cariocas



Fonte: ROCHA, Carla et al. Muito trabalho e pouca renda. O Globo, Rio de Janeiro, 19 ago 2007. Caderno Rio, p.20.

Há desigualdades não somente entre as favelas e o resto da Cidade, as próprias favelas são muito distintas entre si, sendo mesmo bastante simplista tratar as favelas como se todas tivessem as mesmas características. Diante da percepção de uma grande diversidade interfavelas, mas sobretudo intrafavelas, Pedro Abramo (2003) afirma que a proximidade da fonte de rendimentos e fatores de vizinhança (rede de relações) influencia fortemente as decisões locais dos pobres urbanos. Considerando que uma grande parcela dos favelados conta com trabalhos informais (que acabam mudando de localização com bastante frequência), a rede de relações locais passa a ter um valor ainda maior pois será por meio dela que poderão surgir oportunidades de auferir rendimentos. (O autor apresenta uma perspectiva bastante adequada para os espaços populares a partir dos laços de solidariedade formados com as relações de troca “Dom/contra-Dom”.) O autor também reconhece que boa parte dos favelados auferem suas rendas nas proximidades de seus locais de moradia e que esse é um fator importante na sua decisão locacional.

Abramo defende ainda que a localização residencial é uma questão bastante central para os pobres urbanos, uma vez que a partir desta localização se pode ter acesso diferenciado a núcleos de emprego e renda, serviços, transporte etc. Nas pesquisas do autor foi percebida uma melhora na infra-estrutura das favelas, nos últimos trinta anos, por sua população residente. Apesar disso, muitos investimentos públicos têm mais reforçado a desigualdade espacial do que a reduzido, tendo em vista que tais investimentos são majoritariamente realizados nas áreas relativamente mais abastadas da cidade. É importante considerar que quando uma favela está próxima de uma área mais abastada onde ocorreram melhorias, os favelados também podem ser beneficiados por isso, o que caracterizaria um processo de diferenciação interfavelas passiva. (Este processo se distingue da diferenciação interfavelas ativa que é conformada a partir de investimentos espacialmente diferenciados nas favelas da cidade.) Isto significa que a valorização ou desvalorização de uma favela, e de suas residências, não está associada somente aos investimentos que nela se faz, mas que também importam as transformações que ocorrem no seu entorno. Tais considerações são significativas no sentido de indicar que os investimentos realizados nos GEEs podem, em alguma medida, beneficiar os espaços populares quando realizados nas suas cercanias.

Neste tópico os temas da escala e da desigualdade foram trabalhados com o fito tanto de contextualizar algumas discussões que serão realizadas no capítulo posterior, como de subsidiar algumas das análises acerca do ordenamento territorial conformado a partir dos megaeventos esportivos. Em relação às escalas, as considerações realizadas tiveram um enfoque especial no conceito de desenvolvimento geográfico desigual de Harvey e na proposta de Souza para uma nova categorização acerca dos escalas espaciais, que será utilizada como referência para a tipologia dos impactos dos GEEs. Quanto à desigualdade, a maior parte dos apontamentos trataram da especificidade do tema na realidade brasileira, focados desta forma por conta da necessária contextualização para o estudo dos impactos do Pan 2007.

2. JOGOS E CIDADES: IMPACTOS E CONFLITOS

A promoção de eventos tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelos gestores urbanos na busca de maior atração de capitais. Esses eventos podem ser de diferentes naturezas, organizados por distintos atores e instituições que desempenham as mais diversas atividades na sociedade. Há uma predileção especial dos gestores empreendedores pelos eventos com repercussão internacional, uma vez que tais eventos poderão conferir uma imagem “mais qualificada” para a cidade sede. Além disso, os eventos internacionais podem significar a circulação de turistas com alto poder aquisitivo, dispostos a consumir os serviços e bens comercializados localmente. Para abrigar estes eventos a cidade sede deve apresentar alguns equipamentos diretamente relacionados com o evento em si, como centro de convenções e hotéis, além de amenidades culturais e uma adequada infra-estrutura de transporte que permita o deslocamento dos participantes do evento. Em relação à temática dos transportes, destacam-se a proximidade de aeroportos, além de outras modalidades que permitam os deslocamentos rápidos e seguros entre os principais locais de circulação dos participantes dos eventos.

É realmente bastante significativa a quantidade de eventos que uma cidade pode abrigar, como aponta uma pesquisa da Federação Brasileira de Conventions & Visitors Bureaux que indica que a Cidade de São Paulo sedia anualmente mais de 90 mil eventos²⁵. No universo de eventos internacionais, a International Congress & Convention Association (ICCA) realiza desde 1972 um registro de eventos internacionais que apresentam regularidade na sua realização, entre outros critérios. Anualmente a ICCA divulga suas estatísticas com um ranking dos países e das cidades segundo a quantidade de eventos sediados, este é um dos parâmetros usados pelos gestores empreendedores para avaliar a posição de suas cidades na competição por recursos. De certa forma, organizações que desfrutam deste prestígio junto aos agentes modeladores do espaço urbano, como a ICCA, estimulam esta competitividade entre cidades numa escala global ao divulgar resultados que posicionam cidades de todo o mundo segundo os eventos que se enquadram nos seus critérios. São questionáveis estes critérios quando eles são definidos relegando medidas de responsabilidade social, e num nível mais ideal, a necessidade de ampliação dos direitos dos cidadãos.

²⁵ Fonte: CURY, Aristides. Porque o ranking ICCA é tão badalado – II. Revista dos EVENTOS On-Line, 23 fev 2005, seção Opinião. Disponível em: http://www.revistadoseventos.com.br/bn_conteudo.asp?cod=3641. Acesso em: 1 abr 2007.

Se por um lado são inúmeros os eventos que podem ocorrer numa cidade, aqueles que podem ser enquadrados como grandes eventos são menos corriqueiros. Assim como foi tratado anteriormente da dificuldade em se definir limites precisos para a definição do que é um grande projeto urbano, tampouco é fácil a tarefa de se delimitar os contornos que possibilitam o enquadramento preciso de um grande evento. Considerando os recortes definidos neste trabalho, não caberão aqui maiores esforços para asseverar que os eventos esportivos tratados aqui apresentam uma magnitude que permite enquadrá-los como grandes eventos. Ainda que a magnitude dos eventos aqui abordados (os Jogos Olímpicos e os Jogos Pan-americanos) possa variar bastante de uma edição para outra, em ambos constata-se uma reunião de atores muito representativos, bem como transformações urbanas relevantes do ponto de vista de seus impactos.

Os eventos olímpicos modernos se tornaram gradativamente ao longo destes pouco mais de cem anos de história em oportunidades para a realização de transformações urbanas. É possível mesmo falar hoje de um urbanismo olímpico (Mascarenhas, 2005; Muñoz, 2006) para tratar dos impactos na cidade promovidos pelos vultosos recursos envolvidos na organização dos Jogos. Pequim 2008, Londres 2012 e mesmo os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro 2007, apresentam investimentos eminentemente públicos que são calculados em bilhões de dólares. Parte destes recursos financeiros é utilizada apenas para a realização do espetáculo esportivo em si, sem embargo, outra parte significativa do bolo orçamentário é utilizada na construção de equipamentos e estruturas que conformam o tecido urbano. O ordenamento urbano promovido em virtude dos Jogos pode ser voltado para a recuperação de áreas degradadas, como relata Ester Limonad (2005) a respeito das intervenções em Barcelona: “Em 1992, Barcelona abrigou os Jogos Olímpicos, que implicaram diversas intervenções e na construção do Port Olímpic na área de Parc de Mar – com a intenção precípua de recuperar áreas industriais degradadas da cidade contíguas à orla litorânea do Mediterrâneo”.

Os primeiros Jogos Olímpicos (1896, 1900 e 1904) foram organizados com muitas limitações e contaram com baixos investimentos até mesmo para a construção de instalações esportivas. Esta realidade foi mudando ao longo da primeira metade do século XX, com um aporte crescente de recursos que elevaram gradualmente os impactos e legados destes eventos. A partir dos anos 60, os Jogos passaram a ser usados como uma oportunidade de implementação de grandes projetos urbanos (GPUs) com repercussões significativas nas cidades sedes. Barcelona é considerada por alguns autores como o maior marco de

transformação urbana a partir da realização dos Jogos Olímpicos (Essex e Chalkley, 1998:191-2). Os Jogos de Munique, em 1972, também contaram com relevantes intervenções na sua malha urbana a partir de investimentos realizados na produção de um novo sistema de transporte de massa, que tornou sustentável o crescimento da cidade com as migrações regionais. Por outro lado, os altos investimentos olímpicos podem promover benefícios urbanos limitados a uma parcela privilegiada da sociedade local.

É possível identificar alguns casos especiais que fogem à regra de investimentos crescentes no pós-guerra e até mesmo por conta da guerra. Este é o caso de Londres, que em 1948 sediou os Jogos com grandes restrições estruturais dada a necessária recuperação dos estragos da Segunda Guerra Mundial. Outro caso citado por Essex e Chalkley (1998:192) é o da Cidade do México em 1968, que por conta da escassez de recursos teve restritos investimentos em equipamentos esportivos, além de ter causado problemas no sistema público de transporte. Graves conflitos e protestos foram realizados na cidade mexicana baseados na contestação de que os gastos públicos com o evento esportivo deveriam ser destinados à resolução de problemas sociais. Por outro lado, as duas vilas olímpicas usadas pelos atletas na Cidade do México foram construídas na periferia com fins de uso residencial popular após os Jogos (Mascarenhas, 2005:24).

Instalar a vila olímpica envolve um conjunto de decisões que denotam as estratégias urbanas dos organizadores dos Jogos. Desta forma, pode-se verificar que em alguns Jogos desde Roma 1960 há uma relativa preocupação em integrar a área onde a vila é construída com outras áreas da cidade. Quando isto ocorreu, tratou-se de um esforço de planejamento urbano que contemplou a articulação entre a escala microlocal de produção de espaço com outras como a mesolocal ou mesmo a macrolocal. Tal fenômeno pode ser observado com maior intensidade em Seul 1988 e Barcelona 1992, onde houve grandes transformações urbanas em diferentes escalas por conta dos Jogos. Os investimentos realizados para Pequim 2008 também apontam para uma transformação urbana gigantesca, proporcional às aspirações geopolíticas da potência emergente.

Andranovich *et al.* (2001) realizam uma discussão em seu trabalho sobre os GEEs enquanto estratégia de desenvolvimento local em cidades americanas. Tal estratégia, chamada pelos autores de estratégia de megaeventos (*mega-event strategy*), está associada à competição entre cidades por trabalho e capital num contexto de escassez de transferência de recursos do governo central para administrações locais. O uso de eventos para a atração de investimentos não é propriamente uma novidade, no entanto esse recurso passou a ser mais

utilizado a partir de mudanças na política urbana e do acirramento da competição global. Reconhece-se que desde os anos 1980 houve um corte dos investimentos do governo central americano nas cidades, o que levou políticos de algumas administrações locais a adotar um posicionamento empreendedor na gestão de seu território, tema tratado anteriormente neste trabalho. Este novo cenário gerou um novo ordenamento urbano voltado para as demandas de corporações, indústrias de alta tecnologia e produtores de serviços cada vez mais sofisticados (Andranovich et al., 2001:114).

Estratégias de distinção são um meio hábil para obter vantagem na competição entre cidades, o que torna os megaeventos um poderoso recurso para as cidades. Os Jogos Olímpicos apresentam algumas vantagens específicas, enquanto megaevento, que potencializam a sua utilização na construção de uma imagem de cidade que pode utilizar este capital simbólico para auferir rendas monopolistas e obter vantagem no cenário competitivo interurbano. Os Jogos podem criar marcos distintivos, cobiçados pelos gestores empreendedores, considerando-se tanto a escassez com que o evento ocorre (de 4 em 4 anos) como o grande interesse de boa parte da população mundial neste evento. Cabe ressaltar que os meios de comunicação realizam ampla cobertura dos Jogos em escala global, realimentando a atração que as pessoas têm pelo megaevento. Dentre os motivos que levam os atores a adotarem estratégias de promoção de megaeventos, destaca-se aquele referente à oportunidade de ter exposições na mídia em nível regional, nacional e internacional. Essex e Chalkley (1998:189) corroboram com esta assertiva ao afirmarem que:

The Olympics represent an international showcase which can enhance a city's global recognition, image and reputation. The event places its host on the global stage and the international media attention for the duration of the event can help the host country and city to transmit a new image to the world.²⁶

A construção de uma imagem de cidade não tem uma importância menor dentro das estratégias competitivas, é sim um meio muito utilizado para a conquista de novos investidores. Considerar a dimensão simbólica que os Jogos apresentam é fundamental para entender a acirrada competição entre cidades de um mesmo país, e de países diferentes, para sediar os Jogos. Trata-se de uma oportunidade muito rara de veicular a imagem da Cidade em escala global numa perspectiva muito favorável, uma vez que a imagem está associada ao maior evento esportivo do mundo - no caso dos Jogos Olímpicos, e maior evento esportivo

²⁶ Tradução do autor: “Os Jogos Olímpicos representam uma vitrine internacional que pode promover o incremento do reconhecimento, da imagem e da reputação global da cidade. A sede do evento é levada à cena global e a atenção da mídia internacional durante o evento pode ajudar a cidade e o país anfitriões a transmitir uma nova imagem para o mundo.”

das Américas, no caso dos Jogos Pan-americanos. Ressalte-se ainda o forte papel que o esporte tem em muitas cidades na construção da identidade com o território, exemplo disso são as equipes de diferentes esportes que levam o nome de suas cidades.

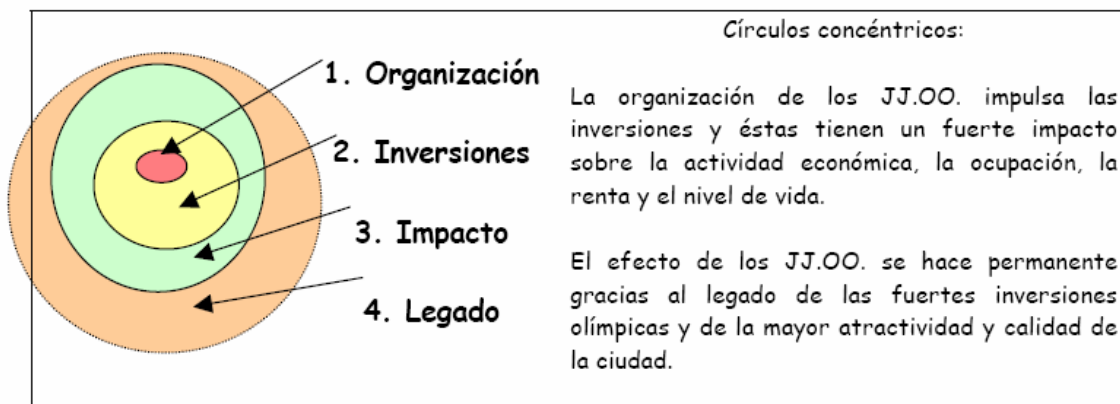
As estratégias de megaeventos da atualidade estão fortemente associadas a um desenvolvimento urbano baseado no consumo, sendo este orientado mais diretamente para diferentes formas de lazer, turismo, esporte e entretenimento. A cidade é então modelada para atender à demanda por serviços e equipamentos que possam servir como reprodutores das atividades que atraem distintas camadas de consumidores urbanos. Andranovich *et al.* (2001; 2002) buscam nestes trabalhos justamente identificar as características mais significativas que denotam a relação entre as políticas de desenvolvimento econômico baseadas no consumo e as estratégias de megaeventos nas políticas urbanas.

Há um claro limite temporal para o desenvolvimento dos projetos olímpicos, assim como há um grande poder de unir atores muito distintos na promoção destes megaeventos. Além disso, os Jogos possuem a legitimidade necessária para mudar rapidamente alguns marcos regulatórios que definem a produção do espaço urbano. Esta ampla legitimidade dá margem para que os atores hegemônicos possam tomar decisões sem uma participação democrática. Neste sentido, os cidadãos pouco, ou nunca, são consultados sobre os investimentos públicos que são feitos em nome dos Jogos, os atores governamentais e privados associados nestas circunstâncias podem então tomar suas decisões de maneira a conformar um insulamento burocrático (Arretche, 1996). É nesse quadro que Essex e Chalkley (1998:191) destacam que a decisão de sediar os Jogos Olímpicos não é necessariamente uma decisão tomada de maneira democrática ou com uma real base nos anseios da opinião pública.

A figura abaixo elaborada por Brunet esboça a conformação do evento olímpico a partir de sucessivas etapas que remetem a uma dimensão temporal que se inicia com a organização dos Jogos. (O autor limita seu recurso analítico aos Jogos Olímpicos, contudo ele é perfeitamente aplicável às versões regionais destes, como é o caso dos Jogos Pan-americanos, como também à Copa do Mundo.) Seu esquema ilustrado é bastante didático no sentido de representar, por meio dos volumes dos círculos, o aumento de recursos materiais e imateriais que irão compor o evento esportivo. Tudo começa com algumas pessoas, e instituições que elas representam, se mobilizando para sediar os Jogos. Esta etapa pode ser dividida em duas considerando que há um período de preparação para a candidatura ao GEE e outro que se inicia com o anúncio da vitória da cidade candidata à sede dos Jogos. Já naquele

primeiro período os atores envolvidos na organização podem se movimentar com tal intensidade que operações urbanas podem ser realizadas, como a desapropriação de terras para a construção de equipamentos que poderiam vir a ser utilizados em caso de vitória.

Figura 3 – Círculos concêntricos dos recursos olímpicos



Fonte: Brunet (1997, 2003)

Nesta fase preliminar de organização dos Jogos já se pode reconhecer grande parte das intencionalidades de transformação do espaço urbano pelos agentes envolvidos. Trata-se de uma etapa significativa pois nela são formulados os planos de intervenção urbana que se pretende concretizar para viabilizar a realização dos Jogos. Ainda que haja certa publicidade nesta etapa, demonstrando as intenções dos atores públicos em sediar o megaevento, a discussão sobre a alocação dos recursos públicos na Cidade é limitada. Nos círculos concêntricos acima esta fase aparece pequena mas ela é o próprio coração do que será o legado urbano, já que muitas das decisões locacionais serão mantidas ainda que nem todas possam ser de fato executadas. Entre estas decisões com riscos de execução encontram-se aquelas relacionadas com as infra-estruturas de transporte, algumas destas estruturas podem ter sido delineadas de maneira ambiciosa demais para os recursos que os atores virão a dispor na fase seguinte, a de investimentos. As intencionalidades dos atores que protagonizam a luta por sediar um grande evento esportivo são documentadas no caderno de encargos (candidate city bid dossier) apresentado ao comitê esportivo responsável pela organização do evento.

Pode-se situar a candidatura carioca aos Jogos Olímpicos de 2016 justamente nesta fase embrionária que findará em 2009 quando será anunciada a cidade vitoriosa para sediar o megaevento. Desta forma, está em gestação o caderno de encargos que definirá quais os locais da Cidade que deverão ser contemplados com os vultosos investimentos que viabilizarão o evento. Apesar da pouca atenção dada a esta etapa, ela deve ser vista como a mais importante

de todas já que ela pode definir toda uma agenda urbana por um período de quase uma década, definindo quais as áreas prioritárias de desenvolvimento da Cidade. O caderno de encargos é um documento basilar na organização dos Jogos que revela tanto os processos decisórios envolvidos nas pretensas alocações de investimentos, como as intenções de transformação territorial a partir da escolha da cidade como sede dos jogos.

Observa-se que cada círculo é desdobramento de um outro que apresenta uma dimensão delimitada pela sua fronteira, mas ressalta-se que o círculo menor não se esgota até que o evento seja totalmente realizado - deixando como permanência o legado. Neste sentido, a organização perdura até o final dos Jogos orientando os investimentos, a captação dos recursos para proporcioná-los e ordenando os impactos produzidos antes dos e durante os Jogos. É a alocação dos investimentos em bens materiais e imateriais que irá definir os impactos dos Jogos, bem como a sua extensão em tempo e em espaço. Tais impactos têm um prazo determinado que é o da realização dos Jogos em si, podendo produzir efeitos em diversas dimensões da vida social com a geração de mais empregos, de maior renda, de maior visibilidade para a cidade sede, de retirada de famílias de suas moradias, de valorização de áreas etc. A produção destes impactos terá uma relação direta com a própria conformação do legado, sendo esta sim a única fase que extrapola a temporalidade dos Jogos e se consolida como permanência tangível ou mesmo intangível no território. A discussão realizada aqui sobre o tema do legado se limita a apresentar alguns aspectos que permeiam o debate. Evidências empíricas sobre os legados não são aprofundadas neste trabalho tanto pelo fato do objeto empírico principal desta obra ser o Pan 2007, que terminou pouco antes da conclusão desta dissertação, como por outros limites que se impõe para uma investigação criteriosa sobre o tema. Desta forma, são realizados a seguir alguns breves apontamentos sobre os legados nas cidades sede, bem como uma proposta de definição para o termo. (À guisa de breve introdução às definições de legado encontradas na literatura, sucintamente Andranovich *et al.* (2001:124) descrevem o legado olímpico como “...the period with the longest effect on the host city”.²⁷)

Em novembro de 2002 foi realizado no Centro de Estudos Olímpicos da Universidade Autônoma de Barcelona um simpósio sobre os legados dos Jogos Olímpicos realizados entre os anos de 1984 e 2000. No documento de conclusão deste seminário²⁸ o primeiro ponto destacado foi a importância de se definir quais os legados que a cidade candidata a sediar os

²⁷ Tradução do autor: “...o período com efeitos mais duradouros na cidade sede.”

²⁸ Disponível em <http://olympicstudies.uab.es/olympiclegacy/>, acesso em: 30 jun 2006.

Jogos Olímpicos teria - ressalta-se que estes legados foram considerados fundamentais para definir a pertinência e a viabilidade das candidaturas. A preocupação central dos debatedores foi com a definição de quais são os benefícios que uma cidade pode ter com os Jogos, numa perspectiva que considere uma dimensão temporal maior do que àquela da realização do evento esportivo propriamente dito. Foi destacada neste documento a dificuldade de se delimitar o conceito de legado tendo em vista a diversidade territorial e a necessidade de se considerar as escalas local e global para a sua definição. Uma perspectiva de longo prazo, calcada na sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social, foi tomada como um princípio fundamental para o conceito de legado. Há no documento uma valorização dos legados intangíveis, e seus efeitos sobre os tangíveis, que auxilia na compreensão do conceito:

After hearing papers talking about different experiences from games and cities, the idea emerged that the effects of the legacy have many aspects and dimensions, ranging from the more commonly recognized aspects – architecture, urban planning, city marketing, sports infrastructures, economic and tourist development – to others that are just as, if not more important, but that are less recognised. In particular, it is necessary to point out the importance of so called intangible legacies, such as production of ideas and cultural values, intercultural and non-exclusionary experiences (based on gender, ethnicity or physical abilities), popular memory, education, archives, collective effort and voluntarism, new sport practitioners, notoriety on a global scale, experience and know-how, etc. These intangible legacies also act as a motor for the tangible ones to develop a long-term legacy.²⁹

É possível categorizar os legados a fim de melhor analisá-los: econômico, ambiental, político, social, cultural etc. Como afirmado anteriormente, não é tarefa fácil delimitar o legado; mesmo o legado econômico é de difícil mensuração em virtude dos efeitos multiplicadores, que não se pode definir com precisão como sendo decorrentes da realização dos Jogos. Além do que, um legado econômico não pode se restringir a uma leitura monetária haja vista os efeitos sobre diversos circuitos da economia. Em termos políticos é bastante evidente a contribuição dos Jogos para a afirmação dos Estados Nacionais à medida que as equipes de atletas se agrupam sob esta organização. No Pan 2007 a afirmação da identidade

²⁹ Tradução do autor: “Após ouvir trabalhos que tratam de diferentes experiências dos jogos e cidades, a idéia que emergiu é a de que os efeitos do legado têm muitos aspectos e dimensões, desde os mais comumente reconhecidos – arquitetura, planejamento urbano, *marketing* urbano, infra-estruturas de transporte, desenvolvimento econômico e turístico – até outros que, não são menos importantes, mas sim menos reconhecidos. Em particular, é necessário assinalar a importância dos então chamados legados intangíveis, tais como a produção de idéias e valores culturais, experiências interculturais e não excludentes (baseadas em gênero, etnicidade ou habilidades físicas), memória popular, educação, arquivos, esforços coletivos e voluntariado, novos praticantes esportivos, notoriedade em escala global, experiência e conhecimento etc. Estes legados intangíveis atuam também como motor para aqueles tangíveis no desenvolvimento de um legado duradouro”.

nacional esteve presente em diversas arenas esportivas, especialmente nos momentos de vitória dos atletas brasileiros. Este foi um sentimento estimulado inclusive pelos organizadores do evento, que já na solenidade de abertura exaltaram as qualidades da cidade anfitriã.

Atualmente é muito freqüente a preocupação das cidades sedes de megaeventos esportivos com o planejamento dos legados. São cada vez mais vultosos os recursos gastos nestes eventos e a legitimidade destes investimentos, em grande parte públicos, depende de um certo consenso para que as contestações não paralise a promoção dos Jogos. A conquista deste consenso pode passar então pela aplicação de recursos em áreas que apresentam maior urgência nas intervenções, sendo o evento uma oportunidade para a reestruturação urbana. É desta maneira que os organizadores dos Jogos Olímpicos de 2012 afirmam encarar a construção do legado olímpico, como se pode observar no livro (p. 23, vol. 1, tema 1)³⁰ que apresenta a candidatura da cidade:

The London Plan identifies staging the 2012 Games as the ‘major catalyst for change and regeneration in east London, especially the Lea Valley, leveraging resources, spurring timely completion of already programmed infrastructure investment and leaving a legacy to be valued by future generations’.³¹

Tal preocupação com a conformação de um legado nos Jogos está prevista no documento basilar do Movimento Olímpico, uma vez que se encontra no capítulo I da Carta Olímpica a assertiva de que o COI:

Adoptará medidas para promover un legado olímpico positivo en la ciudad sede y en el país anfitrión, entre ellas un control razonable del tamaño y costo de los Juegos Olímpicos, y estimulará a los comités organizadores de los Juegos Olímpicos (COJO), a las autoridades públicas del país anfitrión y a las personas y organizaciones pertenecientes al Movimiento Olímpico a actuar en consecuencia.³²

³⁰ Disponível em: <http://www.london2012.com/en/news/publications/Candidatefile/Candidatefile.htm>. Acesso em: 13 ago 2006.

³¹ Tradução do autor: “O Plano Londres identifica a realização dos Jogos Olímpicos de 2012 como o ‘maior catalisador para mudança e regeneração no leste de Londres, especialmente em Lea Valley, alavancando recursos, estimulando a conclusão de investimentos em infra-estruturas já programadas e deixando um legado que será valioso para as gerações futuras.”

³² Tradução do autor: “Adotará medidas para promover um legado olímpico positivo na cidade sede e no país anfitrião, entre eles um controle razoável do tamanho e custo dos Jogos Olímpicos, e estimulará os comitês organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO), as autoridades públicas do país anfitrião e as pessoas e organizações pertencentes ao Movimento Olímpico a atuar em favor desse desiderato.”

Além do legado, encontra-se na passagem acima um compromisso do COI com os limites dos gastos para a realização dos Jogos, no entanto, o que os orçamentos dos próximos eventos indicam é que é muito discutível a existência de qualquer controle razoável sobre tais despesas. Sem embargo, é preciso avaliar com cuidado estes custos uma vez que boa parte deles se destina justamente às transformações urbanas que são empreendidas por conta dos Jogos mas que não seriam necessariamente fundamentais para a realização deles. Trata-se da oportunidade que os atores hegemônicos tem para empreender um ordenamento territorial consoante com suas intencionalidades que extrapolam o GEE em si. A legitimidade conferida pelos Jogos se apresenta então como o momento ideal para realizar os ajustes espaciais ambicionados sem a necessidade de construir consensos mais democráticos, que poderiam contestar operações urbanas que fossem muito onerosas para os cofres públicos e/ou tivessem um efeito indesejado para alguns grupos da sociedade civil. Como se abordará mais adiante, tais operações podem ser realizadas em detrimento de direitos de alguns cidadãos, especialmente aqueles pertencem às classes populares. Neste caso, o legado pode ser bastante negativo justamente para aqueles que mais necessitam de um ordenamento territorial pautado por orientações mais redistributivas que concentradoras dos benefícios públicos.

Cashman (1998:111) aponta alguns problemas que envolvem a conformação de um legado olímpico destacando a falta de atenção dos organizadores do GEE com a conformação do legado - uma vez que ele é posterior ao espetáculo e os atores envolvidos tendem a se dispersar após o evento. Além disso, o legado representa mais custos num orçamento que já atinge cifras elevadas. O autor reconhece também a inexistência de planos voltados para a produção de legados como mais uma lacuna na conformação destes.

O conceito de legado é aqui formulado como o conjunto de bens materiais e imateriais, que se conformam como permanências sócio-espaciais no tecido urbano decorrentes das ações empreendidas por conta da implementação de um megaevento. São considerados bens materiais que constituem o legado: as instalações esportivas, as estruturas de transporte, a vila dos atletas, e tanto os demais elementos (de lazer, de turismo, de comunicação, de segurança etc) que tenham sido incorporados à paisagem da cidade sede, como os recursos financeiros auferidos com o aumento da circulação de capital ocorrido a partir do encerramento do evento. E por bens imateriais deve-se considerar: a capacitação técnica dos profissionais envolvidos na organização do evento, o estímulo à prática esportiva, a produção de conhecimentos associados direta ou indiretamente à implementação do evento, as mudanças na imagem urbana a partir da publicidade realizada (capital simbólico), as alterações na

percepção dos cidadãos sobre a própria cidade, o fortalecimento de redes da sociedade civil, a conformação de identidades territoriais etc.

São muitas as facetas que o legado pode assumir, sendo muito distintos os beneficiados pelos diferentes legados gerados pelo megaevento. Isso significa que é preciso tanto quantificar como qualificar o legado, utilizando-o como referência para a avaliação dos custos de oportunidade em se realizar o megaevento - esforço quase nunca realizado uma vez que o poder simbólico dos Jogos é gigantesco numa sociedade do espetáculo. A quantificação³³ pode ser realizada a partir da análise de orçamentos públicos e privados, bem como da variação dos índices que medem o desempenho da economia local. Numa complexidade mais elevada, a quantificação também poderia revelar os grupos urbanos mais beneficiados pelos Jogos, o que exigiria maior empenho dos atores envolvidos em se conferir maior transparência ao orçamento público. Já a qualificação pode ser mensurada, em alguma medida, a partir da realização de pesquisas junto à população da cidade sede, sendo tal medida normalmente ignorada pelos organizadores do evento, seja pelos custos envolvidos seja pela visão predominante de que uma vez encerrado o evento, “a missão está cumprida”³⁴.

Richard Cashman (2002:5), diferentemente de Brunet, considera como impacto todo o ciclo que envolve a produção dos Jogos Olímpicos; para o autor australiano, os impactos urbanos dos Jogos podem ser divididos em 4 períodos:

1. the preparation of a bid and the winning of the right to host the Games;
2. the seven year period of preparation for the staging of the Games;
3. the short period (16 days in 2000) when the Olympic Games are staged followed by the Paralympic Games;
4. the much longer post-Games era.³⁵

Estes 4 períodos definidos por Cashman são relevantes para o reconhecimento das etapas envolvidas na produção do megaevento. Predomina a dimensão temporal nesta abordagem

³³ Um exemplo de avaliação da relação entre custos e benefícios de um GEE, pode ser encontrado no trabalho de Shaffer *et al.* (2003) a respeito dos Jogos Olímpicos de Inverno de Vancouver 2010. Avaliando os possíveis impactos e legados dos Jogos, os autores confessam a dificuldade em se mensurar os bens intangíveis que serão produzidos.

³⁴ Frase utilizada por Carlos Nuzman, presidente do CO-Rio e do COB, na cerimônia de encerramento do Pan 2007. O dirigente parecia mais preocupado com a nova missão (a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2016) do que com a estruturação do legado do Pan para a Cidade. (Fonte: DORO. Bruno. Após vestibular, Nuzman minimiza vilões do passado para 2016. UOL, São Paulo, 30 jul 2007. Disponível em: <http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/07/30/ult4343u1244.jhtm>. Acesso em 2 ago 2007.)

³⁵ Tradução do autor: “1. a preparação da candidatura e a vitória do direito de sediar os Jogos; 2. o período de sete anos de preparação para sediar os Jogos; 3. o curto período (16 dias nos Jogos de 2000) quando os Jogos Olímpicos ocorrem seguido dos Jogos Paraolímpicos; 4. a era mais longa pós-Jogos.”

que não olvida a constituição do legado. No entanto, a leitura que se pode fazer desta categorização é limitada já que não contempla a dimensão espacial tão cara para as análises aqui colocadas.

Identificando padrões nos impactos promovidos pelos Jogos Olímpicos, Essex e Chalkley (2003), a partir de trabalho anterior realizado em 1999, estruturaram um quadro que caracteriza tanto os Jogos de verão como os de inverno. Tal quadro tem uma clara perspectiva histórica e aponta, de maneira genérica, alguns aspectos dos impactos territoriais produzidos pelos Jogos (segue abaixo o quadro preparado pelos autores). Trata-se de um enquadramento com alto grau de generalização, considerando sobretudo os impactos muito distintos entre, por exemplo, Los Angeles 1984 e Barcelona 1992. O primeiro com um reduzido legado para a cidade e o segundo com um complexo efeito multiescalar que promoveu a imagem da cidade em nível internacional tornando-a uma referência para muitos empreendedores urbanos.

Tabela 1 – Categorização temporal dos Jogos Olímpicos (1896-2002)

Table 1. The changing infrastructural impact of the Summer and Winter Games, 1896-2002	
Summer Olympic Games	Winter Olympic Games
PHASE ONE: 1896-1904 <i>Small scale, poorly organised and not necessarily involving any new development</i>	PHASE ONE: 1924-1932 <i>Minimal infrastructural transformation apart from sports facilities.</i>
PHASE TWO: 1908-1932 <i>Small scale, better organised and involving construction of purpose built sports facilities</i>	PHASE TWO: 1936-1960 <i>Emerging infrastructural demands, especially transportation.</i>
PHASE THREE: 1936-1956 <i>Large scale, well organised and involving construction of purpose built sport facilities with some impact on urban infrastructure</i>	PHASE THREE: 1964-1980 <i>Tool of regional development, especially transportation and Olympic Villages.</i>
PHASE FOUR: 1960-1996 <i>Large scale, well organised and involving construction of purpose built sports facilities with significant impacts on urban infrastructure</i>	PHASE FOUR: 1984-2002 <i>Large-scale urban transformations, including multiple Olympic Villages.</i>

Source: Chalkley and Essex (1999); Essex and Chalkley (in preparation).

O quadro acima apresenta como primeiro indicador a escala de intervenção urbana dos Jogos de verão. É a partir de Roma 1960 que os impactos urbanos se tornam mais significativos, o que coincide com o grande aporte de recursos gerados pelo advento de transmissões do evento por meio da TV (Rubio, 2005). Desde então os direitos de transmissão serão cada vez mais importantes para a engenharia financeira dos Jogos (Preuss, 2002). Por outro lado, os autores reconhecem que desde os Jogos de verão de 1936 a infra-estrutura urbana passou a ser afetada pelos megaeventos, assim como ocorreu nos Jogos de inverno a partir de 1964.

É oportuno destacar que os Jogos possuem uma função cultural significativa para a sociabilidade urbana, tema que foi tratado por Johan Huizinga (1980) em trabalho de referência na área. Tomando-se a realização dos Jogos como uma festa, uma outra abordagem sob a perspectiva da Geografia, pode ser encontrada nos trabalhos de Nelson Fernandes, que afirma que: “A cidade e a festa são elementos primordiais e permanentes da civilização, porque nelas os homens se encontram e alcançam os mais altos níveis de cooperação, criação, solidariedade e sociabilidade” (Fernandes, 2004:55). Não é o objetivo deste trabalho abordar a temática dos Jogos a partir deste olhar, fica aqui apenas o registro de que eles têm um papel considerável na sociabilidade urbana. Pode-se citar ainda o estudo de Stanley Waterman (1998) sobre as transformações urbanas promovidas pelos festivais artísticos, que muitas das vezes são realizados dentro da lógica do consumo da cultura e voltados para atender interesses de classes mais abastadas da cidade.

A fim de contextualizar a promoção dos grandes eventos esportivos, será realizada em seguida uma apresentação sobre os Jogos Olímpicos e os Jogos Pan-americanos, destacando-se nestes alguns aspectos específicos do Pan 2007. Em seguida serão discutidos os impactos urbanos produzidos em função da realização dos GEEs a partir de quatro categorias selecionadas, para as quais se propõe uma tipologia de análise. O capítulo é encerrado como uma análise dos conflitos que surgem por conta destes megaeventos esportivos, conflitos que denotam aspectos pouco consensuais, e às vezes bastante coercitivos, do ordenamento territorial nas cidades sede dos Jogos.

2.1. JOGOS OLÍMPICOS E PAN-AMERICANOS

Nesta seção serão realizadas algumas reflexões acerca dos Jogos Olímpicos tanto na Idade Antiga como na Contemporânea. Trata-se apenas de uma contextualização destes megaeventos para situar a origem e desenvolvimento destes Jogos, que nem sempre tiveram o caráter espetacular que apresentam hoje. Algumas considerações sobre os Jogos Pan-americanos também serão feitas nesta mesma linha, com um enfoque no Pan 2007 realizado na Cidade do Rio de Janeiro.

A origem dos Jogos Olímpicos na Grécia Antiga é freqüentemente associada à celebração do esporte e do culto à beleza estética humana como se estes fossem seus objetivos principais. Fala-se pouco, porém, na intenção mística e fúnebre de saudar os mortos de cada cidade. No canto IX da *Iliada*, Homero relata detalhadamente as competições fúnebres que precederam a

inunção de Pátroclo, escudeiro de Aquiles. Num período de quatro em quatro anos cada cidade-estado da Grécia dedicava um dia do ano (a primeira lua cheia do verão do hemisfério Norte) para reverenciar os falecidos, reuniam num campo os pertences dos mortos e abandonavam momentaneamente a cidade para deixar que os espíritos passassem entre suas lembranças de vida terrena, isso após as sacerdotisas acenderem uma chama que os homens levavam até o templo do deus-patrono da cidade.

Diversos eram os jogos realizados na Antigüidade. Em Corinto, um dos principais portos gregos, situado no istmo que liga a península do Peloponeso ao continente, os jogos eram chamados de Jogos Ístmicos. Em Delfos, onde havia o famoso Oráculo de Apolo, eram Jogos Píticos. Em Argos eram Jogos Nemeus. Este conjunto de jogos, juntamente com os Jogos Olímpicos que se realizavam em Olímpia perto de Elis, ficaram conhecidos como Jogos Pan-helênicos. Na cidade de Olímpia havia um templo dedicado a Zeus, como todo deus da Antigüidade Clássica este possuía variações de acordo com o mito, com a cultura e com as particularidades que cada cidade-estado lhe atribuía. Este Zeus era o chamado Zeus Olímpico e junto a seu templo se realizavam os jogos esportivos idênticos aos das outras cidades. Porém era em Olímpia que os jogos atingiam sua plenitude, em organização e número de participantes, e onde se desenvolveram como competições regulares e de extrema importância para os helênicos. Inicialmente com regulamentos e princípios simples, e mais tarde bem complexos e rígidos, os Jogos Olímpicos foram realizados com praticamente sem interrupção do século VIII a.C. ao V d.C., sofrendo diversas modificações ao longo deste período. Boga (1964 apud Rubio, 2002:132)³⁶ narra a centralidade que os deuses tinham nos Jogos da Antigüidade:

Olímpia era considerada um centro político e religioso e favoreceu, sob forma de associação, a agregação de várias outras cidades, para a realização dos jogos, entre elas Esparta. A base dessa federação foi o reconhecimento de Zeus como protetor comum e os Jogos como uma festa em sua homenagem, que segundo exigência do oráculo de Delfos deveria ser celebrada de quatro em quatro anos, no dia da Lua cheia após o solstício de verão. A escolha desse dia devia-se ao fato desse ser o momento em que o Sol, atingindo o ponto mais elevado de sua carreira no hemisfério Norte, resplandecendo em todo o brilho, mostrava-se vitorioso aos seus inimigos mais temíveis. As corridas e combates dos atletas reproduziam a imagem do curso anual do Sol e as vitórias deste sobre os diferentes signos do zodíaco.

³⁶ BOGA, M. Jogos Olímpicos na antiga Grécia e olimpismo moderno. Lisboa: Imprensa Lucas, 1964.

O registro mais antigo dos Jogos Olímpicos que chegou aos nossos dias data de 776 A.C. Trata-se de uma inscrição num disco de pedra encontrada nas ruínas do templo de Hera em Olímpia. Tal inscrição refere-se ao acordo de tréguas e manutenção de paz durante a realização dos Jogos Olímpicos selado entre os reis Ifitos de Ilíia, Licurgo de Esparta e Clístenes de Pisa. Com o passar do tempo outros reinos juntaram-se a este acordo e a partir daí os Jogos Olímpicos tornaram-se competições de paz, primeiro entre os homens, depois entre as nações. Nos Jogos antigos participavam somente homens livres que falavam grego; às mulheres era proibido intervir. Aqueles que participavam dos Jogos o faziam competindo de forma individual e não representando um país, como ocorre atualmente. Diferentemente do que ocorre atualmente, não eram entregues medalhas aos vencedores das competições; somente era colocada na cabeça do vencedor uma guirlanda feita com ramos de oliveira. Em todo o caso, aos vencedores era concedida a honra de colocar uma estátua com sua imagem em Olímpia e, nas cidades em que haviam nascido, bustos eram erguidos e poemas eram escritos em homenagem aos atletas. No retorno das disputas, os atletas vitoriosos tinham uma recepção de heróis e podiam ser recompensados com dinheiro, presentes ou isenção de impostos, entre outros benefícios.

Os Jogos Olímpicos favoreciam o desenvolvimento cultural ao amparar a criação humana em diversos campos do conhecimento como a arquitetura, a matemática e a poesia. Por exemplo destaca-se o Templo de Zeus em Olímpia, desenhado por Libon. Nesta edificação foi usado um sistema de proporções geométricas baseado nos planejamentos de Euclides. Na escultura os Jogos inspiraram o “Discóbolo” de Mirón. Na poesia conhece-se uma variedade de odes, como as “Olímpicas” escritas por poetas como Píndaro e Simônides, para imortalizar os triunfos dos atletas nas competições. Os últimos Jogos Olímpicos da Antigüidade foram realizados no ano de 394 d.C. Proibidos pelo imperador romano Teodósio I, por considerá-los um espetáculo pagão, os Jogos só voltariam a ser realizados 1.500 anos depois.

Da mesma forma que na Grécia Antiga, as práticas esportivas na modernidade surgem com estreita relação com a educação. No entanto, este ressurgimento tem um caráter racionalista e funcionalista associado à necessidade de defesa de Estados Nacionais e ao aumento da produção capitalista. Tal funcionalidade pode ser encontrada nas palavras de Rousseau (1979:121 apud Rubio, 2002:134) que, em Emílio, afirma:

“Para aprender a pensar é preciso, portanto, exercitarmos os nossos membros, nossos sentidos, nossos órgãos, que são instrumentos de nossa inteligência; e para tirar todo o proveito possível desses instrumentos, é preciso que o corpo que os fornece seja robusto e são.”

Retomar os Jogos Olímpicos seria uma forma de celebrar a paz entre as nações, defendia o francês Barão Pierre de Coubertin numa época em que seu país acabara de ser humilhado numa guerra-relâmpago com a Alemanha. Assim ele lançou sucessivos apelos tanto aos governos quanto às entidades esportivas de países europeus para que voltassem a realizar essas competições, à semelhança daqueles da Antigüidade. Em 1892, num congresso na Sorbonne, o Barão conseguiu que alguns países se comprometessem a enviar atletas para a primeira competição olímpica da Era Moderna, cujo local ainda seria decidido.

Em 1894 foi criado então o Comitê Olímpico Internacional (COI), entidade não-governamental que seria inicialmente presidida por Demetrius Vikelas e mais tarde pelo próprio Pierre de Coubertin. Inicialmente Coubertin desejava que os primeiros Jogos Olímpicos fossem realizados em 1900, em Paris, mas ficou decidido que seriam realizados antes em Atenas, em 1896. Inicialmente tal decisão provocou alguns problemas devido à dificuldade em obter apoio financeiro por parte do governo grego. Com o empenho do COI foi possível obter o apoio da Família Real da Grécia, principalmente do Príncipe Constantino, para que os primeiros jogos em Atenas se tornassem realidade. Assim em abril de 1896 começaram na capital grega os primeiros Jogos Olímpicos da era moderna.

Cotejados os números da primeira edição dos Jogos Olímpicos da era moderna com aqueles dos últimos Jogos, realizados na mesma cidade 108 anos depois (Atenas 2004), percebe-se como este evento ganhou importância e dimensões, de fato, mundiais. Enquanto que em 1896 eram apenas 9 modalidades esportivas, em 2004 estas passaram a ser 28. Somente 13 países participaram dos Jogos em 1896, número que subiu para 101 em 2004. Apenas 250 homens competiram na primeira edição dos Jogos modernos enquanto que mais de 11 mil atletas disputaram medalhas na última edição. Apesar de serem um evento para participação mundial, é inegável que os Jogos Olímpicos possuam um caráter centralizado no hemisfério norte, onde surgiram. (Entre 1896 e 2004, os Jogos realizaram-se: 15 vezes na Europa, 5 vezes na América do Norte, 2 vezes na Ásia e 2 na Oceania.) Não por acaso os Jogos são de verão, mas o verão do norte que vai de junho a setembro, quando os atletas têm calor suficiente para treinar e competir. Deixam de fora assim os chamados “esportes de inverno”, que fundamentalmente necessitam de neve para sua realização; para abrigar essas modalidades, o COI criou em 1924 os Jogos Olímpicos de inverno, disputados sempre no hemisfério norte. Estes Jogos, num primeiro momento, coincidiram com os quadriênios dos Jogos de verão, e a partir de 1994 passaram a ser realizados com diferença de dois anos entre cada evento. Os Jogos Olímpicos foram ampliados quando foi realizada a primeira

competição para atletas com deficiência física em Stoke Mandeville em 1948. A primeira Paraolimpíada, no entanto, só ocorreu em Roma 1960 e em 1976 foram realizados os primeiros Jogos Paraolímpicos de inverno na cidade de Ömsköldsvik, Suécia.

No período de realização dos Jogos na Antigüidade os países abandonavam os conflitos militares celebrando um período de trégua. O próprio caráter internacional da competição teve início quando três reis de cidades-estado gregas assinaram um tratado de paz em Olímpia, prometendo enviar para lá seus melhores atletas e comprometeram-se a realizar a trégua caso estivessem em guerra. O século XX fez com que essa tradição fosse invertida: os Jogos é que foram interrompidos quando as guerras estouraram e isso ocorreu três vezes (1916, 1940 e 1944). Outra diferença entre os Jogos atuais e os da Antigüidade está na própria relação dos atletas com os seus esportes. A busca pela superação de tempos e distâncias a fim de se atingir sucessivos recordes, não era tão significativa para os antigos como é hoje para os modernos. “Na Antigüidade, o grego competia, mas sua busca pela vitória fundamentava-se no superar-se, no romper barreiras individuais, para então alcançar o seu máximo na competição em que participava e assim aproximar-se de uma condição divina” (Silva e Rubio, 2003:70). Vencer, então, era uma conseqüência desse processo de auto-superação física e moral.

Atualmente, a escolha da cidade sede dos Jogos realiza-se em reunião do Comitê Olímpico Internacional sete anos antes da realização das provas. A eleição da cidade que acolherá os Jogos Olímpicos é um processo demorado que compete aos membros do Comitê Olímpico Internacional. Estes devem avaliar aspectos tão diferentes quanto a qualidade técnica das propostas, a capacidade de alojamentos e transportes da região, o apoio popular e as garantias de segurança. Dada a visibilidade dos Jogos para o mundo, estes também têm sido usados como espaço para confrontos políticos e reivindicações. São exemplos disso: os boicotes durante a Guerra Fria aos Jogos de 1980 e 1984, pelos Estados Unidos e pelo bloco de países soviéticos, respectivamente. Também pode ser tomado como exemplo de uso político do momento de visibilidade dos Jogos, o atentado à bomba ocorrido em Atlanta em 1996. (Este tema será aprofundado em tópico posterior.) Centenas de milhões de dólares serão gastos em segurança na realização dos Jogos em Londres (2012), sinais de um tempo onde o medo é construído nos noticiários de todo o mundo a partir de ações e ameaças terroristas. Por outro lado, num exemplo de aproximação e reconciliação entre os povos, de que os Jogos pretendem ser símbolo a Coreia do Norte e a Coreia do Sul participaram da cerimônia de abertura dos Jogos de Sydney em 2000 e de Atenas em 2004 sob uma única bandeira.

Documento basilar do olimpismo moderno, a Carta Olímpica (COI, 2003) em seu nono princípio se afirma como o código que resume os princípios fundamentais, as normas e os textos de aplicação adotados pelo COI. A Carta então rege sobre a organização e o funcionamento do Movimento Olímpico e estabelece as condições para a realização dos Jogos. Neste documento encontra-se no princípio segundo a definição do Olimpismo como uma filosofia de vida, que exalta e que combina em um conjunto harmônico as qualidades do corpo, da vontade e do espírito. Ao associar o esporte com a cultura e a educação, o Olimpismo se propõe a criar um estilo de vida baseado na alegria do esforço, no valor educativo do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais. Princípios nem sempre observados pelos dirigentes do COI, como será discutido posteriormente, e mesmo contraditórios com o próprio início dos Jogos na versão moderna, que não contou com a participação feminina. Segundo o Barão de Coubertin³⁷: “O papel da mulher nos Jogos Olímpicos deve ser o mesmo das Olimpíadas da Antigüidade, ou seja, premiar os homens vencedores com a coroa de louros”; declaração que denota as dificuldades que as mulheres teriam em participar da competição.

Configurando-se em uma espécie de versão regional dos Jogos Olímpicos, os Jogos Pan-americanos são um evento multidesportivo no qual participam os países do continente americano. Nestes Jogos são disputados esportes incluídos no Programa Olímpico e outros disputados nas Américas. Acontecem a cada quatro anos e, em geral, seguem um rodízio entre as três Américas: a do Sul, a Central e a do Norte. A idéia de criar uma competição que envolvesse os países das Américas surgiu em 1932, durante os Jogos Olímpicos de Los Angeles. A Segunda Guerra Mundial fez com que os planos de criar uma competição Pan-americana fossem adiados e o primeiro Pan-americano aconteceu em Buenos Aires com a presença de 2.513 atletas de 21 países, que disputaram medalhas em 18 modalidades esportivas. A história do Pan é marcada por algumas confusões e riscos de cancelamento. A terceira edição dos Jogos, por exemplo, agendada para a cidade de Cleveland, teve sua sede mudada na última hora para Chicago. Em 1979, em San Juan, o problema foi a falta de segurança da capital de Porto Rico, o que quase provocou o cancelamento da competição. Já em Santo Domingo, em 2003, o atraso nas obras também deixou a disputa em risco. A Organização Desportiva Pan-americana (ODEPA) é a entidade que reúne os Comitês Olímpicos Nacionais dos países do continente americano e foi oficialmente fundada em 8 de agosto de 1948, contando atualmente com o dobro de integrantes do primeiro Pan: 42 países

³⁷ JÄGER, Karin. 1934: os últimos jogos femininos mundiais. Deutsche Welle, Alemanha, 12 ago 2007. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,895926,00.html>. Acesso em: 12 ago 2007.

membros. Em 1963 o Brasil sediou a quarta edição dos Jogos, que foram realizados em São Paulo.

Considerando que uma das grandes motivações da realização deste estudo é o fato da Cidade do Rio de Janeiro sediar a XV edição dos Jogos Pan-americanos (Pan 2007), cabe aqui fazer algumas considerações específicas sobre este evento. (Tais apontamentos são ainda mais relevantes tendo em vista que este evento é o mais principal objeto empírico deste estudo.) A candidatura do Rio para o Pan 2007 foi iniciada em 1998, quase 10 anos antes de sua realização. Inicialmente a candidatura carioca despontou sozinha até que em 2001, ano da formalização da candidatura junto à ODEPA, foi conhecida a cidade adversária nesta disputa: San Antonio (cidade norte-americana localizada no Estado do Texas). No ano seguinte, em 2002, o Rio de Janeiro sediou (juntamente com as cidades de São Paulo, Curitiba e Belém) os Jogos Sul-americanos no lugar da cidade de Bogotá (Colômbia) que enfrentava problemas para proceder a implementação destes jogos. Este evento, ocorrido em agosto de 2002, se constituiu numa possibilidade dos gestores cariocas demonstrarem que o Rio poderia sediar um evento esportivo. No mesmo mês o Rio de Janeiro foi anunciado pela ODEPA como vitorioso na disputa pela sede do Pan 2007. Os Jogos tiveram como datas previstas para sua realização os dias entre 12 e 29 de julho (Pan), e entre 12 e 19 de agosto (Parapan, versão da competição destinada aos deficientes físicos).

Após a vitória foi formado o Comitê Organizador dos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007 (CO-Rio)³⁸, que foi responsável pelo planejamento e pela execução das atividades relacionadas aos Jogos. A composição do Comitê Executivo do CO-Rio, que não contava com nenhuma participação feminina à época dos Jogos, foi definida como sendo a seguinte:

- ⇒ Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB);
- ⇒ Membro do Comitê Olímpico Internacional (COI) no Brasil;
- ⇒ Vice-Presidente e Secretário-Geral do Comitê Olímpico Brasileiro;
- ⇒ Secretário-Geral do CO-Rio;
- ⇒ Representante da União Federal;
- ⇒ Representante do Estado do Rio de Janeiro;
- ⇒ Representante da Cidade do Rio de Janeiro;

³⁸ Fonte: sítio do CO-Rio disponível em: <http://www.rio2007.org.br/>. Acesso em: 12 set 2006.

⇒ Membro da Assembléia do COB.

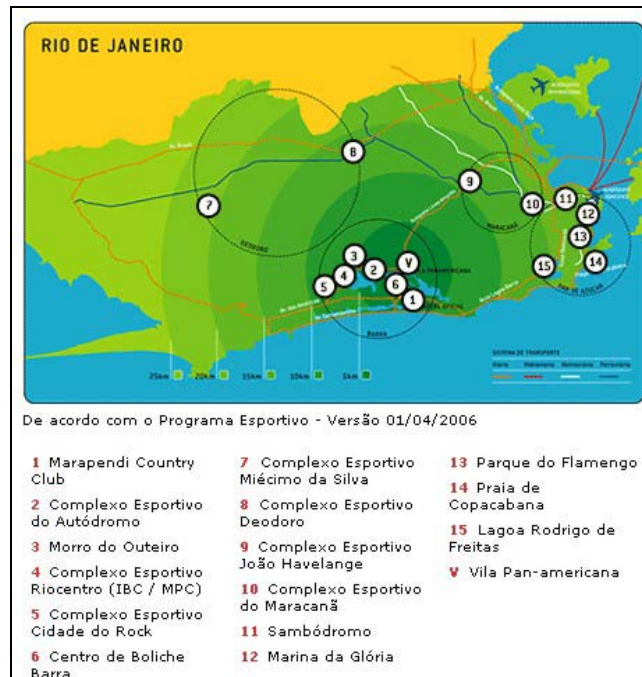
O Comitê Executivo do CO-Rio é o fórum no qual boa parte das decisões, especialmente as de maior importância, sobre ordenamento territorial dos Jogos é tomada. Sua composição, bastante exclusiva contando apenas com dirigentes esportivos e autoridades públicas, foi precedida por um processo de candidatura pouco participativa, como denota o sítio oficial do evento a respeito da escolha da Barra da Tijuca como área de concentração dos investimentos, feita por apenas dois destes representantes do CO-Rio³⁹:

...o prefeito do Rio, César Maia, e o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, definiram a concentração do evento na Barra da Tijuca, por tratar-se de uma área plana, com ocupação qualificada, espaços livres e boa malha viária para o tráfego. A capacidade de reunir todas as competições num mesmo perímetro urbano e a possibilidade de concentrar aproximadamente 60% das instalações esportivas e a Vila Pan-americana num raio de apenas 10km da região nobre da Barra da Tijuca foram alguns dos pontos altos do projeto.

Tal declaração registrada pelos organizadores do Pan 2007 no sítio do evento, aparece com estranha naturalidade; como se o fato de apenas duas pessoas decidirem onde potencialmente bilhões de reais serão investidos fosse algo bastante corriqueiro. O que era apenas um estudo das intenções dos organizadores do evento (caderno de encargos), materializar-se-á no território anos mais tarde com a união de esforços da Prefeitura e dos Governos Estadual e Federal. Um certo viés elitista pode ser encontrado também nesta declaração a partir dos dizeres que afirmam “ocupação qualificada” e “nobre” ao se referirem à Barra da Tijuca, área de concentração dos locais de realização dos Jogos conforme o cartograma abaixo.

³⁹ Fonte: http://www.rio2007.org.br/pan2007/portugues/sobre_vencemos.asp, acesso em 15 mar 2007.

Cartograma 1 - Instalações do Pan 2007 na Cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Sítio do Pan 2007 (<http://www.rio2007.org.br/pan2007/portugues/locais.asp>, acesso em: 30 jul 2006).

Os investimentos públicos aplicados para a realização do Pan 2007 ultrapassaram os R\$ 3 bilhões de reais, como se pode observar nas tabelas em anexo (anexos III e IV), que indicam os gastos do Governo Federal (R\$ 1,8 bilhão) e da Prefeitura (R\$ 1,2 bilhão); faltando ainda as estimativas de gasto do Governo do Estado que não foram consolidadas e divulgadas por algum órgão estadual até a conclusão deste trabalho. Estes valores contrastam muito com aqueles dos Jogos Pan-americanos anteriores que, segundo levantamento do jornal *Lance*⁴⁰: os Jogos de Santo Domingo 2003, Winnipeg 1999, Mar del Plata 1995, Havana 1991 e Indianápolis 1987, somados, teriam investido R\$ 2,1 bilhões em valores atuais. Estes vultosos recursos assustam até mesmo o próprio Presidente da ODEPA, Mario Vasquez Raña, que afirmou ainda na mesma edição do periódico paulista supracitado⁴¹: “Se os gastos com o Pan-Americano continuarem aumentando, amanhã poderemos contar nos dedos da mão os países que poderão organizar os Jogos Pan-Americanos”. É sintomática a declaração do dirigente em relação à grandiosidade que os GEEs tomam. O Pan 2007 tem gastos não tão altos quando comparados com os investimentos na preparação de Londres 2012, estimados

⁴⁰ Fonte: DORO, Bruno. Custo total do Pan-Americano do Rio pode chegar a R\$ 4 bilhões. UOL, São Paulo, 16 fev 2007. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/02/16/ult4343u77.jhtm>. Acesso em 30 mai 2007.

⁴¹ Fonte: DORO, Bruno. Odepa usa tocha para alertar contra ganância do Rio 2007. UOL, São Paulo, 30 mar 2007. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/03/30/ult4343u375.jhtm>. Acesso em 30 mai 2007.

em US\$ 19 bilhões⁴² (calculados ainda com 6 anos de antecedência, e provavelmente ainda sujeitos a muitos ajustes), ou diante dos 34 bilhões de dólares que se espera gastar com os próximos Jogos Olímpicos de Pequim 2008⁴³. Uma outra comparação possível é com os ganhos auferidos pelos dois maiores bancos privados brasileiros, que atingiram o lucro recorde de mais de R\$ 4 bilhões no primeiro semestre de 2007⁴⁴. Estes recursos não são aplicados de forma totalmente consensual, sendo recorrentes os conflitos em torno deste tema e de outros referentes à violação de direitos nas cidades sede de GEEs, como se abordará posteriormente.

O Pan 2007 não foi a única disputa travada pelo Rio para sediar um megaevento esportivo. Contando com uma disputa doméstica com a Cidade de São Paulo, o Rio de Janeiro apresentou em julho de 2002 (portanto, antes mesmo de conhecer o resultado do Pan) a sua candidatura à sede dos Jogos Olímpicos de 2012. Aproximadamente um ano depois seria definida a cidade brasileira candidata aos Jogos de 2012; numa votação secreta o Rio venceu São Paulo por 23 votos a 10. Em maio de 2004 o Rio ficou oficialmente fora da disputa, quando foram definidas apenas as candidaturas de Londres, Nova Iorque, Moscou, Paris e Madri. Em julho de 2005 foi anunciada a vitória de Londres como a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2012. Anteriormente o Rio havia se candidatado aos Jogos Olímpicos de 2004, contando a Prefeitura da Cidade com uma consultoria catalã neste intento. Encerrado o Pan 2007, os organizadores do evento se mobilizam para apresentar novamente a Cidade do Rio como candidata aos Jogos, na edição de 2016. Os próximos Jogos Pan-americanos estão previstos para ocorrer em 2011 na Cidade de Guadalajara, no México⁴⁵.

2.2. IMPACTOS

A abordagem desta parte trabalho segue, em certa medida, os passos apontados por Susan Smith (1996:266) quando ela afirma a necessidade da Geografia Urbana de se envolver nos debates sobre como as cidades devem ser organizadas, como os problemas urbanos são definidos e qual a forma a ser adotada pelas políticas urbanas. Neste sentido, os apontamentos a seguir são fortemente marcados pelo caráter avaliativo de políticas urbanas que são

⁴² Fonte: DUARTE, Fernando Duarte. Jogos londrinos já custam US\$ 19 bilhões: orçamento das Olimpíadas de 2012 quase quadruplica. O Globo, Rio de Janeiro, 5 ago 2007, Caderno de Esportes, p. 53.

⁴³ Fonte: SCOFIELD Jr, Gilberto. Pequim antecipa cronograma olímpico: país deve entregar instalações para os Jogos no fim do ano. O Globo, Rio de Janeiro, 5 ago 2007, Caderno de Esportes, p. 53.

⁴⁴ Fonte: FRISH, Felipe. Itaú bate Bradesco em lucro recorde: ganho semestral de R\$ 4,016 bilhões é novo marco no setor. O Globo, Rio de Janeiro, 8 ago 2007, Caderno de Economia, p. 23.

⁴⁵ Sítio do evento: <http://www.guadalajara2011.org.mx/>. Acesso em 12 ago 2007.

empreendidas no âmbito da estruturação de Jogos Olímpicos e de Jogos Pan-americanos. Cabe aqui então preliminarmente traçar algumas linhas sobre a importância da avaliação para o aprimoramento destas políticas.

Avaliar significa determinar o valor, a importância de alguma coisa, a partir do julgamento sobre ações individuais, coletivas ou institucionais. A avaliação refere-se então à análise do valor de algo em relação a algum anseio ou a um objetivo, sendo imprescindível a adoção de um quadro referencial que sirva como parâmetro para a consecução deste esforço analítico. Este quadro referencial deve conter as normas que orientem a adequada seleção de métodos e técnicas que permitam mensurar os valores e as necessidades satisfeitas, segundo as intencionalidades previamente definidas. Avaliar é sobretudo confrontar a situação atual com a ideal verificando os possíveis distanciamentos das metas traçadas a fim de promover a correção dos rumos que conduzam a ações que permitam alcançar os objetivos delineados. Avaliar não é o processo de medir atributos de planos e programas, mas sim o de verificar se eles realizam os valores que anunciam explícita ou implicitamente (Garcia, 2001:29-32).

Em relação aos Jogos em tela, o quadro avaliativo deve contemplar em que medida a produção do espaço urbano condiz com os valores apregoados pelo movimento esportivo internacional que podem ser reconhecidos nos terceiro e sexto princípios da Carta Olímpica:

3. El objetivo del Olimpismo es poner siempre el deporte al servicio del desarrollo armónico del hombre, con el fin de favorecer el establecimiento de una sociedad pacífica y comprometida con el mantenimiento de la dignidad humana. Para ello, el Movimiento Olímpico lleva a cabo, solo o en cooperación con otros organismos y dentro de sus posibilidades, acciones en favor de la paz;
6. El Movimiento Olímpico tiene por objetivo contribuir a la construcción de un mundo mejor y más pacífico, educando a la juventud a través del deporte practicado sin discriminaciones de ninguna clase y dentro del espíritu olímpico, que exige comprensión mutua, espíritu de amistad, solidaridad y fair play.⁴⁶

Estes princípios remetem, ainda que de maneira vaga como ocorre com grande parte dos princípios contidos na Carta, à construção de uma cidade mais justa e equânime. Explicitamente ressalta-se o compromisso do Movimento Olímpico no desenvolvimento da cultura de paz, sendo incompatíveis portanto as ações que atentem contra a dignidade

⁴⁶ Tradução do autor: “3. O objetivo do Olimpismo é colocar sempre o esporte a serviço do desenvolvimento harmônico do homem, com o fim de favorecer o estabelecimento de uma sociedade pacífica e comprometida com a sustentação da dignidade humana. Para isso, o Movimento Olímpico leva a cabo, sozinho ou em cooperação com outros organismos e dentro de suas possibilidades, ações em favor da paz; 6. O Movimento Olímpico tem por objetivo contribuir na construção de um mundo melhor e mais pacífico, educando a juventude através do esporte praticado sem discriminações de nenhuma classe e dentro do espírito olímpico, que exige compreensão mútua, espírito de amizade, solidariedade e fair play.”

humana. Por outro lado, o quadro referencial estruturado neste trabalho para operacionalização da avaliação é eminentemente pautado pela dimensão socioespacial, como será exposto nas linhas a seguir.

Antes de proceder a avaliação dos impactos é necessário reconhecer alguns elementos que norteiam a formulação de uma tipologia que abarque os principais impactos urbanos produzidos pelos GEEs. Neste sentido, as diferentes gerações de GPUs denotam a complexidade que os eventos podem apresentar consoante com a materialização destes no espaço urbano. Por escala de complexidade deve-se entender a miríade de atores, estratégias, fontes de financiamento, grupos beneficiários etc. Diferentemente desta escala de complexidade, escalas geográficas indicam os recortes espaciais onde operam os atores e estratégias de um dado evento, este tomado aqui não como mero fenômeno mas sim como o conceito desenvolvido por Milton Santos (2004).

Santos (2004:143-168) defende que os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço; quando eles emergem estão propondo uma nova história. O autor afirma que onde o evento se instala há mudança, pois o evento é uma brutalidade eficaz. Desta forma, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos e lhes dão novas características. Santos ressalta ainda que não há evento sem ator, nem há evento sem sujeito. No caso em estudo trata-se de evento social, finito e planejado, com uma duração organizacional definida por diferentes atores. É fundamental em qualquer evento desta natureza, reconhecer que ele se estrutura a partir processos organizacionais, apresentando-se estes de forma cada vez mais onipresentes em nossa sociedade. O nível de organização dos eventos está ligado à escala de sua regulação e à incidência sobre a área de ocorrência do fenômeno.

Grandes eventos esportivos (GEEs) são conformados por inúmeros eventos que se estruturam em diferentes escalas nas quais produzem impactos distintos. Isso significa que tais eventos, encarados como GPUs, devem ser analisados em sua dimensão multiescalar. Retomada a discussão realizada por Souza (2006a) sobre as escalas geográficas, é possível constatar que a organização dos GEEs tem atores e efeitos em praticamente todas as escalas. Por exemplo, no caso dos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro 2007, é possível reconhecer atores e efeitos que vão desde a escala microlocal à escala global; desde a atuação da Prefeitura nos ajustes arquitetônicos dos equipamentos esportivos, até a veiculação de imagens da Cidade do Rio de Janeiro por agências de notícias em multifários países do mundo.

Com o fito de definir as categorias chave para a construção de uma tipologia que oriente a análise dos GEEs, serão realizadas aqui algumas considerações sobre os principais marcos urbanos que caracterizam o ordenamento territorial vigente na implementação de tais eventos. Trata-se mesmo de reconhecer que alguns eventos são ordenados de tal forma a produzirem impactos com intensidades que denotam as intencionalidades dos agentes modeladores do espaço urbano. Sendo assim, foram identificadas como categorias chave destes impactos territoriais, para a análise dos GEEs enquanto GPUs: as vilas dos atletas, as estruturas de transporte, os reassentamentos de famílias e os equipamentos esportivos.

Para viabilizar a representação dos resultados das análises dos GEEs de maneira simplificada, foram estruturados quadros com variáveis sócio-espaciais numa perspectiva que considera a dimensão da desigualdade da distribuição dos recursos. Foi tomada como preocupação central na montagem deste esquema, a identificação de variações nos impactos promovidos nas cidades por diferentes GEEs. Trata-se mesmo de um recurso analítico que apresenta algum grau de simplificação considerando que as categorias podem apresentar um comportamento mais complexo do que aqueles definidos pelas variáveis escolhidas. Este grau de simplificação, no entanto, não é grande o suficiente para comprometer o recurso, que deve ser acompanhado de um detalhamento das categorias em estudo que ressalte as especificidades de cada GEE enquadrado. Cabe ainda considerar que este quadro refere-se não só aos impactos dos GEEs, como inevitavelmente também remete aos legados dos Jogos. Desta forma, algumas análises realizadas nesta seção que trata eminentemente dos impactos, também abordarão aspectos dos legados quando for cabível tal colocação.

O variável da localização foi considerada central em todas as categorias. Deste modo, em todas elas busca-se identificar se a localização das intervenções se dá em uma área de expansão ou de consolidação da cidade. A importância desta distinção reside no reconhecimento das estratégias urbanas adotadas pelos agentes decisores na produção do espaço urbano. A intervenção numa área de consolidação indica uma aposta no aproveitamento de estruturas urbanas existentes, que poderão ser utilizadas como externalidades positivas no GEE. Tais externalidades dizem respeito principalmente às facilidades de acesso que se pode ter numa área consolidada, todavia ela pode ter outros significados dependendo da categoria em análise. Por outro lado, a aposta de intervenção numa área de expansão pode indicar a preocupação dos atores no ordenamento do crescimento da cidade para a sua periferia. É importante ressaltar que cada cidade apresenta particularidades que vão determinar se a melhor intervenção poderia se dar em uma área

consolidada ou em expansão. Isto significa dizer que uma localização não é melhor ou pior do que a outra pelo simples fato de ocorrer numa área consolidada ou em expansão, e que é preciso contextualizar cada sede do GEE em questão para se ter uma caracterização mais esclarecedora.

Quanto a este aspecto da localização, Vargas e Castilho (2006:2) asseveram que a ocorrência de um processo de intensificação de áreas urbanas com o surgimento de uma rede de subcentros, que passaram a concorrer com o centro principal, foi o responsável pela aceleração da deterioração de centros urbanos. Tal processo se tornou alvo de preocupação por na Europa e na América do Norte desde a década de 1950, enquanto que no Brasil o debate se tornou mais intenso nos anos 1980. As autoras afirmam ainda (p. 3) que os conceitos de deterioração e degradação urbana “estão freqüentemente associados à perda de sua função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar”. Recuperar áreas consolidadas da cidade pode ser uma forma dos gestores urbanos buscarem novos marcos distintivos, que conferem vantagens competitivas para as cidades que auferem rendas monopolistas a partir dos capitais simbólicos coletivos produzidos em suas cidades. É neste sentido que as decisões locacionais dos atores hegemônicos nos GEEs podem ser orientadas para a produção de novas imagens urbanas.

Nas quatro subseções seguintes as categorias definidas serão trabalhadas detalhadamente, iniciando com os impactos das vilas dos atletas e concluindo com aqueles produzidos pelos equipamentos esportivos.

2.2.1. DAS VILAS DOS ATLETAS

Muñoz (1997) analisa em seu trabalho as vilas olímpicas que podem se tornar, após a realização dos Jogos, um dos mais importantes legados para a cidade sede. Tais vilas podem indicar na opinião do autor: (a) a renovação de uma determinada área da cidade ou (b) a criação de uma nova área urbana. A primeira vila olímpica construída especialmente para os Jogos foi a de Los Angeles 1932, desde então apenas os Jogos subseqüentes realizados nos EUA (Los Angeles 1984 e Atlanta 1996) e Londres 1948 não contaram com a construção de vilas para os atletas. Da mesma forma, nos Jogos Pan-americanos de Winnipeg 1999 não houve a construção de habitações especiais para os atletas, utilizando-se instalações já existentes na Cidade (Ortiz, 2003:123).

Ainda segundo Muñoz (1997), algumas das vilas olímpicas instaladas foram utilizadas posteriormente como habitações populares, como por exemplo: Helsínki 1952, Melbourne 1956, Cidade do México 1968 e Moscou 1980. Tal orientação denota um período de políticas orientadas por Estados de serviços⁴⁷, que perderiam a hegemonia com o avanço das políticas liberais implementadas mormente por Ronald Reagan e Margareth Thatcher nos anos 1980. Um caso de franco fracasso de se utilizar a vila olímpica como legado, pode ser encontrado em Montreal 1976; segundo Bale (2003:126) a vila jamais foi ocupada por moradores após os Jogos e, além disso, o esforço orçamentário para estes Jogos resultou no adiamento de investimentos públicos em habitação, meio ambiente, transportes públicos e projetos sociais.

Em alguns casos a instalação da vila pode estar relacionada a uma política de recuperação de áreas, como em Barcelona onde a decisão locacional da vila privilegiou a área de Poble Nou, como afirma Martorell (1992:29):

El área industrial del Poble Nou, entre el P. De la Ciutadella y el cementerio de l'Àvinguda d'Icària – en otro tiempo llamada “el Manchester catalán” por la potencia de su actividade industrial -, estaba segregada de la ciudad y separada del mar por la vía férrea con origen en la estación de Francia. La obsolescencia a que habría llegado y el estado de degradación urbanística, difícil de recuperar, fueron el motivo de plantear su total transformación. Narcís Serra tuvo la feliz idea de proponer el nuevo barrio como Villa Olímpica, tras tomar la decisión de solicitar que Barcelona fuera sede de los Juegos Olímpicos de 1992.⁴⁸

Ortiz (2003) em seu trabalho crítico sobre os Jogos Pan-americanos de Santo Domingo 2003, se posiciona de maneira contestatária em relação à construção do que chamou de “una villa atlética de lujo”⁴⁹. O projeto inicial da vila previa a construção de 8 torres de 23 andares numa área central da cidade tinha com destino previsto, a venda dos apartamentos para os estratos de renda mais elevados. Tal intento não foi bem sucedido, entre outros motivos, por conta do crônico problema de energia da capital dominicana. Após a realização de outros projetos sem sucesso, a vila foi então construída a uma distância de 27km da capital, no

⁴⁷ Termo utilizado e defendido por Bobbio (2005[1988]:84) como mais apropriado do que aquele conhecido por “Estado de bem-estar” ou ainda como “Estado assistencial”.

⁴⁸ Tradução do autor: “A área industrial de Poble Nou, entre o P. De la Ciutadella e o cemitério de l'Àvinguda d'Icària – em outro tempo chamada “a Manchester catalã” pelo vigor de sua atividade industrial -, estava segregada da cidade e separada do mar pela via férrea com origem na estação de Francia. A obsolescência a que havia chegado e o estado de degradação urbanística, difícil de recuperar, foram o motivo de traçar sua total transformação. Narcís Serra teve a feliz idéia de propor um novo bairro como a Villa Olímpica, após tomar a decisão de solicitar que Barcelona fosse sede dos Jogos Olímpicos de 1992.

⁴⁹ Tradução do autor: “uma vila atlética de luxo.”

Município de Boca Chica. A foto abaixo revela uma esvaziada vila após 4 anos de realização dos Jogos.



Foto 1 – A Vila dos atletas do Pan-americano de Santo Domingo em 2003 foi construída numa área de expansão da Região Metropolitana, no Município de Boca Chica; com destino para as classes média e alta, a Vila apresentava uma baixa taxa de ocupação segundo relatos dos moradores entrevistados pelo autor. (Foto do autor em abril de 2007.)

Em visita à Vila de Santo Domingo, em abril deste ano, verifiquei que vários apartamentos tinham placas de ofertas de aluguel e de venda. Este fenômeno se encaixa nas previsões de Ortiz (2003:137) que não acreditava que a demanda de alto poder aquisitivo, almejada pelos organizadores dos Jogos, fosse se interessar pelo empreendimento. (A foto 2 foi tomada de um dos apartamentos postos à venda na vila, por um preço anunciado de US\$ 65.000,00.) Ainda segundo relato de moradores entrevistados, um banco seria o proprietário de boa parte destes imóveis, fato que poderia explicar a baixa ocupação por conta de uma possível retenção a espera de uma valorização posterior. Comprovada esta informação, isto significaria que além de não ter qualquer destino social, a vila ainda é utilizada de maneira especulativa com a apropriação da renda da terra pelo capital financeiro. Apesar de não ser exatamente o caso da vila construída em Santo Domingo, geralmente as vilas são instaladas nas proximidades dos equipamentos esportivos que serão utilizados pelos atletas. Em alguns casos, especialmente de esportes náuticos, os atletas podem se hospedar em hotéis que são localizados nas proximidades dos seus locais de prova.



Foto 2 – Diversos apartamentos da Vila do Pan de 2003 em Santo Domingo tinham placas anunciando a venda ou o aluguel das moradias; o entorno da vila era pouco atraente para os empreendimentos imobiliários, naquele momento, considerando que havia uma vasta área desocupada nas cercanias. (Foto do autor em abril de 2007.)

Em relação à Vila Pan-americana construída para o Rio 2007 (foto 3), sua localização numa área que conta com um pujante mercado imobiliário que atende uma demanda com grande poder aquisitivo, poderia servir como uma estratégia dos organizadores do evento para realizar uma mescla de usos entre diferentes classes sociais a partir da posterior destinação de parte, ou de toda, vila para habitação social. No entanto, não é isso o que ocorre uma vez que a maior parte dos apartamentos da vila já foi vendida⁵⁰ para setores das classes média e alta que, é importante frisar, já contam nesta área com inúmeros empreendimentos imobiliários para tomarem como investimento em moradia. A decisão de engrossar a ação do mercado pode ter como única justificativa a recuperação de parte dos investimentos (ver tabela no anexo III de investimentos do governo federal no Pan 2007) para os cofres públicos. A vila conta com 17 prédios e 1.480 apartamentos (mais do que o dobro construído na edição anterior do evento em Santo Domingo) com 1 a 4 quartos, que foram utilizados para abrigar

⁵⁰ A Agenco Engenharia foi a empresa responsável pela obra da Vila Pan-americana e utilizou amplamente a imagem dos Jogos para promover a venda dos imóveis, inclusive disponibilizando em seu sítio de Internet um vídeo do Jornal Nacional que ressalta a sofisticação da Vila. (Vídeo disponível em: <http://www.agenco.com.br/institucional/videos/U123779.wmv>. Acesso em: 30 jul 2007.)

8.000 pessoas durante o Pan. Em decorrência de problemas ambientais, há nas cercanias da vila um certo mau odor oriundo do Arroio Fundo⁵¹ por conta do esgoto despejado sem tratamento de casas localizadas nas proximidades.

Sofrendo com problemas na área de saneamento, a Barra da Tijuca passou contar este ano com um emissário submarino. Tal equipamento sanitário foi inaugurado pela Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), ainda sem funcionar, semanas antes da chegada das delegações esportivas à vila. O Ex-Secretário de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, Alfredo Sirkis, referindo-se à Estação de Tratamento de Esgoto do Arroio Fundo, afirma⁵²: “Essa ETE constitui, na verdade, o único legado ambiental do Pan digno de nota para a Cidade.” (Até a conclusão dessa dissertação, a ETE ainda não havia sido concluída.) Trata-se de um grave problema ambiental que contrasta fortemente com a preocupação ambiental com a vila dos atletas dos Jogos Olímpicos realizados em Sydney em 2000 (Essex e Chalkley, 2003:11): a vila foi abastecida por energia solar e contava com um sistema de redução de desperdício de água e energia elétrica.

⁵¹ Ver: Agência Estado. Atletas do Pan do Rio conviverão com mau cheiro na Vila. 29 mar 2007; Disponível em: http://gazetaonline.globo.com/noticias/minutoaminuto/nacional/nacional_materia.php?cd_matia=288689&cd_sit e=843. Acesso em: 3 ago 2007.

⁵² Fonte: SIRKIS, Alfredo. O maior "abacaxi" do Pan: o tratamento de esgotos do Arroio Fundo. 4 dez 2006. Disponível em: <http://www2.sirkis.com.br/noticia.kmf?noticia=5533610&canal=260&total=53&indice=30>. Acesso em: 15 jun 2007.



Foto 3 – Vista aérea da Vila Pan-americana do Rio 2007, construída numa área de 420.000m²; 1.350 (de um total de 1.480) apartamentos vendidos no primeiro dia em que os imóveis foram ofertados no mercado, tal sucesso de vendas foi alardeado como um recorde a ser publicado no Guinness Book. (Fonte da foto: Secretaria Municipal de Obras do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://obras.rio.rj.gov.br/figuras/img582-9\(96\).jpg](http://obras.rio.rj.gov.br/figuras/img582-9(96).jpg). Acesso em: 30 jul 2007.)

A Vila foi construída às margens do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá que sofre diferentes impactos ambientais decorrentes de ocupações que não contam com a devida infra-estrutura de saneamento. A expansão imobiliária da Barra da Tijuca, iniciada nos anos 1970, vem provocando o assoreamento do sistema lagunar e a perda de vegetação dos manguezais. Os problemas ambientais na região mobilizam a sociedade civil desde os anos 1980 na busca de dotação de infra-estruturas de saneamento, como relata Gabriela Silva (2006:11). A autora explicita ainda outros problemas ambientais na região como: a diminuição do espelho d'água das lagoas, a poluição e a eutrofização dos corpos hídricos. Sobre o sistema de esgotamento sanitário da Barra da Tijuca, Machado (2007:55) lembra que os investimentos públicos limitaram-se à implantação de coletores em pontos isolados e as estações de tratamento de esgoto dos condomínios têm funcionamento precário, fatos que agravam a problemática ambiental da região. Construída sob um solo predominantemente hidromórfico, a vila envolveu uma complexa e onerosa engenharia civil, fato que levou

Mascarenhas (2007b:49) a questionar se outros usos, como parques, não seriam mais adequados para a área com benefícios maiores para a coletividade.

Antes da conclusão das obras a Vila passou por vários problemas de engenharia, como o afundamento de ruas no entorno dos prédios e a paralisação das obras, que deveriam ter terminado em fevereiro de 2007 e não dias após a chegada das delegações à Vila. Houve ainda o afundamento da pista em frente à Vila por conta do estouro de uma tubulação da CEDAE⁵³. Além disso, haveria ainda problemas com relação à titularidade do terreno onde o complexo da vila foi construído⁵⁴. Apesar de tantos problemas, a Vila foi amplamente utilizada, por atores públicos e privados, como uma das imagens de sofisticação do espetáculo do Pan 2007. Acima dos problemas ambientais então paira a imagem gerada pelo espetáculo esportivo, por uma avalanche de informação esportiva que ao final do evento é aquela associada a todos os investimentos realizados, a despeito das questionáveis decisões locacionais. Passados os Jogos, a imagem do sucesso e dos atletas travestidos de heróis prevalece e a Cidade se prepara para uma nova festa prevista para nove anos depois; emerge a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2016.

A preferência pela Barra da Tijuca por parte dos organizadores do Pan 2007, deve ser contextualizada ainda no movimento de deslocamento de algumas empresas cariocas do centro para aquela área, fenômeno destacado no trabalho de Ferreira (2005). Os investimentos do Pan na Barra significam, neste contexto, a aposta na construção desta área como uma nova centralidade da Cidade para negócios e atividades do terciário superior. Trata-se então de um ajuste espacial que atenda às necessidades de grupos de investidores por mais espaços para a realização de suas atividades, uma vez que o Centro da Cidade já não seria mais apropriado ou suficiente para estes grupos. Vale ressaltar que o Centro da Cidade tem equipamentos subutilizados devido, em grande parte, à ausência de usos residenciais que se estimulado poderia se aproveitar das estruturas instaladas não apenas durante o dia mas também durante a noite quando o centro de negócios adormece. Diversos investimentos foram realizados nos últimos 15 anos na Barra da Tijuca a partir de uma certa flexibilização do controle público sobre o uso e ocupação de imóveis privados (Compans, 2004:247), o que reforça ainda mais a emergência da região como centralidade. Esta flexibilização se insere justamente no contexto

⁵³ Fonte: G1. Cedae promete finalizar obra em frente à Vila do Pan nesta terça. Rio de Janeiro, 03 jul 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL63219-5606,00.html>. Acesso em 3 ago 2007.

⁵⁴ O Governo Federal liberou R\$ 53 milhões para conclusão das obras dos acessos à Vila, sem as quais a Prefeitura não poderia conceder o habite-se. (Fonte: MAGALHÃES. Luiz. Ruas da Vila Pan-americana estão afundando. O Globo, Rio de Janeiro, 25 mai 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/esportes/pan2007/mat/2007/05/25/295908220.asp>. Acesso em: 3 ago 2007.)

do empreendedorismo urbano que na atração competitiva dos investimentos privados, libera normas urbanísticas que definem a produção do espaço urbano. Um dos indicadores dessa flexibilização das normas urbanísticas é o fato de a Vila, cuja área tinha gabarito limitado a 6 andares, ter tido autorização para 12 pisos, assim como o aumento de gabarito em outras áreas da região⁵⁵. Segundo Sánchez et al. (2007:13) a empresa que construiu a vila (Carvalho Hosken) é proprietária de outras grandes glebas na área (que conta com outros poucos grandes proprietários) e provável beneficiária pela valorização de terras que os investimentos do Pan 2007 poderão proporcionar⁵⁶.

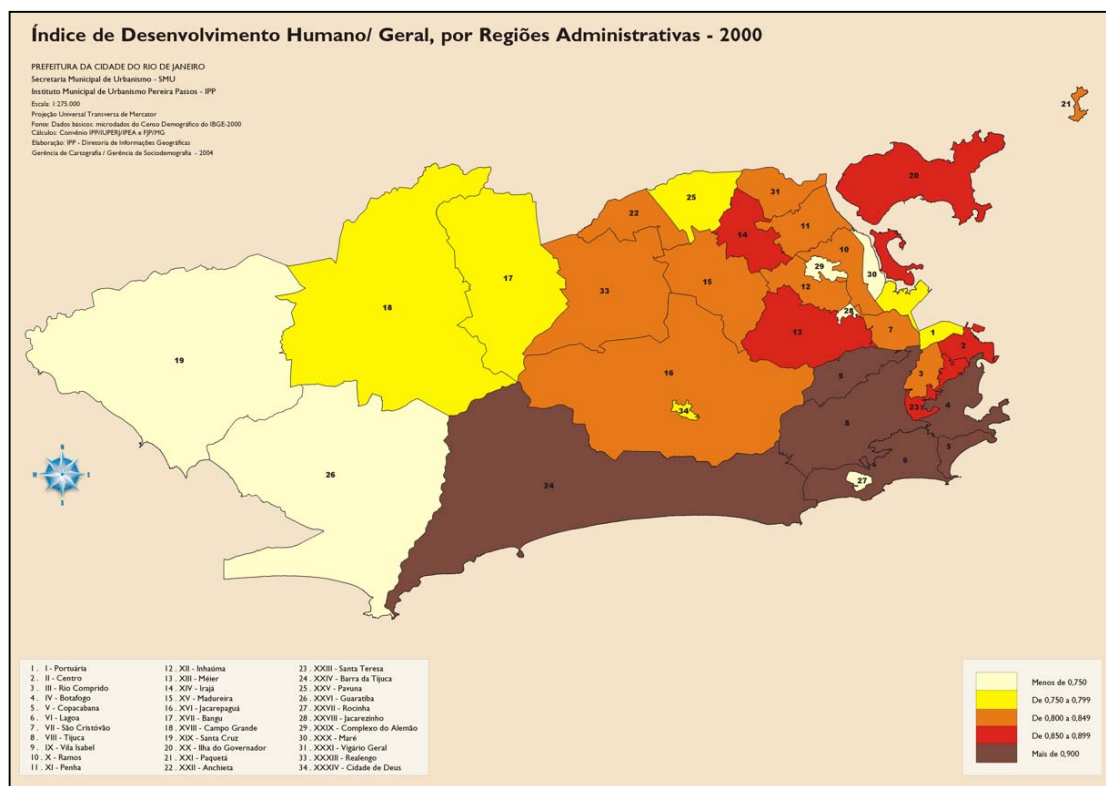
É importante frisar que, dentro dos projetos cariocas de abrigar GEEs, nem sempre vigorou a perspectiva de se concentrar a maior parte dos investimentos na Barra da Tijuca. Assessorada pelos catalães, a Prefeitura do Rio de Janeiro privilegiou para os Jogos Olímpicos de 2004 a Ilha do Fundão (Mascarenhas, 2004). Trata-se de uma área bastante popular da cidade, com diversas favelas no entorno, cuja população seria altamente beneficiada pelos investimentos nos equipamentos esportivos e qualificação de estruturas urbanas. As contradições da produção histórica do espaço carioca, acirradas por um ordenamento territorial pautado pela associação entre grupos de elite e Estado, foram reveladas por Maurício Abreu (1997) em trabalho que é tomado como referência por muitos especialistas.

No cartograma abaixo é possível constatar a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro, as desigualdades espaciais cariocas. Destaca-se como maior IDH da Cidade a área sul onde estão localizadas as praias oceânicas e imóveis com maior valor de mercado. Por outro lado, há áreas com IDH menor do que 0,750, dentre as quais a favela da Rocinha (IDH = 0,732) que está localizada justamente numa das áreas mais abastadas do Rio e, portanto, se apresentando como um bom retrato das extremas desigualdades espaciais cariocas. No anexo V encontra-se uma tabela com o IDH dos bairros da Cidade do Rio de Janeiro que apresenta, de maneira mais detalhada, as disparidades entre diferentes áreas cariocas. Entre os bairros com o menor IDH da Cidade, estão algumas favelas como as da Maré, a do Alemão e a do Jacarezinho.

⁵⁵ Segundo declaração do arquiteto, assessor do CREA, Canagé Vilhena em: MOTTA, Cláudio. Aumento de gabarito altera projeto original: especialista defende os investimentos na Zona Norte da cidade. O Globo, Rio de Janeiro, 29 jul 2007, Caderno Rio, p.38.

⁵⁶ Notícia que corrobora esta assertiva, é aquela publicada por: OLIVEIRA, Flávia. Barra ganha bairro novo na 'avenida do Pan'. O Globo, Rio de Janeiro, 8 ago 2007, Caderno de Economia, seção Negócios & Cia, p.26. Segundo a autora, as empresas RJZ Cyrela e Carvalho Hosken em parceria preparam o lançamento de empreendimento de 850.000m², com vendas estimadas em R\$ 2,2 bilhões.

Cartograma 2 - Índice de Desenvolvimento Humano por Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro – 2000



Fonte: Instituto Pereira Passos (IPP) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A violência urbana que nos discursos oficiais seria menor na Barra da Tijuca, foi outro argumento para a escolha desta região administrativa para o Pan. Neste tema é importante destacar a relevância que as políticas de segurança assumem no cenário internacional a partir dos atentado de 11 de setembro e o impacto que isso tem no urbanismo olímpico. Segurança se tornou uma das preocupações mais centrais nos GEEs, como se pode observar no fato de boa parte dos investimentos dos Jogos serem direcionados para este setor. Este tema será novamente abordado neste trabalho, na seção que trata especificamente dos conflitos em GEEs, detalhando-se a centralidade que ele assumiu na realização do Pan 2007.

Dentro da lógica do espetáculo, as vilas dos atletas têm um papel central na própria construção da imagem que se persegue pelos organizadores do megaevento, como afirma Muñoz (2006:175): “...It is in the Olympic Village that architecture most clearly places itself in the service of creating the image that the host city aims to project internationally”⁵⁷. Sem

⁵⁷ Tradução do autor: “...É na Vila Olímpica que a arquitetura mais claramente se apresenta a serviço da criação da imagem da cidade sede voltada para projeção internacional.”

embargo, o autor defende que mesmo operando dentro dessa lógica espetacular, as vilas podem ser utilizadas para a reabilitação de áreas degradadas e construção de novas centralidades urbanas, como no caso barcelonês. As vilas, principalmente associadas aos equipamentos esportivos, podem tornar atrativas para diferentes capitais áreas que antes estavam depreciadas seja pela baixa atividade econômica, seja por índices de violência urbana mais elevados. Considerando as intencionalidades dos consultores catalães em relação à candidatura carioca aos Jogos Olímpicos de 2004, a escolha da Ilha do Fundão como área central para os investimentos do urbanismo olímpico denotam uma estratégia semelhante àquela adotada em Barcelona 1992.

Por outro lado, os efeitos colaterais promovidos pelos investimentos massivos Barcelona devem ser considerados. Verifica-se sim a reabilitação de uma área degradada da cidade catalã, mas deve-se considerar para que grupos sociais ela foi reabilitada e, portanto, que grupos se beneficiam dos investimentos públicos realizados. A valorização de terras urbanas, muitas vezes tomada como indicador desta reabilitação, pode desencadear perversos processos de gentrificação como o que está ocorrendo justamente em Barcelona, que nas palavras de Muñoz (2006:183):

The lessons from Barcelona's Olympic experience, however, are not all positive ones. Firstly, the process of regeneration initiated in the waterfront has considerably increased housing prices during the last decade. This is a process that has been extended to the whole city, making housing accessibility quite difficult for the local population. This is, in fact, the main recognized problem in the city at the time of writing. An average family must dedicate more than 54 per cent of their annual income to pay their rent or mortgage. As a consequence, a very important number of families are currently leaving the city to live in other metropolitan municipalities where they can afford more accessible housing.⁵⁸

Para que ocorra uma reabilitação que possa ser considerada de fato uma revitalização⁵⁹ urbana é preciso que haja a preocupação por parte dos gestores urbanos em promover uma mescla de classes sociais que permita o encontro das diferenças nos espaços públicos da área. Olvidada esta mescla, ou mesmo deixando desprotegidos das oscilações do mercado

⁵⁸ Tradução do autor: "As lições da experiência olímpica de Barcelona, entretanto, não é de todo positiva. Primeiramente, o processo de regeneração iniciado na orla promoveu um considerável aumento dos preços residenciais durante a última década. Este é um processo que foi ampliado para toda a cidade, tornando o acesso à habitação bastante difícil para a população local. Este é, de fato, reconhecidamente o principal problema da cidade neste momento. Uma família média compromete mais de 54% de seu orçamento anual no pagamento de aluguel ou hipoteca. Como consequência, um número significativo de famílias deixa a cidade para viver em outro município metropolitano onde podem dispor de maior acesso à habitação."

⁵⁹ Esta reflexão surgiu a partir da comunicação oral, no Exame de Qualificação deste trabalho, realizada pelo Prof. Ivaldo Lima que ressaltou a importância de se utilizar com a devida precisão os termos em tela.

imobiliário aqueles com menor poder de pago, ocorre fatalmente um empobrecimento cultural do lugar que passa a ser povoado e modelado pelos grupos mais abastados que, no cenário de predomínio do consumo, pode vir a estabelecer relações mediadas primordialmente pelo dinheiro. O cenário barcelonês descrito acima é ainda caracterizado pelo próprio enfraquecimento do espaço público já que as diferenças não têm naquelas áreas um lugar de encontro, de trocas entre multifários grupos sociais.

A construção de uma tipologia que oriente a análise dos impactos gerados por diferentes vilas instaladas nos diferentes GEEs, passa pela aferição de duas dimensões principais: a localização e a classe social beneficiada. Quanto à localização, uma vila pode ser instalada em um dado ponto da cidade ou metrópole de tal sorte que possa orientar o crescimento urbano, promover a recuperação de uma área degradada, produzir efeitos nos preços da terra, consolidar a ocupação de um perímetro etc. Quanto à classe social beneficiada, as vilas podem ser utilizadas para reduzir déficits habitacionais atendendo desta maneira a camadas mais pobres da população ou podem ser vendidas para os estratos médios que se apresentem como demanda solvente; esta segunda opção pode ter como argumento a recuperação de parte dos investimentos realizados ainda que se apresente como inadequada para a resolução de desigualdades de acesso à moradia. Tanto uma dimensão quanto outra, devem ser reconhecidas em cada uma das cidades sede do GEE a partir de variáveis que qualifiquem as especificidades sócio-espaciais em estudo. O quadro abaixo apresenta, já com alguns exemplos, a maneira como a tipologia pode ser estruturada de maneira que permita uma caracterização preliminar de diferentes GEEs.

Quadro 1 - Tipologia da Vila dos Atletas

Vila dos Atletas		
Classe beneficiada	Localizada em área de	
	consolidação	expansão
média/alta	Barcelona 1992	Santo Domingo 2003, Rio 2007
baixa	Atenas 2004, Melbourne 1956	México 1968, Moscou 1980
não realizada	Los Angeles 1984, Atlanta 1996, Winnipeg 1999	

Esta tipologia socioespacial de análise do urbanismo olímpico apresenta uma simplificação necessária para o enquadramento dos diferentes GEEs, segundo as dimensões definidas. Desta forma, na dimensão social foram tomadas apenas duas classes beneficiadas a fim de se reconhecer em que medida a construção da vila foi empreendida para atender grupos

que teriam maior ou menor facilidade de acesso à moradia segundo a capacidade de pagamento destes. Nos casos em que a classe beneficiada é a mais baixa, isso pode ser a indicação de que o impacto produzido foi a construção de habitações populares para uma demanda insolvente. Foi constatado que setores da classe com menor poder aquisitivo, como o quadro indica, foram predominantemente beneficiados com a construção da vila nos Jogos Olímpicos de Melbourne 1956, México 1968 e Moscou 1980. Além destes, a vila construída em Atenas 2004 foi posteriormente vendida com subsídios para setores com menor poder aquisitivo da cidade (COHRE, 2007:152). Em Barcelona 1992, como constatou Muñoz acima, está em curso a substituição de uma classe por outra na área de intervenção dos Jogos, isso serve de alerta para os limites da tipologia que trata dos impactos que podem ser avaliados durante os Jogos. Para uma análise dos efeitos decorrentes destes impactos, deve-se então abrir a discussão dos legados que foram gerados pelos Jogos nas cidades sede.

Tanto em Santo Domingo 2003 como no Rio 2007, as Vilas Pan-americanas foram vendidas para camadas das classes média e alta, bem como tiveram suas construções situadas em áreas de expansão das Cidades. Esta dimensão espacial está presente em todas as demais categorias e sua importância reside no reconhecimento das estratégias locais dos organizadores do GEE. No caso dominicano, verificou-se que a vila, associada à expansão da Carretera de las Américas, serviu como parte da estratégia de orientação do crescimento da Cidade em direção à Boca Chica, município da região metropolitana de Santo Domingo. No caso carioca, a vila reforçou a centralidade que a região da Barra da Tijuca vem assumindo nos últimos anos em detrimento da reabilitação de áreas de ocupação mais consolidada como a Ilha do Fundão; tal qual tinha sido proposto pelos catalães na candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2004. Pode-se constatar ainda a partir do quadro 1 que em alguns GEEs não houve a construção de acomodações permanente para os atletas, como são os casos dos Jogos Olímpicos de Los Angeles 1984 e de Atlanta 1996, assim como o Pan-americano de Winnipeg 1999.

A tipologia proposta para as vilas, assim como para as demais categorias do urbanismo olímpico que se segue neste trabalho, tem um caráter de aproximação analítica a respeito dos impactos urbanos gerados pelos GEEs. Esta tipologia pode ser utilizada como um recurso didático para facilitar a compreensão dos efeitos que os Jogos podem ter sobre a produção do espaço urbano. Em se tratando de uma aproximação, uma etapa seguinte a este primeiro quadro estruturado pode ser realizada a fim de elucidar ainda mais os impactos gerados pelos GEEs. À guisa de exemplo, no quadro abaixo é então apresentado um detalhamento da Vila

do Pan 2007, realizado a partir das informações mais relevantes a respeito das dimensões que foram abordadas no quadro anterior.

Quadro 1.1 - Vila do Pan 2007

Vila dos Atletas	
Classe beneficiada	Localizada em área de expansão
média/alta	instalada na Barra da Tijuca com 1.500 apartamentos em 17 prédios, em área amplamente atendida pelo mercado imobiliário; 1.350 apartamentos vendidos em 10h com valores entre U\$ 60 mil e U\$ 230 mil

A respeito das vilas dos atletas construídas para os diferentes GEEs, é importante destacar que elas têm um papel destacado dentro da dinâmica do urbanismo olímpico. Elas em si já podem ser consideradas como um GPU e como geralmente estão nas proximidades dos equipamentos esportivos, sua importância ganha maior relevo quando se avalia seu impacto sobre o tecido urbano. Tomadas como um indicador para a compreensão das estratégias dos gestores urbanos, as vilas podem revelar muitas das intencionalidades dos atores hegemônicos responsáveis pelo ordenamento territorial. As dimensões sócio-espaciais elencadas para a tipologia são consideradas centrais para tal enfoque, por outro lado, questões mais relacionadas à temática ambiental ou mesmo a dos instrumentos urbanísticos, podem ser utilizadas para o reconhecimento, a partir das vilas, das horizontalidades e verticalidades que permeiam a conformação dos territórios.

2.2.2. DAS ESTRUTURAS DE TRANSPORTE

Para viabilizar os deslocamentos dos atletas e do público do evento é necessário, em muitos casos, realizar um conjunto de obras que podem transformar de maneira significativa o sistema de transporte urbano da cidade sede. Desta maneira, um GEE pode se apresentar como uma rara oportunidade de ouro para os agentes públicos resolverem alguns dos problemas de transporte da cidade, inclusive contando com recursos provenientes dos governos central ou regional. Os impactos no sistema de transporte possuem um forte componente espacial que pode ser analisado a partir das escalas geográficas. Sendo assim, as intervenções de um GEE neste campo podem ser bastante tímidas e apresentar apenas

impactos numa dimensão microlocal. As obras de transporte podem ser mais ousadas de tal maneira que toda a cidade possa ser beneficiada pelas inversões, configurando um impacto no nível mesolocal. Considerando ainda grandes intervenções neste campo (como a construção ou ampliação de linhas de metrô, o desenvolvimento de projetos que permitam a integração de diferentes meios de transporte conformando um sistema intermodal etc), os impactos podem atingir a escala macrolocal com uma boa parte da população metropolitana sendo beneficiada pelos investimentos. (Tais escalas foram detalhadas em tópico anterior a partir do trabalho de Souza, 2006a.) Neste tema, o impacto mais significativo que se pode ter é a possibilidade de proceder a melhor integração possível entre diferentes áreas da cidade de tal forma que a mobilidade urbana seja viabilizada, a custos acessíveis, para todos os cidadãos.

A dimensão material da mobilidade está relacionada à estrutura espacial fundamental do espaço urbano, como afirma Jacques Lévy (2001). Neste trabalho Lévy aborda a temática da mobilidade a partir de suas potencialidades, ou virtualidades, que são categorizadas a partir de 3 dimensões: (1) possibilidade; (2) competência e (3) capital. A mobilidade como possibilidade está relacionada à acessibilidade dos cidadãos a diferentes lugares da cidade; a competência diz respeito à disponibilidade dos meios de deslocamento e à proximidade de acesso a eles; já o capital refere-se ao capital social de que alguém dispõe por conta da mobilidade que tem na cidade. Os apontamentos de Lévy indicam a importância que a mobilidade assume nas vidas urbanas contemporâneas e a necessidade das políticas públicas considerarem a mobilidade em diferentes dimensões, não podendo a mobilidade ser reduzida a uma mera questão técnica dada a complexidade dos deslocamentos. Neste sentido, é preciso delimitar aqui o impacto proporcionado pelas estruturas de transportes no GEE, já que se por um lado elas abrem a possibilidade de ampliação dos deslocamentos, por outro é necessário que sejam desenvolvidas as competências para que estas possibilidades se efetivem. Trata-se de não se tomar a construção das estruturas de transporte como a única dimensão que viabiliza a mobilidade urbana.

A mobilidade está ainda relacionada à renda da terra, uma vez que os custos de deslocamento guardam forte relação com o local de moradia das pessoas. Desta forma, um sistema de transporte caro e ineficiente pode representar um alto peso tanto em termos de tempo como de recursos financeiros de que um cidadão dispõe, sendo inclusive o valor do seu imóvel diferenciado em relação a estes atributos. Residências no centro da cidade podem ter um valor mais alto pela proximidade em relação aos postos de trabalho disponíveis, enquanto que na periferia esta relação pode ser exatamente contrária. É neste sentido que políticas

habitacionais que levam os pobres para periferias cada vez mais distantes do centro podem ter efeitos danosos para a sobrevivência destes supostos beneficiários. A implantação de sistemas de transporte que considerem estas especificidades em cada cidade, beneficiando as camadas que têm maior dificuldade em realizar seus deslocamentos, pode ter efeitos redistributivos significativos, minorando as desigualdades sócio-espaciais. São muito relevantes neste contexto, as intervenções em transportes em virtude dos GEEs, especialmente aqueles que contemplam demandas populares neste setor.

Relatando os impactos dos transportes nos Jogos Olímpicos, Essex e Chalkley (2003:10) destacam as obras realizadas por conta destes eventos:

The largest project related to the Tokyo Games of 1964 was the construction of 22 new highways and two new underground railway lines, which enabled the city to cope with the short-term demands of the event, as well as the long-term prospects related to local population and traffic growth. Preparations for the Seoul Summer Games of 1988 involved the construction of three subway lines, 47 extensions to bus routes and an enlarged international airport. Athens is investing heavily in its transport infrastructure for the Summer Games of 2004, largely because public investment in the public transport network has failed to keep pace with recent rapid urbanisation. Over 210 km of ring roads and highways, 25 km of a new light railway and two new underground lines are being constructed or improved.⁶⁰

Percebe-se que os investimentos em transporte nos Jogos podem ser gigantescos e utilizados para ordenar a expansão urbana, como no caso de Tóquio 1964 onde muitas estradas foram construídas, assim como linhas de trem. Já em Atenas 2004 os investimentos foram realizados para resolver problemas de transporte decorrentes da falta de estruturas montadas para ordenar o crescimento da Cidade. Em Munique 1972, 145km de novas estradas foram feitas por conta dos Jogos, e em Moscou 1980 foi construído um novo aeroporto para dar suporte ao evento (COHRE, 2007:74).

Quanto aos investimentos em transportes para o Pan 2007, muitas promessas de investimentos foram feitas e quase nenhuma delas concretizada. Entre tais promessas constam: (1) o Transpan, transporte sobre trilhos que ligaria a Barra da Tijuca aos aeroportos

⁶⁰ Tradução do autor: “O maior projeto relacionado aos Jogos de Tóquio 1964 foi a construção de 22 estradas e de duas novas linhas de trem subterrâneo, as quais possibilitou a cidade atender às demandas provisórias do evento, bem como àquelas perspectivas mais duradouras relacionadas ao crescimento populacional e do tráfego locais. Preparativos para os Jogos de Verão de Seul 1988 envolveram a construção de 3 linhas de metrô, 47 extensões de rotas de ônibus e a ampliação do aeroporto internacional. Atenas está investindo fortemente em infra-estruturas de transporte para os Jogos de Verão de 2004, amplamente porquê o investimento público na rede pública de transporte foi insuficiente para acompanhar a rápida urbanização recente. Mais de 210km de anéis viários e estradas, 25km de novas linhas de trem de superfície e duas novas linhas subterrâneas estão sendo construídas ou melhoradas.”

Tom Jobim e Santos Dumont; (2) o corredor de ônibus ligando a Penha (zona norte) à Barra; (3) a duplicação da auto-estrada Lagoa-Barra; (4) estações de barcas ligando Botafogo aos aeroportos. (Promessas requestradas pelo Prefeito César Maia para a candidatura dos Jogos Olímpicos de 2016⁶¹, que se soma às candidaturas anteriores aos Jogos de 2004 e 2012, sendo portanto a terceira candidatura em quatro Jogos.) No Pan 2007 os investimentos públicos em transporte se restringiram a uma escala microlocal na qual obras foram realizadas exclusivamente para viabilizar acessos aos equipamentos esportivos e à Vila Pan-americana. Computada como gasto e legado do governo federal relacionado ao Pan, a reforma do Aeroporto Santos Dumond iniciada em 2004 deve ser cuidadosamente observada como um caso provável de apropriação da imagem dos Jogos para valorização de ações que seriam empreendidas mesmo sem a realização deles.

É realmente difícil avaliar em que medida o Pan 2007 contribuiu para o avanço da reforma do Aeroporto Santos Dumond, principalmente à luz do “apagão aéreo” que o país vem sofrendo há meses. No próprio sítio da Infraero⁶² é possível encontrar o registro de que o Santos Dumond já havia esgotado a sua capacidade de receber passageiros, sendo então urgente a construção de um novo terminal de embarque. Caso semelhante me foi relatado por um crítico aos Jogos em Santo Domingo em relação à Carretera de las Américas, que teria sua ampliação realizada independentemente da instalação da Vila em Boca Chica. Tendo sido estas obras realizadas ou não em função dos Jogos, foi evidente a busca pelos governos centrais dos dois países em vincular as intervenções na área de transportes aos GEEs. Reconhece-se então que para estes governos centrais a imagem do espetáculo é tão importante quanto para os governos locais, ainda que seja “de carona”, como podem ter sido os casos acima. Na República Dominicana, país com uma sociedade bastante partidarizada, o Presidente Leonel Reyna utilizou a conquista da sede dos Jogos Pan-americanos como arma de sua vitoriosa campanha política para um segundo mandato, intercalado, como Presidente. Já no Brasil o governo federal veiculou diversas peças publicitárias com o slogan “Pan do Brasil”, mesmo sendo este GEE realizado exclusivamente na Cidade do Rio de Janeiro (fato enaltecido pelo Prefeito da Cidade).

Há ainda um fato revelador das diferentes posturas governamentais que podem ser verificadas nos discursos acerca dos gastos públicos com os Jogos. Apesar de alguns

⁶¹ O problema dos transportes, ao lado do dos hotéis, foi apontado como um dos desafios cariocas para sediar os Jogos Olímpicos em 2016 logo no dia seguinte ao término dos Jogos Pan-americanos. Fonte: O Globo Online. Hotéis e transporte são maiores desafios para 2016. Rio de Janeiro, 30 jul 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/07/30/297049371.asp>. Acesso em: 30 jul 2007.

⁶² Disponível em: http://www.infraero.gov.br/aero_prev_home.php?ai=63. Acesso em 01 ago 2007.

movimentos sociais cariocas criticarem duramente os aportes elevados de recursos destinados ao Pan 2007, o governo federal decide incluir na sua contabilidade despesas como a do Santos Dumond, que representa quase 10% dos R\$ 1,8 bilhão aplicado no evento (ver tabela no anexo III). Há um claro contraste com o posicionamento encontrado no sítio⁶³ da Prefeitura de Londres a respeito dos investimentos em transporte previstos para os Jogos de 2012:

As part of an already-committed, long-term spending plan, more than \$30 billion will be spent on London's transportation system prior to 2012. These include:

- extension of the Docklands Light Railway (DLR) in east London - including to London City Airport;
- 50 per cent capacity enhancement across the DLR network;
- extension of the East London line;
- refurbishment and modernisation of all London Underground stations;
- 45 per cent increase in capacity on the Jubilee Line, which will serve the main Olympic facilities.

All of the transport improvements planned for the Olympic Games are ones London needs anyway: the Games will simply make sure these things happen faster.⁶⁴

Como se pode constatar, o governo londrino pretende gastar um volume astronômico de recursos financeiros para dotar a Cidade das estruturas que avalia como sendo necessárias não apenas para o evento, mas também com vistas ao crescimento urbano. Pressionada para definir com alguma precisão o volume de gastos com os Jogos⁶⁵, a administração local se preocupa em esclarecer que os investimentos seriam realizados em algum momento e que o evento olímpico apenas adiantaria tais intervenções. As estruturas de transportes, mais do que qualquer outra intervenção, devem ser tomadas como o evento no conceito formulado por Milton Santos (2004), sendo neste sentido a brutalidade eficaz que inaugura uma nova história, que reconfigura o tecido urbano a partir da ação de atores hegemônicos. Esta brutalidade é mais forte quando se observa o intransponível limite temporal que se impõe para a realização dos Jogos, fato que à primeira vista pode parecer periclitante para os atores

⁶³ Disponível em: <http://www.london.gov.uk/mayor/olympics/benefits-transport.jsp>, acesso em 01 ago 2007.

⁶⁴ Tradução do autor: "Como parte do plano de gastos duradouros, mais de 30 bilhões de libras serão gastos no sistema de transporte até 2012. Isto inclui: - extensão da linha de trem de superfície Docklands (DLR) no leste de Londres – chegando até o aeroporto London City; - incremento de 50% da capacidade da rede DLR; - extensão da linha leste de Londres; - renovação e modernização de todas as estações subterrâneas de Londres; - incremento de 45% na capacidade da linha Jubilee, a qual servirá como principal acesso aos equipamentos olímpicos. Todas estas melhorias de transporte planejadas para os Jogos Olímpicos são de qualquer maneira necessárias para Londres; os Jogos simplesmente assegurarão que elas ocorram mais rapidamente."

⁶⁵ Fonte: Agência EFE. Incerteza no planejamento financeiro ameaça sucesso dos Jogos de 2012. 01 fev 2007.

Disponível em:

http://ultimosegundo.ig.com.br/esportes/2007/02/01/incerteza_no_planejamento_financeiro_ameaca_sucesso_do_s_jogos_de_2012_587043.html. Acesso em 8 mai 2007.

hegemônicos, mas que confere ainda mais legitimidade para realizar com relativa celeridade o ordenamento territorial ambicionado.

A rede de transporte em construção por conta dos próximos Jogos Olímpicos em Pequim 2008 também vai implicar em consideráveis transformações urbanas para a capital chinesa que aposta fortemente na expansão do seu sistema de metrô⁶⁶:

In preparation for the games, Beijing's subway system is currently undergoing a major expansion that will more than double its existing size. The system currently is composed of four lines and 64 stations. An additional seven lines and more than eighty new stations are being constructed, including a direct link to Beijing Capital International Airport.⁶⁷

Os altos investimentos no transporte metroviário chinês contrastam com a realidade carioca que ainda tem muitas promessas de ampliação de seu sistema de metrô (promessas graficamente representadas no cartograma 3), porém poucas ações efetivas para tal ampliação. Considerando que um dos maiores desafios apontados para a candidatura carioca aos Jogos Olímpicos está no aprimoramento do sistema de transporte, é possível que a Cidade que vem sendo ordenada a partir da agenda dos GEEs possa enfim contar com o aporte de recursos substanciais para solucionar os gargalos que emperram a mobilidade urbana. Isso evidencia que a Cidade vem sendo construída não para atender as demandas de seus habitantes, mas sim satisfazer os potenciais consumidores da imagem dela, que amparados pelas normas do COI devem desfrutar de um sistema de transporte rápido e seguro.

⁶⁶ Fonte: Wikipedia. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/2008_Summer_Olympics. Acesso em: 1 ago 2007.

⁶⁷ Tradução do autor: “Na preparação dos Jogos, o sistema de metrô de Pequim está submetendo-se atualmente a uma significativa expansão que dobrará o tamanho atual. O sistema em vigor é composto por quatro linhas e 64 estações. Sete linhas adicionais e mais de oitenta novas estações estão sendo construídas, incluindo uma linha direta para o Aeroporto Internacional de Pequim.”

Cartograma 3 – Linhas de transporte na Região Metropolitana Fluminense



Fonte: ATHAYDE, Phydia. Ouro Perdido. Carta Capital. São Paulo, fev 2007, edição 432. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/2007/02/ouro-perdido>. Acesso em: 23 jun 2007.

Assim como foi realizado na seção anterior, aqui também se propõe uma tipologia de aproximação analítica a respeito dos impactos das intervenções na área de transporte produzidas por GEEs. Privilegiou-se nesta categoria a dimensão espacial do fenômeno, uma vez que além das variáveis referentes à localização (em área de expansão ou de consolidação), foram tomadas diferentes escalas locais (segundo proposta de Souza, 2006a) como referência para a montagem do quadro. A escolha de variáveis eminentemente espaciais para o enquadramento das intervenções na área de transporte se deve em parte ao fato de ser muito difícil definir os limites exatos dos benefícios gerados para uma classe social ou outra. De certa forma, entende-se que melhorias nos sistemas de transporte podem beneficiar a cidade como um todo, sendo os benefícios proporcionais à ampliação das possibilidades de mobilidade espacial que são geradas pelas intervenções. Sendo assim, como já foi afirmado anteriormente, alterações que têm impactos apenas na escala microlocal podem ser tomadas como menos satisfatórias do que aquelas que atingem uma escala macrolocal, podendo então beneficiar cidadãos de toda uma região metropolitana, por exemplo.

Tais assertivas não devem ser tomadas de modo absoluto, sendo novamente importante afirmar que a tipologia contém um inevitável grau de simplificação que pode e deve ser superado por uma observação mais detalhada das intervenções na cidade sede que desperte maior interesse. Segue abaixo o quadro com a tipologia proposta para as estruturas de transporte implementadas em virtude dos GEEs, com alguns exemplos de Jogos Olímpicos e Pan-americanos:

Quadro 2 - Tipologia das Estruturas de Transporte

Estruturas de Transporte		
Escala de impacto	Localizada em área de	
	consolidação	expansão
microlocal	Atlanta 1996	Rio 2007
mesolocal	Atenas 2004	Munique 1972
macrolocal	Barcelona 1992	Toquio 1964, Seul 1988, Santo Domingo 2003

Diferentemente da tipologia proposta para as vilas dos atletas, nesta é considerado que sempre há algum tipo de intervenção necessária para viabilizar um GEE. As obras realizadas em Barcelona 1992 tiveram um papel importante na reabilitação de áreas da Cidade. Por outro lado, as intervenções realizadas em Atlanta tiveram um impacto reduzido, o que pode significar que a Cidade não tinha demandas de ampliação de seu sistema ou que, dentro do espírito eminentemente empresarial que foi dado a estes Jogos, não caberia realizar investimentos cujo retorno aos investidores privados não seria imediato. Atlanta evidencia um caso onde as parcerias público privadas podem ter resultados bastante questionáveis. No caso dominicano, seu enquadramento ao lado de grandes intervenções urbanas como foram os casos de Tóquio 1964 e Seul 1988 em áreas de expansão, se dá não por conta da quantidade de obras realizadas mas sim por uma obra em especial que significou melhor integração na região metropolitana da capital do país: a Carretera de las Américas. Como já foi afirmado nesta seção, o Pan 2007 teve muitas promessas de investimentos em transporte e pouca realização nessa área, isso está apontado no quadro seguinte que apresenta de forma mais detalhada as medidas tomadas pelos organizadores destes Jogos.

Quadro 2.1 - Transporte no Pan 2007

Estruturas de Transporte	
Escala de impacto	Localizada em área de
	expansão
microlocal	obras realizadas apenas no entorno da vila dos atletas e dos equipamentos esportivos; faixas exclusivas nas principais vias de conexão da Cidade; linhas de ônibus dedicadas ao deslocamento dos espectadores

Gargalos que emperram a circulação dos cariocas poderiam ter sido minorados com o Pan 2007, no entanto a Prefeitura optou pela medida de se criar faixas exclusivas para o deslocamento do pessoal mais diretamente envolvido com os Jogos, a chamada “família pan” (atletas, dirigentes etc). Esta medida evidencia a ruptura provocada pelos Jogos no cotidiano da Cidade, que foi convocada a deixar seus carros particulares e utilizar o sobrecarregado transporte público carioca. Em alguns Jogos Olímpicos ocorre até mesmo a necessidade de se realizar rodízio de carros particulares e são estimuladas as férias dos trabalhadores a fim de se reduzir a circulação urbana. Tais medidas visam sobretudo a adequação da cidade para o espetáculo que deve ser o único evento importante a ocorrer no período de realização dos Jogos, segundo normas do COI. As intencionalidades dos organizadores dos Jogos deixam claro que, se fosse possível, a Cidade seria esvaziada de seus cidadãos para ser entregue àqueles que participam direta ou indiretamente do evento. O espetáculo não é feito para a cidade e sim na cidade, o que em última instância significa que importa o espectador e não o cidadão.

2.2.3. DOS REASSENTAMENTOS DE FAMÍLIAS

Para proceder a execução de algumas intervenções, podem ser exigidos deslocamentos de algumas famílias de seus lugares de moradia. A decisão de modificar os usos de uma dada área tem sido tomada a partir da condição de regularização fundiária dos proprietários. São então os alvos privilegiados destas intervenções os assentamentos urbanos irregulares ocupados em sua grande maioria pelas parcelas menos abastadas da sociedade. A fragilidade legal dos pobres urbanos pode se apresentar como uma perversa oportunidade para os agentes modeladores do espaço urbano desencadearem um processo de gentrificação. Tal processo pode tomar contornos mais drásticos quando são violados direitos fundamentais dos moradores, o que ocorre quando, por exemplo, há pouca preocupação com o destino das famílias que devem ser deslocadas. (Processos menos agressivos, o que não quer dizer que

sejam adequados, de gentrificação podem se dar desde o momento em que o anúncio de uma área de intervenção para o GEE é realizado, promovendo uma elevação dos preços da terra que leva os moradores menos abastados a vender suas propriedades e saírem em busca de outras áreas para viver⁶⁸.) Observa-se ainda, em alguns casos, que gestores podem se servir da legitimidade do GEE para realizar o deslocamento de inúmeras famílias por questões meramente estéticas que guardam relação apenas com a dimensão simbólica da veiculação de uma imagem de cidade “limpa” e pronta para ser consumida - preferencialmente por aqueles que tiverem maior capacidade de pago. Importa nesta categoria, sobretudo, identificar se as famílias deslocadas têm os seus direitos reconhecidos de fato.

A temática em tela não costuma ser abordada na literatura especializada, exceção que deve ser feita reconhecida em dois trabalhos: (1) o relatório sobre os impactos sobre os direitos de moradia causados por megaeventos, que foi publicado em junho deste ano (2007) pelo Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE)⁶⁹, que tem sede em Genebra e escritório no Brasil; (2) o artigo de Solomon Greene (2003) que trata de reassentamentos de famílias em virtude de megaeventos, tomando o caso dos Jogos de Seul 1988 para estudo. Considerando as dimensões que este fenômeno pode ter nos GEEs, é bastante relevante traçar então algumas linhas acerca da temática, que em países com grandes desigualdades espaciais pode tomar enormes, e perversos, contornos. Surpreendente nestes casos, é observar como podem ser contraditórias as medidas tomadas pelos organizadores de GEEs, considerando que muitos deles têm na Carta Olímpica a inspiração de suas ações - que deveriam então ser pautadas pelo pleno respeito aos direitos dos cidadãos.

O relatório publicado pelo COHRE toma diversos Jogos Olímpicos como estudos de casos reveladores do desrespeito ao direito de moradia por parte dos promotores de megaeventos. Sem embargo, o COHRE também apresenta situações de práticas exemplares nas quais foi constatado que é possível realizar GEEs sem violar direitos e ainda solucionar problemas habitacionais. Porém, esta não tem sido a tônica dos últimos Jogos Olímpicos como aponta o referido relatório (p. 11):

⁶⁸ Segundo comunicação oral feita pelo Prof. Edésio Fernandes, este fenômeno está em curso em Londres, na área do Lea Valley, por conta do anúncio das áreas de intervenção dos Jogos Olímpicos de 2012. Ainda segundo o Prof. Fernandes, a organização dos Jogos está reabrindo o debate sobre a necessidade de fortalecimento de instituições na escala metropolitana para articular de maneira integrada as intervenções no território. As instituições metropolitanas londrinas teriam sido esvaziadas durante o período de governo de Margareth Thatcher.

⁶⁹ Além deste trabalho do COHRE, há ainda outros que foram publicados pela entidade nesta mesma linha de pesquisa.

In Seoul, 720,000 people were forcibly evicted from their homes in preparation for the Olympic Games in 1988. In Barcelona, housing became so unaffordable as a result of the Olympic Games that low income earners were forced to leave the city. In Atlanta 9,000 arrest citations were issued to homeless people (mostly African-Americans) as part of an Olympics-inspired campaign to ‘clean the streets and approximately 30,000 people were displaced by Olympics-related gentrification and development’. In Athens, hundreds of Roma were displaced under the pretext of Olympics-related preparations. In the lead up to the 2008 Olympic Games in Beijing, COHRE estimates that over 1.25 million people already have been displaced due to Olympics-related urban redevelopment, with at least another quarter of a million displacements expected in the year prior to the staging of the event. In London, housing for 1,000 people is already under threat of demolition, over five years before the Olympic Games are due to be held.⁷⁰

O caso chinês parece extremamente grave quando observadas as estimativas do COHRE que ultrapassam a casa de um milhão de pessoas afetadas pelo urbanismo olímpico espetacular. Seul 1988, cuja reestruturação do tecido urbano foi gigantesca, foi o maior exemplo até hoje de como os Jogos podem representar mudanças forçadas para significativas parcelas da população. Mesmo em países centrais pode-se constatar que há ameaças ao direito de moradia no âmbito da preparação dos Jogos Olímpicos. Apesar do COI buscar o apoio do COHRE para planejar adequadamente as intervenções, houve poucos avanços no sentido de dirimir a violação de direitos prevista pela entidade, isto é, há dificuldades de diálogo sobre a temática dentro do COI que parece ainda não encarar como prioritária esta discussão (COHRE, 2007:19).

Não foi somente nos Jogos Olímpicos que o COHRE constatou violações de direito à moradia, outro GEE de dimensões globais apresentou problemas relacionados à temática em tela - mesmo sem concentrar suas atividades numa só cidade. A Copa do Mundo também provocou o deslocamento de famílias para que estádios, ou estruturas relacionadas a eles, pudessem ser construídos. Em outros casos os sem-teto foram contidos para que o espetáculo

⁷⁰ Tradução do autor: “Em Seul, 720 mil pessoas foram forçosamente retiradas de suas casas para a preparação dos Jogos Olímpicos de 1988. Em Barcelona, habitação tornou-se inacessível como resultado dos Jogos Olímpicos que forçou grupos de baixa renda a deixar a cidade. Em Atlanta 9 mil mandados de prisão foram expedidos para sem-tetos (a maior parte afro-americanos) como parte da inspirada campanha olímpica para ‘limpar das ruas aproximadamente 30 mil pessoas deslocadas pela gentrificação e desenvolvimento relacionados aos Jogos Olímpicos’. Em Atenas, centenas de Roma foram deslocados sob o pretexto da organização dos Jogos. No âmbito dos Jogos Olímpicos de Pequim 2008, COHRE estima que mais de 1,25 milhões de pessoas já tiveram que ser retiradas em virtude do redesenho urbano associado aos Jogos Olímpicos, com pelo menos outro quarto de milhão de deslocamentos esperados no ano que antecede a realização do evento. Em Londres, a moradia de mil pessoas está ameaçada de demolição, mais de 5 anos antes dos Jogos Olímpicos serem realizados.

pudesse ser realizado de tal forma que a imagem do evento não fosse comprometida pelos problemas sociais urbanos:

‘Clean-up’ programmes associated with the World Cup events have led to the displacement of homeless people, for example, the homeless removed from an area surrounding the Nagai Stadium in Osaka, Japan, in 2002. Here nearly 300 homeless were moved, with city officials claiming that the removal was to avoid confrontations between rowdy fans and the homeless. In Seoul, the co-host city for the 2002 World Cup, city officials created a list of areas that were off-limits to the homeless. It is alleged that the City had originally planned to send homeless people to rehabilitation programmes outside the city during the World Cup, but cancelled those plans in the face of pressure from media and human rights groups. Other host cities replicate these violations of the right to adequate housing – for example a ‘cleaning operation’ displaced roughly 20 homeless people from their makeshift homes days before the 1994 World Cup in Chicago, USA, and between 200 and 300 people were displaced after the demolition of their seven-year old shantytown underneath a highway overpass in Dallas, USA, in preparation for the 1994 World Cup (COHRE, 2003:27).⁷¹

Há uma universalidade no problema habitacional quando se observa que mesmo em países centrais, como Japão e EUA, ocorrem deslocamentos de pessoas, revelando desta forma as desigualdades espaciais que se alastram por todos os cantos do planeta. Trata-se mesmo de um grave retrocesso no campo da luta por direitos quando organizações como a FIFA e o COI agem de maneira contraditória. Se por um lado tais entidades atuam na promoção de belas campanhas em favor de grupos que têm direitos ameaçados em várias partes do globo, por outro há um posicionamento muito claro sobre a imperativa necessidade de se realizar o GEE, mesmo que às custas da violação de direitos de muitos. Prevalece, nestas circunstâncias, a lógica de que o fim justifica os meios, quando se admite que “necessariamente” alguns desafortunados podem arcar com efeitos danosos se for para a promoção do esporte. Vale notar que poucos dos heróis atletas, tão enaltecidos durante os GEEs, se preocupam com as vítimas de seus palcos espetaculares; muitos são deuses midiáticos que celebram a seleta festa proporcionada, ou mais exatamente patrocinada, por

⁷¹ Tradução do autor: “Programas de ‘limpeza’ associados à Copa do Mundo, promoveram o deslocamento de sem-tetos, por exemplo, os sem-tetos removidos de uma área entorno do Estádio Nagai em Osaka, Japão, em 2002. Cerca de 300 sem-teto foram deslocados, com o argumento das autoridades da cidade de que a remoção era para evitar confrontos entre fãs desordeiros e os sem-teto. Em Seul, cidade co-sede da Copa do Mundo de 2002, autoridades da cidade criaram uma lista de áreas proibidas para os sem-teto. Originalmente planejava-se o envio de sem-tetos para programas de reabilitação fora da cidade durante a Copa do Mundo, mas estes planos foram cancelados em face da pressão da mídia e dos grupos de direitos humanos. Outra cidade sede replicou estas violações de direitos à moradia adequada – por exemplo uma ‘operação limpeza’ deslocou bruscamente 20 sem-tetos de suas casa improvisadas dias antes da Copa do Mundo de 1994 em Chicago, EUA, e entre 200 e 300 pessoas foram deslocadas após a demolição de uma favela de 7 anos localizada sob um viaduto em Dallas, EUA, em virtude dos preparativos da Copa do Mundo de 2004.”

grupos que auferem volumosos lucros a despeito da alienação de recursos básicos de sobrevivência de outros. Acima de tudo vale a imagem das medalhas conquistadas, dos hinos proclamados, da afirmação identitária cantada em belos versos que seduzem e extasiam a ponto de fazer esquecer a socialização dos custos que a festa impõe.

A retirada de famílias é a face mais cruel do urbanismo olímpico ao cortar drasticamente relações sociais, estabelecidas em boa parte por proximidades espaciais, que têm valores insubstituíveis para a vida de muitos cidadãos. São os pobres os mais afetados por estas ações já que muitas delas são empreendidas não somente para viabilizar construtos que são necessários para proporcionar os usos esportivos, mas também para delinear a imagem urbana ideal para atração de investidores e consumidores que não suportam a existência da pobreza. Neste sentido, o GEE revela a força com que as verticalidades das decisões tomadas por atores internacionais podem dissolver os laços de solidariedade próprios das horizontalidades que operam no território. Força mediada pelas parcerias entre entes públicos e empresas privadas, que se servem da flexibilização das normas, operando sob a legitimidade do simbolismo que o esporte proporciona.

Favelas são alvos preferenciais nas ações voltadas para o reassentamento de famílias realizadas para os GEEs, é neste sentido que o relatório do COHRE (p. 28) narra os impactos previstos em Nova Déli em virtude dos Jogos da Commonwealth em 2010:

In New Delhi, India, the athletes for the 2010 Commonwealth Games will be housed on land from which slum dwellers were cleared. Forced evictions related to a river beautification plan and development for the Commonwealth Games has resulted in the forcible eviction of 35,000 families from public lands on the riverbanks over the course of the last two years. The UN Special Rapporteur on the Right to Adequate Housing, Mr Miloon Kothari, has said that the slum demolition process had led to evictions of around 300,000 people during the 2003-2006 period. These large-scale evictions have been blamed on a desire on the part of the city authorities to make Delhi 'slum-free' before the athletes and spectators arrive for the Commonwealth Games. Evictions from and demolitions of slums occurred without advance notice, and were sometimes accompanied by violence.⁷²

⁷² Tradução do autor: “Em Nova Déli, Índia, os atletas dos Jogos de 2010 da Commonwealth serão instalados em uma área onde favelados foram retirados. Remoções forçadas relacionadas ao plano de embelezamento do rio e ao desenvolvimento dos Jogos Commonwealth, resultou na retirada forçada de 35 mil famílias de terras públicas às margens do rio nos últimos dois anos. O Relator Especial da ONU para Direito a Moradias Adequadas, Sr. Miloon Kothari, afirmou que o processo de demolição de favelas provocou remoções de aproximadamente 300 mil pessoas no período de 2003-2006. Essas remoções em larga escala têm sido atribuídas aos anseios de parte das autoridades da cidade em tornar Déli ‘livre de favelas’ antes dos atletas e espectadores chegarem para os Jogos da Commonwealth. Remoções e demolições de favelas ocorreram sem aviso prévio, e foram em alguns momentos realizados com violência.”

Nova Déli representa o extremo da ação brutal de violação de direitos que pode ser orquestrada em prol de um GEE, no relato acima se observa desde demolições sem aviso prévio até mesmo o exercício da violência para a retirada das famílias. As ações de despejo ocorridas em favelas na capital indiana também foram tema discutido por Mike Davis (2006:107-8), numa abordagem próxima àquela realizada aqui, citando tese de Jeremy Seabrook⁷³ que sobre Nova Déli assevera que: “a palavra ‘infra-estrutura’ é o novo codinome da eliminação sem cerimônia dos frágeis abrigos dos pobres”. Indianos são deslocados de uma favela para outra em distâncias que alcançam 20km, o que torna precária a sobrevivência com os altos custos de transporte e tempo de deslocamento para o trabalho; isso ocorre por conta da construção de um parque e de instalações turísticas, sob aplausos internacionais a um denominado “plano verde”. Quando se tornam corriqueiros, os deslocamentos populacionais geram nômades sujeitos a passar boa parte de suas vidas sendo despejados de seus locais de moradia.

Se Nova Déli é apresentada como um caso desastroso de desrespeito aos direitos de moradia, por outro lado o COHRE assevera que na edição anterior dos Jogos da Commonwealth, em Melbourne 2006, houve uma prática exemplar de cuidado com os sem-teto. Uma rede de cooperação da sociedade civil se formou para proteger as famílias sem-teto e de baixa renda de efeitos negativos que a realização dos Jogos poderiam provocar. Os Jogos de inverno que ocorrerão em Vancouver 2010 tem a promessa de seus organizadores de que ninguém será retirado de seus lares por causa dos Jogos (COHRE, 2007:29-30). Por outro lado, os preparativos para Vancouver 2010 apontam para a produção de uma cidade como máquina de criação de imagem, como sugere o estudo de Katherine McCallum *et al.* (2005) baseado numa original metodologia de análise sobre a centralidade da imagem. As autoras tomam a cidade canadense como estudo de caso para revelar a importância que a imagem urbana assume para as elites (McCallun *et al.*, 2005:44):

The acceleration in transnational tourist, consumption, and sporting economies has simply altered the medium through which city elites pursue their goals: in the process, the city becomes an image-production machine, with locally interested elites coming together in strategic coalitions to constitute symbolic cities for the next itinerant global spectacle.⁷⁴

⁷³ SEABROOK, Jeremy. In the cities of the south: Scenes of developing world. London, Verso, 1996, p.127.

⁷⁴ Tradução do autor: “A aceleração no turismo transnacional, consumo, e economia esportiva tem simplesmente alterado o meio pelo qual as elites da cidade perseguem seus objetivos: em andamento, a cidade torna-se uma máquina de produzir imagens, com a associação de interesses da elite local com uma coalizão estratégica para a constituição de cidades simbólicas para o próximo espetáculo global itinerante.”

Em algumas circunstâncias pode ser realmente necessário o reassentamento de famílias para a promoção de um GEE; fenômeno que ocorre quando não se trata meramente de produzir um embelezamento urbano, mas sim por não haver alternativas razoáveis para a instalação dos equipamentos. Nestes casos o reassentamento deve se dar sob algumas condições para que de fato os direitos à moradia sejam devidamente respeitados. O COHRE enumerou algumas dessas condições (p. 33), às quais é importante acrescentar a necessidade de que o reassentamento se dê o mais próximo possível do local original de moradia e com a oferta adequada de serviços urbanos (abastecimento de água, fornecimento de luz, serviços de transporte etc):

1. genuine consultation with those affected;
2. adequate and reasonable notice for all affected persons prior to the scheduled date of eviction;
3. information on the proposed evictions and, where applicable, on the alternative purpose for which the land or housing is to be used to be made available in reasonable time to all those affected;
4. presence of government officials or their representatives during the eviction;
5. proper identification of all persons carrying out the eviction;
6. evictions should not take place in particularly bad weather or at night;
7. provision of legal remedies or procedures and legal aid to people affected by eviction orders and persons who are in need; and
8. adequate resettlement.⁷⁵

Se inevitável o reassentamento, ele deve proceder da forma menos traumática possível para os moradores que, sobretudo, devem participar de um diálogo intenso com os responsáveis pela ação de tal forma que eles tenham acesso aos recursos (informacionais, financeiros etc) necessários para a redução dos danos provocados pela mudança. Despejos forçados são sempre traumáticos e seguidos de violações de direitos que deveriam ser respeitados. Uma ação descuidada pode comprometer gravemente os modos de vida daqueles que são obrigados a abrir mão de bens materiais e imateriais para a concretização de um GEE.

O trabalho de Greene (2003:171) aborda, numa perspectiva bastante crítica, o proclamado sucesso dos Jogos de 1988, em Seul, denunciando as remoções de favelas realizadas para atender as demandas de instalação de equipamentos esportivos:

⁷⁵ Tradução do autor: “1. consulta sincera junto àqueles afetados; 2. adequado e razoável aviso para todas as pessoas afetadas antes da data agendada para a retirada; 3. informação sobre a retirada proposta e, onde aplicável, sobre alternativas para viabilizar o assentamento ou moradia usados em tempo razoável para todos os afetados; 4. presença de oficiais do governo ou seus representantes durante a retirada; 5. identificação adequada de todas as pessoas encarregadas da remoção; 6. retiradas não devem ocorrer em situações de mau tempo ou durante a noite; 7. prover de remédios ou mecanismos legais e assistência legal às pessoas afetadas pelos pedidos de remoção e pessoas em estado de pobreza; e 8. reassentamento adequado.”

In 1981, the IOC announced that South Korea had been successful in its bid to host the 1988 Summer Olympic Games. Although the South Korean government had declared an end to forceful eviction programs in 1980, the successful bid for the Olympics sparked renewed interest in redevelopment projects. In addition to the real estate pressures already threatening informal settlements in Seoul, the preparation for the Olympics created a heightened demand for land to construct sports venues, tourist facilities, and accommodations for athletes, the press, and over 250,000 visitors. The Olympics also transformed the spatial pattern of evictions by shifting the city's focus to providing land for venues and removing unsightly slums from high profile areas, such as along the route of the Olympic torch.⁷⁶

Nas palavras de Greene, os Jogos de 1988 podem ser considerados mais como um exemplo de gentrificação do que como o do sucesso almejado pelo Prefeito do Rio. Encontra-se em Sánchez (2003:61) uma definição proposta para a compreensão destes processos de gentrificação, que sucintamente também podem ser descrito como a substituição da ocupação de uma determinada área de uma classe social por outra com maior poder aquisitivo:

Gentrificação dos espaços é um processo de reapropriação dos mesmos pelo mercado através de operações urbanas que lhe conferem novo valor econômico e simbólico, geralmente orientado para o consumo – residencial ou de serviços – das camadas médias. Apresentados para fins mercadológicos, como espaços ‘revitalizados’, são porém espaços onde a população original vivencia a ‘revitalização’ como um processo que gera expulsão e apartação social.

O alto valor simbólico que os Jogos tem, acaba promovendo uma alta dos preços no mercado de imóveis nas áreas mais próximas às intervenções realizadas. Esse processo de valorização do solo muitas vezes é tomado como indicador de uma suposta “requalificação” de áreas urbanas⁷⁷. No entanto, estes processos têm sido corriqueiros nos GEEs sem que medidas de proteção aos moradores originais sejam tomadas pelas autoridades públicas, que de nenhuma forma podem alegar a falta de informação para ação já que participam, até de forma protagonista, da organização dos eventos esportivos. Sob a pressão do mercado

⁷⁶ Tradução do autor: “Em 1981, o COI anunciou que a Coréia do Sul era a vitoriosa na candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 1988. Embora o governo da Coréia do Sul tivesse declarado o fim do programa de remoções forçadas em 1980, a candidatura bem sucedida aos Jogos Olímpicos renovou o interesse em projeto de reestruturação. Somadas às reais pressões estatais de ameaça aos assentamentos informais em Seul, a preparação dos Jogos Olímpicos criaram o aumento da demanda por terra para a construção dos equipamentos esportivos, estruturas turísticas, e acomodações para os atletas, para a imprensa, e mais de 250 mil visitantes. Os Jogos Olímpicos também transformaram a ordenamento espacial de remoções mudando o foco da cidade para a oferta de terra para os equipamentos esportivos e removendo favelas indesejadas das áreas mais abastadas, assim como ao longo do trajeto da tocha olímpica.

⁷⁷ Ilustra de maneira exemplar este fenômeno, texto publicado em revista sobre as obras do Pan 2007. O título deste texto (“Engenhão valoriza mercado imobiliário e revitaliza a zona norte”) já revela em boa medida a relação entre melhoria urbana e aumento de preço da terra, que segundo a revista foi da ordem de 30% a 40%. (Revista Obras do Pan, produzida pela Fairway Editora, Rio de Janeiro, com distribuição gratuita.)

imobiliário, gradativamente os moradores com menor poder aquisitivo deixam suas moradias em busca de terras mais acessíveis; tal deslocamento pode significar perda de laços sociais construídos ao longo de décadas, além de eventuais reduções na disponibilidade de recursos decorrentes do aumento no custo de transporte para circulação na cidade.

Como nas categorias analisadas anteriormente, o reassentamento de famílias passa também aqui por um enquadramento que se propõe uma tipologia aproximativa para análise dos impactos de GEEs. O quadro 3 apresenta, como nos demais, a dimensão espacial com as variáveis de localização; neste ponto pretende-se identificar a área onde possa ter ocorrido a retirada das famílias, e não o local de destino delas. O destino destas famílias deve ser alvo de estudos posteriores a fim de elucidar efeitos em cada cidade dos reassentamentos realizados. Foi definida ainda outra dimensão que remete ao respeito aos direitos de moradia das famílias reassentadas; desta forma, as considerações apontadas pelo estudo do COHRE são tomadas como referência para o enquadramento. Segue abaixo o quadro com alguns exemplos:

Quadro 3 - Tipologia do Reassentamento de Famílias

Reassentamento de Famílias		
Direito à moradia	Localizada em área de	
	consolidação	expansão
respeitado	Sydney 2000	
não respeitado	Atenas 2004, Pequim 2008	Seul 1988, Rio 2007
não realizado	Los Angeles 1984, Santo Domingo 2003	

Único GEE encontrado na literatura como tendo respeitado o direito à moradia em caso de reassentamento, Sydney 2000 foi tomado com uma prática exemplar pelo COHRE. Sem embargo, problemas decorrentes de processos de gentrificação na área de intervenção dos Jogos estão em curso na cidade australiana conforme o relatório do próprio COHRE. Seul 1988 tem a medalha de ouro em desrespeito aos direitos de moradia, numa competição entre todas as cidades sede de Jogos Olímpicos. Pequim deverá tomar esta medalha no próximo ano com o deslocamento de mais de um milhão de pessoas, fato que parece ser bastante admissível quando lembrado que a ditadura chinesa já provou sua força desumana e devastadora contra o povo tibetano há 50 anos atrás; além das migrações compulsórias promovidas por conta da construção da maior represa hidrelétrica do mundo, a Três Gargantas.

No que tange ao reassentamento de famílias para o Pan 2007, algumas favelas estiveram na mira dos organizadores dos Jogos. Em fevereiro de 2006, 60 famílias que viviam na favela Arroio-Pavuna tiveram que buscar outro lugar para morar por conta de obras de acesso à Vila Pan-americana. Estas famílias não foram reassentadas em outra localidade, mas apenas indenizadas pela Construtora Carvalho Hosken⁷⁸. O mesmo destino teve os moradores do Canal do Cortado, sendo que algumas famílias ainda resistiam por meios judiciais⁷⁹. Em abril deste ano a Prefeitura anunciou a liberação de R\$ 3 milhões para o pagamento de indenizações a famílias que residem na favela do Canal do Anil. Trata-se de uma favela com mais de 50 anos de existência na qual seriam demolidas 542 casas; o valor médio das indenizações seria de apenas R\$ 5.500,00⁸⁰. Não se pode falar propriamente de reassentamento de famílias nestes Jogos pois as pessoas estão sendo apenas indenizadas com valores que sequer lhes permite comprar moradias nas cercanias. Muitas das condições pontuadas pelo COHRE acima não foram respeitadas, violando desta forma direitos que deveriam ter sido observados pelos agentes públicos que promoveram as ações de despejo. O quadro abaixo destaca a forma como se pode detalhar esta categoria, exemplificada aqui pelo Pan 2007:

Quadro 3.1 - Reassentamento de Famílias no Pan 2007

Reassentamento de Famílias	
Direito à moradia	Localizada em área de expansão
não respeitado	famílias retiradas das favelas Arroio Pavuna, Canal do Cortado, Canal do Anil sem reassentamento de famílias mas sim com pagamento de pequenas indenizações

A idolatria da imagem, própria de gestores empreendedores que se servem do urbanismo olímpico para promover ações de retirada de famílias de seus lares, é a principal ameaça aos pobres urbanos de diversas cidades do mundo. Criar áreas livres de pobreza, como o abertamente declarado “slum-free” de Nova Déli, é muitas vezes uma medida aplaudida pelos setores mais abastados da cidade que adotam a perspectiva da criminalização

⁷⁸ Fonte: O Globo. Comunidade é retirada para obras do Pan. Rio de Janeiro, 16 fev 2006. Disponível em: http://www.ceme.eefd.ufrj.br/ive/boletim/bive200603/imprensa/o_globo/pdf_globo/comunidade.pdf. Acesso em: 28 fev 2007.

⁷⁹ Fonte: Pravda. Rio de Janeiro: protesto das favelas. 25 abr 2007. Disponível em: <http://port.pravda.ru/news/cplp/16745-1/>. Acesso em: 29 mai 2007.

⁸⁰ Fonte: UOL. Prefeitura anuncia R\$ 3 mi para remoções em favela próxima à Vila. São Paulo, 11 abr 2007. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/04/11/ult4343u449.jhtm>. Acesso em: 29 abr 2007.

da pobreza (Davis, 2006; Silva e Barbosa, 2005). Maior símbolo de criminalidade para estes setores, a favela passa a ser encarada não somente como o espaço homogêneo e da ausência, como destaca Silva (2002:110), mas também como o território da criminalidade que deve ser combatida a qualquer custo. Estes estereótipos são reforçados por alguns meios de comunicação que, ao buscarem o fenômeno inusitado que desperta o interesse dos leitores, encontram na violência a notícia a ser veiculada em rápidas, e incessantes, inserções preparadas para o consumo. Estigmas territoriais são formados quando de maneira repetida as áreas mais pobres são retratadas como as mais violentas, onde o caos e a desordem imperam de tal maneira que se torna incompreensível para muitos dos que moram fora destes territórios, como é possível que seres humanos possam viver ali. É neste momento que os pobres, em grande parte favelados, são finalmente desumanizados e têm seus direitos caçados por autoridades que permitem desde retiradas arbitrárias de cidadãos de seus lares, até o próprio extermínio de jovens como se observa hoje nos espaços populares cariocas. É quando o culto da imagem, que era apenas parte de uma estratégia de ajuste urbano às condições internacionais de competitividade entre cidades, se materializa em fuzis e blindados usados para conter a pobreza que atrapalha a banalizada paisagem urbana. Esse tema será aprofundado posteriormente na seção que trata especificamente dos conflitos em GEEs.

2.2.4. DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

Cada vez mais grandiosos, os equipamentos esportivos com caráter permanente (alguns são apenas provisórios e desfeitos assim que o GEE é encerrado) são constituídos por diversos tipos de prédios que atendem os requisitos específicos de cada modalidade inscrita no evento. Em geral, alguns dos equipamentos esportivos existentes são recuperados e adaptados às exigências do comitê organizador. De toda maneira, tais estruturas arquitetônicas podem ser utilizadas para outros fins que não são estritamente esportivos (este é o caso de eventos culturais, políticos e religiosos que são realizados nestes locais), ou mesmo usos esportivos que sirvam apenas para o desenvolvimento físico e mental das pessoas, sem que estas tenham que, para fazer uso das instalações, se tornarem necessariamente atletas ou participarem de qualquer competição de maneira profissional. Dependendo da forma como tais equipamentos são distribuídos pela cidade, o acesso a eles poderá ser maior ou menor para camadas específicas da sociedade. Significa dizer que a concentração destes equipamentos em uma área rica pode sim acirrar desigualdades espaciais ou, por outro lado, a instalação destas unidades em áreas populares pode aumentar o acesso de seus moradores a

espaços públicos. Vale ressaltar que a manutenção destes equipamentos é cada vez mais onerosa, considerando que suas dimensões não são calculadas para atender às demandas da cidade e sim de um espetáculo que pode tomar territórios como mero palco para o evento.

Em alguns GEEs verifica-se que os equipamentos montados têm dimensões grandes demais para os usos posteriores previstos. Isto ocorreu, por exemplo, com o Parque Aquático construído para os Jogos Olímpicos de Melbourne em 1956, que não teve manutenção adequada após o evento por conta dos altos custos para mantê-lo de maneira adequada. Os Jogos Olímpicos de Montreal 1976 foram marcados por graves problemas de financiamento das instalações, que quase levou ao cancelamento do evento (Essex e Chalkley, 1998:194-7). Pode ainda ser tomado como exemplo, o fato de que algumas das instalações feitas para os Jogos Pan-americanos de Mar del Plata 1995⁸¹ e de Santo Domingo 2003⁸² apresentarem problemas de manutenção decorrentes dos elevados custos. Estes problemas devem ser analisados com muito cuidado a fim de não se tomar conclusões apressadas sobre os impactos e legados gerados pelas instalações esportivas.

Uma vez instalados, os equipamentos esportivos devem ter seus usos posteriores planejados para os moradores da cidade. Quando ocorre o abandono destas instalações, revela-se então o retrato da produção espacial meramente espetacular, realizada para atender um evento que é pensado como construção de uma imagem urbana atraente para consumidores. A montagem de suntuosos estádios e arenas esportivas, transmite a idéia de territórios modernos, cujos investimentos podem propiciar retorno econômico considerando que muitos capitalistas tiveram o mesmo sinal: o de que aquele território conta com a disposição dos atores em preparar as condições para a acumulação. O principal sinal é de que há nestes territórios os recursos disponíveis para as parcerias público privadas que viabilizarão os ajustes espaciais necessários para a aplicação de capitais disponibilizados pelos ciclos de sobreacumulação (Harvey, 2004b:93). Fora do entendimento deste circuito, estes megalomaniacos investimentos podem parecer mesmo um tipo de *potlatch*⁸³ urbano em escala global, realizado entre grupos hegemônicos despreocupados com os bens, não pessoais, mas sim coletivos. É costume, por exemplo, após cada *potlatch* olímpico se afirmar: “estes

⁸¹ Segundo comunicação oral do Prof. Eduardo Reese.

⁸² Segundo relato de alguns dominicanos com quem o tratei do tema.

⁸³ “Em sua forma mais típica, encontrada na tribo dos Kwakiult, o *potlatch* é uma grande festa solene, durante a qual um de dois grupos, com grande pompa e cerimônia, faz ofertas em grande escala ao outro grupo, com a finalidade expressa de demonstrar sua superioridade. A única retribuição esperada pelos doadores, e que é devida pelos que recebem, consiste na obrigação de estes últimos darem por sua vez uma festa, dentro de um certo período, se possível ultrapassando a primeira” (Huizinga, 1980:66).

foram os melhores Jogos já realizados”; deixando para o próximo grupo a obrigação de se realizar uma festa ainda mais grandiosa.

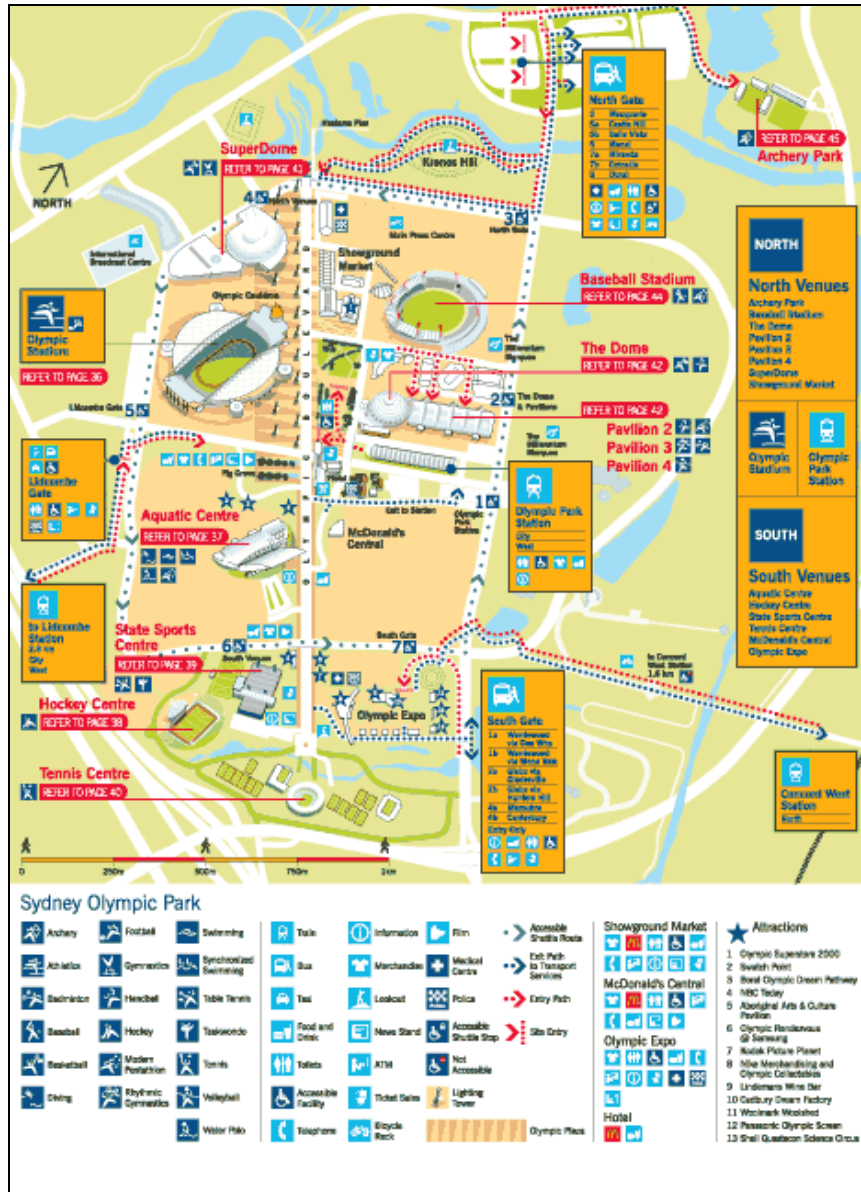
Equipamentos esportivos fora da escala de uso da cidade, assim se configuram tanto pela grandiosidade absoluta com que eles são construídos, como pela ausência de políticas públicas esportivas que incorporem as estruturas às práticas sociais. Isto é, quando o esporte é tomado como uma centralidade não só nos discursos para a promoção de eventos, mas também como elemento fundamental para o desenvolvimento social, os equipamentos podem sim ter usos sociais intensos por maiores que sejam estas instalações. O esporte tem efeitos extremamente benéficos para a sociabilidade urbana, seja no âmbito da saúde, seja na formação de valores culturais, sendo a sua disseminação um benefício significativo para a melhoria das condições de vida de muitos cidadãos. A inserção massiva de práticas esportivas nos sistemas educacionais é uma medida que denota, de fato, uma preocupação das autoridades públicas com o esporte, que vai além dos discursos em defesa da realização de GEEs.

Exacerbados custos de manutenção destas instalações podem ser inviáveis para a administração pública local, que pode tomar como solução a privatização destes equipamentos. Obviamente isso ocorre se houver interesse de particulares, podendo a privatização mudar a percepção, e o próprio uso de fato, da condição destes espaços enquanto públicos. Significativo é nesta categoria, então, reconhecer em que medida estes equipamentos têm sua acessibilidade planejada para os cidadãos de diferentes estratos sociais e desta forma se tornar fortemente públicos, onde o encontro da diferença possa ocorrer de maneira frutífera e enriquecedora para o convívio social - podendo vir até mesmo a conformar um espaço público forte como aquele reconhecido por Castro (2004).

Equipamentos esportivos também podem ser utilizados como recursos para a produção de uma imagem de cidade moderna e sofisticada. Podem até mesmo servir como símbolo de força política em cenários nacional e internacional, como foi o caso dos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, nos quais o regime nazista explorou os equipamentos esportivos em propagandas institucionais (Essex e Chalkley, 1998:193). Por outro lado, os Jogos Olímpicos de Atlanta 1996 ficaram marcados pelo aproveitamento de equipamentos existentes e a instalação de arenas provisórias. No caso destes Jogos, a suntuosidade foi dispensada em favor dos volumosos lucros auferidos pelos investidores privados do evento, que ficou conhecido na história olímpica pelo seu caráter eminentemente comercial.

Os Jogos seguintes, realizados em Sydney 2000, tiveram uma postura bastante distinta com a preocupação de se promover na zona de concentração dos equipamentos (cartograma abaixo), a recuperação ambiental da degradada área de Homebush Bay. Além disso, foram tomadas diversas medidas pautadas pela sustentabilidade dos projetos, que levaram este evento a ser conhecido como “Green Games”. Sem embargo, o relatório do COHRE (2007:126) apontou a ocorrência de elevação de preços dos imóveis decorrente das intervenções realizadas sem que o Governo de New South Wales agisse devidamente para conter o processo de gentrificação. Como foi visto no primeiro capítulo, a gentrificação é um dos possíveis efeitos perversos causados pela implantação de um GPU; o cartograma a seguir ilustra a magnitude das intervenções urbanas realizadas na área de Homebush Bay.

Cartograma 4 – Parque Olímpico dos Jogos de Sydney em 2000

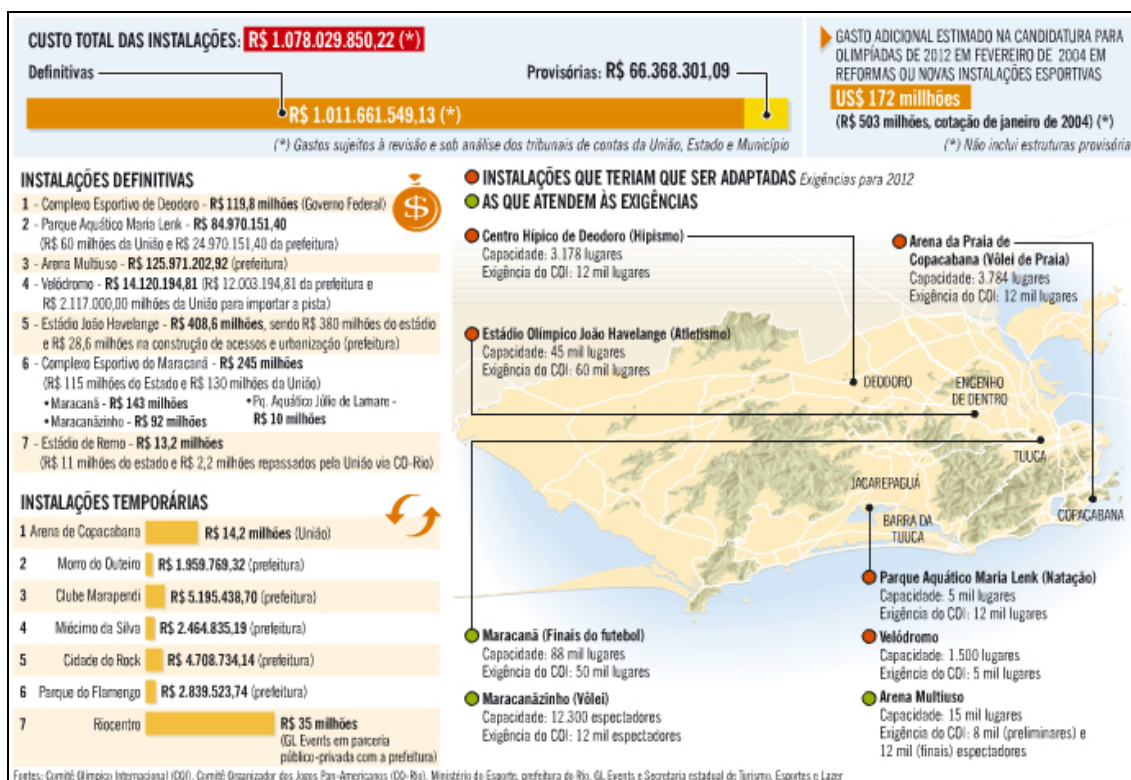


Fonte: <http://www.gamesinfo.com.au/images/maps/venues/sop.gif> (acesso em: 5 ago 2007)

Quantos aos equipamentos esportivos construídos, ou reformados, para o Pan 2007, os gastos públicos foram superiores a R\$ 1 bilhão (cartograma 5 e anexo VI), o que coloca esta categoria como aquela em que as maiores inversões financeiras destes Jogos foram realizadas. O destino de alguns destes equipamentos é a mão da iniciativa privada, uma vez que há declarada intenção de autoridades municipais e estaduais em se privatizar as instalações que forem de interesse de particulares (ver tabela no anexo VI). A privatização destas instalações tem como principal argumento a onerosa manutenção que elas exigem, tal solução é adotada considerada pela Prefeitura como pelo Governo do Estado, que anunciou a privatização do

Maracanzinho⁸⁴. Localizado no bairro popular do Engenho de Dentro, o Complexo Esportivo João Havelange (Engenhão) foi o primeiro dos equipamentos esportivos construídos para o Pan a ser privatizado. O Clube do Botafogo, associado a empresas estrangeiras, foi o único a se apresentar na licitação que concedeu, por um aluguel mensal de R\$ 36 mil, o uso do Estádio pelo clube por um período de 20 anos⁸⁵. O Engenhão é um estádio que poderia ser utilizado, segundo os organizadores do Pan, na Copa de 2014; este complexo é o mais caro entre todos os equipamentos construídos para o Pan, seu valor estimado é de R\$ 380 milhões conforme o cartograma abaixo.

Cartograma 5 – Custos dos equipamentos esportivos do Pan 2007



Fonte: AWI, Fellipe; MAGALHÃES, Luiz. Bom, bonito, caro e insuficiente: governos gastam mais de R\$ 1 bilhão em estádios e ginásios, mas COI exige mais. O Globo, Rio de Janeiro, 5 ago 2007, Caderno de Esportes, p. 54.

Os impactos no entorno do Estádio ainda não são claros, no entanto já é possível olhar com um certo estranhamento a ausência de estacionamentos, por exemplo. Ruth Marcos

⁸⁴ Fonte: DORO, Bruno. Maracanzinho pode ir para a iniciativa privada após o Pan. UOL, São Paulo, 13 abr 2007. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/04/13/ult4343u483.jhtm>. Acesso em: 30 abr 2007.

⁸⁵ Fonte: Agência JB. Engenhão é a nova casa do Botafogo. Rio de Janeiro, 3 ago 2007. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/extra/2007/08/03/e030816332.html>. Acesso em: 3 ago 2007.

(2004:416) em estudo sobre os impactos urbanos provocados por estádios observa que: no caso do Estádio de Zaragoza os moradores do entorno decidiram se mudar da localidade em virtude de problemas decorrentes dos eventos promovidos no equipamento esportivo. Já no caso do Estádio do Ajax (Amsterdã), Marcos aponta o crescimento de atividades turísticas e comerciais no entorno das instalações do clube holandês, apresentando um impacto econômico significativo para a localidade.

Logo após o término do Pan 2007 os organizadores dos Jogos anunciaram que empreenderão muitos esforços para que o Rio de Janeiro seja a sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O cartograma acima reflete esse debate ao apresentar tanto referências à candidatura frustrada aos Jogos de 2012, como menções às possíveis adaptações nos equipamentos esportivos para uma eventual realização dos Jogos de 2016. A matéria que acompanha o cartograma relata o esforço conjunto das três esferas governamentais (União, Estado e Município) para planejar as ações necessárias para que os Jogos Olímpicos de 2016 sejam realizados na Cidade do Rio de Janeiro. Este esforço já teria iniciado um ano antes com a contratação de uma consultoria especializada pela Prefeitura, o que revela como as autoridades municipais têm pensado o futuro da Cidade: a partir da promoção de GEEs. A promoção da imagem da cidade por meio da realização de eventos esportivos é uma estratégia do governo municipal carioca que ganhou fôlego com a realização do Pan, como se pode observar na agenda divulgada pelo Prefeito César Maia⁸⁶, que inclui ainda os Jogos Mundiais Militares em 2011:

- ⇒ setembro de 2007 - Campeonato Mundial de Judô na Arena Olímpica do Rio;
- ⇒ outubro de 2007 - Troféu Mundial de Nado Sincronizado no Parque Aquático Maria Lenk e Masters de Tênis de Mesa no Riocentro;
- ⇒ fevereiro de 2008 - Open Mundial de Badminton na Arena Olímpica do Rio;
- ⇒ outubro de 2008 - Campeonato Mundial de Futsal na Arena Olímpica do Rio.

O espetáculo está acima do esporte. Ainda que o esporte seja o meio para se divulgar a imagem urbana, ele é muitas vezes encarado apenas como isso: um meio para se obter maior visibilidade a partir do GEE. Corrobora fortemente com esta assertiva a declaração feita pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro⁸⁷, em pleno período dos Jogos Pan 2007, de que

⁸⁶ Divulgada em 26/7/2007 pelo Ex-Blog do Prefeito, divulgação realizada por meio de envio de mensagens por de correio eletrônico (Disponível em: <http://cesarmaia.blogspot.com/>. Acesso em: 1 ago 2007.)

⁸⁷ Fonte: AMATO, GIAN. Atletismo perde antes da estréia. Polêmica: Governador propõe fim do Estádio Célio de Barros e do Júlio de Lamare. O Globo, Rio de Janeiro, 20 jul 2007, Caderno de Esportes, p. 3.

demoliria dois equipamentos esportivos no Complexo do Maracanã para aumentar a viabilidade de realização de um outro GEE: a Copa do Mundo, de futebol masculino, de 2014. A declaração foi dada na presença do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e de representante da empresa IMG, que administra o Estádio de Wembley (Inglaterra), o que demonstra tanto o desinteresse do dirigente da CBF em relação ao atletismo e à natação, como o interesse empresarial envolvido na proposta defendida pelo Governador de demolição do Parque Aquático Maria Lenk e do Estádio Célio de Barros: “Esses espaços não são tombados e podem ser convertidos em equipamentos que completariam o Complexo do Maracanã, como estacionamento, shopping, hotéis, centro de convenção e outros”⁸⁸. São verticalidades que operam no território com o fito de realizar os ajustes espaciais que garantam a acumulação por espoliação, conceito trabalhado por Harvey (2004b) que será explicitado mais adiante.

Há ricos elementos nesta declaração que revelam, em poucas palavras, um conjunto de intencionalidades dos atores hegemônicos que atuam na produção do espaço a partir da implementação de GPUs em períodos de organização de GEEs. Foi explicitado acima o conflito entre práticas esportivas quando o imperativo é o espetáculo. Além disso, há duas outras temáticas que permeiam as estratégias destes atores na conformação do espaço urbano: (1) as limitações impostas   implementação de um projeto urbano pelo tombamento de patrim nios e (2) a predileção destes atores por espaços que proporcionem o consumo. Para ilustrar essas temáticas, será apresentado a seguir o conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no caso das intervenções pretendidas na Marina da Glória.

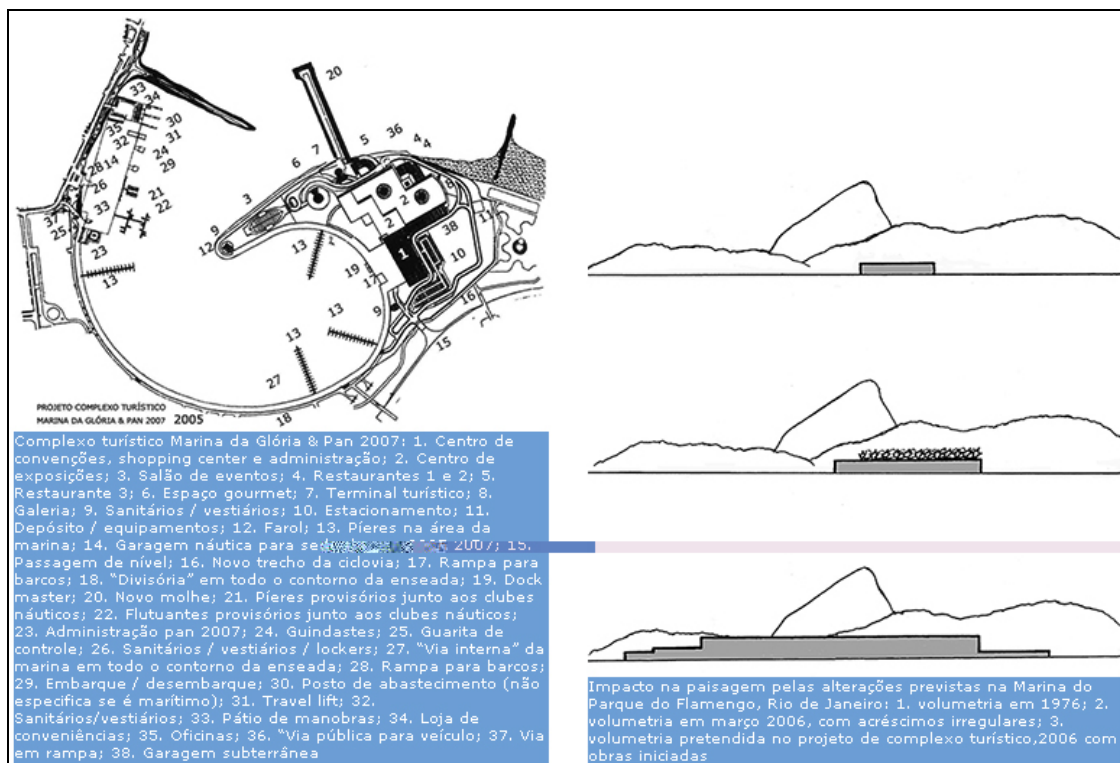
A Marina   parte do Parque do Flamengo que foi tombado pelo Instituto do Patrim nio Histórico e Artístico Nacional (IPAHN) em 1965, e apresenta um alto valor paisagístico no cenário carioca. Tal valor   cobiçado por empresários que buscaram implementar um complexo turístico na região, utilizando o Pan 2007 como oportunidade para a realização das obras que tinham alto impacto paisagístico na área tombada - como se pode observar na figura abaixo que foi elaborada por Oliveira e Barroso (2006). Estas autoras apresentam o detalhamento dos projetos de instalação do complexo turístico, e seus impactos paisagísticos; projetos que chegaram a ser iniciados, mas foram interrompidos por conta da mobilização da sociedade civil que se serviu tanto da esfera pública como de mecanismos judiciais nas suas ações (Mascarenhas, 2007a). Voltadas eminentemente para atender o

⁸⁸ Após sofrer algumas pressões, duas semanas depois o Governador voltou atrás na decisão, que apesar de não ter sido implementada, ilustra a forma como os principais atores envolvidos no GEE podem privilegiar o espetáculo em detrimento do esporte. (Ver: DORO, Bruno. Cabral volta atrás e garante Delamare e estádio de atletismo. UOL, São Paulo, 1 ago 2007. Disponível em: <http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/08/01/ult4343u1252.jhtm>). Acesso em: 2 ago 2007.

consumo de grupos com maior poder aquisitivo, o projeto foi judicialmente embargado mesmo em sua versão menos pretensiosa que pretendia apenas a construção de garagens para barcos. A atuação do Ministério Público Federal foi significativa neste processo, com um posicionamento que pode ser sintetizado pela declaração da Procuradora Gisele Porto⁸⁹:

A garagem e demais acessórios que ficariam sobre a laje que se pretende construir no espelho d'água da Enseada da Glória não visa à realização dos Jogos Pan-Americanos, visa abrigar lanchas de particulares. O Pan está sendo usado pelos interessados para forçar a construção da obra a qualquer custo.

Figura 4 – Projeto e impacto do Complexo Turístico da Marina da Glória



Fonte: Oliveira e Barroso (2006).

Consideradas pelo CO-Rio, em um determinado período, como imprescindíveis para a realização das disputas de vela no Pan 2007, as instalações permanentes projetadas foram contestadas pelo IPHAN, que sofreu muita pressão⁹⁰ para flexibilizar as normas em benefício

⁸⁹ Fonte: Estadão. Ministério Público não quer obras na Marina da Glória. São Paulo, 15 set 2006. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/esportes/outros/noticias/2006/dez/15/319.htm>. Acesso em: 20 set 2006.

⁹⁰ Ver: (1) O Globo On Line. Iphan não tem prazo para dar parecer sobre a Marina. Rio de Janeiro, 6 out 2006. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/10/06/286019228.asp>. Acesso em: 1 ago 2007; e (2) BERTA, Ruben. Iphan que projeto 'minimalista' para Marina da Glória. O Globo Online, 23 out 2006. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/10/23/286368272.asp>. Acesso em: 1 ago 2007.

dos “Jogos”. Com estruturas temporárias montadas sem atraso (digno de nota uma vez que o tempo foi utilizado como instrumento de pressão pelos organizadores do evento para realizar intervenções urbanas do Pan 2007), as provas de vela foram realizadas apenas com problemas de natureza meteorológica decorrentes da falta de vento. Além da Marina, problemas relacionados ao tombamento de patrimônio também ocorreram no Estádio de Remo da Lagoa, que apesar de ter uma área tombada desde 2005, teve sua arquibancada implodida⁹¹. Neste caso, o Ministério Público Estadual foi acionado para apurar as responsabilidades dos envolvidos na operação, o que denota a ação deste órgão nas questões relacionadas ao patrimônio público⁹². Local onde foi construída a maior parte das modernas instalações esportivas para o Pan 2007, o Autódromo de Jacarepaguá foi outro exemplo de conflito entre a sociedade política e a sociedade civil. O embate se deu por conta da necessidade de alteração do circuito do Autódromo (que já foi sede de provas de automobilismo da Fórmula 1 e hoje é palco, entre outras provas, da Stock Car) para a instalação dos equipamentos esportivos. A batalha que durou meses resultou na mudança do trajeto original da pista em favor das instalações, este é mais um exemplo de conflitos entre usos que emergem a partir do GEE.

A elaboração de uma tipologia para os equipamentos esportivos é de difícil execução devido tanto ao grau de simplificação exigido, como se observou nas propostas anteriores, como a própria natureza destes equipamentos que têm o uso principal voltado para a prática esportiva. Em primeiro lugar é preciso destacar que as instalações que devem ser tomadas como foco da tipologia são aquelas construídas para o GEE, não sendo pertinente considerar nem as instalações temporárias, nem aquelas que mesmo tendo sido reformadas já existiam na cidade sede. Posto isso, se reconhece que os novos equipamentos têm, na maior parte dos GEEs, sua localização concentrada em uma determinada área da cidade que pode ser conhecida como Parque Olímpico (ver cartograma 4 para o exemplo de Sydney 2000), Cidade dos Esportes etc. Geralmente nas proximidades destas instalações encontra-se a vila dos atletas (exceção pode ser observada no caso do Pan-americano de Santo Domingo 2003), o que significa que esta localização deverá ser o ponto nodal de um eventual sistema de transporte que tenha sido estruturado por conta dos Jogos. Desta forma, os equipamentos esportivos, palco principal dos GEEs e sem os quais não há Jogos, são o evento que

⁹¹ Fonte: Estadão. Implosão de arquibancada da Lagoa gera mais uma crise. São Paulo, 27 dez 2006 Disponível em: <http://www.estadao.com.br/esportes/futebol/noticias/2006/dez/27/207.htm>. Acesso em: 10 jan 2006.

⁹² A Constituição de 1988 confiou ao Ministério Público “...a representação da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, convertendo-o em uma instituição aberta às demandas da sociedade” (Vianna e Burgos, 2002:385).

impulsionam um conjunto de eventos que vão conformar a matriz do tempo e do espaço que inaugura uma nova história (Santos, 1996:145).

Quando as intervenções urbanas realizadas para o GEE convergem para uma determinada área da cidade, torna-se difícil reconhecer os limites exatos dos impactos decorrentes da instalação dos novos equipamentos esportivos. Tais impactos podem se referir a todo o conjunto de eventos que se materializou num Parque Olímpico e que remetem não só aos equipamentos, mas também às estruturas de transporte e à vila olímpica. Nesta perspectiva, o impacto destes equipamentos se confundiria com o próprio impacto do GEE sobre a cidade sede a partir da estruturação dele enquanto um GPU, que pode ser implantado para a recuperação de uma área degradada, para a criação de uma nova centralidade etc. Reconhecendo-se aqui a limitação desta tipologia proposta, se optou por repetir a dimensão social apontada na vila dos atletas: a classe social beneficiada, com as variáveis de classes baixa ou média/alta. Trata-se de uma simplificação ainda maior do que aquela encontrada na categoria vila dos atletas, pois nesta se definiu o impacto a partir do uso posterior planejado para as habitações, que é bastante evidente quando observado se uma classe social ou outra foi beneficiada diretamente com a ocupação dos imóveis. No caso dos equipamentos esportivos, a tipologia incorpora também a dimensão do legado, verificando-se em que medida uma classe ou outra se serviu das instalações montadas. Segue abaixo a proposta (quadro 4) que, por conta das dificuldades supracitadas, apresenta alguns exemplos que devem ser tomados de maneira bastante preliminar:

Quadro 4 - Tipologia dos Equipamentos Esportivos

Equipamentos Esportivos		
Classe beneficiada	Localizada em área de	
	consolidação	expansão
média/alta	Barcelona 1992	Seul 1988, Rio 2007
baixa	Barcelona 1992, Rio 2007	Londres 2012
com exíguas instalações novas	Los Angeles 1984, Atlanta 1996	

A classe beneficiada se refere àquela que predomina na área onde foi construída a maior parte das instalações do GEE. Desta forma, se reconheceu, por exemplo, a partir do relatório do COHRE (2007:99-100) que tanto áreas de setores de renda mais elevada como

áreas de outros setores com poder aquisitivo mais baixo, foram beneficiados pelos equipamentos construídos na cidade catalã:

The bid also set out the location of the sporting facilities, explaining that of the 37 sports facilities required in order to celebrate the Olympic Games, 27 were already built, five were under construction in 1985 and 1986 and five were being planned. Two areas deserve particular attention. First, the area of Montjuïc (which already housed a number of public sports facilities, mostly from Barcelona's previous candidatures for the Olympic Games) was to be the new 'Olympic Ring'. This would involve the renovation of the Stadium, the renovation and extension of the Picornell swimming pools, the construction of a new Sports centre and the New Headquarters of the National Institute of Physical Education. Although the candidature did not mention it, Montjuïc Mountain was in a state of degradation where people lived in informal settlements.

The second key area was Parc de Mar. The main feature of this area would be the Olympic Village, which would house most of the athletes and would also contain a large number of training facilities that would be at the disposal of the 'new' neighborhood after the Olympic Games. The part of the candidature that described the Olympic Villages explained their location in terms of the Olympic Games, urban renovation and housing. It was proposed to place the main Olympic Village, with an area of 43 hectares, in the zone of Poblenou, between the Parque de la Ciudadela and the cemetery. After the Olympic Games, it would become a new high quality residential neighborhood.⁹³

O Pan 2007 pode ter enquadramento semelhante ao de Barcelona quando se observa a localização em área popular de consolidação do mais caro investimento realizado: o Estádio do Engenhão. Por outro lado, destaca-se que a maior parte dos equipamentos foram instalados na área de expansão da Barra da Tijuca (ver cartograma 1), como é detalhado no quadro aproximativo abaixo. Outras áreas da Cidade poderiam ter sido contempladas como a Ilha do Fundão (projeto original para os Jogos Olímpicos de 2004) ou mesmo a ampliação da área do Complexo Esportivo Miécimo da Silva, em Campo Grande, que é uma das principais áreas de expansão das camadas populares da Cidade. Foram destacados também na tipologia, casos em

⁹³ Tradução do autor: "A candidatura também definiu a localização das estruturas esportivas, apontando as 37 estruturas esportivas demandadas para a celebração dos Jogos Olímpicos, 27 já estavam prontas, cinco estavam em construção em 1985 e 1986 e cinco estavam sendo planejadas. Duas áreas mereceram particular atenção. Primeiro, a área de Montjuïc (a qual já abrigava algumas estruturas esportivas públicas, a maior parte da candidatura prévia de Barcelona aos Jogos Olímpicos) foi o novo 'Anel Olímpico'. Isto envolveria a renovação do Estádio, a renovação e extensão das piscinas de Picornell, a construção de um novo centro esportivo e a Nova Sede do Instituto Nacional de Educação Física. Embora a candidatura não mencione isso, a Montanha Montjuïc estava em estado de degradação onde pessoas viviam em assentamentos informais.

A segunda área chave era Parc de Mar. O principal destaque desta área seria a Vila Olímpica, na qual a maior parte dos atletas seria acomodada e que também contaria com um vasto número de equipamentos de treinamento que seriam disponibilizados para a 'nova' vizinhança após os Jogos Olímpicos. A parte da candidatura que descreveu as Vilas Olímpicas definiu sua localização em função dos Jogos Olímpicos, renovação urbana e habitação. Foi proposto como local para a principal Vila Olímpica, com uma área de 43 hectares, a área de Poblenou, entre o Parque de la Ciudadela e o cemitério. Após os Jogos Olímpicos, ela se tornaria uma nova área residencial de alta qualidade."

que a construção de equipamentos não foi relevante, o que denotaria um exíguo impacto decorrente desta categoria de análise (ver quadro acima).

Quadro 4.1 - Equipamentos Esportivos do Pan 2007

Equipamentos Esportivos	
Classe beneficiada	Localizada em área de consolidação e expansão
média/alta e baixa	A maior parte dos novos equipamentos está em valorizada área na Barra da Tijuca, localizada em uma zona de expansão; construção do Engenhão em área popular consolidada; reforma do Complexo do Maracanã; privatização dos equipamentos após os Jogos

Como foi visto anteriormente, a privatização das modernas instalações esportivas montadas para o Pan 2007 pode comprometer a condição de espaço público forte que estas instalações poderiam ter. Com a gestão destas arenas pela iniciativa privada, a circulação deverá ficar condicionada à capacidade de pago de seus usuários, o que pode excluir camadas significativas da população carioca. Este acesso poderia ser assegurado com a inclusão de cláusulas nos documentos licitatórios que previssessem o uso das instalações por grupos menos abastados. Tal medida, para ter efeito concreto, deveria ser acompanhada de outras iniciativas que também assegurassem o deslocamento, a um custo acessível, destas pessoas aos centros esportivos, fato relevante quando se lembra que a maior parte dos novos equipamentos foram instalados na, relativamente distante para muitos cidadãos, Barra da Tijuca.

Harvey (2004b:121-6) formula o conceito de acumulação por espoliação para tratar do modo como, mormente desde 1973, o processo de acumulação capitalista tem ocorrido em diferentes escalas espaciais. A acumulação capitalista reconhecida por Marx com base nos termos da economia política clássica⁹⁴, previa crises crônicas de sobreacumulação tal qual as que passamos atualmente. Contudo, o que os termos desta abordagem não considerava é que a acumulação pudesse ocorrer com base em atividades predatórias e fraudulentas, ainda nas suas etapas “primitivas” ou “originais”. Harvey reconhece neste trabalho a atualidade destas práticas predatórias que não são só típicas das etapas iniciais da acumulação capitalista, mas perduram até hoje e se apresentam como a forma hegemônica capitalista; desta forma, o autor substitui os termos “primitiva” e “original” pelo conceito de acumulação por espoliação.

⁹⁴ “São eles: mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado ‘facilitador’ que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação.” (Harvey, 2004b:120)

Antigos mecanismos de acumulação foram aprimorados (como os dos sistemas de crédito e os do capital financeiro) e outros novos foram criados (como os do Acordo TRIPS sobre propriedade intelectual) no âmbito da acumulação por espoliação. Neste processo, cabe um destaque especial à “...corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo”, fatos que indicariam uma nova onda de “expropriação das terras comuns” (Harvey, 2004b:123). Tais mecanismos supracitados, se inserem no contexto das ações empreendidas pela ortodoxia neoliberal que, para resolver os problemas de sobreacumulação surgidos a partir de 1973, promove uma onda global de privatizações com o imprescindível apoio do Estado: “A acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (Harvey, 2004b:128). Na esteira deste processo, podem ser apontadas também as práticas de *rent-seeking* (predação de rendas) que surgem a partir de práticas monopolistas e a extrapolação destas para a própria esfera governamental, como foi reconhecida por Ari Silva (1997), com graves prejuízos sociais.

Nas quatro categorias de urbanismo olímpico abordadas aqui é possível reconhecer situações nas quais a acumulação por espoliação esteve presente. Neste sentido, o empreendedorismo urbano está permeado por esta lógica de acumulação que, em sua forma mais perversa, se apropria de bens públicos em favor de interesses particulares que se aproveitam da legitimidade conferida pelos GEEs para concretizar intencionalidades predatórias. Tomando o Pan 2007 para ilustrar a assertiva: o uso de fundos públicos dos trabalhadores (FAT) para a construção de uma suntuosa vila de atletas, alugada para a União por R\$ 30 milhões e rapidamente vendida para setores com rendimentos médios e altos, é um dos sinais do processo de acumulação por espoliação com a intermediação do Estado. Outro exemplo bastante representativo desta acumulação é o caso da Marina da Glória cuja paisagem, que é bem público tombado, sofreu sérias ameaças de expropriação pela ganância de agentes privados que buscaram realizar intervenções que transformariam a área num atraente e valorizado centro de consumo. A própria privatização dos modernos equipamentos esportivos construídos para os Jogos é um forte indicativo de que a gestão empreendedora urbana no Pan 2007 está pautada pela lógica da acumulação por espoliação. Enquadram-se ainda nesta lógica tanto as desapropriações ocorridas, e ameaçadas, em favelas cariocas por

conta do evento, como a inexistência de mecanismos de recuperação de mais-valia⁹⁵ que pudessem reaver os altos investimentos públicos realizados na valorizada área da Barra da Tijuca. Os conflitos decorrentes destes processos de espoliação por acumulação serão debatidos de maneira mais específica na próxima seção.

O cenário exposto neste trabalho a respeito das intervenções ocorridas para o Pan 2007 denota uma estratégia conservadora dos agentes modeladores do espaço urbano carioca. Encabeçados pela administração municipal, estes agentes, que detém a hegemonia do ordenamento territorial carioca, estão eminentemente comprometidos com a construção de espaços de consumo. A preocupação destes agentes com a redução das desigualdades espaciais é mínima e tem apenas como referência de política pública neste campo, o programa Favela-Bairro, que mesmo assim apresenta limitações como foi discutido por Rainer Randolph (2001). A oportunidade de se construir um legado social a partir do Pan 2007 foi desperdiçada apesar dos vultosos recursos investidos pelas três esferas de governo. Tal legado poderia se dar pelo cumprimento da Agenda Social⁹⁶ (tema tratado com maior profundidade no tópico seguinte) que a Prefeitura do Rio criou com metas a serem atingidas em 2007, por conta do Pan, e em 2012, em virtude da candidatura aos Jogos Olímpicos de 2012. Há mesmo um grande risco de ocorrer no Rio o que Bale (2003:115), a partir de (Lenskyj, 2000), identificou como a estruturação de um “bourgeois playground legacy – facilities to be enjoyed mainly by the more privileged section of society”.

Do ponto de vista do mercado de solo urbano, as decisões tomadas pelos organizadores do evento indicam uma clara aposta na sobrevalorização dos preços da terra na área de expansão dos estratos médio e alto da Cidade do Rio de Janeiro. A instalação dos equipamentos esportivos na Barra da Tijuca, associada à construção da Vila Pan-americana, se configura como uma grave falta de compromisso com a desigual realidade social da Cidade. Passou ao largo a preocupação dos organizadores do evento com o uso sustentável e justo da terra, considerando a reprodução da desigualdade socioespacial promovida a partir

⁹⁵ Segundo a definição proposta por Maria Maldonado (2007:198): “La recuperación de plusvalías se refiere al proceso por el cual el sector público obtiene la totalidad o una porción de los incrementos del valor del suelo atribuibles a los ‘esfuerzos de la comunidad’ más que a las acciones de los propietarios. La recuperación de estos ‘incrementos inmerecidos’ puede hacerse indirectamente mediante su conversión en ingresos públicos en forma de impuestos, contribuciones, exacciones y otros mecanismos fiscales, o mediante su inversión en mejoras locales para beneficio de toda la comunidad.”

Tradução do autor: “A recuperação de mais-valias se refere ao processo pelo qual o setor público obtém a totalidade ou uma porção dos incrementos de valor do solo atribuídos aos ‘esforços da comunidade’ mais que às ações dos proprietários. A recuperação destes ‘incrementos imerecidos’ pode fazer-se indiretamente mediante sua conversão em receitas públicas em forma de impostos, contribuições, cobranças e outros mecanismos fiscais, ou mediante seu investimento em melhorias locais para benefício de toda a comunidade.”

⁹⁶ No Diário Oficial Municipal de 17 out 2003, foi publicada a Agenda Social-Rio, que se encontra em anexo.

das decisões locacionais que alçam os preços do solo urbano da área majoritariamente beneficiada. A produção de solos com serviços é realizada não para os pobres, mas sim com a retirada deles, sendo realmente questionável em que medida seus direitos estão sendo respeitados neste processo. O reparto equitativo de cargas e benefícios quando se toma a escala mesolocal da Cidade no Pan 2007, se mostrou muito distante das intencionalidades dos agentes decisores envolvidos no evento.

Os recursos públicos estão sendo utilizados em benefício da espetacularização da Cidade e da sobrevalorização de áreas da Barra da Tijuca. Vale ressaltar novamente que está previsto para o ano que vem mais um GPU na Barra: a Cidade da Música, um grande complexo destinado à apreciação desta arte. Trata-se de uma ordenamento territorial urbano que para os ricos produz equipamentos e serviços de qualidade, enquanto que para os pobres se adota as soluções em migalhas dos projetos ditos sociais. O empreendedorismo urbano carioca, e logo seus atores hegemônicos, podem ser então caracterizados como: conservador, reproduzidor de desigualdades espaciais e comprometido com uma lógica de consumo dos espaços. Este caráter eminentemente desigual da gestão urbana carioca, foi bastante evidenciado durante os Jogos, o que fez com que forças da sociedade civil se mobilizassem na luta em favor do direito à cidade, tema que será abordado na próxima seção no âmbito da discussão sobre os conflitos em GEEs.

2.3. CONFLITOS

Têm sido muito frequentes os questionamentos sobre o modo como os GEEs têm sido realizados. Alguns movimentos chegam a contestar a própria realização de Jogos Olímpicos nas cidades sedes, em virtude dos impactos causados por estes e da falta de retorno obtido pela sociedade com os investimentos empreendidos, ou seja, o legado deixado pelo GEE. Há vários tipos de movimentos que ocorrem na sociedade civil em busca de um reparto mais justo tanto das cargas, como dos benefícios que são gerados pelos megaeventos esportivos. Em muitos casos, instituições já existentes da sociedade civil se organizam para protestar em favor de uma alocação mais adequada dos recursos ou contra intervenções que ferem direitos de parcelas da população. Há ainda situações nas quais movimentos são estruturados para operar ações a partir das decisões tomadas pelos organizadores do GEE. Em ambos os casos, é a sociedade civil que se organiza para ocupar trincheiras na guerra pela produção do espaço urbano a partir dos eventos esportivos.

Sem embargo, a sociedade política em suas diferentes esferas também se organiza para defender um conjunto de interesses que, em alguns casos, convergem com os interesses de grupos de investidores que buscam a maximização do capital. A atuação dos agentes desta sociedade política é diversa e está relacionada ao papel que eles assumem na preparação do GEE. Neste sentido, é possível reconhecer embates dentro do Estado quando se verifica o posicionamento assumido por atores que compõem os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Trata-se de uma luta pelo ordenamento territorial que é travada no seio do próprio Estado, seja pelo acionamento de mecanismos de interação entre a sociedade civil e a sociedade política, seja pela iniciativa de grupos desta sociedade em defesa de um ordenamento que lhe pareça mais adequado. Os embates pelo ordenamento do território serão analisados primordialmente a partir da atuação dos movimentos sociais nos GEEs, uma vez que ações empreendidas por estes atores são bastante reveladoras das contradições que se pretende destacar. A fim de se apresentar alguns referenciais para a discussão sobre a sociedade civil, especialmente na temática dos conflitos, é realizado a seguir alguns apontamentos sobre este conceito com base no pensamento gramsciano. A discussão realizada aqui se inspira na assertiva de Moreira (2002:54), especialmente quando ele afirma que é a “relação entre a sociedade civil e a sociedade política, o público e o privado, o que determina o perfil da regra e da norma da regulação espacial”. Grande parte da discussão de cunho mais empírico que é traçada neste capítulo tem como fonte jornais de circulação nacional, sendo bastante evidente tal recurso pela ampla utilização de cartogramas forjados por estes veículos de comunicação. Ressalta-se que foram tomados os devidos cuidados no uso desta fonte que foi utilizada com uma cuidadosa seleção de informações, para a qual foram consideradas tanto as contradições nas abordagens como o devido cotejamento com discussões realizadas com especialistas no tema, ainda que isso não tenha sido explicitado ao longo da seção.

A sociedade civil, para Gramsci, nem se orienta em função do Estado nem se reduz à esfera econômica, ela se configura então no complexo espaço de enfrentamentos ideológicos, políticos e culturais que definem a hegemonia de um grupo dirigente sobre toda a sociedade. É na sociedade civil que a emancipação sociopolítica das massas populares se torna factível por meio de lutas em diversas frentes para combater as raízes do poder da classe dominante. À medida que a organização política dos sujeitos aumenta no seio da sociedade civil, a liberdade individual e a interação social se desenvolvem enquanto que a sociedade política (Estado) se dissolve. Enquanto que para Hegel os indivíduos isolados na sociedade civil atingem a realização plena de si mesmos pela via da universalização de suas relações, sem nunca pôr em

questão a ordem da realidade existente, para Gramsci o caminho de realização das classes subalternas se dá por meio do conflito e da superação do capitalismo, que as nega enquanto pessoas, abrindo caminho para a estruturação da sociedade regulada (Semeraro, 1999:131-4).

A sociedade sem Estado (sociedade regulada) resulta assim da ampliação da sociedade civil até a eliminação da sociedade política. Os Estados que existiram até hoje são uma unidade dialética de sociedade civil e sociedade política, de hegemonia e dominação. A classe social que conseguir tornar a sua hegemonia universal, a ponto de descartar a coerção, terá colocado as premissas para a passagem à sociedade regulada. Se para Marx a extinção do Estado é fundamentalmente estrutural (superação dos antagonismos de classe até chegar à sua supressão), para Gramsci ela é superestrutural (ampliação da sociedade civil até sua universalização). Para Gramsci, a absorção da sociedade política pela sociedade civil é um movimento que ocorre no interior da superestrutura, que é condicionado pela modificação da estrutura; junto com esta absorção, há uma transformação da estrutura econômica dialeticamente ligada à transformação da sociedade civil. Tomando a sociedade civil como termo da antítese estrutura/superestrutura, o fim do Estado é a superação do momento estrutural no qual sociedade civil e sociedade política estão em equilíbrio recíproco; tomando a sociedade civil como momento da superestrutura, o fim do Estado é uma reabsorção da sociedade política na sociedade civil (Bobbio, 1982:50-2).

Giorgio Baratta (2004:41-2), a partir de leitura do Caderno 8, afirma que a sociedade civil “...em uma das acepções mais significativas na qual pode ser definida, representa de fato o Estado considerado de baixo, ou seja, do ponto de vista dos indivíduos, enquanto que a ‘sociedade política’ é o Estado visto do alto, como ‘governo dos funcionários’”. Em seguida Baratta assevera que a estatolatria surge a partir da separação entre a sociedade civil e a sociedade política. Ainda sobre este temática, Werneck Vianna e Marcelo Burgos (2002:342-4) observam que Gramsci, em pleno auge da estatolatria soviética e italiana dos anos 1930 ao analisar o americanismo, reconhece a possibilidade de construção de hegemonia a partir da sociedade civil. Segundo os autores, Gramsci no Caderno 8, afirma que a estatolatria “deve ser criticada exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal”. Trata-se de uma crítica tanto à prevalência dos mecanismos coercitivos sobre os consensuais no processo de formação da vontade, como aos discursos que afirmam a onipresença do Estado em todas as dimensões da vida, negando a sociedade civil como centro dos embates pela hegemonia.

Gramsci atribui um grande valor ao momento do sujeito, da consciência das idéias no processo revolucionário. E é neste sentido que o autor considera o marxismo a filosofia da práxis, no sentido da práxis da transformação revolucionária, a unidade entre sujeito e objeto, a intervenção do sujeito sobre a realidade (Gruppi, 1986:78-86). O rompimento com o quadro de acirramento das desigualdades passa então pelo fortalecimento do papel do sujeito e sua inserção nos movimentos sociais e culturais de luta pela garantia de direitos. A condição de sujeito existe em potência em todos os indivíduos, afirma Gramsci nos Cadernos. Para o autor italiano, todo indivíduo é um intelectual por natureza, basta que ele desenvolva as suas potencialidades de direção e persuasão; a condição de intelectual não é própria, no sentido de exclusiva, de poucos iluminados que têm o papel de guiar as massas. Segundo Gramsci, há dois tipos principais de intelectuais: o tradicional e o orgânico. O primeiro é aquele que opera na manutenção do status quo; a ordem vigente lhe é favorável e por isso tem pouco interesse nas mudanças culturais. Este intelectual defende um reformismo que pouco altera o cenário de desigualdade entre as classes já que ele mesmo está alinhado à classe dominante. Já o segundo, este tem conexões com a massa e atua permanentemente junto a ela. Este intelectual orgânico tem um projeto contra-hegemônico e sua atuação está voltada para a definição de um novo equilíbrio de compromissos. O papel deste intelectual é avançar na luta pela hegemonia, procedendo a uma reforma cultural a partir da ocupação de trincheiras e fortificações (guerra de posições) na sociedade civil.

Moreira (2002:58-9) alerta para o fato de que o esquema de regulação do espaço não tem origem numa entidade abstrata ou no poder econômico exclusivo de uma classe, mas sim a partir de um pacto realizado entre diferentes grupos na sociedade civil. Sem embargo, nem sempre, ou quase nunca, se verifica consensos na sociedade civil, havendo então lutas entre grupos com interesses distintos decorrentes do uso de mecanismos de coerção para um determinado ordenamento. Moreira vai formular então o conceito de contra-espço para designar movimentos, individuais ou coletivos, de resistência à ordem espacial imposta por grupos hegemônicos. No contexto dos impactos decorrentes dos GEEs, Limonad (2005) alerta para a necessidade de mobilização contra a imposição de um determinado ordenamento, que no caso barcelonês provocou o que autora designou como sendo a própria espoliação da cidade:

A luta pelo direito à cidade deve necessariamente se contrapor às tendências de homogeneizar o espaço urbano e transformá-lo em espaço globalizado. Pois caso contrário os cidadãos serão espoliados de sua cidade, como já ocorreu na área da Vila Olímpica, quase deserta a não ser pelos turistas que aí transitam e agora ocorre na Diagonal Mar.

A atuação das organizações não-governamentais (ONGs) foi tratada por Harvey (2004b:137) no âmbito da discussão sobre os combates relativos à acumulação por espoliação. Para o autor, os movimentos insurgentes contra a acumulação por espoliação apresentam uma grande variedade de lutas e têm se espalhado pelo mundo desde os anos 1980. Assim como as organizações aqui tratadas, que lutam por mudanças nos GEEs, boa parte das ONGs internacionais surgidas a partir dos anos 1970 se concentram em questões políticas específicas (meio ambiente, direitos das mulheres, eliminação da pobreza etc). Para Harvey (2004b:138-9):

O efeito de todos esses movimentos, *in toto*, foi afastar o terreno da organização política da organização partidária e operária tradicional e levá-lo para o que estava fadado a ser, no agregado, uma dinâmica política de ação social menos concentrada que atravessa todo o espectro da sociedade civil. O que perdeu em foco, o movimento ganhou em termos de relevância e de inserção na política da vida cotidiana. Extraiu suas forças dessa inserção, mas ao fazê-lo encontrou grandes dificuldades para distanciar-se do local e do particular para compreender a macropolítica do eixo em torno do qual girou e gira a acumulação por espoliação.

Harvey (2004b:141-2) assevera que as formas de organização política esquerdistas que foram desenvolvidas para combater a reprodução expandida no período 1945-1973, não estavam mais apropriadas ao mundo quando a acumulação por espoliação se expandiu no pós-1973. Surgem então neste período, organizações anticapitalistas distintas daquelas que defendiam o socialismo e o comunismo, com amplo recurso às formas organizacionais *ad hoc*, porém mais flexíveis à diversidade de alvos que surgiram. São deixadas as lutas pelo domínio do aparelho do Estado, em favor de batalhas travadas em uma grade variedade de temáticas e em múltiplas escalas. Diante deste quadro, o autor defende (p. 146) que os movimentos sociais abandonem, o que ele identifica como sendo, uma certa nostalgia em relação ao que se perdeu e reconheçam os eventuais ganhos que se pode auferir com a transferência de ativos que se pode obter por meio de formas limitadas de expropriação, como a reforma agrária, por exemplo.

Alguns trabalhos já foram escritos sobre a atuação dos movimentos sociais nos GEEs, dentre os mais citados na literatura especializada está o de Helen Lenskyj (2000) que dedica boa parte de seu livro à análise dos grupos de resistência ao que autora chamou de: indústria olímpica. Neste trabalho são apresentados protestos ocorridos desde os Jogos Olímpicos do México 1968 até os de Sydney 2000, numa perspectiva bastante crítica em relação ao posicionamento dos dirigentes do COI. Lenskyj revela como são recorrentes as lutas de

movimentos sociais contra ações empreendidas pelos organizadores dos Jogos, especialmente nos últimos eventos. Vale aqui destacar alguns dos episódios descritos pela autora, à guisa de exemplo, dentre os quais o posicionamento do COI de prosseguir com os Jogos do México em 1968 (p. 109), mesmo após o Massacre de Tlatelolco⁹⁷ ter ocorrido dez dias antes da cerimônia de abertura. Este fato é bastante exemplar em relação às posturas do COI, que coloca o espetáculo acima da violação dos direitos de centenas de pessoas.

Algumas cidades que se apresentaram como candidatas aos Jogos Olímpicos contaram com a mobilização social contrária à realização do megaevento. Este foi o caso de Amsterdã (Holanda), candidata aos Jogos de 1992, que teve a atuação do grupo chamado No Olympics Amsterdam na produção de um relatório (The People's Bidbook) apontando os problemas decorrentes dos Jogos, entregue ao presidente do COI em fevereiro de 1986. Em Calgary (Canadá), sede dos Jogos de inverno de 1988, um grupo chamado Human Action to Limit Taxes (HALT) foi formado para protestar contra os elevados custos envolvidos na proposta de sediar o evento (Lenskyj, 2000:116-7).

A candidatura de Toronto aos Jogos de 1996 foi acompanhada do surgimento de um forte grupo de resistência aos Jogos: Bread Not Circuses Coalition. Este movimento atuou ainda contra outras candidaturas aos Jogos, dentro e fora do Canadá: Melbourne 1996, Toronto 2008, Vancouver 2010. A internacionalização destes movimentos é evidenciada com a composição de uma aliança internacional contra os Jogos Olímpicos (The International Network Against Olympic Games and Commercial Sports) composta por quatro grupos europeus: Anti Olympic Committee (Helsinki, Finlândia); Friends of the Earth (Trieste, Italia); Nolimpiadi Committee (Torino, Itália); Society for Sustainable Living (Eslováquia). Com posicionamentos contrários à realização dos Jogos Olímpicos, estes movimentos pressionam por mudanças significativas nas práticas adotadas pelos organizadores dos GEEs, como se pode constatar a partir do texto veiculado no sítio⁹⁸ da aliança supracitada:

Many people don't want the Olympic games to destroy the environment in their own country and to spend the tax payers' money. However, the fundamental problems are similar in all countries applying for the Olympics. Therefore we want that Olympic Games, in the shape they have today,

⁹⁷ O Massacre de Tlatelolco, ocorreu na noite de 2 de Outubro de 1968 na Plaza de las Tres Culturas, em Tlatelolco, Cidade do México, apenas dez dias antes do início dos Jogos Olímpicos de 1968. O verdadeiro número de mortos permanece incerto: algumas fontes apontam para mais de mil mortos, mas a maioria delas aponta para um número entre 200 e 300 mortos, enquanto que fontes governamentais indicam 4 mortos e 20 feridos. Um grande número de pessoas ficou ferido e milhares foram detidos.

⁹⁸ Sítio: <http://www.helsinki.fi/~vholmber/antiolympia/inaogcs.html>. Acesso em 7 ago 2007.

wouldn't be arranged anywhere in the world. For this purpose we need international cooperation to radically change the Olympic movement.⁹⁹

Adotando tais posicionamentos diante do movimento olímpico, estes grupos denotam uma estratégia de guerra de movimento na qual é preciso mudar radicalmente o status quo a fim de se alcançar os objetivos pretendidos. São grupos com argumentos bastante plausíveis, mas que ainda tiveram efeito limitado no inexorável processo comandado pela indústria olímpica, como afirma Lenskyj (2000:131). Tais grupos podem ser encarados como horizontalidades que se opõe ao discurso pragmático hegemônico das verticalidades. Discursos estes que são calcados na legitimidade conferida pelos GEEs para promover transformações que podem mesmo dissolver laços de sociabilidade construídos historicamente no âmbito das horizontalidades. A autora denuncia ainda a cooptação sofrida por diferentes institutos universitários por parte da máquina olímpica, fato que compromete a produção acadêmica crítica sobre os GEEs e denota a presença de intelectuais tradicionais na construção de representações sobre os Jogos.

Sem embargo, há grupos da sociedade civil que têm uma postura distinta daquela apresentada acima. São ONGs que buscam de maneira crítica manter um diálogo com os organizadores do GEE. Este é o caso, por exemplo, dos grupos: Impact on Community Coalition (IOCC)¹⁰⁰, Canadian Centre for Policy Alternatives (CCPA)¹⁰¹, Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE)¹⁰². São organizações que têm participado dos debates sobre as intervenções urbanas realizadas por conta dos Jogos Olímpicos. Essas entidades atuam, por exemplo, na elaboração de documentos que contêm aspectos críticos a respeito do ordenamento territorial promovido em GEEs. O trabalho realizado pelo COHRE (2007) é exemplar neste sentido e conta ainda com outras publicações (que abordam especialmente a temática do direito à moradia desde os Jogos de Seul 1988) no âmbito do projeto intitulado: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights. Pode-se afirmar que, em alguma medida, estas entidades atuam como intelectuais orgânicos de maneira a contestar uma ordem que não lhes favorece. Em oposição, haveria um grupo de intelectuais tradicionais como operam na

⁹⁹ Tradução do autor: “Muitas pessoas não desejam que os Jogos Olímpicos destruam o ambiente de seus países e gastem o dinheiro dos contribuintes. Entretanto, os problemas fundamentais são semelhantes em todos os países que se candidatam às Olimpíadas. Portanto nós desejamos que os Jogos Olímpicos, no modo como têm sido adotado atualmente, não seja realizado em lugar algum do mundo. Para tal desiderato nós precisamos de cooperação internacional que modifique radicalmente o movimento olímpico.”

¹⁰⁰ Sítio: <http://www.vcn.bc.ca/ioc/index.php>. Acesso em: 8 ago 2007.

¹⁰¹ Sítio: <http://policyalternatives.ca/home/index.cfm>. Acesso em: 8 ago 2007.

¹⁰² Sítio: <http://www.cohre.org/>. Acesso em: 8 ago 2007.

manutenção da ordem vigente, sendo o retrato mais evidente deste grupo aquele relatado por Lenskyj a respeito dos institutos universitários, como foi apontado anteriormente (2000:124-131).

Os Jogos Olímpicos de Pequim 2008 são tema de muitos embates travados por grupos que lutam pelo cumprimento de direitos por parte do Estado. São corriqueiras as denúncias contra o governo chinês por violação da liberdade de expressão, até mesmo com prisões. Este é um fenômeno que revela uma das maiores contradições do bloco de poder olímpico, uma vez que tanto a sociedade política como a sociedade civil, promotoras do evento, são afetadas pela visibilidade conferida aos conflitos. Por um lado, o COI é amplamente contestado por seu posicionamento quase indiferente em relação aos casos de desrespeito aos direitos civis de muitos cidadãos chineses. Por outro, o governo da China, que dá claros sinais de utilizar os Jogos como símbolo de consolidação de *hegemon* regional (Harvey, 2004b:104), tem suas fragilidades no comprometimento com a democracia escancaradas, com a veiculação em diversos países de relatos de violação de direitos.

Ilustram as considerações acima, os eventos ocorridos em meio às festividades que celebraram o prazo de um ano para o início dos Jogos de 2008¹⁰³. Tais festividades foram precedidas por manifestação realizada (em 6 ago 2007) pela ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF) em Pequim contra a detenção de 30 jornalistas e de 50 internautas pelo governo chinês, que conta com um grande aparato de censura a sítios com informações consideradas “subversivas”. (Na semana anterior, 200 tibetanos foram presos na província de Sichuan por pedirem maior liberdade religiosa.) Por conta desta data, a ONG Anistia Internacional também publicou um relatório¹⁰⁴ chamando atenção para os casos de violação de direitos em curso na China. A declaração do Presidente do COI, Jacques Rogge, revela o posicionamento da instituição em relação ao fato: “Acreditamos que os Jogos vão ajudar com a agenda social e de direitos humanos o máximo possível, mas não se deve esquecer que somos uma organização esportiva, não a representação de todas as ONGs do mundo”.¹⁰⁵ A declaração retrata a pressão sofrida pelo COI para que a instituição assuma um posicionamento crítico

¹⁰³ O início dos Jogos está previsto para a simbólica data de 8/8/2008.

¹⁰⁴ Publicado em 7 ago 2007 e intitulado: The Olympics countdown – one year left to fulfil human rights promises. Disponível em: <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGASA170242007>. Acesso em: 11 ago 2007.

¹⁰⁵ Posicionamento ainda mais enfático do que esse, foi o do Presidente do Comitê de Coordenação do COI, Hein Verbruggen: “é detestável que as Olimpíadas de Pequim sejam usadas como plataforma para grupos com agendas políticas ou sociais”. A fonte do caso narrado, bem como das declarações, é: SCOFIELD Jr, Gilberto. Desafio pela liberdade: a um ano das Olimpíadas, China continua desrespeitando direitos humanos. O Globo, 7 ago 2007, Caderno de Esporte, p. 33. Também foi consultado o artigo do Secretário-Geral do RSF: MÉNARD, Robert. Promessas cinicamente não cumpridas. O Globo, 9 ago 2008, Seção Opinião, p. 7.

em relação às ações do governo chinês. Ela também coloca em evidência a sociedade civil como o ambiente de embate por direitos em países que se apresentam como sede de um GEE. Abaixo a imagem da página de abertura do sítio da Internet do RSF (<http://www.rsf.org>, acesso em 9/8/2007) com o conhecido símbolo dos anéis olímpicos substituído por algemas, em alusão às vítimas da repressão chinesa.

Figura 5 – Página de entrada do sítio da Internet do RSF em 9 ago 2007



Como a própria imagem acima sugere, há uma intensa mobilização na Internet em torno das temáticas relacionadas à implantação dos GEEs, havendo muitos grupos que utilizam a rede virtual como uma esfera pública para difundir suas idéias e ações. O fato de o RSF ter estampado na sua página inicial o símbolo da sua campanha em favor do respeito aos direitos na China, é uma demonstração de que os movimentos se servem deste meio de comunicação para dar maior visibilidade a seus protestos. Em alguns casos, a Internet é utilizada como o único instrumento de protesto, caracterizando o potencial democrático deste ambiente ao dar oportunidade para que apenas um intelectual possa levar suas idéias a um grande número de pessoas a um custo muito baixo - considerando as facilidades tanto de acesso à rede como de uso de ferramentas virtuais como os blogs. É justamente em defesa desta liberdade de expressão, bastante democrática, que o RSF denuncia o controle dos acessos a sítios considerados subversivos pelo governo chinês. Um exemplo de atuação

virtual no Pan 2007 foi o blog “A verdade do Pan 2007” que publicou diversas matérias apontando irregularidades no evento¹⁰⁶.

A intensificação do processo de acumulação por espoliação tem acirrado as desigualdades e, desta forma, agravado os conflitos, as contradições e a subalternização social. As práticas dos atores envolvidos na constituição de GEEs são representativas deste quadro de aumento da disparidade entre grupos sociais em diferentes escalas. O caso do Pan 2007 pode, em muitos aspectos, ser considerado exemplar das contradições que permeiam o ordenamento territorial no âmbito dos desenvolvimentos geográficos desiguais (Harvey, 2004a:107). A naturalização da desigualdade na cidade carioca é constatada em diversos eventos em que se revelam as intencionalidades de grupos hegemônicos que detêm o controle sobre os principais recursos de ordenamento territorial. Neste sentido, cabem aqui algumas considerações específicas sobre embates entre os atores da sociedade civil que mais se destacaram nos debates que envolveram a produção do Pan 2007. Em alguma medida, alguns desses conflitos foram discutidos anteriormente no capítulo que versa sobre os impactos de GEEs.

Muitas das críticas realizadas na sociedade civil em relação ao Pan 2007 fizeram menção aos elevados gastos públicos envolvidos no evento, bem como o custo de oportunidade que significaria investir estes recursos em outras ações governamentais prioritárias. Sem dispor dos cálculos exatos que envolvem os custos e os benefícios por conta da realização destes Jogos, essas críticas acabaram sendo ofuscadas pela beleza do espetáculo na Cidade que é mobilizada¹⁰⁷ e produzida cada vez mais para ser vista. Passou também por esse conjunto de críticas, as decisões locais que privilegiaram a Barra da Tijuca como área de concentração dos investimentos públicos, tema já abordado neste trabalho. Houve ainda um debate na sociedade civil sobre quais seriam os legados deixados pelos Jogos para a Cidade, tema discutido pelo Observatório de Favelas (OF), que firmou uma consultoria com o Ministério dos Esportes no âmbito da construção de um legado social. (O OF realizou levantamentos dos principais indicadores de 53 favelas cariocas selecionadas, entre outros

¹⁰⁶ O blog podia ser encontrado no endereço: <http://averdadedopan2007.blogspot.com/>, no entanto ele foi aparentemente tirado do ar como aponta o blog da União dos Torcedores Brasileiros em postagem de 9 ago 2007, intitulada: “Atenção: Blog “A Verdade do Pan 2007” está fora de ar!!!!” (Disponível em: <http://torcedoresbrasil.blogspot.com/2007/08/ateno-blog-verdade-do-pan-2007-est-fora.html>. Acesso em: 10 ago 2007.)

¹⁰⁷ Prova disso é a recente mobilização que elegeu do Cristo Redentor como uma das 7 maravilhas do mundo contemporâneo. Apelos de diversas entidades e meios de comunicação foram feitos para que as pessoas votassem numa polêmica eleição que não foi reconhecida pela Unesco. A eleição em si é sintomática da centralidade que a produção de capitais simbólicos tem assumido em diferentes escalas espaciais, como meio de auferir rendas monopolistas pelos atores hegemônicos.

critérios, por sua proximidade com os locais de competição do Pan.) Houve ainda ameaças de greve durante os Jogos¹⁰⁸, uma forma de trabalhadores se aproveitarem do evento para dar maior visibilidade às suas demandas, fato que não se concretizou por conta de eventuais repercussões negativas que poderiam sofrer com a iniciativa, causando justamente o efeito contrário ao que planejavam os líderes das categorias laborais.

Destacada foi a mobilização empreendida pelo Comitê Social do Pan (CSP); tema debatido por Mascarenhas (2007a; 2007b), que também relata incidentes ocorridos nos Jogos Pan-americanos de Santo Domingo 2003. O CSP é composto por entidades de diferentes setores da sociedade civil: institutos universitários, associações de moradores, fóruns populares, ONGs e outros movimentos que se formaram a partir de intervenções planejadas para o Pan. Desta forma, o CSP reúne diversas organizações contra “ameaças de diversas ordens, sobretudo as ‘privatizações’ do espaço público”¹⁰⁹ e a favor do cumprimento das metas definidas na Agenda Social-Rio (no anexo VII), na qual a Prefeitura definiu:

...metas sociais voltadas para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a candidatura a sede das Olimpíadas de 2012 e os compromissos que elevaram o Rio à condição de Cidade 2015, referência internacional sugerida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Esta Agenda significa uma contrapartida social do Pan 2007 pelo governo municipal, com atenção especial às áreas com IDH inferior a 0,80 (tabela no anexo V), que totalizariam 33 bairros segundo os dados de 2000. Seria mesmo uma espécie de legado social construído a partir da realização do megaevento esportivo, para as consideradas no Diário Oficial como “comunidades carentes”, termo que denota uma abordagem equivocada dos espaços populares como espaços marcados pela ausência (Silva, 2002:110). O critério utilizado para definir a priorização dos investimentos é coerente com as áreas que apresentam maiores demandas sociais, que são aquelas localizadas na periferia e nas favelas do Rio de Janeiro. No entanto, o critério do IDH também traz problemas em relação ao monitoramento da implementação desta Agenda. Dentre tais problemas destaca-se um relacionado à escala espacial; no Decreto há várias menções ao IDH das comunidades cariocas, no entanto o IDH só é calculado para bairros ou agregado de bairros, o que impede o acompanhamento do cumprimento das metas nestes recortes espaciais que foram textualmente apontados na Agenda como comunidades já que esta remete, também, a unidades territoriais menores que bairros. Há outro problema

¹⁰⁸ Fonte: ALVES, Maria; MENDES, Tais. Greves à beira do Pan: categorias ameaçam parar durante os Jogos; policiais civis iniciaram movimento de 48 horas. O Globo, Rio de Janeiro, 10 jul 2007, Caderno Rio, p. 13.

¹⁰⁹ Palavras do Manifesto pela Cidade do Rio de Janeiro do Pan de dezembro de 2006, elaborado pelo CSP. Disponível em: <http://br.geocities.com/comitesocial/Manifesto.pdf>. Acesso em: 1 ago 2007.

detectado nesta Agenda que é o da definição de suas metas terem fortes indícios de uma decisão de gabinete, caracterizadas por um insulamento burocrático que pode, numa análise mais cuidadosa, mascarar a inclusão seletiva de interesses particulares (Farah, 2001). As falhas encontradas em um decreto anterior¹¹⁰, corrigidas por aquele publicado em outubro do mesmo ano, denotam que esta agenda foi delineada por um grupo de técnicos que foram pautados pelas chamadas Metas do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU). Este é um problema que permeia grande parte das políticas públicas voltadas para os espaços populares: são formuladas para cidadãos que não participam da confecção dos programas e projetos governamentais. No limite, tais políticas que podem tomar os moradores destes espaços como meros objetos das intervenções públicas, como destacam Silva e Barbosa (2005:65) ao afirmarem o caráter perverso destas medidas, especialmente nas favelas:

As ações do Estado nas favelas, em sua maioria, caracterizam-se pela ignorância ou desprezo às estratégias criativas, complexas e heterogêneas efetivadas pelos moradores na corrida pela melhoria da qualidade de vida. Estas ações desconhecem as redes de sociabilidade, de circulação no conjunto da cidade, de participação na vida pública e, finalmente, de interpretação das vivências produzidas pelos moradores ao longo do tempo. Na linguagem acadêmica, se poderia dizer que eles permanecem, em geral, na condição de objetos dos responsáveis pelas intervenções. A consequência disso vem sendo a reprodução do estigma das comunidades faveladas e de seus habitantes.

Algumas vitórias foram logradas pelo CSP, especialmente nas ações realizadas no âmbito dos projetos de alteração de usos na Marina da Glória, com o acionamento do Ministério Público (como foi apontado anteriormente na seção sobre os impactos dos equipamentos esportivos). O fato denota a necessidade dos movimentos estruturarem suas estratégias considerando os mecanismos judiciais disponíveis para a realização de seus intentos, toma mais relevância a temática quando se observam os progressivos processos de judicialização da política (Cittadino, 2002:18). Em relação às metas sociais, o CSP não obteve tanto sucesso, como se constata diante da declaração do prefeito carioca, ao ser questionado sobre o cumprimento de poucas destas metas:

Depende de como se avaliam as metas. A gente poderia dizer que não atingimos os objetivos se por acaso as medidas para atingi-los não tivessem sido introduzidas. Mas foram. Então nós estamos apontando para esses objetivos. Se eles vão ser atingidos em julho de 2007, em dezembro de 2007, em dezembro de 2008, não importa muito.¹¹¹

¹¹⁰ Decreto Municipal nº. 23.158 de 21 de julho de 2003, que publicou a Agenda Social com vários equívocos.

¹¹¹ Fonte: NOGUEIRA, Cláudio; ENGELBRECHT, Daniel. Entrevista César Maia. O Globo, Rio de Janeiro, 5 jul 2007, Caderno de Esportes, p. 13.

Nas palavras do prefeito as metas podem ser flexibilizadas para os investimentos sociais, assim como para a legislação urbanística que liberou o gabarito para a vila do Pan ou ainda para a celebração de contratos com empresas¹¹² para os Jogos. Inflexível é apenas o espetáculo, que deve ser realizado independentemente do cumprimento dos compromissos sociais, ou do Massacre de Tlatelolco ocorrido dez dias antes dos Jogos de 1968, ou ainda da violação de direitos em Pequim às vésperas dos Jogos. O espetáculo importa mais que os direitos, isso será evidenciado com mais força no maior conflito ocorrido no Pan 2007: as ações no campo da segurança pública.

O Massacre de Munique¹¹³, nos Jogos Olímpicos de 1972, e a explosão de uma bomba em pleno Jogos de Atlanta em 1996, são marcos na preocupação com a segurança nos GEEs. Tal preocupação foi agudizada com os eventos do 11 de setembro de 2001, o que em certa medida elevaram ainda mais os gastos na implementação de um GEE. Os contornos que o tema da segurança pública, no âmbito da organização e execução do Pan 2007 tomam, devem tanto ser vistos a partir destes incidentes, como marcos para a priorização da temática neste evento, como ser observados à luz das especificidades das políticas públicas cariocas na área.

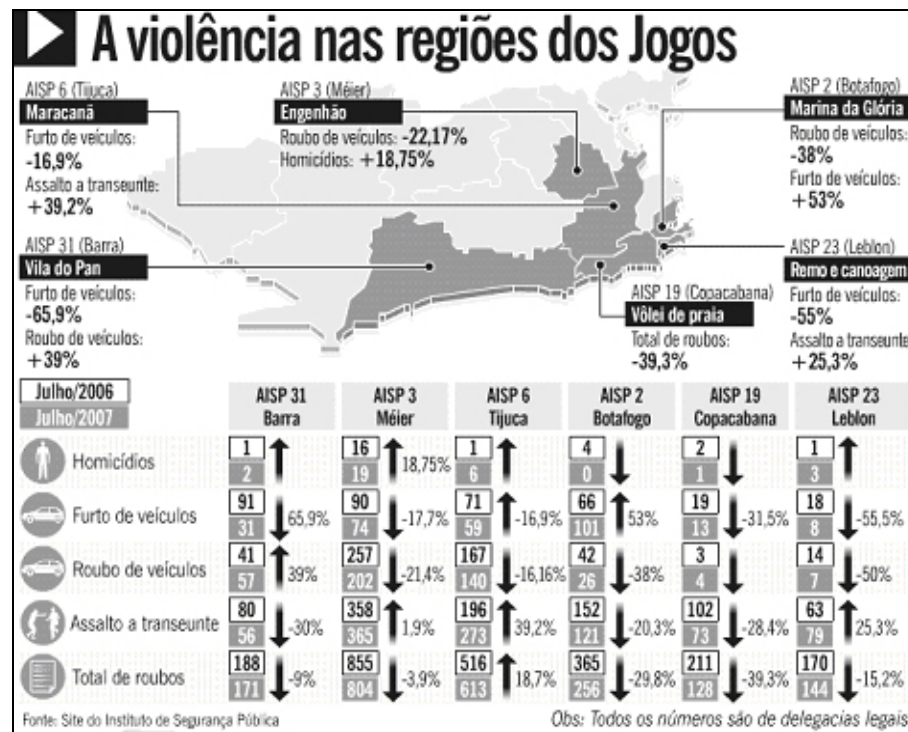
Leonardo Marino (2004), tratando das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, afirma que há um aumento gradativo das forças policiais contra os pobres ao longo do século XX. Esta repressão policial secular tem sido utilizada como meio para garantir o controle e a disciplinarização do espaço urbano, no entanto este aumento do uso da força não tem sido capaz de reduzir os índices de criminalidade na Cidade. São particularmente mais afetados por esta intensificação do uso da força estatal, os moradores dos espaços populares cariocas, conforme apontam os índices de violência (ver cartograma abaixo), inclusive durante o Pan 2007. Há mesmo uma banalização da morte imperando nas práticas policiais, as taxas de homicídio são muito elevadas, e são ainda mais significativas entre os negros e os pobres cariocas, o que evidencia o comprometimento da política de segurança com a própria reprodução da desigualdade urbana. Apesar da propalada redução da criminalidade durante os Jogos (como assinala a própria fonte do cartograma abaixo), os homicídios aumentaram nas áreas próximas dos locais de competição, como aponta o cartograma a seguir

¹¹² Ver: MAGALHÃES, Luiz. Gastos do Pan na mira da PF. O Globo, Rio de Janeiro, 10 ago 2007, Caderno Rio, p. 22.

¹¹³ O Massacre envolveu a morte tanto dos atletas israelitas como de membros do grupo terrorista palestino Setembro Negro. O massacre desencadeou a operação Cólera de Deus promovida pelo serviço secreto israelense (Mossad) para execução de outros integrantes do grupo terrorista.

que exibe apenas os dados referentes a um mês de cada um dos anos pesquisados. Enquanto que em julho de 2006, houve 25 homicídios nas proximidades dos Jogos, em julho de 2007 este número aumentou em 20%, sendo 30 os casos de homicídio, com a maior parte deles ocorrendo (nos dois anos) na AISP¹¹⁴ do Méier onde há um predomínio de setores populares. O que se pode conferir é que: houve sim redução de crimes contra o patrimônio, no entanto o maior crime contra a vida teve uma elevação significativa de 20%; é realmente contraditória a forma como estes indicadores são veiculados na imprensa, que alardeou uma redução da criminalidade, quando o que ocorre é justamente um maior número de mortes durante o evento.

Cartograma 6 – Variação de índices de violência no Pan 2007



Fonte: GOULART, Gustavo. Pan ajuda a reduzir maioria dos crimes. O Globo, Rio de Janeiro, 15 ago 2007, Caderno Rio, p.14.

Pululam representações sobre a violência generalizada que identificam a cidade carioca como o lugar da desordem, do predomínio da violência, do império do caos. É o caos como *imago urbis*, como diria Barbosa (1999), que confere legitimidade a ordenamentos territoriais que supostamente combateriam as mazelas urbanas em prol do restabelecimento da ordem pública. Representações estereotipadas de espaços populares cariocas que são tomadas como a origem da desordem e da violência, se convertem em práticas espaciais que colocam

¹¹⁴ Área Integrada de Segurança Pública, unidade territorial utilizada pela polícia fluminense.

em risco a segurança de seus moradores. Neste cenário, as favelas são tomadas como o território do crime, onde o Estado por meio de forças policiais deve intervir para que toda cidade seja beneficiada com o apaziguamento dos conflitos armados. É a criminalização da pobreza que impera na política de segurança pública carioca e que é evidenciada nos Jogos tanto a partir das manifestações públicas ocorridas durante o evento, como pelas representações estigmatizadas das favelas que antecederam a realização do evento. Exemplar na formação destas imagens que apresentam a favela como os locais de risco para a segurança da cidade, é o cartograma abaixo publicado meses antes dos Jogos num dos jornais cariocas de maior circulação. Neste cartograma, a associação espacial entre locais de competição, favelas (“locais de risco”) e delegacias de polícia, revela graficamente os estereótipos presentes nos debates públicos que tomam como alvos da política de segurança os espaços populares da Cidade.

Cartograma 7 – Representação gráfica de estereótipos de criminalização das favelas cariocas



Fonte: WERNECK, Antônio; BOTTARI, Elenilce. Os espíões do Pan: planejamento para os jogos prevê um superesquema de vigilância. O Globo, Rio de Janeiro, 26 nov 2006, Caderno Rio, p. 19.

Meses antes da realização dos Jogos houve um intenso debate sobre como fazer da cidade caótica um palco seguro para o espetáculo do Pan. Um dos pontos centrais da discussão girou em torno dos investimentos públicos para o sistema de segurança dos Jogos. Coube à União bancar a conta de um grande esquema de policiamento que envolveu o

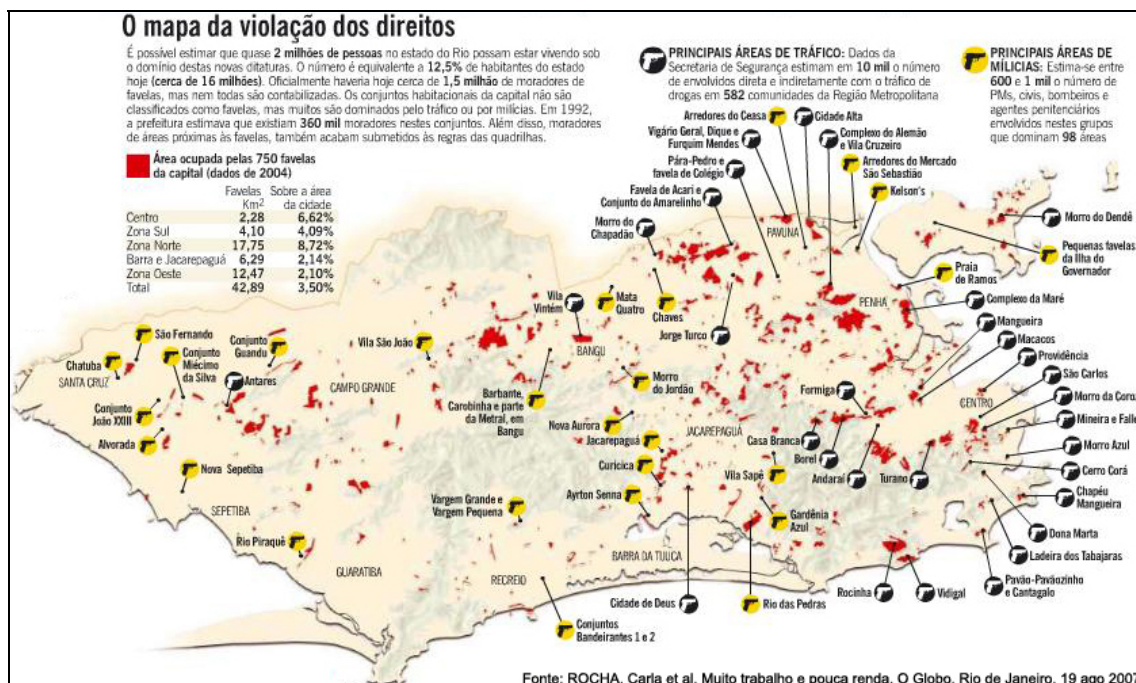
treinamento de 18 mil policiais e volumosas compras de equipamentos¹¹⁵. O esquema de segurança montado para o evento foi reiteradamente apontado como um dos principais legados dos Jogos, com uma conta de mais de R\$ 500 milhões (30% do investimento federal nos Jogos, como indica tabela no anexo III), cifra que significa metade dos recursos aportados na construção e reforma dos equipamentos esportivos do evento (ver tabela no anexo VI). Estes investimentos públicos, escassos no contexto da propalada crise fiscal, são a demonstração da centralidade que a segurança pública assumiu para a realização do Pan 2007. Boa parte destes recursos foi alocada em ações de segurança realizadas antes do evento, sendo aquela empreendida no Complexo do Alemão a mais evidente de todas no aspecto da política de contenção social por meio do uso da violência policial.

Antes da ação ocorrida no Complexo do Alemão, as milícias compostas por grupos armados com laços estreitos com as forças policiais do Estado eram a principal questão de segurança debatida na Cidade. Boa parte dessas milícias se serve dos mesmos recursos de renda monopolista que os traficantes utilizam: intermediação de venda de gás, cobrança por proteção, controle de caça-níqueis, serviços de acesso pirata à TV por assinatura (netcat) etc. se distinguindo muito pouco de outros grupos armados criminosos que controlam territórios na Cidade - alguns grupos milicianos podem até mesmo vender drogas para aumentar seus rendimentos. Vale ressaltar que a maior parte das favelas da Barra da Tijuca são controladas por milicianos (como indica o cartograma abaixo) fato que, a despeito de serem criminosos, pode ter ajudado o prefeito do Rio a buscar um eufemismo para estes grupos denominando-os de autodefesas comunitárias¹¹⁶.

¹¹⁵ Foram adquiridos “1.457 veículos; 24 aeronaves; 10.577 peças de armamento letal; um sistema telecomunicações, com 18 mil rádios fixos, móveis e portáteis; 35 equipamentos de informática; nove aparelhos de áudio, vídeo e foto; e um centro de formação aeropolicial” (CASTRO, Fernanda. Governo federal investe mais R\$ 117 milhões na segurança dos Jogos Pan-Americanos. Agência Brasil, Brasília, 3 mai 2007. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/05/03/materia.2007-05-03.6932548191/view>. Acesso em: 20 abr 2007.)

¹¹⁶ Fonte: O Globo. Milícias expulsam traficantes de drogas e já controlam 92 favelas da Cidade. Rio de Janeiro, 10 dez 2006. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/12/09/286975035.asp>. Acesso em: 11 ago 2007.

Cartograma 8 – Áreas controladas por traficantes e milicianos na Cidade do Rio de Janeiro



As milícias são um sinal de que a política de segurança carioca atingiu seus limites na estratégia de contenção social, a permissividade com que estes grupos criminosos são tratados denota uma passagem para a estratégia de ocupação efetiva dos territórios como meio de controle social. A falência da política de segurança carioca será evidenciada a partir do relato a seguir.

Após a morte de dois policiais no dia primeiro de maio de 2007, foram iniciadas operações no Complexo do Alemão em busca dos assassinos. Ações policiais se estenderam por várias semanas até que, segundo o Manifesto pela Apuração das Violações de Direitos no Alemão¹¹⁷, no dia 27 de junho de 2007, portanto menos de um mês para o início do Pan 2007, foi realizada uma violenta incursão que contou com a participação de 1.350 agentes policiais, a utilização de 1.080 fuzis, 180.000 balas e teve duração de cerca de oito horas. Conforme o manifesto, somente neste dia 19 pessoas foram mortas e cerca de 60 foram feridas por armas de fogo, a maioria vítima de balas perdidas. (Além dessas vítimas, mais 40 pessoas morreram e 80 foram feridas em operações policiais realizadas posteriormente no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro.) A violenta ação empreendida não é fato estranho ao *modus operandi* da

¹¹⁷ Manifesto assinado por representantes de diversos setores da sociedade civil em favor da apuração dos incidentes, especialmente pela ação da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/noticias/noticias/4545.asp>. Acesso em 11 ago 2007.

polícia carioca, no entanto ela tomou proporções grandes o suficiente para afirmar que há uma vinculação entre a operação do dia 27/06/2007 e a necessidade de se transmitir sinais de ordem para que o espetáculo pudesse ocorrer sem prejuízos à imagem da Cidade; que isso seja realizado às custas de dezenas de vidas, é algo que não parece importar para alguns setores da sociedade carioca, quando se tem bem enraizados os estereótipos formados sobre os moradores das favelas.

O início do Pan 2007 foi marcado por protesto no Centro da Cidade contra os custos elevados do evento e contra a política de segurança vigente; os dois maiores símbolos dos dois motivos do protesto foram unidos na manifestação: a mascote do Pan, Cauê, foi representada com um fuzil ao lado do Caveirão, como mostram as fotos abaixo. O Caveirão é um carro blindado utilizado pela polícia fluminense, especialmente nas incursões realizadas nas favelas cariocas, trata-se de um dos maiores ícones da política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, que sob alegação de combater traficantes invade favelas de modo que coloca em risco a vida de seus moradores. Apesar das diversas manifestações contrárias à utilização destes veículos blindados, que têm caveiras gravadas em suas laterais, o Governo do Estado continua utilizando-o, tendo ele um papel destacado em operações como a do Complexo do Alemão. Antes dos Jogos também foram realizadas pichações¹¹⁸ com a mascote do Pan segurando o fuzil tal qual retratada nas imagens abaixo, além disso, camisetas com estas imagens também fizeram parte do conjunto de manifestações no Pan 2007.



Fotos 4 e 5 – Protesto contra o Pan 2007 e a política de segurança carioca¹¹⁹

¹¹⁸ Fonte: CÁSSIA, Cristiane; GOULART, Gustavo; MARTINS, Jorge. Presos pichadores do Pan: três são detidos pintando Cauê com fuzil. Um deles israelense, tem 3 dias para sair do país. O Globo, Rio de Janeiro, 24 jul 2007, Caderno Rio, p. 14.

¹¹⁹ Fonte das fotos: BERTOLOTTI, Rodrigo. No centro do Rio, protesto contra o Pan antecipa abertura. UOL, São Paulo, 13 jul 2007. Disponível em: <http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/07/13/ult4343u1180.jhtm>. Acesso em 11 ago 2007.

Ao final dos Jogos no Rio, a política de segurança do Pan foi declarada como muito positiva por representantes das três esferas de governo, por alguns foi tomada até como paradigmática e deve servir como exemplo para outros megaeventos no Brasil. Parte da imprensa apontou a redução dos índices criminalidade (falácia apontada linhas acima) durante o evento, como prova de que é este o modelo de segurança pública que a Cidade deveria ter para recuperar a abalada auto-estima dos cariocas. Esta imprensa gera representações que, de certa forma, alimentam a opinião de muitos cidadãos que defendem as ações de segurança promovidas no Pan. A questão que se coloca é que quando se enxerga de maneira fragmentada tais ações, contabilizando índices de crimes contra o patrimônio que remetem apenas ao período dos Jogos, sem considerar a opressão assistida pela ação brutal da polícia nas favelas e os índices de crimes letais, a tendência de fato é considerar positivas as ações que foram preparadas para o espetáculo. Os equipamentos de segurança, bastante visíveis nas ruas da Cidade durante o Pan, são tomados como um dos maiores legados do Rio de Janeiro, que deve contar com a presença de parte das Forças de Segurança Nacional até o final do ano, além de cerca de 75% destes equipamentos comprados para o evento¹²⁰.

A visibilidade que a ostensividade do aparato policial nas ruas proporciona levou relativa tranquilidade para certos setores da sociedade local, sendo tal presença massiva de forças de segurança uma necessidade real para o combate à criminalidade urbana. No entanto, quando se olha o quadro de maneira integral, percebe-se que há problemas estruturais nas políticas vigentes, que ainda sofrem com os discursos de crise fiscal¹²¹. São questões de solução complicada que passam por mudanças nas práticas policiais em relação aos moradores dos espaços populares, pelo aumento do salários destes servidores, pelo aparelhamento adequado das polícias, pelo respeito aos direitos dos cidadãos cuja violação mais grave é simbolizada hoje pelo uso do caveirão, pelo combate efetivo das desigualdades socio-espaciais cariocas etc. Enfim, há um mar de providências a serem tomadas para que, de fato, a segurança urbana possa ser restaurada não como imagem de espetáculo mas como direito à livre circulação por toda Cidade.

Como foi abordado nesta seção, são recorrentes os conflitos ocorridos em GEEs. Alguns deles são gerados pelos eventos em si, ou seja, pelo ordenamento territorial promovido para a realização dos Jogos. Em outros casos, os conflitos urbanos que já existiam

¹²⁰ Fonte: O Globo Online. Lula diz que Rio ficará com 75% do aparato de segurança do Pan. Rio de Janeiro, 30 jul 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/07/30/297032400.asp>. Acesso em 11 ago 2007.

¹²¹ Ver BOTTARI, Elenilce. O preço salgado da segurança: tranquilidade experimentada no Pan custa caro e governo tenta fechar as contas. Rio de Janeiro, O Globo, 29 jul 2007, Caderno Rio, p. 18.

na cidade sede se tornam mais evidentes no período de realização do megaevento, revelando a vidraça que pode ser a embelezada vitrine da urbanização. É neste sentido que uma das maiores contradições dos GEEs na cidade se revela: o de que ela não é só a imagem idílica dos heróis atletas, mas sim um território cheio de conflitos e desigualdades que tentam ser mascarados por um ordenamento voltado para a promoção de um consumo urbano datado, além de muitas vezes ancorado por práticas claramente pautadas pela lógica da acumulação por espoliação. Encerrado o evento, os organizadores do GEE iniciam as avaliações com base principalmente na repercussão da imagem urbana gerada para espectadores internos e externos. É o capital simbólico auferido pela renda monopolista proporcionada pelo evento, o que, em geral, estes empreendedores dos Jogos buscam contabilizar. Bem sucedido, o GEE pode gerar um novo marco distintivo para a cidade que pode ser potencializado por recursos do City marketing. Esses marcos são enaltecidos pelos gestores empreendedores como valiosos legados que poderiam atrair novos investimentos, colocando em vantagem, no cenário competitivo, a cidade tornada mercadoria.

CONCLUSÃO

Retomando a hipótese central deste trabalho (que é a de que o ordenamento territorial vigente em cidades que abrigam grandes eventos esportivos pode contribuir para a redução das desigualdades sócio-espaciais dependendo da forma como estes eventos são implementados), verificou-se que é possível fazer dos megaeventos esportivos uma oportunidade para a redução das disparidades urbanas. Isto se evidenciou quando em cada uma das categorias chave de impactos foram reconhecidas práticas distintas na produção espacial, com algumas delas voltadas para a geração de bens públicos que atendessem amplos setores da sociedade ou camadas menos privilegiadas. No caso das vilas dos atletas constatou-se que é possível destiná-las para moradia popular ou mesmo para uma mescla de classes, como ocorreu em alguns dos eventos assinalados. Em relação às estruturas de transporte, alguns eventos demonstraram que os investimentos nesta área podem beneficiar amplamente a cidade proporcionando maior mobilidade para multifários grupos sociais. Já os equipamentos esportivos, estes podem ser incorporados às políticas de desenvolvimento das práticas esportivas ou mesmo servirem como espaços públicos de qualidade para os cidadãos. Há maneiras de se implementar os megaeventos esportivos sem promover reassentamentos de famílias ou realizando-os de maneira a respeitar os seus direitos. Desta forma, é possível afirmar que há ordenamentos territoriais nas cidades que abrigam grandes eventos esportivos que, ao promover as transformações urbanas, contribuem na redução das desigualdades sócio-espaciais.

Se por um lado a hipótese pode ser comprovada consoante com a sua formulação que aponta para a redução das disparidades, por outro constatou-se que a reprodução das desigualdades tem sido a tônica na implementação dos últimos megaeventos observados neste estudo. Isto se deve, em grande parte, às práticas calcadas no empreendedorismo urbano, que foi discutido e detalhado em seus elementos constitutivos, e também aos condicionamentos gerados pelos processos de espetacularização das cidades – fenômenos indissociáveis. Neste sentido, no primeiro capítulo foram expostas considerações acerca dos elementos que compõem, em nível internacional, os principais referenciais que orientam a ação dos grupos hegemônicos que controlam a produção do espaço urbano. O empreendedorismo urbano aparece como uma nomenclatura que aglomera um conjunto de práticas de ordenamento territorial pautadas pelos processos de modernização capitalista em vigor. Foi identificada

como raiz deste ordenamento, que emerge nos anos 1970, o ajuste realizado pelos gestores urbanos para se adaptar às mudanças de rota provocadas pelo renascimento de políticas de cunho liberal. É neste contexto que o espaço se revela como condição, meio e produto para a reprodução capitalista, a qual demanda sucessivos ajustes espaciais para a resolução de seus problemas decorrentes de sobreacumulação. Estratégias de recuperação de rendas monopolistas por gestores urbanos foram direcionadas para a valorização de marcos distintivos que conformariam um capital simbólico, passando este a ser tomado como elemento central na competição por recursos num contexto de crise fiscal. É nesta conjuntura que se reconheceu que a cultura passa a ser mais fortemente tomada como mercadoria; o que apresenta uma intensidade tão forte que os fenômenos econômicos passam a ter uma relação inextricável com os culturais. É o florescimento da sociedade do espetáculo anunciado por Guy Debord.

Cidades passam então a serem ordenadas a partir da primazia do espetáculo que se orienta pelo consumo e pela conformação de espaços que possam servir para a acumulação capitalista. Grupos hegemônicos se formam tomando as normas da acumulação como as regras do jogo que definem a produção das cidades para consumidores e espectadores, em detrimento dos cidadãos que, nesse contexto, sofrem com as ameaças de flexibilização de seus direitos. Observa-se ainda a ocorrência do que se pode tomar como coerção dissimulada por consensos artificiais, coerção que esvazia a contestação que potencialmente seria orquestrada numa permeável esfera pública na qual a sociedade civil buscaria suas trincheiras contra a opressão das verticalidades - opressão que se mostra consentida pela aceitação de práticas predatórias. É o império da acumulação por espoliação que não encontra inimigos fortes o suficiente para compor, em qualquer escala, uma nova hegemonia capaz de frear o sedento processo de concentração riquezas coletivamente produzidas pela humanidade. Vicejam nos territórios urbanos os contrastes mais desalentadores de um perverso processo de negação da sobrevivência de extensos grupos populacionais, alvos de estigmas espaciais que além disso nutrem discursos conservadores em defesa da sacralidade da propriedade da terra, do automóvel, do iPod. O que importa é *ter*, no entanto o que a lógica do espetáculo anuncia é que sobretudo importa *parecer*. É neste reinado do parecer que os grandes projetos urbanos se concretizam nos territórios com o fito de se tornarem marcos distintivos, feitos sob medida para o estrangeiro já que orientados para o olhar dos turistas e investidores de outros lugares.

A partir da análise dos megaeventos esportivos mais recentes, constatou-se que o espetáculo dos Jogos tem sido realizado para o jogo do espetáculo urbano. Neste sentido

pôde-se então verificar que neste jogo há um blefe, que se apóia na promessa de legados a partir dos investimentos públicos que promoveriam melhorias urbanas. As categorias do urbanismo olímpico selecionadas para análise dos impactos dos Jogos, se apresentam como um recurso para a compreensão destas estratégias hegemônicas que perpassam o ordenamento territorial. Em cada uma destas categorias foi possível verificar, em determinados eventos, elementos de um empreendedorismo urbano descompromissado com o caráter redistributivo que deveria primar nos investimentos públicos. A montagem da tipologia teve como objetivo revelar, ainda que de maneira incipiente, as intencionalidades concretizadas espacialmente daqueles que distribuem as cartas do jogo. Isso foi feito com maior detalhamento para os jogadores do Pan 2007, sendo a tipologia um parâmetro para se caracterizar o equilíbrio de compromissos vigente.

Serve ainda a tipologia para, a partir da valorização analítica da dimensão espacial, reconhecer as materialidades conformadas pelo espetáculo que, no caso carioca, denotaram práticas despreocupadas com as agudas desigualdades urbanas. No entanto, o espetáculo apresenta uma gigantesca força que pode ser constatada com o fato de que ainda antes de acabar o Pan 2007, os jogadores hegemônicos já se mobilizavam para novas grandes rodadas: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. É como se o jogo não pudesse parar, uma vez que o ordenamento territorial carioca tem sido fortemente orientado por estes megaeventos esportivos desde a candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004. Reconheceu-se que o capital simbólico produzido por estes Jogos é a base dos discursos dos gestores empreendedores que se habilitam no jogo da competição interurbana - no qual as apostas são os recursos públicos gerados pela coletividade. Foi ainda constatado que os discursos destes gestores são ancorados nas belas imagens produzidas pelo esporte, que ofuscam o remodelamento dos espaços urbanos consoante com as intencionalidades presentes no bloco histórico, detentor da hegemonia que direciona as transformações nos territórios.

Verificou-se que não só o Rio de Janeiro, mas também outras cidades do mundo têm sido ordenadas a partir não exatamente para os Jogos, mas sim a partir destes megaeventos que conferem tanto a imagem urbana perseguida, como a legitimidade para realizar os ajustes espaciais próprios para a modernização capitalista que se pauta pela acumulação por espoliação em diferentes escalas. Foi isso o que tanto os impactos como os legados observados, em algumas cidades, apontaram: a produção de um espaço que atenda os ciclos de valorização do capital, ainda que seja necessário para tal desiderato incorrer em violação de direitos. Há então nesse contexto mais um blefe do jogo na cidade já que em muitos casos

o megaevento não ocorre em favor da ampliação da sociabilidade ou da maior garantia de direitos como seus organizadores anunciam, implícita ou explicitamente, para os cidadãos a fim de ampliar o apoio aos Jogos, mas sim em detrimento destas dimensões. Foi com este blefe de promessa de uma cidade melhor a partir dos Jogos, que espoliações urbanas ocorreram especialmente por meio: de parcerias público privadas, da sobrevalorização de terras, da expulsão de pobres de suas moradias, da privatização de espaços públicos, de processos de gentrificação, do controle social por meio do uso intensivo de forças policiais. O sucesso deste blefe residiu em grande medida no fato de novos atores não terem conseguido chegar à mesa para participar das decisões que envolvem o ordenamento territorial urbano. Foi a constatação de fortes indícios de que há um bloqueio impetrado pelo bloco histórico que impede a ampliação do número de jogadores, de agentes interlocutores com possibilidades concretas de participação nos processos decisórios referentes às transformações espaciais, o que revelou o caráter pouco comprometido com avanços democráticos na formulação e implementação de políticas urbanas.

Foi também identificado que o ordenamento urbano se dá cada vez mais a partir dos grandes projetos em detrimento do planejamento. Neste sentido, grandes eventos esportivos foram, e têm sido, tomados por gestores urbanos como norteadores para a implementação de tais projetos. Reconheceu-se neste cenário que seria crucial para a ampliação da democracia urbana que setores da sociedade civil pudessem participar dos processos decisórios que envolvessem a temática, participação que poderia ocorrer especialmente por meio de seus intelectuais orgânicos. Desta forma, não se pode considerar adequado, por exemplo, que as decisões locacionais presentes nas fases mais embrionárias de preparação destes eventos, sejam tomadas de maneira insulada pela sociedade política juntamente com alguns poucos dirigentes esportivos. A fim de romper com tal insulamento reconhecido em alguns dos eventos analisados, é imperativa a necessidade da ampliação de debates na esfera pública sem que estes sejam ofuscados pelo brilho do espetáculo, que justamente pode encobrir os blefes do jogo na cidade. Trata-se então, na perspectiva aqui defendida, de disputar a hegemonia a partir do território, conformando-se as horizontalidades em práticas espaciais que mobilizem os intelectuais na construção de ambientes de debate nos quais os consensos possam ser de fato construídos, rompendo com as coerções impostas pelas verticalidades que controlam os mecanismos de formação da vontade que dominam a esfera pública.

A despeito das inúmeras críticas realizadas sobre o ordenamento urbano nos Jogos, foi brevemente ressaltado neste trabalho que o esporte tem um valor cultural enorme e que a

realização dos megaeventos esportivos é tanto causa como consequência da importância que o esporte tem para a reprodução da vida social. Há ainda algumas críticas que se pode fazer acerca da prática esportiva profissional realizada atualmente, marcada pela acirrada competitividade por melhores resultados que nem sempre primam pelos cuidados adequados com o próprio corpo dos atletas, mas não houve espaço aqui para isso e sequer foi o objetivo destes apontamentos. Um ponto relevante que se buscou delinear neste escrito é o de que não se deve cair na tentação de discutir a realização ou não dos Jogos, isso significaria reduzir a discussão ao evento em si quando ele de fato se apresentou, nos casos estudados, como um recurso para a promoção de transformações urbanas. Neste sentido é plausível afirmar que se não fossem os Jogos, outros recursos seriam utilizados para fazer os ajustes espaciais demandados pelos processos de modernização capitalista - como inclusive ocorre na maior parte das cidades do mundo. Considerando tal assertiva como verdadeira, é preciso alertar para o fato de que o debate sobre a temática seja realizado mais pautado sobre *como* realizar os Jogos do que *se* eles devem ser promovidos. Tal alerta tem maior relevância quando considerado o contexto brasileiro que está marcado por uma agenda de megaeventos com a realização da Copa do Mundo de 2014 e alguma possibilidade de o Rio de Janeiro, após várias candidaturas, conseguir sediar os Jogos Olímpicos em 2016. Tendo em vista este cenário, é crucial que as forças democráticas urbanas, por meio de seus intelectuais orgânicos, formulem os discursos contra-hegemônicos a fim de contestar as posturas vinculadas ao empreendedorismo urbano, além de criar novos parâmetros para que em grandes eventos esportivos ocorra uma produção espacial mais pautada pela equidade social e integração territorial das cidades sedes.

Como foi constatado neste escrito, os megaeventos esportivos podem gerar benefícios públicos dependendo da maneira como são realizados. Além disso, verificou-se que estes eventos podem servir inclusive como mediação para mudar a orientação de um ordenamento territorial pautado por posicionamentos empresariais, para um ordenamento que tenha como parâmetro a justa, e solidária, distribuição das cargas e benefícios sociais. Em certa medida buscou-se identificar alguns parâmetros para um ordenamento territorial nesta linha quando, ainda no primeiro capítulo deste trabalho se apontou, numa perspectiva mais pragmática, multifários modos de se realizar planejamento e gestão urbanos. Desta forma, é factível considerar que grandes projetos urbanos podem ser utilizados em benefício de classes sociais menos abastadas, que o marketing urbano pode ser um mero instrumento informativo que veicula a imagem de uma cidade que não se habilita como mercadoria, mas se destaca por

práticas sociais exemplares. É possível também estimular a produção de capitais simbólicos coletivos numa perspectiva de enriquecimento cultural, não se configurando tal capital apenas como mero meio de se auferir rendas monopolistas com os investimentos privados atraídos. Flexibilizar normas pode ser uma forma de romper entraves burocráticos, desde que isso ocorra com uma produção de consensos adequados à ampliação de práticas democrática, com o decorrente fortalecimento da esfera pública. Portanto, um outro ordenamento territorial é possível a despeito da hegemonia do empreendedorismo urbano na produção do espaço em diversas cidades, especialmente naquelas que mobilizam esforços para a organização de megaeventos esportivos, como foi enfocado nesta dissertação.

Tal ordenamento alternativo àquele vigente nos GEEs deve primar pela conformação de um legado cidadão composto por um conjunto de bens tangíveis e intangíveis que contribuam na geração de melhorias urbanas e na redução das iniquidades sociais. Tal legado deve então orientar as políticas urbanas em diversas dimensões que contemplem a garantia e a ampliação de direitos civis, políticos, sociais e ambientais dos cidadãos. Neste sentido, o legado cidadão a ser almejado pelos gestores urbanos deve se apresentar como uma síntese dos principais desafios a serem superados na cidade sede do megaevento esportivo. Ações voltadas tanto para a melhoria como para a produção de espaços públicos são essenciais nesse cenário, além disso é bastante factível se ter como legado o estímulo ao desenvolvimento de laços de solidariedade a partir de práticas esportivas que promovam o encontro de diferentes grupos sociais. Há ainda possibilidades de geração de legados na ampliação das potencialidades de mobilidade dos cidadãos, na geração de mecanismos de redução de conflitos urbanos violentos e ainda na produção de identidades territoriais promotoras de experiências humanizadoras. São estes exemplos de como a constituição de um legado cidadão gerado em virtude dos Jogos pode servir para a construção de cidades melhores e até mesmo mais condizentes com os princípios apontados na Carta Olímpica. Trata-se mesmo de buscar a realização dos valores anunciados pelos próprios promotores dos megaeventos esportivos, não sendo portanto um desiderato estranho aos discursos hegemônicos, mas sim profundamente embasados na plena concretização destes em benefício de amplos grupos sociais.

São os sujeitos corporificados de direitos que devem emergir como centralidade na conformação do legado cidadão. É a concretude dos sujeitos, em oposição à abstração destes observada no empreendedorismo urbano, que deve pautar as políticas urbanas desenvolvidas em função dos Jogos. Reconhecer estes sujeitos como portadores concretos de direitos que

possuem anseios que devem ser contemplados, experiências que devem ser consideradas e relações que devem ser preservadas, é sim operar na produção de um ordenamento territorial consoante com os desafios urbanos específicos de cada sede de GEEs. Papel significativo tem neste processo a ampliação dos espaços públicos enquanto locais de encontro das diferenças e de fortalecimento da sociedade civil em suas lutas por direitos. É nos espaços públicos que a concretude dos sujeitos se evidencia e se potencializa como expressão de demandas reais por bens e serviços públicos, num contexto de aprimoramento da democracia participativa que confere sustentabilidade às políticas públicas. Ressalta-se ainda que a temática do legado está diretamente relacionada àquela do desenvolvimento sustentável, uma vez que o legado se configura como permanências dos efeitos produzidos pelas ações empreendidas em função dos Jogos.

Abordar o legado cidadão numa perspectiva do desenvolvimento sustentável significa considerá-lo em suas dimensões temporais e espaciais. Em relação à primeira, o legado é tão mais consistente quanto mais duradouros são seus efeitos na cidade, sendo ainda mais positivos quanto mais comprometidos com a redução das desigualdades urbanas ao longo do tempo. Por outro lado, a dimensão espacial do legado remete à necessidade de se materializar os benefícios gerados para que de fato ocorram melhorias substanciais nas condições de vida dos cidadãos. Trata-se de considerar o território como elemento central na formulação de políticas urbanas, encarando-o não simplesmente como recortes administrativos (equivoco comum de muitos gestores governamentais), mas sim a partir de seus elementos conformadores que se apresentam como condição, meio e produto das ações humanas. Tomado nesta perspectiva, o território se apresenta como fundamental para a implementação de medidas sustentáveis que considerem os sujeitos corporificados de direitos em suas práticas sociais que transformam os ambientes. São medidas sustentáveis à medida que ordenam tempo e espaço de maneira integradora, participativa e comprometida com a manutenção da diversidade dos modos de vida dos cidadãos.

Construir um legado cidadão nestes termos significa avançar na constituição de um ordenamento territorial urbano que privilegie os moradores da cidade, são justamente eles que desenvolvem suas atividades e operam na criação dos capitais simbólicos apropriados por grupos que atuam nas mais diversas escalas. A geração de valores sustentáveis, seja do ponto de vista das questões conhecidas como ambientais seja sob a perspectiva econômica e cultural, passa necessariamente pela definição de medidas alternativas àquelas que majoritariamente vem sendo implementadas nos GEEs sob a orientação do

empreendedorismo urbano. Gestão e planejamento urbanos devem, a partir de avaliações criteriosas sobre impactos e legados promovidos pelas decisões dos atores hegemônicos, ser reorientados para o desenvolvimento de laços de solidariedade que consolidem a sociabilidade entre os cidadãos. Tendo em vista a centralidade assumida pelos GEEs no mundo contemporâneo, urge o enfrentamento destes desafios por parte dos gestores urbanos na própria estruturação destes Jogos a fim de que estes eventos, marcantes em vários aspectos, produzam os benefícios que anunciam para a humanidade.

Considerando a importância que os megaeventos esportivos assumem no ordenamento territorial urbano, como se procurou demonstrar neste escrito, é fundamental que novas pesquisas sejam realizadas a partir de distintas perspectivas sobre a temática. Quanto a este trabalho, ele tem as limitações próprias de uma dissertação de Mestrado e busca contribuir no avanço da compreensão da produção do espaço urbano a partir de uma abordagem eminentemente geográfica. Cabe reafirmar que a tipologia proposta para análise dos Jogos ainda necessita de muitos aprimoramentos, ela se apresenta até este ponto da pesquisa, como um adequado recurso didático para apresentar os principais elementos do chamado urbanismo olímpico - e também como um meio para se discutir aspectos da produção desigual do espaço urbano. Reconhece-se como lacuna a ser preenchida em futuros estudos, o aprimoramento das abordagens acerca dos legados dos GEEs, tema que não foi suficientemente abordado aqui e que se apresenta como central para o avanço do entendimento do ordenamento territorial urbano em megaeventos esportivos.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro. **A teoria econômica da favela**: quatro notas preliminares sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. Versão preliminar daquela publicada pelo autor em *A cidade da informalidade. O desafio das cidades latino-americanas*, Rio de Janeiro: Sette Letras/Observatório Imobiliário e de Políticas do Solo, IPPUR/UFRJ, 2003.

ABREU, Mauricio. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997.

_____. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana; LEMOS, Amália (orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ACIOLY Jr., Claudio. Revisitando a revitalização urbana no Rio de Janeiro: do projeto urbano à gestão urbana. In: FERNANDES, Edésio; VALENÇA, Márcio (orgs.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004

ANDRANOVICH, Greg; BURBANK, Matthew; HEYING, Charles. Olympic cities: lessons learned from mega-events politics. **Journal of Urban Affairs**: v. 23, n. 2, 2001. p. 113-131.

_____. Mega-events, urban development, and public policy. In: **The Review of Policy Research**., 19:3, fall 2002. p. 179-202.

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2001.

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, vol. 11, junho 1996. p. 44-66.

BALE, John. **Sports Geography**. New York: Routledge, 2003.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BARBOSA, Jorge. O caos como imago urbis: um ensaio crítico a respeito de uma fábula hiperreal. In: **GEOgraphia**. Revista de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFF. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1999. p. 59-69.

_____. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF/AGB, 2002.

_____. Globalização e espaços da desigualdade. In: **Brasil, século XXI**: por uma nova regionalização? LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs). São Paulo: Max Limonad, 2004.

BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BENACH, Nuria. Producción de imagen en la Barcelona del 92. In: **Estudios Geográficos**. tomo LIV, n. 212, julio-septiembre 1993. p. 453-504.

BIDERMAN, Ciro; SANDRONI, Paulo; SMOLKA, Martim. Large-scale urban interventions: the case of Faria Lima in Sao Paulo. In: **Land Lines**. v. 18, n. 2. April 2006. Disponível em: <http://www.lincolninst.edu/pubs/PubDetail.aspx?pubid=1114>. Acesso em: 15 abr 2007.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. OLIVEIRA, Cláudio (org). Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRUNET, Ferran. **The economic impacts of the Olympic Games**. In: BRUNET, Ferran; CARRARD, François; CORRAND, Jean-Albert (orgs.). *The Centennial President*. Lausanne: International Olympic Committee, 1997. p. 1-10.

_____. Anàlisi de l'impacte econòmic dels Jocs Olímpics de Barcelona, 1986-2004. In: MORAGAS, Miquel; BOTELLA, Miquel (orgs.) **Barcelona: l'herència dels Jocs (1992-2002)**, Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport - Editorial Planeta, 2003. p. 245-274.

CAPEL, Horacio. De nuevo el modelo Barcelona y el debate sobre el urbanismo barcelonés. **Biblio 3W**, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. 11, n. 629, 25 de enero de 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-629.htm>. Acesso em: 30 jan. 2007.

_____. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado "Modelo Barcelona". **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 11, n. 233, 15 de febrero de 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-233.htm>. Acesso em: 15 fev. 2006.

CASHMAN, Richard. Olympic Legacy in an Olympic City: Monuments, Museums and Memory. In: Fourth **International Symposium for Olympic Research**; Global and Cultural Critique: Problematizing the Olympic Games, 1998. p. 107-114.

_____. **Impact of the Games on Olympic host cities**: university lecture on the Olympics. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics/UAB. International Chair in Olympism (IOC), 2002. Disponível em: <http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/cashman.pdf>. Acesso em: 13 set. 2006.

CASTRO, Iná. O problema da escala. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Espaços públicos: entre a publicidade e a política. In: **ALCEU**, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, v. 4, n. 8, , jan-jun. 2004. p. 141-155.

CITTADINO, Gisele. Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação de poderes. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COHRE. **Fair play for housing rights**: mega-events, Olympic Games and housing rights. Geneva, Switzerland: Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE), 2007.

COI. **Carta Olímpica**. Lausana, Suíça: Editado por el Comitê Olímpico Internacional (COI), 2003.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

DEFFNER, Alex; LIOURIS, Christos. City marketing: a significant planning tool for urban development in a globalised economy. **45th Congress of European Regional Science Association**: land use and water management in a sustainable network society. Vrije Universiteit Amsterdam, 23-27 august 2005.

ESSEX, Stephen; CHALKLEY, Brian. Olympic Games: catalyst of urban change. In: **Leisure Studies**. n. 17, 1998. p. 187–206.

_____. Urban development through hosting international events: a history of the Olympic Games. In: **Planning Perspectives**, 14 (4), 1999. p. 369-394.

_____. **Urban transformation from hosting the Olympic Games**: university lecture on the Olympics. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC-UAB), 2003.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, v. 35, n. 1, jan/fev 2001, p. 119-145.

FERNANDES, Nelson. A cidade, a festa e a cultura popular. In: **GEOgraphia**. Revista de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFF. Rio de Janeiro, ano VI, n. 11, dezembro 2004. p. 55-62.

FERREIRA, Alvaro. A tendência ao esvaziamento da área central da cidade do Rio de Janeiro e sua associação com a implementação do teletrabalho pelas empresas. In: **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. 9, n. 194 (81), 1 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-81.htm>. Acesso em: 26 jul. 2007.

FERREIRA, Aurélio. **Novo aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLEURY, Sonia. Espaço, território e cidadania: a cidade dos cidadãos. Trabalho apresentado no **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 16-18 de setembro de 2004.

- GARCIA, Ronaldo. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, junho 2001. p. 7-70.
- GENRO, Tarso. **Utopia possível**. 3 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GREENE, Solomon J. Staged cities: mega-events, slum clearance, and global capital. In: **Yale Human Rights and Development Law Journal**, v. 6, 2003. p. 161-187.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a territorialização. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF/AGB, 2002.
- _____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HONNETH, Axel. Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- LACOSTE, Yves. **Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENSKYJ, Helen. **Inside the olympic industry**: power, politics and activism. New York: State University of New York Press, 2000.
- LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. In: **GEOgraphia**. Revista de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFF. Rio de Janeiro, ano III, n. 6, 2001. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_06/levy6.pdf. Acesso em: 11 ago 2007.

LIMA,IVALDO. Escalas insurgentes na Amazônia brasileira. In: **Brasil, século XXI**: por uma nova regionalização? LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA; Ruy (orgs). São Paulo: Max Limonad, 2004.

LIMONAD, Ester. Estranhos no Paraíso de Barcelona. Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. **Biblio 3W**, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. 10, n. 610, 25 de octubre de 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>. Acesso em: 12 mar 2006.

LUNGO, Mario. Grandes proyectos urbanos: una visión general. In: LUNGO, Mario (org.). **Grandes proyectos urbanos**. San Salvador: UCA Editores, 2004.

_____. Grandes proyectos urbanos: desafios para las ciudades latinoamericanas. In: SMOLKA, Martín; MULLAHY, Laura. (orgs.) **Perspectivas urbanas**: temas críticos em políticas del suelo em América Latina. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

LUNGO, Mario; SMOLKA, Martim. Land Value and Large Urban Projects: The Latin American Experience. In: **Land Lines**. v. 17, n. 1, January 2005. Disponível em: <http://www.lincolninst.edu/pubs/PubDetail.aspx?pubid=989>. Acesso em: 10 mar 2007.

MACHADO, Thiago. Cidade e meio ambiente em debate: notas sobre o papel da infraestrutura de saneamento no planejamento estratégico urbano. In: **Revista Discente Expressões Geográficas**. n. 3, maio de 2007. p. 42-59.

MALDONADO, Maria. Recuperación de plusvalías: introducción. In: SMOLKA, Martín; MULLAHY, Laura. (orgs.) **Perspectivas urbanas**: temas críticos em políticas del suelo em América Latina. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

MARCOS, Ruth. Impacto de las grandes construcciones deportivas en las ciudades. In: **On The W@terfront**. n. 6, setembro 2004. p. 386-425.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER; Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000b.

MARINO, Leonardo. **As forças policiais e o ordenamento territorial da Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MARTORELL, Josep. La nova Icària. In: **Barcelona**: arquitetura y ciudad 1980-1992. 3 ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1992.

MASCARENHAS, Gilmar. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? In: **Efdeportes Revista Digital**. Buenos Aires, año 10, n. 78, noviembre de 2004. Publicação eletrônica disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em: 12 jan. 2006.

_____. Para muito além do esporte: o urbanismo olímpico e seu legado social. In: **Pan-americano de 2007**: grande negócio para quem? Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. (Série Globalização e Solidariedade, 4), 2005. p. 20-35.

MASCARENHAS, Gilmar. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-americanos 2007. In: **IX Coloquio Internacional de Geocrítica**. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007a.

_____. Nada de novo na geografia carioca. In: **Revista Democracia Viva**. Rio de Janeiro: Ibase. n. 35, junho de 2007b. p. 47-50.

MASSIRIS, Angél. Ordenación del territorio en América Latina. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 6, n. 125, 1 de octubre de 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-125.htm>. Acesso em: 15 fev 2007.

McCALLUM, Katherine; SPENCER, Amy; WYLI, Elvin. The city as an image-creation machine: a critical analysis of Vancouver's olympic bid. In: **Association of Pacific Coast Geographers (APCG) Yearbook**, v. 67, 2005. p. 24-46.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF/AGB, 2002.

MUÑOZ, Francesc. Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages. In: MORAGAS, Miquel, LLINÉS, Montserrat; KIDD, Bruce. (orgs.): **Olympic Villages: A Hundred Years of Urban Planning and Shared Experiences: International Symposium on Olympic Villages, Lausanna 1996**. Lausanne: International Olympic Committee, 1997. p. 27-51.

_____. **Paisajes aterritoriales, paisajes en huelga**. Trabalho apresentado no III Seminari Internacional sobre Paisatge: Paisatges incògnits, territoris ocults: les geografies de la invisibilitat. 20-22 d'octubre de 2005.

_____. Olympic urbanism and Olympic Villages: planning strategies in Olympic host cities, London 1908 to London 2012. In: **The Sociological Review**. v. 54, December 2006. p. 175-187.

OLIVEIRA, Ana; BARROSO, Cláudia. SOS Parque do Flamengo. In: **Minha Cidade**. Edição 162, maio de 2006. Publicação eletrônica disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc.asp>. Acesso em: 24 jun 2007.

OLIVEIRA, Márcio. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF/AGB, 2002.

ORTIZ, Luis. **Los Panamericanos en rojo**. Santo Domingo: Editora Punto Mágico, 2003

PREUSS, Holger. **Dimensión económica de los juegos olímpicos**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC-UAB), 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANDOLPH, Rainer. Determinações estratégicas e potencialidades de transformação do Programa Favela-Bairro. In: **GEOgraphia**. Revista de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFF. Rio de Janeiro, ano III, n. 5, 2001. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_05/rainer5.pdf. Acesso em: 12 ago 2007.

REESE, Eduardo. Uso del suelo y desarrollo urbano: introducción. In: SMOLKA, Martín; MULLAHY, Laura. (orgs.) **Perspectivas urbanas**: temas críticos en políticas del suelo en América Latina. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara. Outros territórios, outros mapas. **Revista OSAL**. Observatório Social de América Latina. Buenos Aires: Clacso, ano VI, n. 16, enero-abril 2005. p. 263-272. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf>. Acesso em: 2 ago 2007.

RUBIO, Kátia. Do olimpismo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. In: **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, 16(2), jul-dez 2002. p. 130-143.

_____. Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. In: **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 9, n. 194 (85), 1 de agosto de 2005.

SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. **Medición de la segregación residencial**: meandros teóricos y metodológicos, y especificidad latinoamericana. Versión ampliada y actualizada del capítulo "Medición de la segregación residencial: reflexiones metodológicas desde la ciudad latinoamericana" publicado en: CÁCERES, Gonzalo; SABATINI, Francisco (orgs.). Los barrios cerrados en Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración social. Santiago: Instituto de Geografía, PUC Chile, jun. 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SÁNCHEZ, Fernanda et al. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, jul./dez. 2004, p. 39-56.

SÁNCHEZ, Fernanda et al. Jogos Pan-americanos 2007: uma análise trans-dimensional do projeto urbano. Trabalho apresentado no **XII Encontro da ANPUR**, Belém/PA. 21-25 de maio de 2007. p. 1-20.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

SHAFFER, Marvin; GREER, Alan; MAUBOULES; Celine. **Olympic costs & benefits**: a cost-benefit analysis of the proposed Vancouver 2010 Winter Olympic and Paralympic Games. Canadian Centre for Policy Alternatives, february 2003.

SILVA, Ari. **A predação do social**. Niterói: EDUFF, 1997.

SILVA, Gabriela. Processo de ocupação da Barra da Tijuca (RJ): problemas ambientais, conflitos sócio-ambientais, impactos ambientais urbanos. In: **Pesquisa em Arquitetura e Construção**. UNICAMP, v. 1, n. 1, outubro de 2006. Publicação eletrônica disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~parc>. Acesso em: 13 abr 2007.

SILVA, Jaílson. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF/AGB, 2002.

SILVA, Jaílson; BARBOSA, Jorge. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio; [x] BRASIL, 2005.

SILVA, Lúcia; RUBIO, Kátia. Superação no esporte: limites individuais ou sociais. In: **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 3, n. 3, 2003. p. 69–76.

SMITH, Susan. Geografia urbana num mundo em mutação. In: **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.

SMOLKA, Martín; MULLAHY, Laura. Una década de cambios: retrospectiva del Programa para América Latina y el Caribe. In: SMOLKA, Martín; MULLAHY, Laura. (org.) **Perspectivas urbanas: temas críticos em políticas del suelo em América Latina**. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, fev. 2004. p. 79-96. p. 1-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf>. Acesso em: 23 mai 2007.

SOUZA, Marcelo. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo. CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Cidades, globalização e determinismo econômico. In: **Cidades**, v. 3, n. 5, 2006b, p. 123-142.

SPOSITO, Maria. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. In: **Cidades**, v. 3, n. 5, 2006. p. 143-157.

SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa. Neoliberal urbanization in Europe: large-scale urban development projects and the new urban policy. In: **Antipode**, 2002. p. 547-582.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000b.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.; IUPERJ, 1991.

VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana (orgs.). **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri/SP: Manole, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

WATERMAN, Stanley. Carnival for elites? The cultural politics of arts festivals. In: **Progress in Human Geography**, 22, 1, 1998. p. 54-74.

ANEXOS

ANEXO I

Quadro – Conceitos de Ordenamento Territorial

Claudius Petit, especialista francés. 1950	"La búsqueda en el ámbito geográfico de la mejor repartición de los hombres en función de los recursos naturales y de las actividades económicas" (Massé, 1974, citado por Méndez, 1990: 93).
G. Saenz de Euruaga. España, 1969	"Es el estudio interdisciplinario y prospectivo de la transformación óptima del espacio regional, y de la distribución de esta transformación y de la población total en núcleos urbanos con funciones y jerarquías diferentes, con vistas a su integración en áreas supranacionales" (Pujadas y Font, 1998:11).
J. Lajugie y otros. Francia, 1979	"El objeto de la ordenación del territorio es de crear, mediante la organización racional del espacio y por la instalación de equipamientos apropiados, las condiciones óptimas de valorización de la tierra y los marcos mejor adaptados al desarrollo humano de los habitantes" (Grener, 1986).
Carta Europea de Ordenación del Territorio. 1983.	"Es a la vez una disciplina científica, una técnica administrativa y una política concebida como un enfoque interdisciplinario y global cuyo objetivo es un desarrollo equilibrado de las regiones y la organización física del espacio, según un concepto rector" (CEMAT, 1983).
Ley Orgánica de Ordenación del Territorio. Venezuela, 1983.	"Regulación y promoción de la localización de los asentamientos humanos, de las actividades económicas y sociales de la población, así como el desarrollo físico espacial, con el fin de lograr una armonía entre el mayor bienestar de la población, la optimización de la explotación y uso de los recursos naturales y la protección y valorización del medio ambiente, como objetivos fundamentales del desarrollo integral" (Congreso de la República de Venezuela, 1983).
Comisión de Desarrollo y m. a. de América Latina y el Caribe. 1990.	"Camino que conduce a buscar una distribución geográfica de la población y sus actividades, de acuerdo con la integridad y potencialidad de los recursos naturales que conforman el entorno físico y biótico, todo ello en la búsqueda de unas condiciones de vida mejores" (Comisión de Desarrollo y Medio Ambiente de América Latina, 1990).
Ley de Desarrollo Territorial. Colombia, 1997.	"Conjunto de acciones político-administrativas y de planificación física concertadas, emprendidas por los municipios o distritos y áreas metropolitanas... para orientar el desarrollo del territorio bajo su jurisdicción y regular la utilización, transformación y ocupación del espacio, de acuerdo con las estrategias de desarrollo socioeconómico y en armonía con el medio ambiente y las tradiciones históricas y culturales" (Congreso de la República de Colombia, 1997).
Proyecto de Ley de OT, Costa Rica.	"Proceso dinámico, interactivo e iterativo de diseño de cambios integrales en las políticas públicas para la clasificación y el uso racional, eficiente y estratégico del territorio, de acuerdo con criterios económicos, culturales y de equidad de género, sociales y ambientales"

ANEXO II

Tabela – Evolução temporal dos indicadores de desigualdade de renda - Brasil

Evolução Temporal dos Indicadores de Desigualdade de Renda

Ano	Coefficiente de Gini	Índice de Theil	Razão entre a Renda Média dos 20% mais Ricos e a dos 20% mais Pobres	Razão entre a Renda Média dos 10% mais Ricos e a dos 40% mais Pobres
1977	0,62	0,91	27,5	26,8
1978	0,60	0,74	31,3	25,0
1979	0,60	0,74	32,9	25,2
1981	0,59	0,69	24,0	21,8
1982	0,59	0,71	25,6	23,0
1983	0,60	0,73	25,7	23,5
1984	0,59	0,71	23,6	22,4
1985	0,60	0,76	25,5	23,6
1986	0,59	0,72	24,0	22,1
1987	0,60	0,75	27,6	24,4
1988	0,62	0,78	30,9	27,2
1989	0,64	0,89	34,3	30,4
1990	0,62	0,78	31,2	26,9
1992	0,58	0,70	26,7	21,8
1993	0,60	0,77	28,8	24,5
1995	0,60	0,73	28,0	24,1
1996	0,60	0,73	29,8	24,6
1997	0,60	0,74	29,2	24,5
1998	0,60	0,74	28,6	24,2
1999	0,60	0,72	27,2	23,3

Fonte: PNADs de vários anos.

Nota: Os índices de Gini e Theil medem o grau de desigualdade na distribuição de renda. A distribuição utilizada foi a de domicílios segundo a renda domiciliar per capita.

Organização: Barros et al. (2000:39).

ANEXO III

Tabela - Investimentos do Governo Federal no Pan 2007			
Grupo de Investimento	Especificação	Valor em R\$	
		(em milhões)	%
Instalações e Equipamentos Esportivos	Complexo Esportivo de Deodoro	119,8	6,46
	Parque Aquático do Autódromo de Jacarepaguá	60	3,24
	Complexo Maracanã/Maracanãzinho	130	7,01
	Velódromo	2,2	0,12
	Montagem de instalações temporárias	55,5	2,99
	Aquisição de equipamentos	16	0,86
	Laboratório de controle de dopagem	8,4	0,45
	Total	391,9	21,14
Vila dos atletas	Recursos da Caixa Econômica Federal	189,3	10,21
	Aluguel dos imóveis	25	1,35
	Infra-estrutura no entorno	52,9	2,85
	Serviços de hotelaria, governança e lavanderia	31,8	1,72
	Montagem do restaurante	32,3	1,74
	Total	331,3	17,88
Tecnologia e Comunicação	Infra-estrutura tecnológica	141,1	7,61
	Telecomunicações	46,7	2,52
	Serviços de áudio e vídeo	52,5	2,83
	Total	240,3	12,97
Transporte	Reforma do Aeroporto Santos Dumond etc	175	9,44
Outros	Segurança	562	30,32
	Custeio do CO-Rio	73,8	3,98
	Passagens aéreas	22,2	1,20
	Cerimônias	52,2	2,82
	Revezamento da tocha	4,7	0,25
Total Global		1.853,4	100,00

Fonte: Sistema Firjan (O Globo, 16 jul 2007, p. 8-9)

ANEXO IV

Quadro – Investimentos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no Pan 2007



A Prefeitura

Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - Poder Executivo • Ano XXI • Nº 100 • Sexta-feira, 10 de agosto de 2007 • R\$ 0,90 *do Rio*

Jogos Pan-Americanos - Rio 2007 Prestação Preliminar de Contas

DESPESAS CONTRATADAS	
ORÇAMENTO GERAL	REAL (R\$)
I - ORÇAMENTO TOTAL INVESTIDO 2001 A 2007	921.124.196,39
1 - ESTÁDIO OLÍMPICO MUNICIPAL JOÃO HAVELANGE	318.357.395,69
2 - URBANIZAÇÃO DO ENTORNO DO ESTÁDIO OLÍMPICO MUNICIPAL JOÃO HAVELANGE	56.008.947,29
3 - URBANIZAÇÃO DOS ACESSOS AOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS	135.606.478,03
4 - ARENA OLÍMPICA MUNICIPAL	127.463.579,58
5 - PARQUE AQUÁTICO MUNICIPAL MARIA LENK	84.970.141,56
6 - CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PAN-AMERICANOS	57.399.658,46
7 - TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO PARA OS JOGOS	34.733.465,95
8 - DIREITOS DE TV/ODEPA	32.852.560,00
9 - EVENTOS PREPARATÓRIOS ESPORTIVOS	21.645.104,37
10 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	16.263.218,02
11 - VELÓDROMO MUNICIPAL	14.103.194,81
12 - CONSULTORIAS INTERNACIONAIS (PLANEJAMENTO E SEGURANÇA)	13.959.242,63
13 - PROJETO E EXECUÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS INCLUSIVE SEU FUNCIONAMENTO	7.761.210,00
II - APLICAÇÃO DE RECEITAS MUNICIPAIS ATRAVÉS DO CO-RIO*	58.925.369,06
1 - TV GERADORA	54.126.076,00
2 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	4.799.293,06
III - PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	132.522.529,20
1 - RIOCENTRO	90.185.804,20
2 - MARINA DA GLÓRIA**	42.336.725,00
IV - SOLO CRIADO - VILA PAN-AMERICANA	100.000.000,00
V = I+II+III+IV - TOTAL GERAL	1.212.572.094,65

* NA RECEITAS MUNICIPAIS AINDA NÃO APROPRIADAS JUNTO AO CO-RIO

** AGUARDANDO DECISÃO DO PODER JUDICIÁRIO (VALOR DE REFERÊNCIA - NOVEMBRO/2004)

FONTE DOS RECURSOS	
DISCRIMINAÇÃO	REAL (R\$)
1 - GOVERNO MUNICIPAL	806.032.383,04
2 - SETOR PRIVADO	232.522.529,20
3 - GOVERNO FEDERAL *	115.091.813,35
4 - RECEITAS MUNICIPAIS ATRAVÉS DO CO-RIO	58.925.369,06
TOTAL GERAL	1.212.572.094,65

* REFEREM-SE À INTERVENÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA VILA PAN EM EXECUÇÃO PELA SIMO POR FORÇA DE CONVÊNIO

REPASSES FEDERAIS	
OBJETO	REAL (R\$)
PARQUE AQUÁTICO	60.000.000,00
PISTA VELÓDROMO	2.100.000,00
INFRA-ESTRUTURA VILA PAN-AMERICANA *	52.991.813,35
TOTAL REPASSES FEDERAIS	115.091.813,35

* REFEREM-SE À INTERVENÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA VILA PAN EM EXECUÇÃO PELA SIMO POR FORÇA DE CONVÊNIO

ANEXO V

Tabela - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), por ordem de IDH, segundo os bairros ou grupo de bairros da Cidade do Rio de Janeiro - 2000

Ordem*	Bairro ou grupo de bairros	IDH	Ordem*	Bairro ou grupo de bairros	IDH	Ordem*	Bairro ou grupo de bairros	IDH
1	Gávea	0,970	43	Ribeira, Cacuia	0,859	85	Coelho Neto	0,806
2	Leblon	0,967	44	Lins de Vasconcelos	0,859	86	Padre Miguel	0,804
3	Jardim Guanabara	0,963	45	Engenho Novo	0,858	87	Penha	0,804
4	Ipanema	0,962	46	Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira	0,858	88	Honório Gurgel	0,804
5	Lagoa	0,959	47	Ramos	0,857	89	Realengo	0,803
6	Flamengo	0,959	48	Engenho de Dentro	0,857	90	Senador Vasconcelos	0,802
7	Humaitá	0,959	49	Abolição	0,857	91	Tomás Coelho	0,802
8	Joá, Barra da Tijuca	0,959	50	Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap	0,856	92	Magalhães Bastos	0,802
9	Laranjeiras	0,957	51	Oswaldo Cruz	0,855	93	Catumbi	0,802
10	Jardim Botânico	0,957	52	Olaria	0,853	94	Mangueira, São Francisco Xavier	0,800
11	Copacabana	0,956	53	Bento Ribeiro	0,851	95	Vista Alegre, Irajá	0,798
12	Leme	0,955	54	Piedade	0,850	96	Bangu	0,794
13	Botafogo, Urca	0,952	55	Quintino Bocaiúva	0,850	97	Saúde, Gamboa, Santo Cristo	0,792
14	Maracanã	0,944	56	Rio Comprido	0,849	98	Cordovil	0,791
15	Glória	0,940	57	Praça Seca	0,845	99	Pavuna	0,790
16	Grajaú	0,938	58	Jardim América	0,839	100	Anchieta	0,788
17	Méier	0,931	59	Jacaré, Rocha, Sampaio	0,839	101	Santíssimo	0,780
18	Tijuca, Alto da Boa Vista	0,926	60	Freguesia	0,839	102	Galeão, Cidade Universitária	0,778
19	Todos os Santos	0,922	61	Jardim Carioca	0,836	103	Vicente de Carvalho	0,773
20	Anil	0,911	62	Engenho da Rainha	0,835	104	Jacarepaguá	0,769
21	Vila da Penha	0,909	63	Brás de Pina	0,835	105	Senador Camará	0,768
22	Andaraí	0,909	64	São Cristóvão, Vaseo da Gama	0,833	106	Gardênia Azul	0,768
23	Riachuelo	0,905	65	Cascadura	0,833	107	Vigário Geral	0,763
24	Campinho, Vila Valqueire	0,904	66	Parque Anchieta	0,833	108	Colégio	0,762
25	Moneró, Portuguesa	0,904	67	Madureira	0,831	109	Sepetiba	0,761
26	Catete	0,901	68	Pilares	0,831	110	Cosmos	0,759
27	Vila Isabel	0,901	69	Tanque	0,831	111	Caju	0,753
28	Cachambi	0,900	70	Estácio	0,829	112	Paciência	0,751
29	Pechincha	0,900	71	Curicica	0,828	113	Cidade de Deus	0,751
30	Freguesia (Jacarepaguá)	0,898	72	Penha Circular	0,826	114	Barros Filho	0,750
31	Recreio dos Bandeirantes, Grumari	0,894	73	Benfica	0,825	115	Inhoaíba	0,747
32	Centro	0,894	74	Paquetá	0,822	116	Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande	0,746
33	Higienópolis	0,882	75	Itanhangá	0,822	117	Parada de Lucas	0,745
34	Santa Teresa, Cosme Velho	0,878	76	Tauá	0,817	118	Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba	0,744
35	Água Santa, Encantado	0,877	77	Rocha Miranda	0,815	119	Santa Cruz	0,742
36	Taquara	0,876	78	Marechal Hermes	0,814	120	Rocinha	0,732
37	Vila Cosmos	0,876	79	Turiaçu	0,812	121	Jacarezinho	0,731
38	Vidigal, São Conrado	0,873	80	Guadalupe	0,810	122	Manguinhos	0,726
39	Cidade Nova, Praça da Bandeira	0,867	81	Inhaúma	0,810	123	Maré	0,722
40	Bonsucesso	0,861	82	Campo Grande	0,810	124	Acarí, Parque Colúmbia	0,720
41	Cocotá, Bancários	0,861	83	Cavalcanti, Engenheiro Leal, Vaz Lobo	0,807	125	Costa Barros	0,713
42	Maria da Graça, Del Castilho	0,860	84	Ricardo de Albuquerque	0,807	126	Complexo do Alemão	0,711

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados do Censo Demográfico 2000; Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP-MG.

ANEXO VI

Tabela - Caracterização dos equipamentos esportivos utilizados nos Jogos Pan-americanos de 2007 - Rio de Janeiro

Instalação	Investido em	Ente responsável	Custo (em milhões de R\$)	Medidas tomadas, ou previstas, sobre os usos futuros das instalações
Clube Marapendi	Instalações temporárias	Prefeitura do Rio	não identificado	As instalações serão retiradas e o clube funcionará normalmente
Morro do Outeiro	Instalações temporárias	Prefeitura do Rio	não identificado	As instalações serão retiradas
Complexo Riocentro	Instalações temporárias	Prefeitura do Rio	não identificado	As instalações vão ser retiradas e o centro de convenções continuará funcionando normalmente
Parque do Flamengo	Instalações temporárias	Prefeitura do Rio	não identificado	As instalações vão ser retiradas
Cidade do Rock	Instalações temporárias	Prefeitura do Rio	não identificado	As instalações vão ser retiradas
Arena Olímpica	Construção	Prefeitura do Rio	125,8	Deveria ter sido licitada no dia 31/07, para exploração comercial com prazo de 40 anos, mas não recebeu propostas. Nova licitação está prevista em outros termos. Vai sediar o campeonato mundial de judô, em setembro de 2007.
Parque Aquático Municipal Maria Lenk	Construção	Prefeitura do Rio	24,9	Será administrado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) do Rio de Janeiro. Uma parceria com a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos está sendo discutida, o acordo de gestão conjunta ainda não está firmado formalmente. Poderá servir como centro de treinamento e sede de competições. Em outubro de 2007 vai sediar o campeonato mundial de nado sincronizado. Se espera que no local sejam desenvolvidos projetos de esporte ligado à educação, à cidadania e treinamento de atletas de alto rendimento
		Governo federal	60	
Velódromo	Construção	Prefeitura do Rio	9,9	Também ficará sob administração da SMEL, e uma parceria com a Confederação Brasileira de Ciclismo está sendo discutida. Poderá servir como centro de treinamento.
		Governo federal	2,1	
Centro Esportivo Miécimo da Silva	Reforma	Prefeitura do Rio	2,5	É uma das nove vilas olímpicas do Rio de Janeiro e pólo esportivo da Zona Oeste da cidade. Continuará sob administração municipal, como centro de treinamento e também local para o desenvolvimento de projetos esportivos.

Tabela - Caracterização dos equipamentos esportivos utilizados nos Jogos Pan-americanos de 2007 - Rio de Janeiro

Instalação	Investido em	Ente responsável	Custo (em milhões de R\$)	Medidas tomadas, ou previstas, sobre os usos futuros das instalações
Complexo do Maracanã	Reforma	Governo do Estado do Rio de Janeiro	175	Equipamentos administrados pela Suderj e utilizados da mesma forma que já vinham sendo empregados. Após o Pan, parte destas instalações ficarão à disposição da comunidade e de atletas que as utilizarão para treinos e competições. Além de cursos de ginástica, atletismo, vôlei e outras modalidades, os equipamentos poderão abrigar as Olimpíadas Estudantis. Necessidade de mudanças com a possível sede do Brasil para a Copa de 2014.
		Governo federal	130	
Estádio de Remo da Lagoa	Reforma	Governo do Estado do Rio de Janeiro	13,2	Uma pequena área do Estádio de Remo já foi negociada pelo governo com a iniciativa privada. O governo concedeu à empresa Glen Entertainment Comércio Representações e Participações uma permissão para construção e exploração comercial de uma área de lazer, com cinema e praça de alimentação, sob as arquibancadas. O estádio como um todo continuará sob administração da Confederação Brasileira de Remo, sediada no local.
Complexo Esportivo de Deodoro	Reforma	Governo Federal	119,8	As instalações permanecem sob administração do Exército e poderão ser usadas para sediar competições futuras, como os Jogos Mundiais Militares de 2011 que serão realizados nas mesmas estruturas montadas para o Pan. O governo federal pretende tornar o local um centro de treinamento para atletas nacionais de alto rendimento e implantar núcleos de esporte de base para a iniciação esportiva de crianças e jovens da região.
Total investido nos equipamentos esportivos:			1.043,2	

Fonte: ZENKER, Ana. Saiba qual é o futuro das instalações esportivas construídas para os jogos. Agência Brasil, Brasília, 7 ago 2007. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/07/materia.2007-08-07.9203207892/view>. Acesso em: 11 ago 2007.
Tabela adaptada pelo autor com base na fonte acima.

ANEXO VII

Texto do Decreto Municipal da Agenda Social Rio

DECRETO Nº 23.599 DE 16 DE OUTUBRO DE 2003

Cria a AGENDA SOCIAL-RIO e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, considerando a importância das Metas Sociais do milênio pactuadas pela Organização das Nações Unidas e que o Brasil é país signatário;
considerando o Índice de Desenvolvimento Humano dos bairros da Cidade;
considerando a importância de metas sociais objetivas para redução da Pobreza e das Desigualdades Sociais na Cidade do Rio de Janeiro;
considerando os Jogos Pan-americanos de 2007 e a candidatura aos Jogos Olímpicos de 2012,

DECRETA

Art. 1.º Fica criada a AGENDA SOCIAL-RIO na forma do Anexo Único que define as metas sociais e o acompanhamento das mesmas, direcionada aos Jogos Pan-americanos de 2007 e a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2012 – AS/PAN-07/JO-12.

Art. 2.º AS/PAN-07/JO-12 é integrada pelas Secretarias e Órgãos que fazem parte da Macrofunção Políticas Sociais e terá como Secretaria Executiva a Assessoria Especial criada através do Decreto “P” n.º 2547, de 16 de julho de 2003.

Parágrafo único. A AS/PAN-07/JO-12 deverá interagir com empresas, órgãos, associações e instituições não governamentais de forma a detalhar, ampliar e receber contribuições para a Agenda Social.

Art. 3.º A Agenda Social terá sua implantação de forma prioritária para comunidades com IDH até 0.80.

Art. 4.º O Anexo Único estabelece o documento base de metas sociais da AS/PAN-07/JO-12 ao qual o trabalho da equipe criada no artigo 2.º deste Decreto irá ajustando e complementando dinamicamente publicando periodicamente os relatórios relativos.

Art. 5.º Outras Metas, Programas e Projetos poderão ser agregados na Agenda Social PAN 2007 e JO 2012 na forma deste Decreto.

Art. 6.º Fica revogado o Decreto n.º 23.158, de 21 de julho de 2003.

Art. 7.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2003 – 439º ano da fundação da Cidade.

CESAR MAIA

ANEXO ÚNICO

AGENDA SOCIAL

Referente aos Jogos Pan-americanos de 2007 e a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2012.

A Agenda Social será composta por programas e projetos que beneficiem direta ou indiretamente as populações das comunidades cujo IDH-2001 estivesse abaixo de 0,800. Para

fazerem parte da Agenda Social os programas e projetos deverão incluir entre seus beneficiários um ou mais dos seguintes grupos populacionais:

1. Crianças e Adolescentes
2. Jovens
3. Idosos
4. Mulheres e Gênero
5. Portadores de deficiência
6. População em extremo risco social

As metas iniciais para a Agenda Social são as seguintes:

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pré-escola – Universalização do atendimento até 2007 (120.000 matrículas);

Creches – Ampliar atendimento para 70.000 em 2007 e 100.000 em 2012;

Aumentar a proporção de alunos que concluem a oitava série do ensino fundamental de forma a alcançar 60% em 2007 e 80% em 2012;

Garantir o acesso a Informática nas Escolas: 50% das Escolas com laboratórios até 2007 e 100% até 2012 (Centros de Informática);

Redução da mortalidade infantil de 15,3/1000 em 2002 para 12,0/1000 em 2007 e para 9,9/1000 em 2012;

Ampliação das Escolas Promotoras de Saúde de forma as mesmas estejam presentes em 100% das áreas definidas como prioritárias pela Agenda Social.

JOVENS

Ampliar ensino fundamental para jovens e adultos de forma a alcançar pelo menos 45.000 beneficiários em 2007 e 70.000 em 2012;

Reduzir a incidência de gestação em adolescentes de até 18 anos em 30% até 2007 e em 50% até 2012;

Atender jovens em situação de pobreza em componentes de trabalho e renda de forma a beneficiar a pelo menos 10.000 jovens em 2007 e a pelo menos 25.000 em 2012. (Meu Primeiro Emprego);

Implantar o projeto Homens Jovens e Saúde em 100% das áreas priorizadas na Agenda Social.

MULHERES e GÊNERO

Ampliar o programa de educação de mães, de forma a atender a 40.000 mulheres até 2007 e 100.000 até 2012;

Expandir o Sistema de Cozinhas Comunitárias de forma a alcançar o 50% das comunidades com IDH abaixo de 0.80 em 2007 e 100% em 2012;

Garantir atendimento no componente trabalho e renda das mulheres em situação de pobreza, com idade superior a 40 anos e que sejam mães e avós de alunos da rede municipal de ensino.

Tais componentes deverão ser desenvolvidos em pelo menos 50% das escolas da rede municipal de ensino até 2007 e em 100% das escolas até 2012(Com Licença Eu Vou à Luta);

Garantir a identificação e atendimento a 100% das gestantes nas áreas priorizadas pela Agenda Social, assim como acesso a exames pré-natais e atendimento ao parto.

IDOSOS

Ampliar o Programa Rio Experiente para todas as comunidades com IDH menor que 0.75 em 2007 e para todas com IDH até 0.80 em 2012;

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Implantar serviços de atenção à pessoa portadora de deficiência em 100% das comunidades com IDH abaixo de 0.80 até 2012, incluindo pelo menos 82 comunidades até 2007 e 109 comunidades até 2012.

Capacitar 100% dos motoristas e trocadores do sistema de transporte rodoviário, sendo 14.800 até 2007 e 18.000 até 2012 (Projeto Transporte Eficiente);

Ampliar para o número de veículos adaptados da frota da Prefeitura, totalizando 20 até 2007 e 30 até 2012;

Ampliar para 3% até 2007 e 5% até 2012, o percentual dos ônibus do sistema de transporte rodoviário municipal adaptados para o transporte de portadores de deficiência;

Adaptar, para acessibilidade de portadores de deficiência, 100% dos prédios das instituições públicas municipais até 2007.

Adaptar, até 2012, para acessibilidade de portadores de deficiência, todos os pontos turísticos e espaços culturais e de lazer no município do Rio de Janeiro.

Até 2012, tornar acessíveis a portadores de deficiência todos os bairros da cidade. (Programa Mobilidade dos Bairros);

Ampliar os serviços de atenção e cuidados diários de forma a que tenha capacidade de atender a 700 portadores de deficiência até 2007 e a 1.200 até 2012 (Projeto Casa Dia);

POPULAÇÃO EM EXTREMO RISCO SOCIAL

Ampliar o atendimento a apenados da Vara de Execução Penal do Rio de Janeiro de forma a poder beneficiar a 100% da demanda da mesma. (Penas Alternativas);

Ampliar o atendimento, no componente trabalho e renda do Programa Agentes da Liberdade, de forma que o mesmo possa atender pelo menos 15.000 egressos e egressas do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro em 2007 e 30.000 em 2012;

Garantir atendimento a pelo menos 10.000 jovens, até 2007 e 25.000 em 2012, no componente trabalho e renda à população abrigada e albergada;

Estruturar a rede de atendimento para população de rua de forma a que se tenha uma cobertura total da demanda até 2007.

PROGRAMAS/PROJETOS TRANSVERSAIS (atendem a vários grupos populacionais)

Promover a urbanização, através dos programas Favela-Bairro e Morar Legal, de 50% das comunidades carentes, até 2007 e de 100% até 2012, de forma a integrar tais comunidades aos bairros;

Atender coletivamente, a 50% das populações residentes em áreas de risco até 2007 e 100% até 2012 através do programa Morar sem Risco. Tais ações deverão ser complementadas pelas demais secretarias pertinentes, de forma a que tais populações possam ser cobertas pelas políticas sociais básicas.

Garantir Mínimos sociais a todas as famílias que tenham filhos nas escolas públicas municipais. Até 2007 tal cobertura deverá se verificar em todas as escolas situadas em comunidades com IDH abaixo de 0,80 e até 2012 em 100% das escolas municipais;

Estruturar programas de geração de trabalho e renda em todas as comunidades com IDH menor que 0.75 até 2007 e em todas com IDH até 0.80 em 2012.

Consolidar o Cadastro Único dos Programas e Projetos Sociais desenvolvido pela Prefeitura, construindo assim a Porta de Entrada Unificada para tais projetos.

Expansão do Programa Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde nas áreas de menor IDH, atingindo 30% da população (cerca de 1,800,000) até 2007;

Ampliar os programas de saúde bucal de forma a que sua cobertura passe de 5,0% da população total para 15% em 2007 e 30% em 2012.

Implantar as “Ruas da Saúde”, em articulação com as secretarias afins, nas áreas priorizadas pela Agenda Social, visando garantir o acesso à prática de atividades físicas

Ampliar o Projeto Células Culturais para todas as comunidades com IDH 0.75 até 2007 e com IDH 0.80 até 2012.

Expandir as áreas reflorestadas no Município de forma a implantar, até 2007, 640 ha adicionais, com pelo menos 10 novas frentes de trabalho que deverão gerar pelo menos 130 novos empregos. Até 2012 deverão estar implantados 1440 ha adicionais e 21 novas frentes de trabalho que deverão gerar pelo menos 273 novos empregos diretos. (Mutirão de Reflorestamento);

Ampliar o Programa Guardiões dos Rios de forma a beneficiar 86 comunidades e gerar renda para 640 pessoas até 2007, e para 136 comunidades e gerar renda para 960 pessoas até 2012;

Garantir a educação ambiental nas unidades de conservação do Município, de forma a alcançar a 50% destas unidades até 2007 e 100% até 2012. (Programa Educação Ambiental em Unidades de Conservação);

Expandir a educação ambiental para moradores de áreas de reflorestamento de forma a atingir 80% das áreas reflorestadas do Município até 2007 e 100% até 2012. (Programa Educativo em Áreas de Reflorestamento);

Implantar projetos elaborados pelo Fórum 21, prioritariamente nas comunidades com IDH abaixo de 0,80, sendo 100 projetos até 2007 e 225 até 2012.(Agenda 21)

Capacitar 40.000 crianças, adolescentes e jovens até 2007 e 100.000, até 2012, para tornarem-se agentes de prevenção à dependência química.

Construir uma rede social preventiva com a implantação de 06 (seis) núcleos regionais de prevenção à dependência química até 2007 e 13 treze núcleos até 2012, garantindo à população carioca o envolvimento em ações de prevenção à dependência química.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)